

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL**

**A FRONTEIRA *INEVITÁVEL*. Um estudo sobre as cidades
de fronteira de Rivera (Uruguai) e Santana do Livramento
(Brasil) a partir de uma perspectiva antropológica**

Andrea Quadrelli Sánchez

Tese de Doutorado

Orientador: Prof. Dr. Ruben George Oliven

Porto Alegre, 2002

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL**

**A FRONTEIRA *INEVITÁVEL*. Um estudo sobre as cidades
de fronteira de Rivera (Uruguai) e Santana do Livramento
(Brasil) a partir de uma perspectiva antropológica**

Andrea Quadrelli Sánchez

Tese apresentada no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul para a obtenção do título de Doutor.

Orientador: Prof. Dr. Ruben George Oliven

Porto Alegre, 2002

AGRADECIMENTOS

Afortunadamente são várias as pessoas e as instituições às que desejo agradecer seu apoio. Agradeço ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) e a seus professores, que me deram a oportunidade de continuar me enriquecendo no conhecimento do homem.

Agradeço a meu orientador, professor Ruben George Oliven, que soube acompanhar-me e aconselhar-me na construção deste conhecimento. Muito agradeço suas pacientes leituras, seus críticos conselhos e, acima de tudo, suas cálidas palavras de entusiasmo e apoio; confio em lhe dar a satisfação que esse apoio merece.

Agradeço ao **CNPq** por ter me contemplado com uma bolsa de estudo que viabilizou a realização deste trabalho. Do mesmo modo, agradeço ao Programa de Investigações Socioculturais do MERCOSUL do **IDES** (Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social, Buenos Aires), por me outorgar um auxílio para o trabalho de campo da minha investigação.

Agradeço ao professor Alejandro Grimson (IDES/Universidad de Buenos Aires) que me aconselhou durante meu trabalho, e me deu a oportunidade de discutir meus resultados junto a seus colegas do IDES em Buenos Aires e junto a Thomas Wilson. Agradeço seu tempo, as suas opiniões, sua bibliografia e todo seu respaldo. Obrigada.

Também agradeço à professora Graciela Barrios, do departamento de sociolingüística da Universidade da República (Uruguai), seu interesse em meu trabalho e a sua contribuição com numerosa bibliografia e sugestões de grande valor para a tarefa que me propus. Muito obrigada.

Agradeço imensamente aos colegas da turma de Mestrado do PPGAS-UFRGS, especialmente a Eloisa Martin, que junto com meus colegas da turma de Doutorado, Liliane Gutierrez, José Basini, Renata Menasche e Valeria Assis,

fizeram ainda mais agradáveis meus estudos e meu tempo em Porto Alegre. Agradeço os nossos encontros, as nossas discussões e o grande afeto com que, em nossa camaradagem, me cumularam. Agradeço especialmente a Liliane Gutierrez que abriu um lugar da sua casa e da sua vida para me receber e me aceitar. Obrigada Lili.

Agradeço a minha professora de português, Graciela Chadicov, que me acompanhou nos primeiros passos de meus estudos e, nos últimos, com a tradução da tese. Muito agradeço seu apoio e interesse na minha caminhada. Do mesmo modo, agradeço a Antônio Malheiros, que me brindou com generosidade seu tempo e conhecimento na correção de meu trabalho.

Agradeço particularmente a riverenses e santanenses. Agradeço à professora Rosana Antúnez Maciel e ao diretor, às professoras e alunos da escola N° 113 da cidade de Rivera. E, sobretudo, agradeço a Ceci, Leonard, Cristina, Paulo e Mano, que me receberam na sua família com tanta calidez e carinho, ao ponto de se converter na minha própria família.

Agradezco profundamente a mis padres y a mis hermanos, su respaldo absoluto e incondicional, su presencia constante de mil maneras distintas, el estímulo necesario, el amor indispensable. Agradezco especialmente a mi hermano Rafael, pues fueron sus historias sobre esta frontera las que me sedujeron y me condujeron a su encuentro, y porque fue junto a él que caminé *la línea* por primera vez desde el mundo de la forestación. Gracias Rafa!

Agradezco entrañablemente a mi pareja, que compartió la intimidad de mi trabajo con todas sus satisfacciones y desvelos, a través de las ciudades y de las gentes. Agradezco tu aliento cotidiano, tu entera y generosa disposición para auxiliarme y apoyarme, tu paciencia, tu tiempo y el tiempo que compartimos juntos.

RESUMO

A presente Dissertação tem como objetivo compreender os modos em que a fronteira, o Estado e a nação são vividos cotidianamente nas cidades de Rivera (Uruguai) e Santana do Livramento (Brasil), onde a fronteira política entre os Estados do Uruguai e do Brasil apresenta características excepcionais, se comparada com outras fronteiras internacionais. Para isso, estudamos algumas das práticas cotidianas dos atores fronteiriços, que estão num permanente contato com os *outros* através do limite respectivo. Aqueles que vivem em fronteiras políticas não só se confrontam com os controles físicos e legais do limite político entre dois ou mais Estados, mas também com limites culturais e simbólicos além do limite físico entre os Estados-nação. A geografia uruguaia freqüentemente usa a metáfora das linhas imaginárias para definir o limite político entre os marcos sucessivos da fronteira riverense-santanense; acontece que, nesta fronteira, essas linhas imaginárias parecem ser muito visíveis. É através do estudo da articulação dos limites culturais com os político-jurídicos entre os países, que podemos entender algumas das diferenças e conteúdos de entidades como Estado e nação nesta fronteira política.

Palavras-chaves: fronteira, Estado-nação, *portunhol*.

ABSTRACT

The aim of this thesis is to understand how people in the border cities of Rivera (Uruguay) and Santana do Livramento (Brazil) experience the nation and state in their everyday life; since such political border shows some unusual characteristics if compared to other international borders. This is way they are herein studied some of the everyday customs of such people, who are in permanent contact with the *others* through that border. Those who live in borderlands not only have to deal with physical and legal controls between two or more countries, but also with cultural and symbolic limits which are beyond the physical border between nation-states. Uruguayan political geography usually resorts to the metaphor of imaginary lines to define the border between the boundary milestones set up between both countries; however, these imaginary lines seem to be very visible for the people of Rivera and Santana. It is through the study of the relations between cultural limits and political and legal ones that we will be able to understand some of the differences between and what is understood by entities such as “state” and “nation” in this international border.

Key words: border, nation-state, *portunhol*.

ÍNDICE DE IMAGENS

Imagem 1: “Na *linha*”. Acervo: Museu Folha Popular. Santana do Livramento, 1938; tamanho 15x30; fotografia digitalizada e montagem editada no programa Adobe photoshop 5.0.

Imagem 2: “Situação inusitada”. Acervo: Jornal ZERO HORA. Porto Alegre, 15 de agosto de 2000; imagem digitalizada e montagem editada no programa Adobe photoshop 5.0.

Imagem 3: “Mapa regional”. Acervo: *TEC associados. Cartografia profesional*, Montevideu, 2002; imagem digitalizada e montagem editada no programa Adobe photoshop 5.0.

Imagem 4: “Mapa físico de Rivera”. Acervo: Serviço geográfico militar do Uruguai, 1985; imagem digitalizada e montagem editada no programa Adobe photoshop 5.0.

Imagem 5: “Foto aérea de Rivera e Livramento”. Acervo: Serviço geográfico militar do Uruguai, 1966; tamanho 21,5x22,5; fotografia digitalizada e montagem editada no programa Adobe photoshop 5.0

Imagem 6: “Marcos na *linha*”. Autoria: Andrea Quadrelli Sánchez, Santana do Livramento, 2001; tamanhos 10x15; fotografias digitalizadas e montagens editadas no programa Adobe photoshop 5.0.

Imagem 7: “Marcos na área central”. Autoria: Andrea Quadrelli Sánchez, Santana do Livramento, 2001; tamanhos 10x15; fotografias digitalizadas e montagens editadas no programa Adobe photoshop 5.0.

Imagem 8: “Atravessar uma rua”. Autoria: Andrea Quadrelli Sánchez, Santana do Livramento, 2001; tamanho 10x15; fotografia digitalizada e montagem editada no programa Adobe photoshop 5.0.

Imagem 9: “Caminhando *a linha*”. Autoria: Andrea Quadrelli Sánchez, Santana do Livramento, 2001; tamanhos 10x15; fotografias digitalizadas e montagens editadas no programa Adobe photoshop 5.0.

Imagem 10: “Diagrama da área central”. Acervo: Folhetos turísticos de Santana do Livramento, 1992; imagem digitalizada e montagem editada no programa Adobe photoshop 5.0.

Imagem 11: “Parque Internacional”. Autoria: Andrea Quadrelli Sánchez, Santana do Livramento, 2001; tamanhos 10x15; fotografias digitalizadas e montagens editadas no programa Adobe photoshop 5.0.

Imagem 12: “Os camelôs”. Autoria: Andrea Quadrelli Sánchez, Santana do Livramento, 2001; tamanhos 10x15; fotografias digitalizadas e montagens editadas no programa Adobe photoshop 5.0.

Imagem 13: “Free shops”. Autoria: Andrea Quadrelli Sánchez, Santana do Livramento, 2001; tamanho 10x15; fotografia digitalizada e montagem editada no programa Adobe photoshop 5.0.

Imagem 14: “Comércios em Santana”. Autoria: Andrea Quadrelli Sánchez, Santana do Livramento, 2001; tamanho 10x15; fotografia digitalizada e montagem editada no programa Adobe photoshop 5.0.

Imagem 15: “*Lojinhas de turco*”. Autoria: Andrea Quadrelli Sánchez, Santana do Livramento, 2001; tamanho 10x15; fotografia digitalizada e montagem editada no programa Adobe photoshop 5.0.

Imagem 16: “*A linha*”. Autoria: Andrea Quadrelli Sánchez, Santana do Livramento, 2001; tamanho 10x15; fotografia digitalizada e montagem editada no programa Adobe photoshop 5.0.

Imagem 17: “Invasão cultural”. Acervo: Jornal “El País”, setembro de 1999, Montevideu; imagem digitalizada e montagem editada no programa Adobe photoshop 5.0.

Imagem 18: “Más notícias”. Acervo: Jornais “El Observador” e “La República”, agosto de 2001, Montevideu; imagens digitalizadas e montagens editadas no programa Adobe photoshop 5.0.

Imagem 19. “Homenagem”. Acervo: Jornal “Norte”, outubro 2000, Rivera; imagem digitalizada e montagem editada no programa Adobe photoshop 5.0.

SUMÁRIO

capítulo 1. introdução	13
1.1 discussão teórica.....	20
1.1.1 o limite político.....	24
1.2 reflexão metodológica: métodos e estratégias de investigação	28
1.2.1 postura metodológica.....	28
1.2.2 trabalho de campo: métodos e técnicas de investigação.....	29
1.2.3 acerca de nossos informantes	34
1.3 as cidades de Rivera e Santana do Livramento. principais aspectos socioeconômicos e demográficos	35
1.4 breve contexto histórico das cidades de fronteira	39
1.5 na <i>linha</i>	45
capítulo 2. viver na (a) fronteira de Rivera e Santana	59
2.1 <i>nascer de um lado, registrar-se do outro lado</i>	61
2.2 <i>ser doble chapa</i>	64
2.3 casar-se com um uruguaio, casar-se com um brasileiro	66
2.4 <i>fazer trampas</i>	69
2.5 contrabandear	73
2.6 conclusões preliminares	77
capítulo 3. as línguas da fronteira riverense-santanense	86
3.1 os dialetos portugueses do Uruguai	86
3.2 breve aproximação teórica ao estudo social da língua.....	92
3.3 os falantes dos dialetos portugueses	94
3.4 os usos das línguas.....	104
3.4.1 as línguas urbanas <i>na linha</i>	108
3.5 na escola: aprendendo os limites	114
3.5.1 a língua da escola: uma questão de defesa da identidade nacional...115	
3.5.2 a língua na escola: os professores	119
3.5.3 professores e alunos: histórias em <i>portunhol</i>	123
3.6. conclusões preliminares	128

capítulo 4. <i>el uruguayo es gris, el brasileiro es amarillo. estereótipos e representações na linha</i>	132
4.1 <i>dos en una</i>	133
4.2 o brasileiro santanense	135
4.3 o uruguaio riverense.....	138
4.4 autopercepção de uruguaio e brasileiros.....	140
4.5 conclusões preliminares	142
capítulo 5. <i>las más hermanas de todas las fronteras del mundo. integração, cultura e identidade na fronteira uruguaio-brasileira</i>	148
5.1 <i>nosotros no vivimos en Rivera, sino en Rivera y Santana. fronteiras irmãs, fronteiras integradas</i>	150
5.2 a interação cotidiana	156
5.3 o conflito cotidiano.....	160
1. a história da <i>brasileira</i> na prefeitura de Rivera	161
2. a história da entrevista com a autoridade da alfândega riverense.....	164
3. a história da criança brasileira na escola pública riverense	165
5.4 cultura e identidade: dinâmicas de uma relação confusa	168
5.4.1 <i>Uruguay es Uruguay cuando juega con Brasil. O futebol e as identificações nacionalistas</i>	176
5.4.2 Rivera e Montevideú. além da fronteira	181
5.5 conclusões preliminares	189
considerações finais	193
bibliografia	198
apêndice 1	206



Imagem 1. *Na linha*. Lugar do atual parque internacional no ano de 1938. Museu Folha Popular. Santana do Livramento.

capítulo 1

introdução

“*Situação inusitada*”, assim definia o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) o problema surgido no bairro Divisa da cidade de Santana, onde parte de uma quadra da cidade brasileira fica em território uruguaio. Nesse lugar, as casas acompanham o trajeto de uma avenida sem nome, assinalada como *a linha* (que responde à “linha divisória”), conhecida por separar dois países (Imagem 2).



Imagem 2. “*Situação inusitada*”. O diagrama do texto mostra a linha divisória junto com a avenida que não acompanha os marcos que delimitam a fronteira. Jornal ZERO HORA, 15 de agosto de 2000.

A *linha* é a denominação popular do limite político entre o Uruguai e o Brasil em Rivera e Santana; no centro de ambas as cidades, este limite está fisicamente representado por avenidas, ruas, um parque *internacional* e diversos símbolos ou sinais. Porém, no trecho indicado, com o qual se defrontaram os recenseadores do IBGE, *a linha* “inusitadamente” não acompanha o trajeto dos pequenos marcos de cimento que, a cada cem metros, delimitam a fronteira política entre o Brasil e o Uruguai através de linhas imaginárias traçadas entre marcos sucessivos¹.

¹ A geografia uruguaia frequentemente usa a metáfora das linhas imaginárias para definir limites políticos não sustentados por uma realidade física, como seria o caso das chamadas fronteiras naturais.

Neste canto da cidade (e são muitos os cantos), a casa de Paulo está registrada em Santana, a rua é brasileira, paga a luz e a água no Brasil, mas o telefone é uruguaio, assim como também parte do terreno onde reside; o negócio comercial de Cristina tem entrada sobre *a linha*, é uma residência que fica em solo uruguaio, mas está registrada como brasileira e recebe luz e água de Santana.

Neste canto da cidade e nesta fronteira urbana, não são somente as casas ou as ruas que *ficam onde não deveriam ficar* ou *são o que não deveriam ser*, gerando “*situações inusitadas*”. As pessoas da fronteira de Rivera e Santana estão decididamente expostas a complexas confusões provocadas pela presença de um limite político internacional no seio mesmo da sua cotidianidade. A situação é excepcional e esperamos demonstrá-lo no curso de nosso trabalho.

A fronteira política entre o Uruguai e o Brasil é extensa, ao menos para o Uruguai com quase 1.000 km de fronteira com territórios brasileiros. O 60% de dita extensão se define sobre a base de uma linha imaginária traçada na terra entre marcos sucessivos colocados em forma alinhada². Nesta fronteira, encontram-se cinco centros urbanos: as cidades de Artigas e Quaraí, Rivera e Santana do Livramento, Aceguá e Aceguá, Rio Branco e Jaguarão e Chuy-Chuí (Imagem 3).

² Ao oeste e ao sul o limite ocidental é com a Argentina e está assinalado pelo Rio Uruguai e o Rio da Prata.



Imagem 3. *Mapa regional*. Localização geográfica das principais cidades de fronteira Uruguai-Brasil.

O núcleo urbano de Rivera e Santana, situado sobre a linha divisória, é um dos mais importantes, com uma população acima dos 160.000 habitantes, sendo, além disso, um dos principais passos de fronteira habilitados para o trânsito internacional de bens e pessoas, servindo também de conexão entre a Argentina e o Brasil.

Nesta fronteira, poderíamos dizer que o limite político territorial entre o Uruguai e o Brasil atravessa ambos centros urbanos, mas também é possível afirmar o contrário, são as cidades as que parecem atravessar o limite político internacional, e é isso o que transforma esta fronteira em uma fronteira tão singular. Ambas as cidades reúnem populações com pertencimentos políticos e institucionais diferentes em um espaço comum fisicamente ininterrompido (Imagem 4) (Imagem 5).

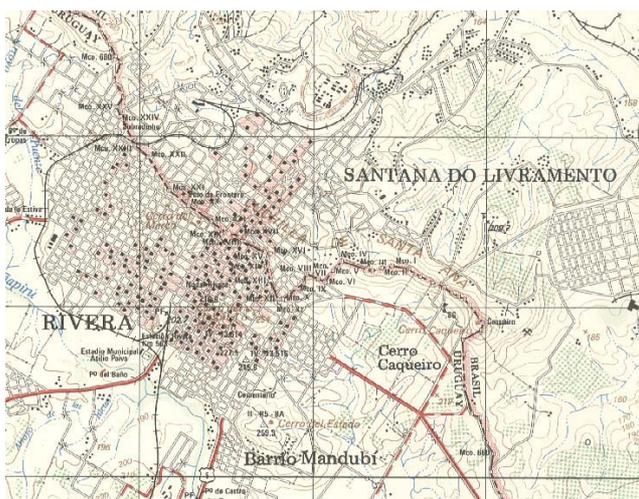


Imagem 4. *Mapa físico*. Detalhes da localização física de Rivera e Santana no limite político entre o Uruguai e o Brasil. Serviço Geográfico Militar do Uruguai, 1985.



Imagem 5. *Foto aérea* de Rivera e Livramento mostrando a sua urbanização ininterrompida. Serviço Geográfico Militar do Uruguai, 1966.

Em Rivera e Santana, o limite político entre os Estados (conhecido como *a linha*) está fisicamente representado por ruas e escassos sinais. Isto é, não existem obstáculos institucionais³ ou estruturas físicas do Estado (um dos principais elementos distinguidos por Wilson e Donnan e presentes nos limites políticos), ou obstáculos físicos (como nas chamadas fronteiras naturais que podem delimitar áreas de fronteira políticas) entre as cidades para o livre trânsito ou circulação de pessoas e mercadorias.

Os símbolos ou sinais do Estado, encarregados de definir e diferenciar os limites políticos, podem passar perfeitamente inadvertidos, especialmente se não se presta particular atenção aos pequenos marcos de cimento de menos de médio metro de altura que, cada cem metros, delimitam os Estados do Uruguai e do Brasil (Imagem 6). Uma vez descobertos, leva algum tempo mais para definir as populares linhas imaginárias que atravessam as cidades em singulares caminhos; o Uruguai parece formar uma pequena península no território central de Santana do Livramento.

³ As alfândegas encarregadas do controle de mercadorias ficam a poucos quilômetros de ambas as cidades sobre estradas nacionais. Uma segunda alfândega, que reúne autoridades de



Imagem 6. *Marcos na linha*. Os pequenos marcos de cimento praticamente ocultos entre as casinhas dos camelôs. O mesmo marco primeiro desde o Brasil (Santana) e logo desde o Uruguai (Rivera).

Muito embora não existam limites físicos entre ambas as cidades (bens e pessoas, como fala a literatura, transitam livremente a um lado e outro da *linha*), é importante aclarar que nos referimos exclusivamente ao trânsito ou circulação física entre as mesmas. Não estamos dizendo que não existam obstáculos institucionais ou políticos em outros aspectos e em outros sentidos. Simplesmente, e particularmente, o que acontece em Rivera e Santana é que cruzar fisicamente a fronteira é fácil; a fronteira é cruzada através de um ato simples e cotidiano, atravessando uma rua (Imagem 7).



Imagem 7. *Marcos na área central*. Um dos marcos mais visíveis no centro de ambas as cidades, primeiro desde Santana, olhando para a rua principal de Rivera (Sarandí), e logo desde Rivera, olhando para a rua principal de Livramento (Andradas).

Este ato, o ato de cruzar uma fronteira política internacional atravessando uma avenida, é tão simples, tão óbvio e tão cotidiano que muitas das investigações dedicadas ao estudo desta fronteira deixam de destacá-lo especificamente (a essencial importância deste ato é ocultada pela sua

ambos países, está encarregada dos trâmites de migração e fica na saída e/ou entrada da cidade de Rivera junto a uma estrada nacional.

obviedade). Porém, este é um fato central, uma fronteira política internacional convertida física e esteticamente em uma avenida, que se cruza *como se fosse* uma avenida ou uma rua, mas que *não é* (Imagem 8). As conseqüências podem ser múltiplas e fantásticas.



Imagem 8. “Atravessar uma rua”. A dobre avenida e o limite político (uma linha *imaginada*) que articula ambas as cidades.

Imaginemos um estrangeiro que chega a estas cidades, desconhecedor do lugar, e percorre suas ruas. Uma das sensações que experimenta com maior freqüência é a de confusão. Caminha pelas ruas e avenidas de Rivera e Santana e não compreende, não sabe, quando é o Brasil e quando é o Uruguai (Imagem 9). Na área urbana, são escassos os sinais usados pelos Estados nacionais para diferenciar os limites políticos; quando o estrangeiro descobre algum dos pequenos marcos de cimento dispostos em tortuosos caminhos imaginários, freqüentemente diverte-se com eles atravessando-os sucessivas vezes e repetindo, “*ahora estoy en Uruguay*”, “*ahora estoy en el Brasil*”. Não é inusual observar as pessoas que não são do lugar pulando ou correndo ao redor dos marcos⁴. Este limite político oferece esta possibilidade, a possibilidade de brincar. Provavelmente não sejam muitas as fronteiras do mundo com as quais se possa brincar deste mesmo jeito⁵; porém, com certeza,

⁴ Esta fronteira até oferece ao visitante a possibilidade de “*asumir o poder de ‘onipresença’ com direito a pisar em dos países ao mesmo tempo*”, segundo promove um dos mapas urbanos de Livramento.

⁵ Usamos a metáfora do jogo no seguinte sentido: podemos jogar, ou nos permitem jogar, em um espaço íntimo, familiar, em um espaço, essencialmente, no qual não existam controles. Se

a brincadeira não é a mesma para o estrangeiro como para o ator fronteiriço. Descobri-lo é parte de nosso trabalho.



Imagem 9. *Caminhando a linha*. Uma rua central de Livramento, a *linha* (a dupla avenida onde se concentram os camelôs) e, seguindo na direção que assinala a flecha, a mesma rua que continua em Rivera.

tem alguma coisa que caracteriza as fronteiras entre Estados nacionais, são as estruturas de controle do Estado, neste caso, ausentes.

1.1 discussão teórica

A nação é um produto cultural surgido na Europa em fins do século XVIII, como parte de um processo de construção histórico, durante o qual intenta-se definir uma identidade nacional com o propósito de proporcionar uma imagem à comunidade compreendida por ela (Anderson, 1989; Hobsbawm e Ranger, 1997; Hobsbawm, 1998; Oliven, 1992).

O Estado-nação não só pretende delimitar suas fronteiras geopolíticas, mas também suas fronteiras culturais, “estabelecendo o que faz e o que não faz parte da nação” (Oliven, 1992: 15). Uma das características da nação como entidade especificamente moderna é a fusão do cultural e do político, o pertencimento cultural justifica uma reivindicação que é a da coincidência entre entidades culturais e políticas⁶ (Todorov, 1991).

Mas o que acontece nas fronteiras políticas entre os Estados-nação? As fronteiras políticas são espaços especialmente ilustrativos para o estudo das relações entre populações e Estados, “en la medida en que las fronteras interestatales son espacios en los cuales se condensan las relaciones entre poblaciones y Estados, constituyen zonas centrales (no periféricas) de negociaciones y disputas culturales y políticas” (Grimson, 2000a: 30). Como afirma o autor, desde fins dos anos setenta, diversos trabalhos antropológicos têm desafiado a visão do limite político como limite cultural; “frente al sentido común que buscan imponer los Estados nacionales de la frontera política como división cultural se mostró la existencia de numerosos circuitos de intercambio, códigos e historias compartidas, dando cuenta del carácter sociohistórico del límite” (idem, 10).

A cultura de fronteira é um sistema que pode competir com os limites do Estado; as relações de poder e identidade nos limites e entre os limites e seus

⁶ “Para hacer más eficaz la educación, cada Estado debe agregar a ese nacionalismo cívico, una educación mediante el nacionalismo cultural; debe proteger y alentar las instituciones nacionales, las tradiciones, las costumbres, las ceremonias, los juegos, las fiestas, los espectáculos: todas aquellas formas de la vida social que contribuyan a que el ciudadano se apegue a su patria – por poco que sean específicas del país de que se trate, y de ningún otro –, haciendo coincidir lo cultural y lo político. Más que hombre, el ciudadano así formado se sentirá

respectivos Estados, “are problematic precisely because the state cannot always control the political structures which it establishes at its extremities” (Wilson e Donnan, 1998: 10). As fronteiras e os limites internacionais são áreas nas quais o Estado tem invertido muito para impor suas definições de limite, embora as regiões de fronteira demonstrem ser áreas complexas para que o Estado alcance uma síntese de cultura nacional, precisamente porque o panorama cultural das regiões fronteiriças transcende a linha de fronteira (Wilson, 2000: 124).

Estes enfoques também se complementam com os estudos que mostram os efeitos materiais e simbólicos que a fixação de limites concretos entre os Estados-nação implicou, junto com seus dispositivos culturais e políticos; “la conformación de las subjetividades de los pobladores fronterizos difícilmente pueda resultar inmune a los procesos de nacionalización y las políticas nacionalistas” (Grimson, 2000a: 10). Na América Latina não tem praticamente fronteira que coincida com alguma diferença cultural anterior; a fronteira “como institución territorial de Estados que se pretenden naciones, de instituciones y fuerzas sociales que se reclaman culturas, es la ‘línea de base’ de la producción de diacríticos más que un resultado de alguna objetividad cultural previa” (idem, 31).

O desenvolvimento de uma antropologia de fronteiras, como a proposta por Wilson e Donnan, focalizar-se-ia na confluência de limites simbólicos e político-jurídicos entre nações e Estados, expondo como um de seus principais interesses; “the focus on the place and space of visible and literal borders between states, and the symbolic boundaries of identity and culture which make nations and states two very different entities” (Wilson e Donnan, 1998: 2). Como assinalam os autores, uma antropologia de fronteiras envolve o estudo dos modos em que as nações, os grupos étnicos, religiões, Estados e outras forças e instituições da vida moderna encontram-se e negociam seus acordos uns com outros, “in arenas where all parties expect to meet the ‘others’, however constructed by ‘us’” (Donnan e Wilson, 1994: 11).

polaco, o francés, o ruso; y puesto que el patriotismo habrá pasado a ser su “pasión dominante”, todos sus valores se derivarán de los valores nacionales” (Todorov, 1991: 213).

Sobre o conceito de fronteira tem sido assinalada a duplicidade como uma de suas características, “frontera fue y es simultáneamente un objeto/concepto y un concepto/metáfora. De una parte parece haber fronteras físicas, territoriales; de la otra, fronteras culturales, simbólicas” (Grimson, 2000a: 9). Como afirma o autor, o trabalho etnográfico complicou o conceito, particularmente os trabalhos de Evans-Pritchard, que incorporam uma noção relacional e não essencialista da identidade, e os de Leach, que mostram a falta de coincidência entre fronteiras sociais e culturais (idem). Esta última perspectiva, que enfatiza as relações sociais, é refeita por Barth que “funda una línea de análisis de fronteras en un sentido metafórico asentado en las relaciones sociales. Entre otros elementos claves, Barth señalaba que las fronteras eran situacionales y no primordiales, y que la etnicidad puede ser mejor comprendida si se la analiza como una cuestión de organización social. Todos estos aspectos pueden aplicarse al análisis de fronteras interestatales” (Grimson, 2000a: 19). Além disso, como assinala o autor, “Barth postulaba una autonomía entre fronteras y comunicación que puede aplicarse a los procesos de regionalización” (idem):

“los límites persisten a pesar del tránsito de personas a través de ellos. En otras palabras, distinciones étnicas categoriales no dependen de una ausencia de movilidad, contacto e información; antes bien, implican procesos sociales de exclusión e incorporación por los cuales son conservadas categorías discretas a pesar de los cambios de participación y afiliación en el curso de las historias individuales (...) las distinciones étnicas no dependen de una ausencia de interacción y aceptación sociales; por el contrario, generalmente son el fundamento mismo sobre el cual están contruidos los sistemas sociales que las contienen” (Barth citado em Grimson, 2000a: 19).

Assim, é na interação e de modo relacional “como esa diversidad se procesa y se construye”; por isso, a convivência cotidiana das populações fronteiriças não significa necessariamente compartilhar uma identidade ou uma identificação “fronteiriça”, como propõem alguns trabalhos, pelo contrário, “la propia dinámica de la interacción cotidiana plantea en muchos casos (...) un crecimiento de los roces y los conflictos” (idem, 19).

Na América Latina, as fronteiras entre os Estados-nação têm sido notavelmente invisíveis para os estudos antropológicos e sociológicos até poucos anos atrás; isto faz que saibamos muito pouco acerca de nossas fronteiras, a sua diversidade e, particularmente, acerca das relações entre nação, cultura e Estado (Grimson, 2000a: 27)⁷.

O presente trabalho orienta-se nesta direção, tendo como uma de suas preocupações principais os modos em que a fronteira, o Estado e a nação são vividos cotidianamente pelas populações fronteiriças. Neste sentido, Donnan e Wilson insistem na importância da análise da vida cotidiana da gente nas fronteiras políticas; “ethnographers of borderlands can provide distinct and concrete views of social, cultural, and political identities at the most tangible interface of nation-states” (Donnan e Wilson, 1994: 3). Os atores fronteiriços estão em um constante contacto com os *outros*⁸ através de seu limite respectivo; matrimônio, economia informal, comércio e consumo de toda classe, turismo, esporte e religião são algumas das formas pelas quais relacionam-se os membros de uma sociedade de fronteira; como colocam os autores, “it is in the understanding of the ways that border people adapt to the human and social necessities of living with, or in spite of, their cross-border neighbours, who may be considered to be friends, enemies, or neutral, that anthropologists may make their most valuable contributions to the study of nations, states, and national sovereignty, as they are experienced in the lives of their people” (idem, 3).

⁷ Donnan e Wilson, analisando a literatura que, desde uma perspectiva antropológica, tem-se ocupado do estudo dos limites políticos internacionais, afirmam “the history of the anthropological study of state boundaries might be said to be a history of missed opportunities. It has certainly been unsystematised, with few of those who have worked and written about state and sub-state or regional borders citing the work of others who have made similar studies” (Donnan e Wilson, 1999: 27).

⁸ O *outro* está além dos limites do grupo e é definido como o diverso e desigual. Neste sentido, a noção de *outro* vincula-se com o conceito de etnocentrismo, conceito básico para compreender as divisões identitárias e sociais em todas as sociedades humanas. Para Leach, o etnocentrismo é uma característica humana universal que representa uma atitude comum a todos os grupos humanos e relaciona-se “à formação da comunidade através do parentesco, da política, da casta, das classes, da raça, da língua (...). A afirmação da própria identidade transforma-se freqüentemente na negação do outro, seja ele diferente ou não, com o conseqüente aparecimento de formas conflituais, de discriminação, de intolerância e de valorização negativa de quem está fora do círculo identificado com o grupo” (Leach, 1985: 150).

1.1.1 o limite político

Os limites políticos dos Estados nacionais cumprem diversas obrigações. Wilson e Donnan lembram, “what these state borders are supposed to be and what they are supposed to do” (Wilson e Donnan, 1998: 9). Os Estados nacionais criam as fronteiras para assegurar territórios que resultam valiosos, seja pelos seus recursos humanos ou naturais ou pela sua importância estratégica ou simbólica; “borders are both structures and symbols of a state’s security and sovereignty” (Donnan e Wilson, 1999: 15).

Na tarefa de definir e estabelecer fronteiras políticas entre Estados nacionais é importante lembrar o papel do Estado, “as an arbiter of control, violence, order and organization for those whose identities are being transformed by world forces” (idem, 2).

A idéia do Estado como um *árbitro*, que podemos entender como sinônimo de juiz ou regulador, é sugestiva para visualizar as ações do Estado (tanto materiais como simbólicas) nas fronteiras políticas, onde não se trata somente de estabelecer um limite, mas também de constituí-lo e categorizá-lo. É o Estado que assume esta tarefa, definindo e validando, como um juiz ou como um árbitro, o antes e o depois do limite político internacional, definindo o que se tem ou que se *deve* encontrar antes, e o que se pode encontrar depois de atravessar uma fronteira política.

Brubaker e Cooper, na sua preocupação por precisar a utilidade analítica do conceito identidade, propõem uma série de termos alternativos, com a intenção de “desentrañar la espesa maraña de significados que se han acumulado alrededor del término ‘identidad’” (2001: 43). O termo “identificação” é um destes termos alternativos que não teria as conotações reificantes de identidade e convidaria a especificar os agentes que realizam a ação, sem pressupor que tal ação de identificar (ainda que realizada por agentes poderosos como o Estado), “deberá necesariamente resultar en la igualdad interna, la distintividad, el sentido de igualdad grupal que pueden intentar alcanzar los emprendedores políticos” (idem, 44).

Os autores distinguem um tipo importante de identificação externa (que não tem correlato na auto-identificação) referente aos, “sistemas de

categorización formalizados, codificados y objetivados desarrollados por instituciones poderosas y autoritarias” (idem, 44). Brubaker e Cooper reconhecem no Estado moderno um dos agentes mais importantes de identificação e categorização entendidas neste último sentido; “el Estado monopoliza, o busca monopolizar, no sólo la legítima fuerza física sino también la legítima fuerza simbólica, como lo expresa Bourdieu. Esto incluye *el poder de nombrar, de identificar, de categorizar, de indicar qué es qué y quién es quién* (...) el Estado es un poderoso “identificador”, no porque pueda crear “identidades” en el sentido fuerte – en general, no puede - sino porque tiene el material y los recursos simbólicos para imponer las categorías, los esquemas clasificatorios, y los modos de conteos e informes sociales con los cuales los burócratas, los jueces, los maestros y doctores deben trabajar y a los que los actores no-estatales deben remitirse” (Brubaker e Cooper, 2001: 45, grifos nossos).

A concepção e os sentidos do limite político em uma fronteira internacional podem ser diversos e, certamente, complexos. Porém, existe um ponto de partida decisivo na análise e na concepção deste limite, e é o reconhecimento de que, para o Estado, o limite está claro, definido e é absolutamente indiscutível. Neste sentido, é central admitir o papel e a ação do Estado no estabelecimento e na composição do limite político. A visão do Estado como um árbitro (segundo Wilson e Donnan) ou como um poderoso “identificador” (segundo Brubaker e Cooper) apontam a esse reconhecimento principal, que supõe, por sua vez, reconhecer (como também o fazem Wilson e Donnan) o tremendo poder do Estado nas fronteiras, “where the powers of the state are monumentally inscribed” (Wilson e Donnan, 1998: 8).

Agora, como é um limite político?. Wilson e Donnan distinguem três elementos nas fronteiras políticas: um limite legal que simultaneamente une e separa os Estados; as estruturas físicas do Estado, que demarcam e protegem o limite e que se compõem de pessoas e instituições que geralmente penetram profundamente dentro do território do Estado, e as fronteiras ou regiões territoriais dentro das quais as pessoas negociam uma variedade de

comportamentos e significados associados com seus pertencimentos a nações e Estados (Wilson e Donnan, 1998: 9).

Nas cidades de Rivera e Santana do Livramento, um dos fatos que mais chama a atenção é a ausência do que Wilson e Donnan identificam como estruturas físicas do Estado. O Estado, pensado como membrana política que controla e, de alguma forma, seleciona, ao permitir ou negar o traslado de um Estado a outro, não estaria cumprindo com esta função no interior de ambas as cidades e na circulação cotidiana da sua população (ao menos nos termos colocados por Wilson e Donnan). Isto, de jeito nenhum, significa que esses controles não existam, mas, evidentemente, adquiririam outras formas e provavelmente outros sentidos.

O que interessa destacar aqui é que o limite político das cidades de Rivera e Santana apresenta particularidades distintivas. Algumas das características principais das fronteiras políticas internacionais estariam, neste caso, ausentes; o limite político internacional entre as cidades não tem uma substância física real, o que tem levado a se afirmar a ausência de limites ou de fronteira entre ambas populações⁹. Mas, então, por que nesta fronteira coisas demais são *inevitáveis*?

Durante nosso trabalho de campo, uma das expressões freqüentemente usadas pela população para explicar uma grande variedade de fatos da sua vida cotidiana foi a expressão de *inevitabilidade*. Nesta fronteira, muitas coisas parecem ser *inevitáveis*, convertendo-se em inevitáveis pelo simples e crucial fato de se ter nascido na fronteira ou de se viver na (a) fronteira (por exemplo, para os riverenses falar em *portunhol* ou em português é um fato inevitável). Mas, por que teriam que ser evitáveis e segundo quem deveriam sê-lo?

Detrás desta concepção de inevitabilidade, encontra-se a idéia de que, neste lugar fronteira política, as coisas deveriam estar claras em uma espécie de antes e depois; porém, não resultam ser *como se supõe que deveriam ser*,

⁹ A particular situação que vive a fronteira de Rivera e Santana tem originado publicações que destacam uma “identidade fronteiriça”, “una integración de hecho”, etc., etc., que podemos identificar dentro do discurso da irmandade dos povos, postura que merece uma discussão detalhada que ampliamos no capítulo 5.

convertendo-se em fatos e em práticas *inevitáveis* ou em “*situações inusitadas*”.

O Estado desempenha um importante papel como árbitro ou identificador na articulação deste limite entre o inevitável e o evitável que, por sua vez, é concebido de diversos modos pela população da fronteira que, ao concebê-lo, está reconhecendo limites. Mas estes limites são limites culturais ou simbólicos além do limite físico ou legal entre os Estados-nação que, nesta fronteira, vivem-se e negociam-se todos os dias.

A análise da vida cotidiana das populações fronteiriças permite identificar estes limites culturais e os modos em que se articulam com os limites político-jurídicos entre nações e Estados. Desta forma, como assinalam Wilson e Donnan, podemos começar a compreender algumas das diferenças e conteúdos de entidades como Estado e nação em uma fronteira política.

1.2 reflexão metodológica: métodos e estratégias de investigação

1.2.1 postura metodológica

Nossa investigação está guiada por uma opção metodológica considerada a mais adequada para alcançar os objetivos propostos e, em consequência, uma maior compreensão da fronteira política de Rivera e Santana do Livramento. Esta opção metodológica está caracterizada por três aspectos principais. O primeiro deles relaciona-se com a eleição de nossos informantes, suas características e o tipo de relação estabelecida com os mesmos.

Nossos informantes foram numerosos (em torno de 50 pessoas) e de profissões e origens diversas: comerciantes, professores, alunos, comunicadores, juízes, funcionários das prefeituras e camelôs (vendedores ambulantes). A relação que estabelecemos com a maioria deles limitou-se a dois ou três encontros durante os quais fizemos entrevistas abertas e diálogos (os detalhes seguem no numeral 1.2.2). Se bem que também estabelecemos uma estreita relação com uma família de Livramento (falamos dela no numeral 1.2.3), que nos ofereceu importantes conhecimentos acerca desta fronteira e da sua gente.

Uma segunda característica de nosso trabalho relaciona-se com o fato de ter desenvolvido a investigação *de um lado e do outro* do limite político, isto é, cruzando a fronteira política (o que não quer dizer que o tenhamos conseguido em todos os casos e que os resultados tenham sido equivalentes em relação à profundidade ou grau de compreensão dos mesmos).

Os estudos de limites políticos exigem uma metodologia deste tipo; a opção de fazer a investigação exclusivamente *de um lado* provoca não só a perda de um material valioso para a interpretação, mas também a perda de uma visão provavelmente mais real da vida cotidiana da gente numa fronteira política.

Em terceiro e último lugar, para a análise de nossos objetivos foram usados como recursos assuntos ou temas diversos, como o estudo de algumas das principais características das famílias de fronteira e suas práticas cotidianas, as línguas usadas por estas famílias no dia a dia, o âmbito educativo, estereótipos regionais e questões de identidade e integração.

Certamente, cada um destes temas e suas múltiplas derivações revelaram uma grande complexidade que simplesmente nos limitamos a reconhecer. Desta forma, nossa atitude metodológica tem tido como consequência principal o acesso à problemática de assuntos diversos que, pelas características de nossa investigação, não chegamos a conhecer em profundidade. Porém, achamos que estes “assuntos diversos” estão falando todos ao mesmo tempo (desde diferentes perspectivas) da situação de fronteira e é neste sentido que reconhecemos seu valor e justificamos nossa opção. De tal forma, nosso objeto de estudo muitas vezes termina convertendo-se na situação de fronteira vivida pelos habitantes de Rivera e Livramento; e nas palavras de nosso orientador, “é como se esta situação acabasse se transformando em um fato social total do qual se tenta abarcar todas as facetas”.

1.2.2 trabalho de campo: métodos e técnicas de investigação

As primeiras visitas à fronteira de Rivera e Livramento iniciaram-se em julho de 1998 e, posteriormente, em janeiro de 1999; então, fizemos nossas primeiras entrevistas a docentes do lugar e donos de estabelecimentos comerciais. Pouco mais de um ano depois, em fevereiro de 2000, ingressamos no âmbito educativo e estudamos os usos e concepções das línguas das autoridades educativas dos estabelecimentos públicos (e estaduais) de ensino de Rivera e Santana e dos professores (de nível primário) de ambas as cidades. Nosso trabalho se concentrou em fazer entrevistas de tipo aberto (umas dez, aproximadamente).

Desde agosto do ano de 2000 até maio de 2001, fizemos trabalho de campo sistemático, vivendo e “etnografando”¹⁰ a fronteira de Rivera e Livramento. Vários foram os universos e os materiais investigados, a continuação tentaremos expô-los da forma mais clara possível indicando a metodologia usada.

Um de nossos universos de trabalho mais importantes foi a área comercial urbana. O comércio é um dos principais eixos de vinculação entre as cidades, junto com a área comercial urbana (que definimos e descrevemos adiante). Este é um espaço de interação chave que mereceu uma observação cotidiana de forma ininterrompida ao longo de nosso trabalho. Um grande número de nossas observações mais agudas surgiram de nossas caminhadas pelas ruas centrais da cidade, de nossas compras nos supermercados, viagens de ônibus ou almoços em diferentes bares; nestes casos, tentamos manter uma atitude alerta ao dado etnográfico, pois estas atividades se converteram em oportunidades chave para observar a interação entre as pessoas, compradores, vendedores, fregueses...de que falam?, que língua usam para falar?, estão contentes, tristes, zangados, por quê?, etc., etc.

A estas observações agregam-se as entrevistas abertas feitas a donos de estabelecimentos comerciais, integrantes das associações comerciais de ambas as cidades, vendedores ambulantes, *quinieleros*¹¹ da *linha*, empregados comerciais e comerciantes (umas 17 entrevistas no total).

Por outro lado, elaboramos uma pesquisa¹² em torno de 40 perguntas (ver apêndice 1) para aplicar nos estabelecimentos comerciais da área central de ambas as cidades. De início, foi elaborada para definir uma escala de atitudes segundo a escala Lickert (ver Baranger, 1992), que tornasse possível uma análise quantitativa posterior, mas a pesquisa incorporava um grande

¹⁰ Como tem sido assinalado em outras partes, a etnografia não é somente uma técnica de campo e não implica exclusivamente fazer observação participante, entrevistas ou uma boa descrição. A etnografia tem como propósito principal uma descrição significativa, orientando-se à interpretação cultural (Geertz, 1989; Wolcott, 1993).

¹¹ Recebedor de apostas do jogo do bicho.

¹² A pesquisa foi feita individualmente sem a entrega de formulários e isto freqüentemente provocou a transformação da relação pesquisador-pesquisado em uma entrevista de tipo aberto. As perguntas foram formuladas em português em Livramento e em espanhol em Rivera.

número de questões (consideradas relevantes) o que tornava difícil continuar com esta primeira opção (pois devíamos definir um único objeto para medir quantitativamente uma atitude) e optamos por fazê-la segundo uma esquema analítica qualitativa (embora seja possível submeter algumas questões a uma análise estatística).

A decisão de trabalhar com a pesquisa atendeu a duas razões; a primeira, como estratégia de trabalho, ao facilitar o acesso ao estabelecimento comercial com um objetivo definido; a segunda, pelo seu propósito comparativo entre os próprios entrevistados de um e do outro lado do limite político.

A pesquisa foi aplicada aos empregados dos estabelecimentos comerciais da área central de ambas as cidades. Foram feitas 135 pesquisas em Livramento e 90 em Rivera.

Antes da sua aplicação nas casas comerciais da área de fronteira, foi ensaiada no “Hogar de Estudiantes de Rivera” em Montevideu (capital do Uruguai). Este Hogar, dependente da prefeitura de Rivera, oferece hospedagem a jovens riverenses que iniciam seus estudos universitários na capital. Atualmente, encontram-se hospedados uns 70 estudantes e aplicamos a pesquisa a 20 deles, experiência que resultou central em nossa investigação.

É importante reconhecer as limitações da presente pesquisa, sobretudo, com relação à análise do uso das línguas nestas cidades de fronteira.

O uso das diferentes línguas desempenha um jogo simbólico com significados vários, segundo a definição social do contexto de interação, os participantes, os objetivos da interação, entre outras variáveis de importância. Se bem que a pesquisa ofereça um jogo de perguntas similares com referentes diversos para investigar o uso das línguas e a relação com as línguas, não podemos pretender resolver estas questões com cinco ou dez perguntas precisas. Por isso, aos resultados da pesquisa é imprescindível acrescentar observações etnográficas que também fizemos, e que pretendem responder questões tais como quais são as línguas usadas pelos empregados comerciais de uma e outra cidade, quais as usadas pelos potenciais fregueses e como transcorre ou se define (em termos lingüísticos) a interação compra-venda.

Um segundo universo de trabalho foi a área educativa. A educação pública tem desempenhado um papel central na consolidação de um modelo de configuração nacional e na reprodução e afirmação de uma série de referentes culturais e institucionais para os membros de um Estado-nação. As entrevistas que desenvolvemos com docentes e autoridades educativas de ambas as cidades (umas 18, no total, considerando as feitas em um trabalho de campo anterior) orientaram-se nesta direção, analisando também questões relativas ao ensino da língua nacional, às formas de ensino e algumas das problemáticas específicas enfrentadas na área educativa.

Por outro lado (e, neste sentido, trabalhamos dentro da área educativa, mas também poderíamos apresentá-lo de outro modo), com o objetivo de conhecer a opinião que os falantes têm sobre a língua que falam, por que a falam, quando e como, fizemos as seguintes experiências (na cidade de Rivera para grupos de crianças desde 6 até 12 anos e jovens de 16 até 18 anos). Durante dez dias, fomos no horário da manhã a uma escola pública (estadual) primária em um bairro próximo ao limite político internacional. Durante esses dias, trabalhamos com cinco grupos de crianças, organizando (durante o horário da aula) conversas grupais informais e flexíveis com relação a seu conteúdo, tentando manter o interesse das crianças e a sua participação. Também ficamos com eles, brincando ou conversando, no intervalo das atividades escolares na parte da manhã.

Repetimos esta mesma experiência com jovens adolescentes de um ginásio público de Rivera Chico (um dos bairros mais povoados de Rivera). A dinâmica foi a mesma, conversas grupais e informais¹³, guiadas por perguntas formuladas no começo da nossa apresentação durante o horário da aula.

¹³ Neste caso, como no trabalho desenvolvido na escola pública, não podemos falar de um contexto informal, pois as atividades promovidas se desenvolveram na aula dentro da instituição de ensino, com a presença do professor e no horário escolar. Usamos a palavra informal, sobretudo, para indicar que não seguíamos uma dinâmica rígida com as perguntas ou na interação com os estudantes. Em cada ocasião, começava-se o diálogo de diversos modos e em forma flexível, segundo os interesses expressados pelos próprios estudantes. Por exemplo, o uso do toca-fitas deslumbrou as crianças que gostavam de cantar e logo escutar seus cantos, então lhes pedimos que cantassem em espanhol, português ou cantassem o hino nacional uruguaio ou brasileiro ou contar piadas ou anedotas (em diferentes línguas), observando o que acontecia. Com os jovens, orientamos a discussão para as saídas noturnas, as festas, a música e o futebol e dentro desses temas trabalhamos as questões de nosso interesse, também usamos o toca-fitas e também cantamos.

Fizemos isto durante quatro dias, no horário da manhã e da tarde, trabalhando com cinco grupos de 35 a 40 jovens cada um. Algumas das perguntas formuladas foram: o que é o *portunhol*?, quais são as diferenças com o português?, concordam com o ensino do português nas escolas, por quê?, quem fala *portunhol*?, quando falo em espanhol?, quando falo em *portunhol*?, com quem não se fala em *portunhol*?, que coisas só se falam em *portunhol*?

Podemos identificar um terceiro universo de trabalho que definimos como institucional. A prefeitura de Rivera e Livramento representam as instituições políticas principais de ambas as cidades, sendo órgãos e porta-vozes dos respectivos governos nacionais. Fizemos oito entrevistas com funcionários de ambas as instituições, além de analisar, através dos meios de comunicação, a imprensa e o rádio, quais foram as principais atividades promovidas pela prefeitura, os motivos e as formas, particularmente as correspondentes ao setor de Cultura da prefeitura de Rivera.

Também trabalhamos com outras instituições jurídicas e administrativas, como os cartórios. Nosso propósito inicial foi o de investigar a porcentagem de matrimônios mistos (de dupla nacionalidade). Para isso, analisamos os casamentos realizados em Santana nos últimos 2 anos e 8 meses (um total de 828 casamentos). Na cidade de Rivera, tivemos acesso às cifras dos casamentos efetuados desde janeiro até setembro de 2000 (um total de 267 casamentos). Em função dos resultados encontrados, vimo-nos na necessidade de entrevistar a juízes dos cartórios de ambas as cidades (3 entrevistas). Por último, entrevistamos a funcionários e autoridades de uma das alfândegas administrativas da cidade de Rivera (4 entrevistas).

A imprensa e o rádio também foram recursos usados em nossa investigação. Durante três meses, assistimos sistematicamente a um polêmico programa radiofônico de Rivera emitido no horário da manhã, no qual participam ativamente os ouvintes, que gravamos em algumas ocasiões para análises posteriores. Eventos chave acontecidos na fronteira durante nosso trabalho de campo (como a aparição de um foco de aftosa no departamento de Artigas ou as eleições de vereadores na cidade de Santana) promoveram discussões radiofônicas interessantes. Temas apropriados discutidos

abertamente, como contrabando, integração, futebol ou as relações comerciais entre ambas as cidades, iluminaram muitas de nossas observações em curso. A imprensa de ambas as cidades também permitiu estudar eventos ou acontecimentos locais específicos, que acompanham algumas de nossas observações.

1.2.3 acerca de nossos informantes

Como mencionamos anteriormente, a relação com a maioria de nossos informantes (que incluem professores, autoridades educativas, funcionários das prefeituras, comerciantes, juízes, vendedores ambulantes, *quinieleros*, crianças e jovens estudantes), limitou-se a dois ou três encontros, durante os quais fizemos entrevistas abertas e diálogos, com exceção de alguns professores, autoridades educativas e crianças (da cidade de Rivera), com os quais estabelecemos uma relação mais estreita que conservamos no curso de nosso trabalho.

Por outro lado, nos últimos três meses no campo, estabelecemos um íntimo vínculo com uma família de fronteira que mantemos até o presente. Este fato não aconteceu por causa de uma intenção metodológica, mais uma vez nesse núcleo reconhecimos a importância de sistematizar nossas observações que, em alguns casos, complementavam ou confirmavam o já feito.

Com Andressa e Miguel, compartimos horas de conversa e cotidianeidade que nos aproximaram à realidade íntima da fronteira, à qual não tínhamos tido a oportunidade de ter um acesso de maneira tão estreita.

Andressa e Miguel têm mais de cinquenta anos de casados e vivem na cidade de Santana. Andressa tem 71 anos, é brasileira de pai uruguaio; Miguel tem 80 anos, é uruguaio nascido no interior do departamento de Rivera. Ambos assistiram à escola pública uruguaia e duas das irmãs de Andressa foram professoras de escolas públicas de Rivera. Casaram-se em Rivera e registraram seu casamento no Brasil. Miguel manteve açougues em ambas as cidades e sua esposa trabalhou com ele.

Eles têm duas filhas. Em Rivera, nasceu uma de suas filhas que frequentou a escola e o ginásio em Santana (ela está casada com um espanhol e mora na Espanha). Em Santana, nasceu sua segunda filha, que estudou e se formou na cidade de Rivera; atualmente, é professora de inglês em escolas estaduais de Santana. Está casada com um santanense e tem dois filhos.

Hoje, Andressa e Miguel estão aposentados e moram em casa própria a quatro quadras da *linha*, na área central da cidade de Santana.

1.3 as cidades de Rivera e Santana do Livramento. principais aspectos socioeconômicos e demográficos

Como temos assinalado antes, o assentamento urbano de Rivera e Santana situado sobre a linha divisória é o mais importante de toda a região de fronteira Uruguai-Brasil, com uma população de mais de 160.000 habitantes.

O departamento de Rivera encontra-se situado no nordeste do Uruguai, limitando-se, ao norte, com o Brasil, ao sul-oeste e ao sul, com o departamento de Tacuarembó; ao leste, com Cerro Largo e, ao oeste, com Artigas e Salto. Ocupa uma superfície de 9.370 km², que representa 5,3% da superfície total do país. A população total do departamento é estimada para o ano de 1996 em 98.489, a população estimada para a cidade de Rivera é de 62.873 (Instituto Nacional de Estatística, 1996).

O setor terciário, composto fundamentalmente das atividades comerciais, é um dos mais importantes, com 61,5% da população economicamente ativa (PEA). O intenso fluxo de mercadorias gera um comércio formal e informal na maioria dos casos difícil de delimitar por apresentar-se em superposição, existe um número de pessoas difícil de quantificar, as quais exercem uma atividade informal; por exemplo, em torno do contrabando, existem vendedores ambulantes e a domicílio de produtos trazidos da Argentina e zonas francas do Paraguay ou de Manaus (Bentancor et al., 1989). O denominado contrabando formiga é quantitativamente o que ocupa o maior número de pessoas, mas o “grande contrabando” por relações indiretas também é importante em número (idem).

O setor primário (pecuária, agricultura, silvicultura e mineração) reúne 20,3% da PEA, o setor secundário (indústria manufatureira, construção e electricidade, gás e água) ocupa 18,2%. Rivera não tem áreas industriais; as atividades deste tipo são escassas e de índole agroindustrial, como as empresas florestais e a charutaria (Bentancor et al., 1989).

O município de Santana do Livramento encontra-se situado ao sudoeste do Estado do Rio Grande do Sul, limitando-se com os municípios de Dom Pedrito, Quaraí, Rosario do Sul e o Uruguai. Ocupa uma superfície aproximada de 7.001 km², que representa 2,49% da área do Estado do RS. A população estimada da cidade de Santana para o ano de 1996 é de 79.467 (Anuário estatístico de RS, 1997).

A atividade terciária é um dos setores com maior desenvolvimento no município, as atividades comerciais, junto com o setor de serviços, absorvem 58% da PEA. A cidade de Santana conta com uma infraestrutura comercial muito superior ao que seria normal para o tamanho da sua população, devido à demanda gerada por uma grande porcentagem de consumidores uruguaios (Guarneiro, 1987; Bentancor et al., 1989). Dentro do setor primário, o extensivo negócio de gado é a atividade principal, ocupando 90% das terras. A atividade industrial está pouco desenvolvida e basicamente vinculada com o gênero de produtos alimentícios. Santana tem um bairro industrial de antiga data, criado em torno do frigorífico ARMOUR, uma das empresas de maior dimensão (Bentancor et al., 1989).

As características gerais da atividade econômica em ambos os lados da fronteira são similares, a atividade pecuária é predominante, ocupando a maior parte das terras e constituindo-se na principal fonte de riquezas; a atividade industrial está pouco desenvolvida em ambos os casos, sendo o rubro alimentício o de maior número de estabelecimentos e o que ocupa maior quantidade de pessoal (Guarneiro, 1987). A atividade terciária, tanto em Rivera como em Santana, é a de maior importância, absorvendo 50% ou mais da PEA em ambos os casos; porém, enquanto em Rivera o ramo de serviços comunais, sociais e pessoais é o que ocupa maior número de ativos dentro da atividade

terciária, em Santana esta importância diminuiu, aumentando a do setor comercial, especialmente o comércio minorista (idem).

A relação comercial entre as cidades atravessou vários ciclos de influência de uma economia sobre a outra, embora a partir das décadas dos '60 e '70, com o auge do chamado “milagre brasileiro”, se iniciasse um ciclo unidirecional favorável ao comércio brasileiro (Bentancor et al., 1989). O prolongado ciclo a favor de Livramento tem produzido mudanças em Rivera; a recessão comercial, o estancamento agropecuário com exploração latifundiária de ambos os lados, a falta de indústrias – salvo algumas de tipo zafral (tabaco, vide, frigorífico) – que têm obrigado os riverenses a empreender uma série de atividades de baixo rendimento econômico “que, en muchos casos, no pasa de ser una desocupación disfrazada” (idem, 21). Existe uma importante oferta de mão de obra que não encontra fontes de trabalho; o mercado de trabalho na área comercial decaiu pelo seu estancamento provocado pelo crescimento do comércio santanense (que embora absorva mão de obra uruguaia, não resolve o problema) (idem).

Algumas das principais características do mercado laboral fronteiriço são a elevada informalidade urbana do lado uruguaio e o baixo nível de ingressos; mais da metade dos lares riverenses recebem ingressos menores dos que dois salários mínimos nacionais, sendo uma das principais fontes de ingresso os salários públicos e as aposentadorias e pensões que, em conjunto, equivalem a 67% do total de ingressos (Guarneiro, 1987). As principais empresas estão situadas do lado brasileiro e ocupam mão de obra de ambos os lados da fronteira.

O fluxo de trabalhadores riverenses para Santana é, junto com a informalidade, uma válvula de escape da mão de obra desocupada uruguaia. Guarneiro destaca a existência de um duplo processo migratório; dentro do Uruguai, há um fluxo de imigração em direção a Rivera, integrado por

habitantes de outros departamentos¹⁴ e da população do próprio departamento; em Santana, observa-se um processo de emigração para outras cidades do Brasil, constituído por trabalhadores de ambas as nacionalidades. As causas que explicariam este processo seriam, fundamentalmente, a atração pela diferença de preços, que explicaria o fluxo para Rivera, e a procura de fontes de trabalho, que determinaria o movimento da população desde Rivera e Santana em direção a outros centros urbanos do Brasil (idem).

Santana do Livramento depende, em grande medida, do Uruguai como demandante dos bens que comercializa, enquanto Rivera é afetada por uma depressão prolongada da sua atividade econômica. Os *free shops* (dos quais falaremos adiante), criados pelo decreto do ano de 1986 do governo nacional uruguaio, que estabelecem exonerações arancelárias de bens e mercadorias importadas para sua venda nas cidades de Chuy e Rivera, foram um intento das autoridades nacionais para reativar a economia local. Não obstante, não representaram uma resposta adequada às expectativas geradas, sem significar uma contribuição importante à ocupação e dinamização da demanda¹⁵ (Guarneiro, 1987).

Com relação às necessidades básicas de educação, moradia e saúde, Rivera apresenta carências notórias em comparação com o resto do país, enquanto Santana situa-se acima da média do Estado do RS¹⁶.

A região norte e nordeste do Uruguai tem sido assinalada por diversas investigações como uma região periférica da economia nacional¹⁷, com os

¹⁴ Para o ano 1996, um 17% do total de residentes de Rivera declarava ter nascido em outro departamento (INE, 1996). O crescimento demográfico do departamento de Rivera, principalmente da capital, é superior à média nacional (Bentancor et al., 1989).

¹⁵ Porém, têm tido conseqüências imprevistas na conceptualização e uso dos espaços urbanos para a população de ambas as cidades, como veremos posteriormente.

¹⁶ Segundo o Índice Social Municipal Ampliado da Fundação de Economia e Estatística que relaciona os municípios e as regiões do estado do RS, segundo suas condições sociais e econômicas, Santana do Livramento ocupa, em uma ordem geral, o lugar número 81 (em cerca de 430 municípios); em condições de domicílio e saneamento, tem um índice de 0,75 (situando-se entre os 20 primeiros municípios com o melhor índice), em educação, 0,64 (ocupando o lugar 149 em uma ordem geral); em saúde, 0,26 (lugar 406) e, em renda, 0,38 (lugar 229) (FEE, 1991-96).

¹⁷ Faig Garicoïts confirma este caráter periférico, junto com o desequilíbrio regional do país, mostrando que a participação da região no valor agregado bruto nacional em 1995

maiores problemas sociais; índices de pobreza mais elevados, analfabetismo, mortalidade infantil e maiores necessidades de moradia (Vasallo, 1993; Melgar, 1993; Faig Garicoïts, 1998). O crescimento demográfico de Rivera, superior à média nacional, tem provocado a aparição de novos bairros periféricos, muitos deles marginais e carentes totalmente de serviços (Bentancor et al., 1989).

1.4 breve contexto histórico das cidades de fronteira

A continuação, situamos historicamente o contexto e os principais motivos ou interesses que conduziram ao surgimento destas cidades de fronteira. Não pretendemos desenvolver uma análise exaustiva, já que está além dos propósitos do presente trabalho. Somos conscientes de que deixamos sem resposta perguntas principais como, por exemplo, como se fizeram estas fronteiras e quais foram as políticas, os interesses e a participação dos Estados nacionais na conformação das mesmas¹⁸. O próprio limite político do departamento de Rivera com o município de Santana do Livramento apresenta características singulares, desde o ponto de vista histórico, com relação ao resto dos limites políticos com o Brasil, e inclusive com a República Argentina¹⁹. Porém, estamos deixando de lado a análise destas questões, e é importante reconhecê-lo, que implicariam uma investigação mais profunda e detalhada desde uma perspectiva histórica²⁰.

representava menos de 7%, enquanto o de Montevideu e o de Canelones (departamento limítrofe de Montevideu), representava 67% (Faig Garicoïts, 1998).

¹⁸ Como assinala Grimson, reconhecer a historicidade das fronteiras políticas, isto é, a concepção da fronteira e seus processos, “como contingentes, sujetos al tiempo y a la acción humana”, é um aspecto central das investigações desenvolvidas nestas áreas (Grimson, 2000: 33). Como lembra o autor, as fronteiras não sempre estiveram ali, “son el producto de disputas entre imperios y reinados, entre poblaciones locales, son la consecuencia de la construcción de los Estados-nación” (idem, 32).

¹⁹ Quando se estabeleceram os limites nesta região, no ano de 1856, os demarcadores confundiram o arroio “Invernada” com o arroio “Maneco”, o limite político entre os Estados se trasladou vários quilômetros ao oeste originando a situação de limite contestado (em disputa). O área total em disputa é de aproximadamente 25 mil hectares. No ano de 1970, fundou-se um povoado uruguaio, Villa Masoller, na área em disputa. Em 1985, se construiu Villa Alborno (povoado brasileiro) dentro da área que o Uruguai reclama como sua.

²⁰ Com relação à origem das cidades, também se descobre uma complexidade histórica interessante, onde as guerras, além do comércio, cumpriram um papel importante, tanto na origem como no desenvolvimento posterior de ambas as cidades. Durante os quarenta anos em que Livramento antecedeu a Rivera, a região passou pela Guerra Cisplatina, a Revolução

As cidades de Rivera e Santana do Livramento surgem em um contexto de luta territorial e de demarcação de linhas limites de soberania. Os Impérios da Espanha e de Portugal demonstravam especial interesse pela Banda Oriental, visto que o território correspondia a uma zona conflitiva entre seus domínios, atribuindo-lhe, por isso, a condição de fronteira interimperial (Caetano; Rilla, 2001).

É interessante lembrar que ao Estado do Rio Grande do Sul também tem sido outorgado o caráter de fronteira (Oliven, 1992). Oliven reconhece na posição estratégica do Rio Grande do Sul um dos motivos principais para que fosse considerado uma área limítrofe; estaria às bordas do Brasil e poderia tanto formar parte deste como de outros países, dependendo do resultado das forças históricas em jogo (idem).

A cidade de Santana do Livramento²¹ é resultado da presença de acampamentos militares que, durante o século XIX, marcaram o início do povoamento intensivo da fronteira e formaram parte do projeto português de expansão política em direção às terras coloniais espanholas (Schäffer, 1993).

No ano de 1857, o Poder Executivo do Uruguai dirigia uma mensagem ao Parlamento onde expressava; “que los Departamentos fronterizos con el Brasil estaban ocupados en su mayor parte por brasileiros. La ganadería y la incipiente agricultura se volcaba hacia el Brasil. La gente inscribía a sus hijos en el Brasil. Era como si esos territorios no fueran orientales (...) El poder ejecutivo dispuso como primera medida (...) que se creara un pueblo” (Rodríguez Navarro, 42).

A fundação das diferentes localidades sobre a linha fronteira tem que se incluir no processo de criação do Estado Oriental. Como assinalam Caetano e Rilla, os começos do Estado Oriental foram cambaleantes, sem limites territoriais, em um vazio demográfico, sem moeda; “el nuevo Estado pujaría sin

Farroupilha, a Grande Guerra contra Rosas, guerras civis no Uruguai e logo a guerra do Paraguai (poucos anos antes, tinha sido fundada a cidade de Rivera).

²¹ Cujá data oficial de surgimento é 30 de julho de 1823 e corresponde ao ato de licença para a criação da igreja (Caggiani, 1983). Os duzentos moradores da localidade e mais de quarenta crianças escolheram para se batizarem a padroeira de “Nossa Senhora do Livramento” por corresponder em Portugal a “Nossa Senhora do Bom Parto” ou do “Bom Despacho” (Lima Albornoz, 2000).

embargo por ser ‘nuevo’ y por ser ‘Estado’” (idem, 31). Também o Brasil mostraria sua precariedade neste sentido, sua sangrenta luta pela independência que não conseguiu evitar os separatismos republicanos, sobretudo, no sul; “a su modo, todos experimentaron los condicionamientos derivados del lento cambio de hegemonía mundial favorable a la Gran Bretaña” (Caetano; Rilla, 2001: 42).

Em 7 de maio de 1862, o presidente Berro firmava a lei de criação da Villa de Ceballos²², com o principal propósito (se bem não exclusivamente) de “orientalizar”, segundo assinala Bleil de Souza (1995), o norte fronteiriço. Como lembra esta autora, a ocupação dos territórios fronteiriços foi sempre mais um empreendimento luso e brasileiro que espanhol e uruguaio; no momento da independência uruguaia os espaços localizados ao norte do Rio Negro ainda estavam despovoados, favorecendo às populações brasileiras uma “penetración pacífica” da região;

“O uruguaio converteu-se, em meados do século XIX, em imenso campo de engorda de gado para a indústria de charque brasileira (...), o Brasil exercia uma enorme pressão sobre os departamentos fronteiriços do Norte e do Nordeste (...), em 1889, os brasileiros declararam possuir 80% do valor das propriedades imobiliárias do departamento de Artigas e 77% do valor das de Rivera” (Bleil de Souza, 1995: 161).

²² Este foi o primeiro nome da atual cidade de Rivera. Dom Pedro de Ceballos foi Governador e Vice-rei de Buenos Aires, destacando-se por suas lutas contra as Colônias de Portugal; o desalojamento dos portugueses, em duas ocasiões diferentes, da Colonia de Sacramento, a conquista da fortaleza de Santa Teresa, a de San Miguel e a invasão da província de San Pedro (atual Rio Grande do Sul) foram algumas de suas façanhas. O nome de Ceballos procurava ser sinônimo de “agresividad y desafío” para um povo que se criava com a missão histórica de converter-se em “baluarte nacional de la soberanía, del lenguaje, de las costumbres y del comercio frente al enorme Imperio del Brasil” (Simões et al., 1970: 15). Foi em 1867, com o decreto da delimitação do povo, que se trocou seu nome por Rivera, correspondente a Bernabé Rivera (sobrinho de dom Fructuoso Rivera), coronel que lutou nas guerras da independência e foi morto pelos charrúas em uma emboscada na qual pretendia matá-los.

O deputado uruguaio Tomás Diago, um dos principais impulsores da fundação de *Villa Ceballos*²³, explicava a situação vivida nessa época nos seguintes termos; “este asunto es de vida o muerte. Es el más grave que puede presentarse hoy al Poder Legislativo. Después de largas desgracias, ha ido estableciéndose sobre esta desgraciada tierra una conquista pacífica, subterránea, sorda...” (Rodríguez Navarro, 22).

A ocupação do norte uruguaio por habitantes oriundos do Brasil, junto com a falta de comunicações vias e a separação administrativa de Montevideú, entre outros fatores, têm levado a muitos historiadores (e não exclusivamente)²⁴ a identificar uma regionalização histórica Norte-Sur²⁵ dividindo o país em “dos sectores perfectamente diferenciados: desde el punto de vista social, político y económico es como si fueran dos países distintos: el sur y el norte del río Negro (...) a la gente del Sur (...) no se le ocurría ni siquiera pensar, por ejemplo, que aquí vivíamos en régimen de esclavitud. Mucho le hubiera asombrado, si se enterara que en este lugar en que hoy está nuestro pueblo²⁶ y que entonces era un campo, no se le permitía a ningún ciudadano uruguayo construir su vivienda porque eso no lo permitían las autoridades del Imperio²⁷ (...)” (Rodríguez Navarro, 24).

Em 1862, a região da futura Villa de Ceballos era uma zona despovoada, mas não uma zona inexplorada, reconhecida naquela época como “el potrero del fondo” de Santana, que, já então, tinha mais de 10.000 habitantes, quartel, câmara municipal, igreja, escolas, jornal e teatro (idem). Quando em agosto de 1858, chegou um comerciante com a sua carreta vendendo mercadorias e se readicou definitivamente no lado uruguaio, a

²³ Originalmente, aspirou-se a criar Villa Ceballos como praça militar; o plano da cidade foi feito pelo agrimensor Lupi que morava em Santana, era uruguaio de nascimento, mas tinha a cidadania e o diploma brasileiros (a ele se deve a coincidência das ruas principais de ambas as cidades); antes que o plano fosse apresentado a qualquer autoridade de Montevideú, já estava presente no despacho do Comandante de Santana (Rodríguez Navarro).

²⁴ Lingüistas uruguaiois demonstram com fatos lingüísticos a regionalização histórica Norte-Sul e propõem a existência de delimitações subjetivas (as que fazem os próprios falantes através de seu conhecimento prático), que permitiriam aos “sureños” reconhecer quase inequivocamente os “norteños” (Elizaincín, 1996).

²⁵ “el proceso histórico nacional, la gesta artiguista, la de 1825 y todo el proceso posterior a lo largo del siglo XIX se desarrolló al Sur del río Negro”, (Rodríguez Navarro, 20).

²⁶ Refere-se à cidade de Rivera.

autoridade santanense de então (Brigadier David Canabarro, chefe do exército de fronteiras), dirigiu uma nota de protesto (com data 18 de agosto de 1858) ao chefe político de Tacuarembó²⁸, intimando sua retirada, tendo isto acontecido poucos anos antes da lei de fundação da *Villa de Ceballos*.

As autoridades políticas da fronteira, como o chefe político de Tacuarembó e o chefe do exército de fronteiras, eram contrárias à criação da *Villa de Ceballos*. Dizia o primeiro deles;

“habiendo tanto territorio libre en el país, venir a meterse justamente en este lugar, enfrente a Santana. Un lugar que, como todos sabemos, está pacífica y amistosamente explotado por nuestros amigos los brasileiros. Incluso si sale, como seguramente saldrá, el tratado de permuta, será territorio brasileiro (...) aquello va a ser una fuente de conflictos permanentes; se van a comprometer las normales relaciones entre dos Estados amigos por culpa de aquellos vecindarios. Eso es lo que pasa con los que se ponen a legislar desde la capital para lugares que no conocen, sin asesorarse antes con las personas sensatas y que conocen las cosas” (Rodríguez Navarro, 73).

Não obstante, também existiam outros interesses, para aqueles que chegavam para fazer comércio na fronteira, e para os habitantes de Santana do Livramento, que podiam ter acesso a novas mercadorias ou equivalentes à já existentes a preços muito mais reduzidos (Bentancor et al., 1989). Neste sentido, desde suas origens, as casas de comércio têm que ser reconhecidas como os elementos funcionais mais importantes das duas cidades (Bleil de Souza, 1995). Também o deputado Diago, de quem falamos antes, soube reconhecer, além dos propósitos originais de defesa e soberania, os interesses e futuros benefícios comerciais que podia render o assentamento de um novo povoado nessa região;

“no hay un punto más importante que éste, en lo político y en lo comercial (...) no pueden pasar sin ser observados ni una carreta con efectos de comercio y menos una tropa de ganado (...) establecimiento de una Aduana terrestre en ese lugar (...) pasaron por allí 190 mil cabezas de ganado para el

²⁷ Refere-se ao projeto de permutas de terras mantido pela chancelaria do Império português durante dez anos, pelo qual se cederiam as terras da atual Rivera ao Brasil.

²⁸ Nessa época, ainda não se tinha criado o departamento de Rivera e a dependência política e administrativa da região era o departamento de Tacuarembó.

Brasil, las cuales pagaron el impuesto del cuatro por ciento (...) desde el punto de vista comercial (...) hay efectos que en el Brasil pagan el 35% y en nuestras Aduanas no pasan del 18% o el 20% (...) el pueblo de “Ceballos” ha de surtir a pueblos brasileros (...) de donde saca hasta la piedra con que están construidas sus casas” (Rodríguez Navarro; 58).

Os que começaram a estabelecer-se no povoado de Ceballos foram brasileiros, cujo número igualava ao de espanhóis, italianos e argentinos; a chegada dos frigoríficos, na segunda década do século XX (de capitais ingleses), renovou o número de europeus em ambas as cidades (Schäffer, 1993). Uma grande parte da população das duas cidades fronteiriças vinha dos barcos de imigrantes destinados a povoar as novas terras; citemos uma vez mais o ilustrativo discurso de Tomas Diago a favor da lei de fundação de *Villa Ceballos*;

“La mitad de la población de Santana son extranjeros: vascos españoles y franceses, alemanes, argentinos y un número regular de orientales. Hay población en Montevideo que ha venido en un buque español que iba a establecerse en el pueblo de Santana y que se ha detenido esperando la sanción de esta ley (...) los señores representantes comprenderán que un pueblo que empieza a fundarse con súbditos de diversas nacionalidades jamás será brasilero” (Rodríguez Navarro: 61).

1.5 na linha

É na área que definimos como central onde desenvolvimos a maior parte da nossa investigação. Nesta área, distinguem-se as avenidas principais das duas cidades, o limite político internacional ou *a linha*, e a praça ou parque *internacional* (inaugurada no ano de 1943)²⁹ (Imagem 10), (Imagem 11).



Imagem 10. *Diagrama da área central*. Centros administrativos e áreas comerciais principais de Rivera e Santana; as ruas principais, Sarandí (Rivera) e Andradas (Santana); *a linha* atravessando o parque *internacional* (retângulo preto); as prefeituras e as praças principais de ambas as cidades.

²⁹ Grande praça com um obelisco principal, que percorre o limite político entre as duas cidades, onde este segue uma linha reta; sua jurisdição divide-se pela metade entre as prefeituras de cada cidade; apresenta-se como símbolo de fraternidade e “tarjeta postal” ao mundo; “es motivo de orgullo local en un mundo acostumbrado a fronteras con barreras militares y



Imagem 11. *Parque Internacional*. O obelisco principal no parque e, na frente, um dos pequenos marcos que estabelece a fronteira urbana entre os países nestas cidades. O outro extremo do parque e outro dos pequenos marcos.

Na área central *a linha* está cheia de cores, de comidas e está completamente invadida pela gente. Sobre o limite político, encontram-se as tendas ou carpas dos vendedores ambulantes, que oferecem variadas mercadorias a baixos preços e que, do lado uruguaio, têm-se convertido em pequenas casas pintadas de cores fortes (verdes, azuis, vermelhos e amarelos)³⁰. Também sobre *a linha*, sobre o parque *internacional* e do lado uruguaio, encontram-se os carros de comidas, semelhantes a casas rodantes metálicas, prateadas, dispostas a pós outra³¹. Entre gente, roupas e toldos de

soldados armados (...) la plaza internacional es un claro reflejo de una convivencia pacífica y solidaria", jornal El Observador.

³⁰ As novas autoridades da prefeitura de Rivera pretendem deslocar os vendedores ambulantes localizados do lado uruguaio e trasladá-los a outra praça da cidade. Sua principal intenção é modificar a estética *da linha*.

³¹ Também pretende-se trasladar estes carros a outra praça da cidade.

feira, ficam fisicamente ocultos muitos dos marcos de cimento que dividem as duas cidades em dois países (Imagem 12).



Imagem 12. *A linha nos camelôs*. Sobre a *linha*, as casinhas de lata e os toldos dos camelôs. Os marcos freqüentemente ocultos entre as casinhas dos camelôs.

O centro comercial ou administrativo corresponde às avenidas centrais de Rivera e Santana, partindo de suas respectivas praças principais e finalizando no limite político assinalado pelo parque *internacional*. Em verdade, trata-se de uma única avenida (fisicamente, insistimos) atravessada e significada pelo limite político (*a linha*), onde se encontram os vendedores ambulantes ou comerciantes informais (de um lado e outro do mesmo)²⁷.

A ampla avenida central de nome Sarandí³² em Rivera sofreu uma mudança tanto estética como funcional, a partir da década dos '80, quando num intento de reativar o comércio local, o governo uruguaio impulsou a criação dos chamados *free shops*²⁹, comércios que oferecem ao público

²⁷ Em Rivera, sobre a linha, se concentra mais de 70% da população da cidade; no Livramento, a concentração urbana é ainda mais elevada (Bentancor et al., 1989).

³² O nome "Sarandí" lembra uma das "batalhas patriotas" acontecida no ano de 1825 depois do desembarque dos *Treinta y Tres Orientales*, com o objetivo de liberar a Banda Oriental do domínio do Império brasileiro.

²⁹ Como assinala Schäffer, a presença dos *free shops* na fronteira do Brasil e do Uruguai "é um dado novo na área e que ainda não foi devidamente avaliado. Promovido pelo Uruguai com a

estrangeiro³³ mercadorias importadas isentas de impostos. Segundo nossos dados, aqueles que se encarregaram deste empreendimento seriam uns 30% de empresários de Montevideú, de outros departamentos do Uruguai, do Brasil e outros. Trata-se de comércios com uma oferta de produtos característicos e uma grande inversão na sua estética visual. As pouco mais de dez quadras que ocupam na avenida Sarandí, no bairro central de Rivera, parecem contradizer todos os índices econômicos e sociais que assinalam este departamento como um dos mais pobres do país (Imagem 13).



Imagem 13. *Free shops*.

O centro de Livramento tem umas 60 casas comerciais conhecidas como “exportação via-balcão” que, num regime similar aos *free shops*, oferecem aos estrangeiros mercadorias isentas de impostos. Porém, a diferença destes, a sua mercadoria é exclusivamente de origem nacional, a diversidade dos produtos é maior e não cobram em dólares. A sua estética e disposição espacial é também diferente a seus similares em Rivera; não estão identificados nem concentrados em uma área definida e a forma de seus locais

intenção de estimular as atividades econômicas, inclusive o turismo, trazem reflexos não dimensionados para a fronteira brasileira (Schäffer, 1993: 25).

³³ O decreto 222/986 sobre o ingresso e egresso de mercadorias aos depósitos diz: “las mercaderías, previo a su ingreso a los depósitos habilitados, deberán lucir la siguiente leyenda: para utilizar fuera de la R.O.U (República Oriental del Uruguay)”. Em Rivera, os *free shops* também vendem ao público uruguaio, já seja porque muitos dos uruguaios da fronteira têm documentos brasileiros (o que explicaremos adiante), ou porque os *free shops* emitem os recibos de compra com nomes ou documentos falsos e estrangeiros.

comerciais e exibição das suas mercadorias responde a outros padrões estéticos (Imagem 14).



Imagem 14. *Comércios em Santana.*

O comércio de Santana apresenta outras particularidades, o denominado sobredimensionamento da extensão do espaço comercial além da cidade (considerando simplesmente o número e distribuição de supermercados e postos de gasolina é possível projetar a influência da fronteira brasileira sobre o espaço uruguaio)³⁴. Em ambas as cidades são fenômenos comuns a presença de firmas comerciais duplas (isto é, a mesma casa comercial de um lado e do outro do limite político) e a presença, em Santana, de numerosos empreendimentos comerciais dirigidos por uruguaios e vice-versa, sobretudo – como assinala Schäffer – como uma estratégia de defesa frente à eventual redução do mercado numa ou outra cidade³⁵.

³⁴ No início da década dos '80, estimava-se que 70% dos fregueses da rede de supermercados de Santana eram uruguaios. O consumo de gasolina por habitante nesta cidade é muito superior ao dos municípios de igual população ou superior (para a época eram 13 os postos de gasolina diante dos 3 de Rivera), (Schäffer, 1993). Em Rivera, a atividade cambiária também está sobredimensionada (Bentancor et al., 1989).

³⁵ A oscilação das moedas provoca a oscilação do volume do comércio em ambas as cidades; tradicionalmente, alguns produtos mantêm seus fluxos, os uruguaios compram “confeções”, alimentos, madeira e material de construção em Livramento, enquanto os brasileiros em Rivera

A avenida Rua dos Andradas da cidade de Santana (e também sua paralela Rivadavia Correa) concentra, além das farmácias e os supermercados, as popularmente conhecidas *lojinhas de turco* (Imagem 15). Trata-se de numerosas tendas, que vendem na sua maioria roupa. A mercadoria invade a rua pendurando-se de paredes e outros artefatos desenhados para tal propósito. Tudo é acompanhado de música, já que à iluminação pública de Andradas se acrescentam alto-falantes que funcionam durante o dia todo (exclusivamente sobre a avenida Andradas).

Para o brasileiro, e em grande parte também para o uruguaio, o centro de Livramento é *turco*³⁵ se transformando, por causa da ocupação física e comercial dos *turcos*, em “*tierra de nadie*”; “*aquí só tem lojinhas de turco*”, “*tudo bagacero, coisas penduradas*”. A esta situação se devem as populares expressões que dizem que Rivera “*tem cheiro de free shop*”, enquanto Livramento “*tem cheiro de turco*”³⁶.

queijos e fiambres, lãs, tecidos finos, cristais e manufaturas de luxo adquiridas no exterior e dirigidas às classes de maior poder aquisitivo (Schäffer, 1993).

³⁵ A imigração sírio-libanesa, iniciada em fins do século XIX e começos do XX, ocupou um lugar de importância nestas terras e muitas das primeiras e atuais casas comerciais, entre outros empreendimentos, foram fundadas por sírio-libaneses. Não obstante, a conformação desta primeira imigração dista muito de ser a mesma nas cerca de 300 a 400 pessoas que hoje, na sua maioria com residência em Livramento, identificam-se como palestinos, árabes ou sírio-libaneses. Possivelmente, um grupo heterogêneo que responda a diferentes correntes migratórias e que, provavelmente, devam a popular denominação de *turcos* ao fato de que os primeiros sírio-libaneses que chegavam a esta fronteira, o faziam escapando da ocupação turca e apresentavam na sua documentação a nacionalidade de “turco asiático” (Salomón, 2000).

³⁶ Este complexo grupo de imigrantes é objeto de diversas representações e freqüentes imagens negativas; “*los turcos son una tercera raza que no tiene nada que ver*”, “*exploradores*”, “*ladrones*”, “*vos sabés que no es sólo negocios de ropas...*”, “*el árabe es el dueño de todo, el hombre que tiene la plata*”, “*no sé como la hacen pero tienen una cierta facilidad para crear su capital...son muy explotadores*”. Nesta cidade, igual que na fronteira do Chuy-Chuí, também o



Imagem 15. *Lojinhas de turco*.

A ampla avenida Sarandí, com seus *free shops* e sua visual preocupada em transmitir modernidade, luxo e inversão, contrasta com a estreita avenida de Andradas e a estética de seus locais comerciais. Sarandí é citada freqüentemente pelos brasileiros como a única fonte de beleza de Rivera; “só Sarandí é bonito”, “só Sarandí de noite”, “a beleza de Rivera é muito centralizada”, “você viu Sarandí...é coisa do primeiro mundo, nunca estive em cidades europeias, mas parece”.

A avenida Sarandí e seus *free shops* se transformam em espaços de passeio e diversão durante a noite e os fins de semana. Isto é válido para um amplo setor da população de ambas as cidades. As fachadas dos diferentes *free shops* se convertem em pontos chave de encontro para grupos de jovens que se instalam frente aos mesmos para beber e escutar música; a avenida Sarandí congestionava-se de carros que a percorrem de um extremo a outro numerosas vezes³⁷.

que é vendido nas *lojinhas de turco* “é visto como uma imitação da moda, um artigo de segunda qualidade, uma falsificação de grifes” (Jardim, 2000: 43).

³⁷ Se bem que os espaços definidos frente aos *free shops* são áreas compartilhadas de passeio e diversão, seus locais, propriamente ditos, não são simpáticos à população riverense. Lembremos que foram iniciativa do governo nacional, que se trataria de um projeto que teria sido feito por empresários de outros departamentos e que seus principais fregueses não são habitantes nem de Rivera nem de Santana, senão turistas que provêm de outras regiões do Brasil, do Uruguai e da Argentina. Desde esta perspectiva, os *free shops* representam uma espécie de enxerto na cidade implementado por *outsiders*, provocando muitas vezes reações de antipatia ou desagrado; “si no sos turista ni bola te dan”.

É interessante perceber o uso que, neste último sentido, a população de ambas as cidades faz dos *free shops*, o que leva a identificar, ao longo da avenida Sarandí, *esquinas brasileiras e uruguaias*; “*paysandú y sarandí son todos los brasileiros, la de más allá está la crema de Rivera*”, (jovem riverense).

A esquina da rua Paysandú e Sarandí (esquina *brasileira*) fica a duas quadras da *linha*, a esquina da rua Figueroa e Sarandí (esquina *uruguiaia*), a três quadras *da linha* em direção sul.

A distribuição dos jovens na avenida Sarandí, nucleados frente aos *free shops*, não é aleatória e vincula-se ao sentido que a população desta fronteira atribui às esquinas da avenida.

Quando em dezembro do ano passado, a equipe do Nacional (uma das principais equipes de futebol uruguaias) ganhou o campeonato de futebol, o festejo de seus torcedores concentrou-se na esquina de Figueroa e Sarandí, enfeitada com bandeiras da equipe do Nacional. Este fato foi justificado pelos torcedores, “*porque los brasileiros están del lado de allá*” (apontando para esquina de Paysandú e Sarandí).

Isto é, no interior da própria cidade de Rivera, existem espaços que são diferenciados em função da participação ou apropriação que fazem dos mesmos a população de Santana e Rivera; deste modo, as pessoas desta fronteira dão à *linha* novas formas e novos sentidos, como a de uma esquina brasileira ou uma esquina uruguiaia, sentidos que continuam cumprindo a função de definir espaços e também os ocupantes habilitados a usar esses espaços, tem outras *linhas* e outros limites como a esquina de Paysandú e Sarandí...

Na linha, que circunscrevemos à área central urbana de ambas as cidades, as pessoas cruzam fisicamente o limite político urbano entre o Uruguai e o Brasil mais de uma vez (Imagem 16). No parque *internacional* e sobre a *linha*, finaliza o percurso da maioria dos ônibus urbanos de ambas as cidades, cuja circulação, manutenção, organização, etc. dependem das prefeituras de cada cidade. Os ônibus de Rivera e Santana não atravessam fisicamente o limite político, seus passageiros, sim. Um dos exemplos mais claros e significativos é o das crianças que assistem às escolas públicas uruguaias (na

sua grande maioria uruguaios, mas numa porcentagem importante, também brasileiros).



Imagem 16. *A linha.*

As crianças que assistem às escolas públicas do Uruguai têm a obrigação de levar um uniforme peculiar, um avental branco e um grande laço azul unido ao primeiro botão do avental. As crianças de laço azul nos ônibus de Santana nos dão muita informação; não só nos contam que os limites se cruzam fisicamente todos os dias, também nos contam que existem outros limites que também se cruzam, em caso contrário, por que se vive no Brasil e se estuda no Uruguai?.

Em uma ocasião, num ponto de ônibus em Santana, escutamos três crianças de laço azul conversando em *portunhol* ou dialetos portugueses (definições das quais falaremos além). Esperavam o ônibus para o bairro ARMOUR (bairro industrial) falando variedades de português. Perguntamos-

lhes se eram uruguaias e a menor respondeu que não, que eram brasileiras; reiteramos a pergunta, desta vez à maior de todas, de uns 12 anos de idade, que, corrigindo a sua irmã menor, nos esclareceu que eram uruguaias.

É freqüente que as crianças em idade escolar confundam a sua nacionalidade³⁸, confusão que constitui em si mesma um dado significativo; algumas coisas que deveriam estar claras, como a nacionalidade, não estão. Aliás, é preciso lembrar que, na escola uruguaia, não se ensina em *portunhol*, a língua usada por estas crianças freqüentemente. Como explicamos esta situação na escola?, acaso existem outros limites que também se cruzam?.

No ônibus urbano de Santana, pode-se pagar em pesos uruguaios, e no ônibus urbano de Rivera, em reais. Nos comércios, nas lojas, nos restaurantes, indiferentemente paga-se em pesos ou reais (muitos cardápios trazem os preços tanto em pesos como em reais e, em alguns comércios, as mercadorias trazem os preços nas duas moedas). Pelo contrário, nas instituições estaduais, como a companhia de telefone uruguaia, não é possível comprar cartões de telefone em reais ou na rodoviária de Rivera (junto a prefeitura local), também não é possível comprar passagens para Montevideu em reais. Nestes casos, o limite está claro.

Mas os limites são muitos e confusos, sobretudo, em seus conteúdos. Nesta fronteira, onde o trânsito de pessoas e mercadorias é tão estreito, flexível e fundamentalmente possível, por que não há produtos uruguaios nos supermercados brasileiros? (não podemos fazer a pergunta em sentido inverso, porque em Rivera não há supermercados da dimensão dos que existem em Santana), por que não há doces brasileiros nos quiosques de Rivera e por que a revista *Playboy* só se encontra nos quiosques de Santana?. Estas não são perguntas irrelevantes, porque as suas respostas implicam não só a análise dos fluxos comerciais de uma cidade à outra, mas também das diferentes formas de consumir que, por sua vez, respondem aos diversos modos de significar, de classificar e, portanto, de conhecer o mundo que rodeia as pessoas desta fronteira.

³⁸ Trindade et al., em seu trabalho sobre educação e linguagem nas escolas rurais das cidades de fronteira Aceguá-Aceguá, afirma; “as crianças manifestaram que elas eram uruguaias: “somos uruguayos porque estamos en la escuela uruguayaya”, mas alguns deles ficaram em dúvida se, na verdade, eram uruguaios ou brasileiros” (Trindade et al., 1995: 66).

Aqueles que vivem em fronteiras políticas ou, como preferimos dizer, os que vivem a fronteira política, enfrentam não só os controles físicos e legais do limite político entre dois o mais Estados, mas também limites culturais e simbólicos, além do limite físico entre os Estados-nação. Acaso não é uma *situação inusitada* a existência de esquinas *brasileiras* e *uruguaias* sobre a avenida Sarandí?, acaso não é *inevitável* que, nesta fronteira, as crianças uruguaias falem *portunhol*, esperem um ônibus brasileiro para voltar a suas casas e confundam a sua nacionalidade?. As situações são *inusitadas*, porque são inesperadas e são *inevitáveis*, porque deveriam ser evitadas. Porém, em Rivera, existem esquinas *brasileiras* e *uruguaias* e muitas crianças riverenses falam *portunhol*, moram em Livramento e confundem a sua nacionalidade.

O que mostram estas primeiras observações é que riverenses e santanenses reconhecem, estabelecem e negociam limites além *da linha*. A definição e os usos das esquinas de Paysandú e Sarandí e Figueroa e Sarandí demonstram a existência de outras *linhas* e outros limites que ordenam o comportamento da população desta fronteira. Da mesma forma, o reconhecimento de falar *portunhol*, morar em Livramento e confundir a nacionalidade como fatos *inevitáveis*, implica o reconhecimento de limites, porque que coisas têm que ser evitadas e que coisas não?.

A análise da vida cotidiana dos atores fronteiriços nos ensina como são vividos, todos os dias, a fronteira, o Estado e a nação; as regiões de fronteira são lugares onde as nações (populações que acreditam que porque compartilham uma cultura e um passado comum, compartilham um presente e um futuro político comum), têm que tratar e tratam com dois o mais Estados, onde o Estado e a nação descobrem outros sentidos quando vividos cotidianamente (Donnan e Wilson, 1999). Ao longo de nosso trabalho, descobrimos como riverenses e santanenses vivem e usam *a linha*, mas também como estabelecem e negociam outras linhas.

A geografia uruguaia freqüentemente usa a metáfora das linhas imaginárias para definir o limite político entre os marcos sucessivos da fronteira riverense-santanense; acontece que, nesta fronteira, essas linhas imaginárias parecem ser muito visíveis. É precisamente no estudo da articulação dos limites simbólicos com os político-jurídicos entre os países, que podemos entender algumas das diferenças e conteúdos de entidades como Estado e nação nesta fronteira política.

A nossa investigação está organizada da seguinte forma: no capítulo 2, “*viver na (a) fronteira de Rivera e Santana*”, analisamos algumas das práticas cotidianas da população de Rivera e Livramento relacionadas com o nascimento, o matrimônio, o consumo e o contrabando. Muitas destas práticas transcendem os limites impostos pelos Estados nacionais, são consequência da situação de fronteira política e de um sistema cultural local de relações econômicas e sociais compartilhadas com sua respectiva comunidade de fronteira. Porém, desde a perspectiva dos Estados nacionais, estas são práticas transgressoras, porque transgridem, precisamente, os limites estabelecidos. Por isso, também, para a população desta fronteira, muitas destas práticas são *inevitáveis*, como o contrabando e as *trampitas* da fronteira (isto é, práticas que, segundo a perspectiva do Estado, deveriam ser evitadas). É através do conhecimento destas práticas que começamos a descobrir como riverenses e santanenses usam, compreendem e definem *a linha*.

No capítulo 3, “*as línguas da fronteira riverense-santanense*”, reconhecemos a importância da língua como fenômeno social em muitas das práticas cotidianas desta fronteira, por isso analisamos o uso das diferentes línguas nestas cidades. Fazemos isto observando práticas concretas, como o que se refere à compra e venda de mercadorias *na linha*, ou participando de um âmbito específico, como a escola pública de Rivera e registrando as práticas que, com relação ao uso das línguas, revelam autoridades educativas, professores e alunos. Percebemos a necessidade de considerar a situação de fronteira política como variável principal na análise do uso das línguas além da cidade de Rivera, porque a população de ambas as cidades interatua cotidianamente e, cotidianamente, enfrenta decisões sobre que língua usar,

como e quando, em contextos diversos, que consideramos como variáveis principais, se a situação de interação se desenvolve em Rivera ou em Santana, em um comércio ou em um ambiente familiar, com um parente, com um *brasileiro*, etc., etc. O universo da escola pública uruguaia descobre as normas implementadas pelo Estado nacional com relação ao uso e os sentidos das línguas usadas em Rivera, e aprendemos por que, para os riverenses, falar em *portunhol* é também um fato *inevitável*.

No capítulo 4, “*el uruguayo es gris, el brasilero es amarillo. estereótipos e representações na linha*”, descobrimos que as relações entre riverenses e santanenses estão marcadas por estereótipos que terminam influenciando no conteúdo das interações. Identificamos algumas das imagens que têm uns dos outros e quando surgem na vida cotidiana. Como mencionamos antes, os atores fronteiriços estão num permanente contato com o *outro* através do seu limite respectivo, e as imagens ou estereótipos sobre o *outro* são também um dado da vida cotidiana, com o qual se convive permanentemente. Como (e quando) riverenses e santanenses classificam ao *outro*, nos ensina como se marcam diferenças e estabelecem distinções que descobrem, por sua vez, novos limites culturais.

No capítulo 5, “*las más hermanas de todas las fronteras del mundo. integração, cultura e identidade na fronteira uruguaio-brasileira*”, discutimos o discurso da irmandade ou integração presente nesta fronteira, descobrindo suas prováveis origens e principais argumentos. Definimos as características da interação cotidiana entre ambas as comunidades, freqüentemente citada como exemplo de integração. Porém, se bem seja certo que as relações entre riverenses e santanenses são tão intensas como cotidianas, também é verdade que são tão complexas como contraditórias, consequência da proximidade física, política e institucional de duas cidades-Estado. Uma vez mais, descobrimos o Estado como um agente poderoso na definição dos conteúdos e significados da interação entre estas comunidades. As histórias de conflitos cotidianos nos mostram que os santanenses, além de irmãos, também podem ser *outros*, estranhos e estrangeiros. Ilustramos a natureza dos limites estabelecidos entre riverenses e santanenses examinando o “momento do

futebol”, que se revela como um meio significativo para transmitir mensagens sobre o que somos e o que não somos, freqüentemente definindo identidades sociais em termos nacionalistas. Também ampliamos nossa visão do mundo fronteiriço incorporando as relações que a população desta fronteira sustenta além da fronteira, porque aprendemos sobre a natureza e as formas dos limites culturais entre riverenses e santanenses, quando descobrimos que as expressões de identidade e lealdade estão construídas em termos relacionais e opostos, não só com o *outro* fronteiriço, mas também a partir do *outro* além da fronteira.

~

capítulo 2

viver na (a) fronteira de Rivera e Santana

Como iniciar o estudo da vida cotidiana da gente desta fronteira?. Começemos, pois perguntando a riverenses e santanenses sobre circunstâncias vitais, tais como seu lugar de nascimento, nacionalidade e família. Assim, quando perguntamos a uma pessoa desta fronteira onde nasceu, onde estudou, onde nasceram seus filhos, qual é a sua nacionalidade ou a de seu marido, obteremos respostas como as seguintes:

“nacé allá pero me registré acá”, comerciante;

“eu sou bem, bem brasileira, só nasci em Rivera mas me registrei aqui”, vendedora;

“nacé del otro lado pero me educaron de este lado, nunca tuve registro allá, mi padre sí es brasileiro...viví siempre acá, sólo nacé allá y pasé para acá...la hija de esta hija mía nació allá pero ella nació en Porto Alegre y a los 3, 4 meses se vino, se va a criar acá ahora, cuando sea grande va a ser brasilera pero uruguaya”, comerciante;

“nacé a una cuadra del Brasil”, professora; *“as minhas filhas nasceram lá”*, professora;

“eu sou brasileira...meu esposo é uruguaio, me casei aqui, eu sou natural brasileira, brasileira mesmo”, vendedora;

“eu sou uruguaia da linha”, professora;

“mi marido es doble chapa, como se dice aquí, porque la madre es brasileña, tiene las dos nacionalidades pero el vivió toda la vida acá, estudió acá”, empregada da prefeitura de Rivera;

“la mayoría de los que están aquí son las dos cosas, hay gente que son sólo uruguayo acá y hay gente que es casada con brasileiro o mujer que son uruguaya, el hombre es brasileiro, si no la mujer es brasilera y el hombre es o sí no los dos”, vendedor ambulante.

A *linha* entre os Estados do Brasil e do Uruguai parece converter-se num lugar que permite nascer em um país e estudar em outro, assistir à escola em um país e se casar em outro ou nascer em um país e se registrar em outro ou em ambos. Um lugar onde as famílias têm integrantes de ambas as nacionalidades, com seus pais nascidos no Brasil ou no Uruguai, ou seus cônjuges ou seus filhos nascidos nesses países. Um lugar que transforma os países do Brasil e do Uruguai em palavras familiares como “*cá*” e “*lá*” ou “*deste lado*” e “*do outro lado*”, porque os países estão pertos um do outro, vivem-se cotidianamente, tornando assim possível que, neste lugar, se possa nascer “*a una cuadra del Brasil*”, “*ser brasileira pero uruguaya*” ou “*doble chapa*”.

A complexidade que contém estas respostas é reflexo da densa trama de relações e significados que rodeia as pessoas desta fronteira. A proximidade física e a distância política em que vive a população destas cidades podem ter uma série de conseqüências, em princípio, inesperadas³⁹.

A análise destas respostas descobre práticas cotidianas da população de Rivera e Livramento relacionadas com o nascimento, o matrimônio, o consumo e o contrabando, e que são alguns dos tantos modos pelos quais se relacionam os atores fronteiriços, em um constante contato com os *outros*, através de seu limite respectivo.

³⁹ Afortunadamente, porque - como lembra Mariza Peirano, citando Madan - o antropólogo está constantemente “*hoping to be suprised*” (grifos no original), e o trabalho etnográfico tem como base “*a surpresa* com que o antropólogo se depara com novos dados de pesquisa que são revelados, geralmente, nos tipos de eventos de que participa ou que reconhece como significativos para aqueles que observa - de Mauss e Malinowski a Geertz, passando por Lévi-Strauss, essa tem sido a base do entendimento sobre o que é etnografia” (grifos no original) (Peirano, 2001: 8).

Freqüentemente, estas práticas transcendem os limites impostos pelos Estados nacionais, são de fato consequência da situação de fronteira e revelam alguns dos sentidos práticos que esta fronteira tem para riverenses e santanenses⁴⁰.

Muitas das práticas que apresentamos, a continuação, são transgressoras, desde a perspectiva dos Estados nacionais, porque transgridem, precisamente, os limites estabelecidos. Por isso, também, muitas destas práticas são *inevitáveis*, como o contrabando e as *trampitas* da fronteira. Começemos, então, a descobrir como riverenses e santanenses usam, compreendem e definem *a linha* todos os dias.

2.1 **nascer de um lado, registrar-se do outro lado**

“Nací allá pero me registré acá”;

“eu sou bem, bem brasileira, só nasci em Rivera mas me registrei aqui”.

Na declaração, *“nací allá (Brasil) pero me registré acá (Uruguai)”*, uma mulher que nasce no município de Livramento (Brasil), se declara uruguaia, assegurando ter registrado seu nascimento no Uruguai (tendo nascido no Brasil). Uma situação similar se situa no segundo caso, *“eu sou bem, bem brasileira, só nasci em Rivera mas me registrei aqui”*, onde uma jovem nascida na cidade de Rivera declara-se brasileira reconhecendo ter registrado seu

⁴⁰ Esta fronteira apresenta, para sua população, uma série de oportunidades e recursos novos e estratégicos, e é neste sentido que falamos de um sentido prático da fronteira. Se consideramos uma prática como o contrabando, esta prática revela uma estratégia cotidiana ou um sentido prático da fronteira para comprar a melhor preço, melhorar a rentabilidade ou adquirir produtos diversos. Porém, a população fronteiriça, que pratica o contrabando cotidianamente, o faz em função de determinadas suposições sobre qual é o melhor fiambre (para riverenses e santanenses, o queijo e o fiambre uruguaio é de superior qualidade e se compra em Rivera), onde se conseguem os melhores lençóis e toalhas de banho (tradicionalmente em Livramento), onde comprar os medicamentos mais confiáveis (geralmente nas farmácias uruguaias), etc., etc. Isto é, não é conveniente falar de sentidos práticos da fronteira sem considerar as idéias, estereótipos ou representações que riverenses e santanenses têm desta fronteira e de si mesmos, porque para os atores fronteiriços o mundo da fronteira não só se divide em dois (antes e depois *da linha, cá ou lá ou deste lado e do outro lado*), também se carrega de uma série de valores que determinam que coisas são melhores, onde e por quê são melhores, desde as escolas ou os serviços públicos até a aspirina, as lingüiças, os biscoitos ou os cachorros (questão que desenvolvemos no capítulo 4).

nascimento em Santana. Também em algumas ocasiões, em pesquisas feitas no núcleo central de ambas as cidades, os que eram nascidos em Rivera, logo nos indicavam que a sua nacionalidade era brasileira.

É uma prática comum nascer *de um lado* e se registrar *do outro*, o que pode ter vários significados e mais de um objetivo.

Uma das questões centrais que revela esta prática é a disjunção entre a experiência da nacionalidade (no sentido de definir-se como brasileiro ou uruguaio), e o lugar físico de nascimento. Isto é, quem nasce em Rivera (ou em Santana) não necessariamente define a sua nacionalidade como uruguaia ou brasileira. De fato, para o ator fronteiriço, a nacionalidade, através desta prática, pode converter-se numa opção, sendo este quem decidirá qual será a sua nacionalidade (ao menos aquela que lhe interessa reconhecer), independentemente do lugar onde nasceu.

Lembremos aqui algumas distinções em torno do conceito de nacionalidade. Ruben distingue dois sentidos principais; o primeiro relaciona a noção e o significado da nacionalidade com o fato de pertencer a um território; neste sentido, a nacionalidade converte-se num atributo ou qualidade natural, “se encontra na natureza e as pessoas a adquirem pelo fato de ter nascido num determinado território” (Ruben, 1987: 8).

Outra forma de defini-la (que o autor identifica como dogmática), se relaciona à idéia de pertencimento a um continente sentimental onde se compartilham uma série de valores e tradições próprios; “o território, neste caso, é uma consequência da ação comum que o torna, então, sagrado e indispensável, embora não seja constituinte do núcleo que define a nacionalidade. Assim, no caso das definições naturais, a nacionalidade deriva do simples fato de se ter nascido em um espaço natural; já nesta perspectiva, o caminho de acesso à nacionalidade deve se realizar fundamentalmente pela via da herança. Nas primeiras predomina o fato de *ser nascido em*, nas segundas, o de *ser nascido de*” (idem, 9; cursiva do autor)⁴¹.

⁴¹ Para o autor, o conceito de nacionalidade não tem que ser entendido como um sumatório de parcialidades, nem como uma categoria natural, nem como um sentimento, senão como a relação histórica e política que os homens, vivendo em sociedade, constroem negociando (Ruben, 1987: 59).

Um dos motivos que podem explicar a prática de nascer em um país e se registrar em outro vincula-se estreitamente com o significado da nacionalidade, neste último sentido.

Lembremos a dinâmica da população destas cidades de fronteira. As pessoas vivem, trabalham ou fazem as suas compras cotidianas na cidade de Rivera ou Santana dependendo dos câmbios de moeda. É possível falar de um uso instrumental das cidades, as pessoas alugam ou compram sua casa em Rivera ou Santana, segundo a sua conveniência econômica, procuram trabalho numa ou outra cidade, segundo a melhor oferta, e fazem suas compras diárias *aqui* ou *lá*, onde isto lhes signifique maiores economias. Desde este ponto de vista, nascer no Brasil ou no Uruguai (isto é, nascer em um determinado território), pode ser um resultado circunstancial, consequência das dinâmicas características da fronteira⁴².

Assim, a experiência da nacionalidade (*ser* ou *pertencer a*, o que Ruben identifica como sentido dogmático), e o lugar físico de nascimento (*ser nascido em*), não guardam necessariamente uma relação de correspondência.

O Estado moderno define a nacionalidade apoiando-se no antigo direito romano do *jus soli*, isto é, a nacionalidade é adquirida pelo fato de ter nascido em um determinado território, estabelecendo de forma definitiva e indissolúvel a correlação entre território e população (Ruben, 1987)⁴³.

⁴² Se bem que não exclusivamente. Está claro que não podemos explicar o comportamento da população desta fronteira só pelo uso instrumental das cidades e seus serviços, pois na eleição do hospital onde se decide ter os filhos ou na eleição da escola onde envia-los ou da farmácia onde comprar medicamentos (de uma ou outra cidade), descobre-se uma visão do mundo que, como mencionamos antes, essencialmente o divide em dois (*cá* e *lá*), e está carregada de uma série de idéias e valores que, muitas vezes, se convertem nas principais guias das opções e das práticas da gente desta fronteira.

⁴³ Posteriormente, as leis sobre nacionalidade foram reformuladas e as modificações contemplam a possibilidade de obter a nacionalidade, em alguns casos especiais, através do *jus sanguinis* (Ruben, 1987).

Porém, nesta particular fronteira, se pode nascer em um país (na cidade de Rivera ou Santana), e sem reconhecer a nacionalidade correspondente como um atributo natural, optar pela nacionalidade do país vizinho. Os atores fronteiriços “escolhem” a nacionalidade do país que desejam reconhecer como próprio, independentemente do lugar onde se nasceu, guiando esta opção o fato de *ser nascido de*. Mais adiante, analisaremos esta prática desde a perspectiva do Estado.

Além deste sentimento de pertencimento, que pode ser uma das razões que motivem o registro de nascimento num país diferente daquele onde se nasceu, também existem outros motivos como, por exemplo, a esperança de obter futuros benefícios econômicos ou sociais, segundo veremos adiante.

2.2 ser doble chapa

“mi marido es doble chapa, como se dice aquí, porque la madre es brasileña, tiene las dos nacionalidades pero el vivió toda la vida acá, estudió acá...él se siente más brasileño”.

Nestas cidades, existe uma categoria amplamente usada, a categoria *doble chapa*. Este conceito surgiu em fins da década dos '60, criado pela prefeitura de Rivera para ser aplicado aos carros (sistema único no Uruguai). Segundo este procedimento, que continua vigente, um carro que é comprado na cidade de Santana (e para isso é preciso ter documentação brasileira), e está matriculado naquela cidade ou em municípios limítrofes com o município de Livramento, pode circular em Rivera pagando uma licença de circulação à prefeitura de Rivera, sem se permitir a sua circulação por estradas nacionais fora do departamento de Rivera.

Naquele tempo, os carros matriculados em Santana ou em municípios limítrofes, que pagavam esta licença de circulação, tinham uma segunda placa (ou *chapa*) uruguaia, isto é, estes carros tinham duas chapas, uma brasileira e outra uruguaia, eram carros de *doble chapa*.

O sistema continua vigente, se bem já não se dá uma segunda chapa aos carros brasileiros. Porém, o conceito *doble chapa* encontrou uma nova e singular aplicação. Começou a ser usado pelas pessoas para se referir a elas mesmas, de tal modo que, hoje, poucos lembram a origem deste conceito. Mas, por que e como encontra aplicação?.

Uma grande maioria das famílias da região são mistas no sentido de ter integrantes tanto de nacionalidade uruguaia como brasileira (ao menos assim se declara e assim se experimenta)⁴⁴:

“mi padre sí es brasileiro...la hija de esta hija mía nació allá y mi yerno es brasileiro”; “yo tengo mi padre en Livramento”; “mi hermana se casó con un brasileiro, tuvo la nena acá”, “eu morava no Uruguai...meu pai era uruguaio e morava lá”;

Aqueles que entendem ter dentro da sua família integrantes de ambas as nacionalidades, geralmente se definem como *doble chapa* (uma das definições possíveis, entre várias), *“eu sou doble chapa uruguaia”*. Isto não significa necessariamente que legalmente se possa ter ambas as nacionalidades, se bem que existisse tal possibilidade.

Uma segunda aplicação do termo é usada para se referir aos eleitores, isto é, aqueles que estão habilitados a votar em os ambos países e são, portanto, legalmente documentados em ambas as nacionalidades⁴⁵. Não obstante, em alguns casos os que têm os documentos legais que acreditam ambas as nacionalidades não se consideram necessariamente *doble chapa*. Isto dependerá de como foram obtidos esses documentos; em geral, se foram obtidos através das *trampitas* (ver adiante), não se reconhecem como *doble chapa*.

⁴⁴ Nas pesquisas feitas na área central de Rivera (90), dos nascidos nesta cidade 63% declararam ter parentes brasileiros. Nas pesquisas dos nascidos em Santana (135), 62% declararam ter parentes uruguaio. Nas entrevistas grupais feitas em um dos ginásios públicos de Rivera (trabalhamos com cinco grupos de 30 a 40 jovens cada um), mais de 70% declarou ter parentes brasileiros. Nas entrevistas grupais feitas com crianças de 7 a 15 anos em uma das escolas da cidade (trabalhamos com quatro grupos de 25 a 30 crianças cada um), mais de 60% declarou ter parentes brasileiros.

⁴⁵ A junta eleitoral de Santana faz uma estimativa da quantidade provável de *doble chapas* segundo o trânsito e movimento de pessoas na *linha* nos dias de eleições nacionais. A estimativa é entre 5 e 7 mil (ou seja, uma porcentagem entre 3,3% e 4,6% no total da população de ambas as cidades).

Um funcionário público do consulado uruguaio, que entendia, “*no ser bien doble chapa*” (porque não pode votar no Brasil, apesar de ter os direitos para se documentar legalmente), explicava o sentido do termo;

“te doy un ejemplo...el padre de mi señora es uruguayo, mi señora nació allí, es brasileira nata, registrada en Brasil, como el padre es uruguayo tiene derecho a documentación en Uruguay y entonces ella con la documentación que es, ella vota en Uruguay, vota en el Brasil porque es de nacionalidad brasileira, nació en Brasil y vota en Uruguay porque los padres son uruguayos, eso dicen doble chapa, pero es bien doble chapa, es doble chapa porque votan, no es”.

2.3 casar-se com um uruguaio, casar-se com um brasileiro

“eu sou brasileira, meu esposo é uruguaio (...)”.

Com o propósito de conhecer a composição das famílias da fronteira, decidimos pesquisar a porcentagem de matrimônios de dupla nacionalidade em ambas as cidades. Para isso, nos encaminhamos aos cartórios de registro civil. Em Santana, registramos os casamentos efetuados nos últimos 2 anos e 8 meses (um total de 828), em Rivera, tivemos acesso unicamente aos casamentos realizados desde janeiro até setembro de 2000 (um total de 267). Para o mesmo período, contra 176 casamentos em Santana, se registraram 267 em Rivera; enquanto que em Santana a porcentagem de matrimônios mistos é de 6,4% (a média para todo o período analisado é de 4,8%), em Rivera é de 16,5%.

Com estes mesmos dados, também é possível estimar a porcentagem total de matrimônios mistos em ambas as cidades. Para o período considerado, a porcentagem seria de 12,4%⁴⁶. No ano de 1972, Hensey estimava em 15% a porcentagem de matrimônios internacionais (assim os identificava o autor) nas cidades de Rivera e Santana; em uma segunda fronteira seca Uruguai-Brasil

⁴⁶ Agradecemos a sugestão de Alejandro Grimson para fazer esta estimativa.

(Yaguarão-Rio Branco), a porcentagem estimada era de pouco mais de 17% (Hensey, 1972).

Examinando os primeiros resultados para o mesmo período em ambas as cidades (desde janeiro até setembro de 2000), percebemos dois dados singulares; o aumento no número de casamentos e na proporção de matrimônios mistos na cidade de Rivera. Podem ser vários os motivos que expliquem estes fatos; a continuação, sugerimos algumas das possíveis explicações.

Em Santana, um estrangeiro, como é caso de um riverense, deve apresentar para se casar (entre outros requisitos), um certificado de solteiro que tem um custo relativamente alto. Em Rivera, a condição principal é a apresentação de testemunhas que testemunhem que o estrangeiro está radicado em território nacional. No caso de jornaleiros, *changadores*⁴⁷ ou se a noiva está grávida, o pagamento pelo trâmite de casamento não é necessariamente obrigatório, o qual foi confirmado pelo oficial do cartório de registro civil de Santana; *“porque lá o casamento é grátis, aqui não tem como casar sem pagar”*.

Outros motivos merecem maiores investigações. Um juiz de paz do registro civil de Rivera afirmou que, no caso de um casamento entre um brasileiro (com residência e/ou trabalho em Rivera) e uma uruguaia com filhos em comum, ao se casarem em Rivera, seus filhos são *“automáticamente”* legalizados; questão que foi negada no consulado uruguaio de Santana.

Alguns juízes justificam a diminuição no número de casamentos em Santana pelo fato de ser reconhecida a união estável; *“o brasileiro ele já não casa mais como casava anteriormente porque como foi reconhecida a união estável, então muitos apenas se unem, têm todos os cartórios uma queda de casamentos, o concubinato foi elevado a união estável”*.

⁴⁷ Moço de fretes ou homem de recados.

Outra das razões que explicaria o aumento no número de casamentos em Rivera se relaciona com o divórcio. Um divórcio feito no Uruguai, para ser reconhecido (ou revalidado) no Brasil, requer um trâmite prolongado. Nestes casos (quando se trata de um divorciado/a uruguaio/a que deseja se casar com uma brasileira/o), o cartório de registros de Santana sugere fazer o casamento diretamente em Rivera;

“divórcio lá aqui não é divorciado...uma pessoa que é divorciada lá pra reconhecer o divórcio aqui tem uma lei que diz que tem que passar pelo tribunal de Brasília...então essa pessoa a gente manda que casem, manda não, da uma sugestão que casem lá, divorciado casa com uma divorciada ou solteira, aí pega esse documento de casamento, leva no consulado, pedi um visto e se registra aqui, casa lá primeiro, depois passa para cá, mas não tem a lei, não tá a lei...aí não precisa ir pra Brasília...casos próprios da fronteira que são assim mesmo”, oficial do cartório de registro civil de Santana.

Em alguns casos, o próprio casamento se converte numa estratégia para negociar “legalmente” uma nacionalidade, que pode resultar útil ou benéfica. Segundo explicava um dos juízes entrevistados; *“viene una persona, documento brasileño, el nombre materno brasilero y el paterno como ellos es allá, se presenta como brasileño, ta, se casa, pasa un tiempo y se presenta en el letrado, que se produjo un error al tomar los datos, yo no soy Ferreira Ferreira sino que soy Ferreria Correa (...) y a veces cambian, donde dice uruguayo, debe decir brasilero”*.

Isto é, argumentando que houve um erro no registro do nome, no momento do casamento, existiria a possibilidade de negociar uma retificação do mesmo no registro de nascimento; *“después necesita que los padres sean brasileros para sacar documento en Brasil, dicen que hubo un error acá”*. Confusão que se veria favorecida pelo uso diferencial dos sobrenomes materno e paterno no Uruguai e no Brasil⁴⁸.

⁴⁸ Durante nossa entrevista com o juiz de paz, ao tratar esta questão, pegou o jornal local de Rivera para verificar se, nesse dia, achava algum destes casos, tarefa que faz rotineiramente. O juiz identificou dois casos, um deles segue a continuação: *“Rectificación de partida de Nacimiento. Edicto: por disposición de la señora jueza letrada de primera instancia de Rivera de Tercer Turno, se hace saber que se solicitó la rectificación de la partida de nacimiento de LADI TERESINHA RODRIGUEZ SEVERO, ficha 342/2000, en el siguiente sentido: al margen y en el cuerpo del Acta, donde dice “ladi Teresinha Rodríguez Severo”, debe decir: “..Ladi*

O ator fronteiriço pode se servir desta confusão para propósitos diversos; *“é uma confusão, o uruguaio também ele, com esa história de ter o nome da mãe no fim...eles modificam isso porque aqui é o nome do pai e o nome da mãe nem é obrigado a usar...é uma opção e é interessante pegar, eu assisti a um processo...era uma pessoa que tinha dez filhos, nem um filho tinha o nome igual ao outro, as partidas de nascimento eram tão desencontradas e eram filhos do mesmo pai e da mesma mãe, mas eles usam assim...”*, juíza de Santana.

Porém, em geral, os motivos que se mencionam com maior frequência para explicar o aumento no número de casamentos em Rivera tem a ver com a idéia de que, no Uruguai, existem maiores vantagens econômicas e sociais para uma família; *“porque acá parece que están más fáciles las cosas, por el tema del estudio, la asignación familiar, atención médica, tienen escuelas, liceo”*.

2.4 fazer trampas

Como vemos, viver nesta fronteira torna mais provável a sucessão de uma série de fatos como nascer *de um lado* e registrar-se *do outro*, ser *doble chapa* ou se casar *de um lado* ou *do outro*, segundo interesses diversos e estratégicos. Esta série de práticas têm muitas vezes, mas não sempre, um denominador comum, que é o status de ilegalidade atribuído pelos respectivos Estados nacionais.

Consideremos, por exemplo, o registro de nascimento tal e como é praticado nesta fronteira. Para o Estado nacional, trata-se de uma prática ilegal definida como registro fraudulento que, se reconhecida pelas autoridades consulares (entre outras), é motivo imediato de perda de nacionalidade. Porém, nesta fronteira é uma prática instituída no sentido de ser conhecida, reconhecida e praticada por uma grande parte da população (de um lado e do outro *da linha*), por isso pode-se fazer sem maiores dificuldades;

Teresita Ferreira Rodríguez, por ser lo correcto. Rivera, 08 de agosto de 2000 (Jornada, 12 de setembro, nosso sublinhado).

“tem muitas pessoas que são brasileiros, mais uns a gente não tem como investigar, imagina, supõe que sejam uruguaios...se registra aqui, se registra lá, aqui acontece, é uma coisa que é própria da fronteira, há juízes aí em outras épocas que mandavam fazer uma investigação (...) mas depois eu acho que com o Mercosul, aí com a abertura e tal o juiz não manda mais”, oficial do cartório de registro civil de Santana.

“as pessoas se registram dos dois lados, a pessoa é registrada no Uruguai e depois vem, pede pra fazer um registro extemporâneo alegando que nasceu em campanha que foi com parteira, que nunca fez um registro, então vem com duas testemunhas, a gente não tem como negar esse registro (...) isso só vai estourar se essa pessoa fez algo de importante, porque tem processo judicial de registro, aparece muito em período de eleições”, juíza de Santana.

“é comum crianças que nascem em casa, olha...nessa época, uma criança nascendo em casa...mas é comum; isso aí e do lado de lá que vem pra cá porque tendo hospitais...”, oficial do cartório de registro civil de Santana..

“ele não é filho de brasileiro , ele é uruguaio mais ele apresenta uma certidão de nascimento da mãe ou do pai dizendo que é brasileiro. Que é que aconteceu ali, que alguns casos eu já consegui pegar, outros não, na verdade esse que está se apresentando aqui como brasileiro, ele nunca foi brasileiro mas ele pede um registro no cartório dizendo que nasceu em casa e que nunca foi registrado, ele já é uma pessoa casada, estudando na Universidade tudo, só que não tem registro de nascimento...os pais nunca foram brasileiros mas ele pede um registro no Brasil”, juíza de paz de Livramento.

A difusão desta prática se reflete claramente na seguinte anedota; uma das juízas entrevistadas em Livramento, casada com um uruguaio e com um filho nascido no Brasil, com a intenção de tramitar legalmente a cidadania uruguaia para seu filho, foi aconselhada por um juiz colega a fazer, *“um registro falso no Uruguai”*.

Assim, a difusão e o conhecimento desta prática é tal que um juiz, autoridade jurídica representante do Estado, a oferece como alternativa para a obtenção da cidadania. Situação paradóxica para o Estado nacional por ser quem representa e regula as leis e seu cumprimento, que promove a sua

infração⁴⁹; desta forma, os agentes do Estado são “cúmplices” em atividades consideradas ilegais, ao evadir o Estado ou ignorar as suas regras.

A prática de nascer em um país e se registrar em outro, junto com outras práticas que veremos a continuação, são geralmente conhecidas como *trampitas*, enquanto reconhecidas como práticas ilegais pelos Estados nacionais. Em muitas ocasiões, representam oportunidades para obter benefícios econômicos ou sociais da proximidade física, política e institucional de dois Estados nacionais; por isso, de alguma forma nos revelam quais são alguns dos sentidos práticos da fronteira para os atores fronteiriços (Wilson e Donnan, 1998).

As *trampitas* podem ser, por exemplo, “pequenas” mentiras usadas para obter legalmente documentação brasileira ou uruguaia; as mais freqüentes são as relacionadas com o lugar de trabalho ou residência; “*soy uruguayo con documentación en Brasil por haber trabajado como residente en Brasil (...) pero la verdad es que vivo acá y viví toda la vida en Rivera, son esas trampitas que se hacen acá...como si fuera un ciudadano extranjero radicado en Brasil pero vivía del otro lado, incluso allá en Rivera tuve durante toda la vida coche brasileiro, lo guardaba acá en casa, en una época tenía la doble chapa, justamente dos patentes...”*, pintor riverense.

“*o uruguaio tem, diz que é filho de brasileiro, até consta na partida de nascimento feita no Uruguai, então ele não está mentindo de que ele é filho de brasileiro realmente, só que o segundo requisito para que ele possa fazer o traslado é que ele resida no Brasil, então essa parte é inventada...”*, juíza de paz de Livramento.

As *trampitas* estendem-se a diversos âmbitos e adquirem diferentes modalidades e interesses. Com relação à prática de nascer *de um lado* e se registrar *do outro lado*, os casos descritos argumentavam a opção de registrar-se, fosse no Uruguai ou no Brasil (isto é, em Rivera ou Santana), como uma opção de direito vinculada com uma noção de pertencimento. Porém, também

⁴⁹ Além disso, neste caso, não era preciso fazer “*um registro falso no Uruguai*”, por ser o jovem filho de pai uruguaio e, portanto, ter todos os direitos legais para iniciar o trâmite.

se explica esta prática como uma estratégia de vida para o futuro da criança; “a *esperanza de vantagem*”, “*donde me vaya mejor*”⁵⁰.

As *trampitas* têm propósitos e formas diversas, assim o demonstram as que tivemos oportunidade de conhecer ao longo de nosso trabalho.

Andressa e Miguel (falamos deles no numeral 1.2.3) estão aposentados pelo governo nacional uruguaio e pelo governo nacional brasileiro. As aposentadorias e as pensões, junto com os salários públicos, são as principais fontes de ingresso em ambas as cidades, portanto, obter a aposentadoria por ambos os Estados nacionais é um objetivo importante, quando não corresponde, se recorre às *trampitas*; “*fácil, fácil não é mais se arruma*”, explica Miguel⁵¹.

As numerosas inscrições tardias no cartório de registros de Rivera (até por pessoas perto dos 70 anos), também são explicadas, pelos juizes de paz, como *trampitas* feitas com o objetivo de obter uma possível aposentadoria ou pensão; “*porque acá saca la pensión (...) a veces, tiene la pensión allá y saca otra acá, eso es, eso es como la lombriz, va buscando el suelo más blando*”; juiz de Rivera; “*(...) aquí eles tentam de todas as formas falsificar, alterar os nomes e tentam burlar grotescamente quando muitas vezes não precisa*”, juíza de Santana⁵².

⁵⁰ As oscilações de moeda do país vizinho alternam os ciclos de prosperidade/recessão entre as cidades, o que tem grande influência nas estratégias de trabalho cotidianas da população; *¿reais ou pesos?*, é uma das principais perguntas da fronteira, segundo assinala Zas Recarly, “*siempre el hecho que prevaleció fue el que giraba alrededor del eterno interrogante: cuántos cruzeiros nos dan por un peso, o cuántos pesos recibiremos de nuestros cruzeiros (o “cruzados”)*” (Zas Recarly, 1987: 30). A dinâmica das moedas modifica a dinâmica de ambas as cidades e as das suas populações, desde o posto de venda do homem da rapadura ou dos sorvetes, até as correntes migratórias desde outras regiões do Brasil ou do Uruguai para e desde as cidades de Rivera e Santana do Livramento.

⁵¹ Evidentemente, a particular composição e movimento das famílias desta fronteira favorece o sucesso das *trampitas*. Prestemos atenção à família de Andressa e Miguel, Andressa brasileira de pai uruguaio; Miguel uruguaio, morando em Santana, trabalhando nas duas cidades, com uma de suas filhas nascida em Rivera, mais formada em Santana, e a outra em sentido inverso. Uma das filhas de Andressa e Miguel, que tem documentação legal em ambas as nacionalidades, está casada com um brasileiro e tem dois filhos nascidos no Brasil; porém, se bem que é casada em Santana, é solteira em Rivera, o que lhe permite cobrar mensualmente uma pensão do Estado nacional uruguaio.

⁵² É claro que o fenômeno das inscrições tardias, e outros que colocamos aqui, podem ter outras explicações. De fato, os apresentamos de forma um tanto fora de contexto, sem analisá-los, por exemplo, na sua relação com o resto do país. O que mostramos aqui é como o juiz de Rivera usa como exemplos de *trampitas* um suposto excesso no número de inscrições tardias que revela, por sua vez, o conhecimento de *trampitas*.

Ter documentação brasileira ou uruguaia na fronteira e no seu comércio abre um mundo de possibilidades materiais e profissionais. Assim são explicados os freqüentes registros e inscrições tardias, consideradas ilegais e fraudulentas pelos Estados nacionais; o “negócio do carro” e outra das tantas derivações possíveis.

Andressa e Miguel foram “donos” de até seis carros, simultaneamente. Em Rivera, conhecemos “donos” de até 15 carros.

Como explicamos antes, a maior parte da população de Rivera compra seu carro em Santana, mas para isso precisa de documentação brasileira; no caso de não a ter, pede-se a uma pessoa amiga ou parente com documentação (o qual não oferece maiores dificuldades), que figure como dono do carro e lhe estenda uma autorização para seu uso. Existe um grande comércio de papéis quanto à compra de carros, e emprestar um nome e uma nacionalidade pode não ser gratuito e converter-se num negócio diretamente efetuado pelas companhias de venda de carros.

2.5 Contrabandear

*¿Don Guarda, me da permiso
para traer de Santana
unas cositas menudas
para el consumo de casa?
“PERMISO”, Olyntho María Simões, (1963)*

O contrabando é um conceito complexo com múltiplas arestas. Não é uma tarefa simples estabelecer os limites e o sentido da noção de contrabando, as perguntas podem ser muitas e diversas⁵³.

Nestas cidades de fronteira, comércio e contrabando podem ser sinônimos e muitos dos comércios da cidade de Rivera sobrevivem graças ao contrabando. A relação comércio/contrabando é também uma relação

⁵³ Donnan e Wilson citam a MacGaffey's para definir atividades como prostituição, contrabando e passagem de migrantes não documentados (o que os autores identificam como “subversive economy”), “a highly organized system of income-generating activities that deprive the state of taxation and foreign exchange...Some of these activities are illegal, others are legitimate in themselves but carried out in a manner that avoids taxation” (1999: 88).

problemática, especialmente para o comércio riverense que se encontra num período de recessão.

Bleil de Souza entende o comércio e o contrabando como “as faces de uma mesma atividade, a troca de bens e mercadorias, que atendem às necessidades da região” (1995b: 126). Schäffer lembra que a história de Rivera e Santana está marcada por eventos que mostram a importância do comércio e do contrabando favorecidos pela situação de fronteira seca (Schäffer, 1993).

O contrabando, sempre combatido pelas autoridades nacionais e encarado como um encobrimento fiscal que deve receber um castigo exemplar, tem “para os habitantes da fronteira um papel fundamental e indispensável nos estabelecimentos e na vida cotidiana deste espaço” (Bleil de Souza, 1995b: 127). Se bem que, em nosso trabalho, não pesquisamos especificamente a atividade do contrabando, não podemos deixar de mencioná-lo e considerá-lo o marco ou substrato que, muitas vezes, acompanha as atividades e as práticas da população desta fronteira.

Rivera e Santana são cidades comerciais com uma demanda e uma oferta de produtos desequilibrada⁵⁴.

A propaganda comercial dos supermercados de Santana encontra-se nos pontos de ônibus urbanos de Rivera, e dentro dos mesmos, oferecendo serviço gratuito de envios a domicílio (à cidade de Rivera). A propaganda comercial de uma variedade de produtos e comércios de Santana é permanente na rádio e na televisão de Rivera (lembramos que muitos dos comércios da cidade vizinha são de donos uruguaios). Desta forma, as compras das despesas familiares feitas todos os dias, seja na cidade de Santana ou na de Rivera (práticas cotidianas), desde a perspectiva do Estado nacional, se definem como contrabando⁵⁵.

⁵⁴ A desigualdade na oferta tem níveis aparentemente extremos; alguns dos produtos uruguaios da CONAPROLE (*Cooperativa Nacional de Productores de Leche*) são significativamente mais baratos em Santana do que na própria cidade de Rivera.

⁵⁵ Tem uma propaganda radiofônica em Rivera que ilustra a situação vivida pela sua população. Nesta publicidade, uma padaria riverense promove seus *hojaldrados* (biscoitos de várias camadas) com o seguinte argumento: “*¡mire que están hechos con manteca uruguaya! Pero vamos* (se fala a si mesmo o apresentador da propaganda), *mirá si acá en la frontera van a estar hechos con manteca uruguaya...pero sí, Usted vaya y compruebe!*”. Assim, descobrimos que a manteiga brasileira, que se compra em Livramento, é a manteiga usada pela população desta fronteira, por isso torna-se difícil acreditar que as padarias riverenses usem manteiga uruguaia. Esta propaganda também nos informa que a manteiga uruguaia é

A questão é que o contrabando, que limitamos às compras cotidianas feitas pelas famílias da fronteira para suas despesas familiares, é coisa de todos os dias. É claro que o contrabando não é só isto, mas analisar a complexidade desta atividade excede os propósitos da nossa investigação; o que, na realidade, nos interessa destacar é a sua presença explícita e cotidiana.

Para esta região, o contrabando tem sido discutido, em várias oportunidades, como uma atividade que não receberia sanções morais da sociedade de fronteira (Bleil de Souza, 1995b; Masina, 1995); “*en la frontera rige la cultura del intercambio con el otro lado y esta cultura del intercambio no se opera solamente por la conveniencia de precios, la gente no visualiza el contrabando como un delito ni moralmente la sociedad de la frontera...bueno, si sancionara al contrabandista no quedaría nadie...*”, autoridade política riverense.

Se, na escola, se perguntar às crianças o que gostariam de ser quando forem grandes, uma das respostas possíveis vai ser, “*contrabandista, como mi hermano*”⁵⁶. Em realidade, entre as principais profissões de Rivera, além de professor, polícia, militar, empregado público e vendedor ambulante, devemos acrescentar a de *bagayero* ou *sacolera*, atribuída a quem carrega mercadorias compradas no Brasil (açúcar, café, erva-mate, tabaco, doces, entre outros) até Rivera, a comércios de outras localidades vizinhas e não tão vizinhas. Este tipo de contrabando, muitas vezes identificado como *contrabando hormiga*, é uma forma de subsistência para uma grande parte da população; se bem que para aqueles que exercem esta atividade, *bagayo* e contrabando não significam necessariamente a mesma coisa; “*nosotros somos bagayeros...contrabando vos sabes que no es lo mismo que el bagayo, porque el bagayo son dos o tres bolsitos arriba de un ómnibus que van para Tacuarembó...*”.

considerada de melhor ou superior qualidade, por isso, destaca-se especialmente o fato de ser “*manteca uruguaya*”.

⁵⁶ Trindade, comunicação pessoal. De fato, o contrabando também é mencionado como um “factor económico muy importante en esta comunidad”, que dá a possibilidade de “ascender en sociedad, no hay ninguna traba en cambiar de clase” (entrevistado riverense, em Hensey, 1972: 83).

Muitas práticas cotidianas se tornaram paradoxais quando, em outubro do ano 2000, com a aparição de um foco de aftosa no departamento de Artigas (Uruguai), o governo uruguaio iniciou uma forte campanha de luta contra o contrabando, especialmente na região da fronteira.

Quando nas alfândegas terrestres, localizadas a poucos quilômetros da cidade de Rivera, começaram a fazer rígidos controles, surgiu a questão: se a população de Rivera “pode” comprar em Santana, por que não a de Minas de Corrales e Tranqueras? (povoados menores, perto de Rivera, aos quais se chega passando pelas alfândegas terrestres localizadas nas estradas nacionais).

Os funcionários policiais, que começaram a participar ativamente nesta tarefa, recebiam um sem-número de denúncias da população local. Estes mesmos funcionários, que confiscam os comestíveis comprados em Santana, transportados em furgões e distribuídos nos bairros de Rivera, são encontrados depois no supermercado de Santana, fazendo as suas próprias compras, sendo que alguns morariam do lado brasileiro, e os chãos da chefatura da polícia uruguaia estariam construídos com baldosas compradas na cidade vizinha (segundo denunciou um jornal local).

O lado brasileiro pareceria ser brasileiro para algumas coisas e não para outras, e isso de que depende?. Fundamentalmente, da intervenção do Estado. Quando o polícia riverense recebe a investidura do Estado (a ordem de sancionar neste caso), algumas coisas modificam seu significado e exigem novas tomadas de posição⁵⁷.

Em realidade, não é paradoxal que o funcionário policial faça suas compras no supermercado de Livramento ou que o chão da chefatura de polícia tenha sido construído com baldosas brasileiras; o que pode se tornar paradoxal, nesta fronteira, é que a polícia faça cumprir a lei (sempre com relação ao contrabando, porque, por sua vez, as compras cotidianas se transformam em contrabando a partir da presença do Estado).

⁵⁷ A polícia, junto com a prefeitura das cidades, são as principais autoridades políticas de Rivera. Ingressar na instituição policial é uma fonte de trabalho principal, além de um trabalho prestigioso. Em Rivera, “*el policía es bueno*”, além de abundante, “*quién no tiene un policía en la familia, un policía amigo*”.

“As leis não combinam com a realidade local, com questões de vida, de convivência”, coloca assim uma das juízas de Santana, junto com o relato da seguinte anedota; foi na cidade de Rivera onde comprou um medicamento a melhor preço e maior variedade de doses, que enviou por ônibus a um parente em Novo Hamburgo, e então explica; *“por exemplo, isso que eu fiz de comprar um medicamento na farmácia uruguaia e mandar para Novo Hamburgo poderia ser reconhecido como crime...então isso é uma vantagem que a gente tem, morando na fronteira”*.

Que acontece nesta fronteira, onde uma juíza, representante e reguladora das leis estabelecidas pelo Estado nacional, parece interpretar um “crime” (como o contrabando) como uma vantagem; por acaso o contrabando, neste lugar onde *“as leis não combinam com a realidade local”*, se transforma em uma vantagem?...

2.6 conclusões preliminares

Para a população desta fronteira, Rivera e Santana são as cidades onde se fazem as compras cotidianas, se trabalha, se vive ou se visita familiares. A grande interrelação que existe entre ambas provoca sua transformação cotidiana em *cá e lá* ou *deste lado* ou *do outro lado*. Porém, estas cidades não deixam de ser cidades-Estado ou cidades-países.

Rivera e Livramento, cidades afastadas dos centros de poder político e econômico, se transformam também cotidianamente no Uruguai e no Brasil; porque quando a gente da fronteira cruza *a linha* para se casar em Rivera ou registrar seu filho no país vizinho ou declarar sua residência, Rivera e Santana são também países. Em realidade, as identidades das duas cidades são diversas, podem ser “estrangeiras”, “vizinhas” ou “irmãs”, segundo as circunstâncias e, sobretudo, os propósitos ou interesses diversos.

O que nos interessa destacar aqui é que as práticas que descrevemos não só revelam alguns dos sentidos que esta fronteira pode ter para sua população, mas também o fato de ser elas mesmas consequência da situação de fronteira. Algumas coisas somente acontecem nas fronteiras políticas e

aqueles que vivem nos (os) limites políticos constroem a sua vida cotidiana considerando os particulares recursos que a fronteira pode lhes oferecer (Donnan e Wilson, 1999).

A *linha* para a população riverense e santanense oferece, segundo o revelam algumas das suas práticas, como as relações entre registro e nascimento, o casamento, o comércio e o contrabando cotidiano, diversas estratégias para a obtenção de futuros benefícios econômicos ou sociais. Práticas como as *trampitas* da fronteira ou o casamento em uma ou outra cidade ou o registro de nascimento em uma ou outra cidade, mostram uma dimensão instrumental do uso institucional (e outros) da fronteira (como, por exemplo, a obtenção de determinada nacionalidade), ou práticas como o comércio ou o contrabando mostram estratégias cotidianas para comprar a melhor preço, melhorar a rentabilidade ou adquirir produtos diversos.

Riverenses e santanenses mostram um uso instrumental da fronteira ou um sentido prático da fronteira, que a descobrem como uma estratégia de vida que oferece novas opções ou possibilidades. Assim o demonstram as suas práticas cotidianas, muitas delas conseqüência das particulares características do limite político entre o Uruguai e o Brasil em Rivera e Santana.

Os atores fronteiriços cruzam este limite para comprar, para trabalhar, para se casar, etc. Porém, ao mesmo tempo, os atores fronteiriços reconhecem e estabelecem outros limites, estreitamente vinculados com o limite político-jurídico entre o Uruguai e o Brasil.

Consideremos a prática de nascer em um país e se registrar em outro (isto é, nascer *cá* e registrar-se *lá*); embora seja verdade que muitos explicam esta prática como uma “*esperança de vantagem*”, isto é, como uma estratégia para assegurar possíveis futuros benefícios, também é certo que esta prática se vincula estreitamente a uma noção geral de pertença (sentimento de pertencer a um povo). Neste sentido, muitas vezes se registra o nascimento no país “vizinho” e não no país de nascimento, guiando esta opção o fato de *ser nascido de* e não *nascido em*, segundo vimos.

Para o ator fronteiriço, que nasce em Rivera (no Uruguai), mas se declara brasileiro e registra seu nascimento em Santana, onde está a *linha*?. Porque, neste caso, que o limite político entre as cidades defina que a nacionalidade que lhe corresponde é a uruguaia (como atributo natural por ter nascido num determinado território), é um fato não reconhecido pelo ator fronteiriço que resolve qual será a sua nacionalidade em função de seu pertencimento a um continente sentimental onde se compartilham uma série de valores e tradições próprios. Neste caso, é o ator fronteiriço, e não o Estado, quem estabelece a correspondência certa entre lugar de nascimento e nacionalidade, e esta correspondência define um limite, aquele que se encarrega de estabelecer a quem deve atribuir-se uma determinada nacionalidade. Deste modo, não são as regras do Estado que definem a nacionalidade da sua população, são os atores fronteiriços os que resolvem ou escolhem a sua nacionalidade, segundo as suas próprias regras.

Mas estas regras não deixam de se relacionar com alguns dos princípios dos Estados-nação, especialmente com o conceito de nação segundo a definição de Weber, como uma “comunidade de sentimento”, “o conceito indubitavelmente significa, acima de tudo, que podemos arrancar de certos grupos de homens um sentimento específico de solidariedade frente a outros grupos” (Weber, 1982: 202)⁵⁸.

Vejamos quais podem ser alguns dos critérios que, para a população desta fronteira, podem definir ou atribuir determinada nacionalidade ou identificação nacionalista⁵⁹. Se prestássemos atenção às expressões de nossos entrevistados, veríamos quão freqüentes são afirmações como: “*eu sou*

⁵⁸ Weber identifica no campo da política um objeto comum atrás da expressão “evidentemente ambígua” de nação e define o conceito da forma seguinte: “uma nação é uma comunidade de sentimento que se manifestaria adequadamente num Estado próprio; daí, uma nação é uma comunidade que normalmente tende a produzir um Estado próprio”; ao mesmo tempo, lembra que a idéia encerra a lenda de uma “missão” providencial e de um destino comum (Weber, 1982: 207).

⁵⁹ Como mostra Sahlins (1989), as regiões de fronteira são sítios privilegiados para a articulação de distinções nacionais e as identidades sociais muitas vezes se constroem em termos nacionalistas. Mas não se pode presumir que, para a maioria da população desta fronteira, a identificação nacional exclui ou é sempre superior ao conjunto restante de identificações que constituem o ser social, assim como também não é possível reduzir a “nacionalidade” a uma dimensão única, seja política, cultural ou qualquer outra (Hobsbawm, 1990).

natural brasileira, brasileira mesmo”, “*eu sou totalmente brasileira*”, “*mi mujer es uruguayana nata*”; em alguma ocasião, à pergunta de que se tinham parentes uruguaios, tivemos como resposta, “*não, sou bem brasileira*”.

Estas expressões, usadas por riverenses e santanenses para definir a sua nacionalidade, mostram que, nesta fronteira, existe a possibilidade de ser uruguaio ou brasileiro (ou definir-se como tal), de modos diferentes. As práticas descritas assim o revelam: pode-se ser uruguaio ou brasileiro *doble chapa*. Por sua vez, existem, dentro desta definição, outras possibilidades, como estar legalmente documentado em ambas as nacionalidades e ter direito ao voto em ambos os países, ou não ter a documentação legal, mas, sim contar com tal possibilidade por ser, por exemplo, filho de pais brasileiros ou uruguaios. Mas também se pode ser *doble chapa* através das *trampitas* da fronteira, e é o caso de muitos *doble chapa* legalmente documentados, embora, nestes casos, não se reconheçam necessariamente como tais.

Também se pode ser uruguaio ou brasileiro porque se modificou um registro de nascimento ou se alterou uma certidão do registro civil, ou se fez uma inscrição incorreta durante o trâmite de casamento, etc., etc. Ou também se pode ser brasileiro comprando, emprestando, negociando ou “contrabandeando” uma nacionalidade, como assim o revelaria (e neste ponto são necessárias maiores investigações), a compra de carros por riverenses nas companhias santanenses de venda de carros.

Assim, existem diversas formas de experimentar a nacionalidade ou uma identificação nacionalista, podendo ser mais brasileiro ou menos uruguaio ou “totalmente brasileiro” ou “uruguayana nata”.

As relações de parentesco e a composição das famílias desempenham um papel importante nas identificações que envolvem o conceito de nacionalidade; aqueles que entendem ter dentro das suas famílias integrantes de ambas as nacionalidades, geralmente se definem como *doble chapa* (embora não tenham a documentação legal); por outro lado, aqueles que manifestam não terem parentes uruguaios podem fazer afirmações como, “*sou bem brasileira*”. Por outra parte, os que estão legalmente documentado em ambas as nacionalidades, mas obtiveram a documentação através das *trampitas* (ou seja que, provavelmente, dentro da sua família não existem

parentes próximos brasileiros ou uruguaios), apesar de ter a possibilidade de se definirem como *doble chapa* (porque pode votar em ambos países), não se definem como tal.

Neste sentido, é interessante reconhecer que embora seja certo que práticas como as *trampitas*, e inclusive o contrabando, são práticas legitimadas por riverenses e santanenses (ao serem reconhecidas, aceitadas e praticadas), seus resultados, como se poder adquirir determinada nacionalidade, não são necessariamente legitimizados, como é o caso dos *doble chapa* legalmente documentados em ambas as nacionalidades, que não se reconhecem como tais, quando obtêm a documentação através das *trampitas*.

Como vemos, para o ator fronteiriço, a atribuição de uma determinada nacionalidade incorpora alguns dos sentidos que a noção⁶⁰ de nacionalidade tem nesta fronteira, relacionados com circunstâncias vitais e locais da vida em Rivera e Livramento.

É certo que o ator fronteiriço, através destas práticas, estabelece novas regras para definir ou identificar-se com uma nacionalidade determinada, e estas novas regras transgridem as regras definidas pelos Estados nacionais. Não obstante, e este é um ponto interessante, estas regras vinculam-se estreitamente à idéia de nação tal como definida por Weber (citado antes) ou Anderson (1989), pois a nacionalidade (que inspira uma legitimidade emocional profunda, como lembra Anderson), geralmente se define segundo uma noção de pertença, uma “comunidade de sentimento” ou “um companherismo profundo e horizontal” (Anderson, 1989: 16).

Como lembra Stuart Hall, a nação “não é apenas uma entidade política, mas algo que produz sentidos – *um sistema de representação cultural*. As pessoas não são apenas cidadãos/ãs legais de uma nação; elas participam da *idéia* de nação tal como representada em sua cultura nacional. Uma nação é uma comunidade simbólica e é isso que explica seu ‘poder para gerar um sentimento de identidade e lealdade (Schwarz, 1986, p. 106)” (Hall, 2002: 49, grifos do autor).

⁶⁰ Como lembra Anderson, a noção de nacionalidade, junto com a de nação e nacionalismo, têm se mostrado tão difíceis de definir quanto de analisar (Anderson, 1989).

Para o Estado nacional, práticas como as *trampitas* e o contrabando (se bem que reconhecidas e aceitadas pela população de ambas as cidades), são definidas como ilegais ou fraudulentas. Por isso, as *trampitas*, tal como são praticadas em Rivera e Santana, são consideradas delito e merecem uma sanção, da mesma forma que o contrabando. O contrabando também é uma prática ilegal, que merece um castigo exemplar; como assinalam Donnan e Wilson, “such activities do not play by state rules. They ignore, contest and subvert state power. They challenge state attempts to control the behaviour of its citizens and subjects, to impose a morality, to regulate the movement of people and flow of commodities, and to define what are and what are not marketable goods” (Donnan e Wilson, 1999: 88). Em realidade, o contrabando, atividade paradigmática da região de fronteira, não é muito diferente das *trampitas*, quanto ao seu status de ilegitimidade (se fosse definido pelo Estado) ou legitimidade (se fosse definido pela população desta fronteira).

Para o Estado nacional, estas práticas transgridem os limites e, ao transgredi-los, não somente manifestam falta de lealdade ao país, simultâneamente deixam de ser país (como veremos adiante). De fato, as áreas de fronteira se apresentam, para os representantes dos Estados nacionais, como um lugar de subversão ou abuso de poder, e por isso merecem sanções exemplares (Donnan e Wilson, 1999).

A fronteira de Rivera e Santana é um espaço permanentemente sancionado pelo Estado nacional⁶¹, e as sanções são vividas de diversos modos pela população; “*porque acá en la frontera somos los culpables de todos los problemas que tiene el país*”, “*pero a mí siempre me rechina un poquito que vengan a tirarnos todas las culpas de todos los males por lo que entra aquí en la frontera, todos los pecadores, todos los malvados, todos los antipatriotas estamos aquí (...)*”.

Riverenses e santanenses (gente de fronteira) compartilham as práticas que descrevemos, muitas das idéias e valores associados a elas e também

⁶¹ “(...) nosotros apenas existimos con titulares sobre allanamientos, prisiones de aduaneros, despachantes, ex jefes de Policía y efectivos, por homicidios, rapiñas y mamarrachos” (Jornada, Rivera, quinta, 25 de outubro de 2001).

muitas de suas conseqüências, como, por exemplo, as sanções recebidas dos Estados nacionais por atividades como o contrabando.

Certamente, como assinalam Donnan e Wilson, as fronteiras têm características que as diferenciam de outras áreas de seus respectivos Estados nacionais, especialmente porque a gente da fronteira forma parte de sistemas sociais e políticos diferentes da maioria daqueles de seus respectivos países. Neste sentido, estas regiões vivem uma ambivalência, “as they are both pushed away from national centres, as part of the centrifugal forces of being the state’s frontier with non-national others, and pulled in by the centripetal forces of the borderlands and state centres across their border-line. Because of their transborder and transnational linkages, these border cultures are often treated suspiciously by states and their agents, many of whom believe in the traditional view of the convergence of state, nation, identity and territory” (Donnan e Wilson, 1999: 53).

As fronteiras e os limites internacionais são áreas nas quais o Estado investe muito para impor suas definições de limites; porém, as zonas de fronteira descobrem um panorama cultural que transcende à linha de fronteira, e isto devido às suas dinâmicas que vinculam as pessoas e as instituições das fronteiras internacionais com as pessoas e instituições dentro de seus próprios Estados e também com gente e instituições de Estados bastante mais distantes; “their lives are part of border cultures, ways of life and forms of meaning which they share only or principally with other borderlanders, on the same or the other side of the legal state demarcation, the borderline. In this way, too, local border cultures almost always transcend the limits of the state, calling into question yet again the lack of fit between national culture and state sovereignty and domain” (Donnan e Wilson, 1999: 12).

As populações de Rivera e Santana compartilham uma série de práticas e dinâmicas que as diferenciam de outras áreas de seus respectivos Estados, e que geralmente transcendem os limites impostos pelos Estados nacionais; de fato, são muitas vezes conseqüência da situação de fronteira política, de uma localização periférica respecto de seus correspondentes Estados, e de um sistema cultural local de relações econômicas e sociais compartilhadas com sua

respectiva comunidade de fronteira⁶². Porém, embora seja verdade que estas práticas descobrem sentidos locais específicos, consequência da situação de fronteira política, e que, além disso, geralmente vão de encontro às normas estabelecidas pelos Estados nacionais, também é verdade que ditas práticas descobrem novas sendas na relação do Estado-nação com as populações de fronteira. Porque, se bem que, desde a perspectiva dos Estados nacionais, a gente desta fronteira transgride os limites e, ao transgredi-los, desconhece o papel e a função do Estado e merece, portanto, uma sanção, também temos que reconhecer que não deixa de atuar fora dos marcos simbólicos e culturais estabelecidos pelos Estados nacionais.

Desde a perspectiva do Estado nacional, riverenses e santanenses cruzam e usam *a linha* muitas vezes como delinqüentes ou infratores, mas o que geralmente fazem riverenses e santanenses é adaptar esa *linha* a suas urgências cotidianas, sem esquecer ou anular *a linha*.

Se pensamos, por exemplo, na prática de nascer em um país e se registrar no país vizinho, quando guiada pela opção de *ser nascido de*, desde a perspectiva do Estado nacional, esta é uma prática fraudulenta e ilegítima; porém, o ator fronteiriço freqüentemente a realiza com o sentido último de *pertencer a* uma nação, ser cidadão e ter a nacionalidade de um país determinado, que é o sentido e objetivo do registro de nascimento efetuado pelo Estado. A diferença principal radica em que, nesta fronteira, quem resolve onde registrar o nascimento é o próprio ator fronteiriço e não o Estado, e isto acontece com muitas das práticas descritas. De alguma forma, os atores fronteiriços tomam o Estado nas suas mãos, no sentido de ser eles mesmos os que têm, “*el poder de nombrar, identificar, categorizar, de indicar qué es qué y quién es quién*” (Brubaker e Cooper, 2001: 45: grifos nossos).

Estas práticas, e muitos dos fatos da vida cotidiana da fronteira, são definidos como *inevitáveis*. Antes falamos que, detrás desta concepção de *inevitabilidade*, encontra-se a idéia de que, neste lugar de fronteira política, as

⁶² Esta condição geralmente dá a suas comunidades uma sensação tanto de “political and social *separateness* and *otherness*, i.e. of being culturally different from core or majority populations in their ‘national societies’” (Donnan e Wilson, 1999: 5: grifo dos autores).

coisas deveriam estar claras, numa espécie de antes e depois; porém, não resultam ser *como se supõe que deveriam ser*, convertendo-se em fatos e em práticas *inevitáveis* ou em “*situações inusitadas*”. Também afirmamos que é o Estado quem desempenha um importante papel, como árbitro ou identificador, na articulação deste limite entre o inevitável e o evitável, porque é o Estado que, em último termo, resolve que coisas têm que se evitar, especialmente numa fronteira política.

Então, se, como falamos antes, os atores fronteiriços muitas vezes tomam o Estado nas suas mãos (dando-lhe novas formas, sem ignorá-lo), porque são eles os que resolvem, decidem e categorizam o mundo que os rodeia, ao mesmo tempo, reconhecem que as suas práticas, as suas decisões e as suas categorizações são *inevitáveis*, por quê?. Porque não são eles os que têm que decidir, resolver e categorizar o mundo da fronteira, porque essas categorizações e definições já estão feitas, e feitas pelo Estado, e o Estado, como afirmam Wilson e Donnan, está “monumentally inscribed” nas fronteiras políticas (Wilson e Donnan, 1998: 8).

~

capítulo 3

as línguas da fronteira riverense-santanense

“Llegué a conocer gauchos viejos de chiripá y “pata en el suelo”, gente guapa para cuerpearle a la ley o a la miseria; contrabandistas que cruzaban en la noche, sigilosos como zorros. Gente que hablaba una mezcla de español y portugués, un “portuñol” que en vez de hacerlos binacionales, los volvía extranjeros de ambas tierras.”
 “EL CAMPO”, Julián Murguía (2001).

Outra das características da fronteira de Rivera e Livramento se relaciona com o papel desempenhado pela linguagem no comportamento social da sua população. Em ambas as cidades, encontram-se grupos sociais que falam mais de uma língua e se distinguem no seu conhecimento, domínio e uso. Os atores fronteiriços apresentam uma série de condutas, atitudes e valores diferentes, segundo sejam expressados em uma ou outra língua.

Durante nossa investigação, foi imediato o descobrimento da importância da língua, como fenômeno social, nas práticas cotidianas de riverenses e santanenses. Apesar de nossa falta de formação na área da sociolinguística, resolvemos incorporar algumas de nossas observações, pois ajudam a compreender, e em forma ilustrativa, as complexas relações entre nação, cultura e Estado.

Seguem, a continuação, alguns dos principais antecedentes que se referem a investigações sociolinguísticas na área e, logo, breves comentários sobre o marco teórico ao qual nos remitemos.

3.1 os dialetos portugueses do Uruguai

No ano de 1959, o professor uruguaio José Pedro Rona publicava uma investigação pioneira sobre a situação sociolinguística da fronteira, afirmando a existência de uma área bilingüe e estabelecendo uma primeira definição fonológica do que, então, identificou como *fronterizos*, com referência às

formas fortemente lusitanizadas do espanhol e fortemente hispanizadas do português (Hensey, 1972). Desde então, as sociedades de fronteira Uruguai-Brasil têm sido descritas como sociedades bilingües, nas quais se falam, além do espanhol, variedades de português de grande variabilidade e instabilidade estrutural⁶³. Estas variedades têm sido academicamente denominadas Dialetos Portugueses do Uruguai ou DPU (Elizaincín et al., 1987)⁶⁴, são popularmente conhecidas como *portunhol* e localmente como *brasileiro*⁶⁵.

Por outro lado, o português falado na fronteira com o Uruguai tem recebido o nome de Português Gaúcho da Fronteira (PGF), sendo reconhecido como uma fala fortemente influída pelo espanhol, acreditando-se que não seria muito diferente dos que existem em território uruguaio, conhecidos como DPU (Trindade et al., 1995), se bem que, neste ponto, existem importantes divergências entre os investigadores.

A existência atual das variedades de português e a sua localização na região norte e nordeste da fronteira uruguaia são explicadas por fatos históricos e sociais.

Desde o século XVI até os últimos vinte e cinco anos do século XIX, a região norte estava praticamente em mãos dos brasileiros que a povoavam e administravam até na justiça (idem). O panorama lingüístico da zona fronteira evidenciava, em meados do século passado, a quase total desapareção do espanhol (Marsilio, 1969); foi, em parte, para modificar estes fatos que se fundaram, entre 1853 e 1862, cidades uruguaias defronte das brasileiras já existentes, favorecendo o assentamento de populações hispano-falantes. Nesse tempo, o substrato étnico era português e foi este o que determinou a

⁶³ Variabilidade e instabilidade derivadas do afastamento do português padrão e do contato com o espanhol padrão (principalmente nas escolas uruguaias).

⁶⁴ Elizaincín et al. explicam a escolha do termo dialeto do modo seguinte: “el término ‘dialecto’ se justifica por ser, quizás, el más neutro de todos y el que menos nos compromete (en el estado actual de nuestros conocimientos) acerca del **status** de estas formas. O sea, ‘dialecto’ en el sentido diatópico, más o menos tradicional, forma de hablar peculiar de una zona determinada del territorio nacional. Y el uso de ‘dialectos’, en plural, responde a nuestra visión del fenómeno como una situación intrínsecamente **variable**” (Elizaincín et al., 1987: 13: grifo dos autores). Os dialetos têm uma base preponderantemente portuguesa que, porém, evidencia uma forte influência do espanhol (idem).

⁶⁵ Existem outras denominações que Elizaincín et al. circunscrevem às formas mais populares, “es decir las formas como los mismos hablantes las reconocen”, como por exemplo *carimbão* e *bayano* (Elizaincín et al., 12: 1987). Além veremos que estas denominações encontram sentidos, conteúdos e usos específicos segundo o grupo social que as use e o contexto.

forma da linguagem da zona; “el lenguaje de la frontera es, etimológica, semántica y morfológicamente, el portugués” (idem, 20). Para este autor, as causas da existência das linguagens fronteiriças se encontram na composição étnica da zona e nos seus mecanismos econômicos.

As políticas lingüísticas implementadas no Uruguai a partir do século XIX também ajudam a compreender a existência atual das variedades de português. O bilingüismo fronteiriço poderia ser o resultado de uma planificação lingüística que estabeleceu a educação generalizada e obrigatória, junto com o uso da língua espanhola (“Idioma Nacional”), em todas as escolas do país (Hensey, 1972; Behares, 1984)⁶⁶. Esta planificação partiu de uma base descritiva errada, como se fosse aplicar a uma área monolingüe espanhola, sem reconhecer que, em uma grande maioria dos casos, a língua materna não era o espanhol (Behares, 1984). O resultado não foi o esperado, porque não só atuou no sentido de reprimir o português; além disso, desconheceu a sua existência; desta forma, é muito provável que a criança se convertesse em bilingüe na escola, ao aprender o idioma espanhol (Hensey, 1972; Behares, 1984).

Em Rivera e Livramento, o bilingüismo é mais freqüente entre uruguaios do que entre brasileiros e tem um significado diferente para cada grupo. Enquanto entre os brasileiros a aquisição do espanhol tende a acontecer durante a adolescência tardia, os uruguaios adquiririam o português em casa, freqüentemente antes do que o espanhol, e fariam o português com maior fluidez do que o brasileiro o espanhol (Hensey, 1972, 1974). Isto é, enquanto a maioria dos uruguaios fala variedades de português, somente uma minoria de brasileiros fala espanhol; por outra parte, para o urguai, o português (ou suas variedades) é o idioma preferido; pelo contrário, poucos brasileiros dizem preferir o espanhol, a não ser que se trate de usá-lo com seus amigos uruguaios (Hensey, 1974). Este bilingüismo se estabelece sobre a base de

⁶⁶ A fronteira foi um foco importante desta reforma educativa (desenhada especialmente para inculcar uma cultura popular entre os imigrantes), e os professores das escolas de fronteira recebiam salários mais altos do que outros professores rurais do Uruguai (Chasteen, 2002; 72).

uma língua padrão (o espanhol), e um dialeto não padrão de outra língua (os DPU) (Trindade et al., 1995).

O bilingüismo tem sido uma das aproximações conceituais usadas para descrever a situação de contato de línguas nestas cidades de fronteira. O uso de duas (ou mais) línguas requer o emprego de uma série de normas concretas e a especialização funcional das línguas implicadas (Appel e Muysken, 1996). A noção de *diglossia* (duas línguas)⁶⁷ permite a caracterização da *ubicação social* das funções para diferentes línguas ou variedades (Fishman, 1982). Nas cidades de Rivera e Livramento, Elizaincín define “un grado de diglosia notable” com relação a domínios de uso diferentes e à distribuição de funções para cada uma das línguas; em Rivera, enquanto o espanhol é a linguagem da escola e da vida pública, as variedades de português têm um uso familiar e cotidiano (Elizaincín, 1975; Hensey, 1974, 1982). O espanhol é a língua de maior prestígio enquanto língua nacional, enquanto o *portunhol* é tido como uma deformação, cujo uso desprestígia socialmente o indivíduo (Elizaincín, 1975).

O espanhol é usado como variedade alta para todos os fins formais (educação, processos jurídicos, administração, meios de comunicação), e os DPU são usados quase exclusivamente na comunicação familiar e espontânea entre os membros de um mesmo grupo social. Segundo assinalam os estudos, as classes médias e altas rejeitariam os DPU⁶⁸, não sendo reconhecidos com nenhum valor de representatividade regional; por outro lado, os falantes de DPU são considerados “incultos” e “inferiores” e os próprios falantes que, na sua maioria, pertenceriam às classes baixas⁶⁹, teriam sentimentos muito

⁶⁷ Apresentado pela primeira vez por Ferguson em 1959, o termo tem experimentado uma redefinição e refinamento gradual (Appel e Muysken, 1996). A princípio, era aplicado para aquelas sociedades que reconheciam duas ou mais línguas para sua comunicação e nas quais se descobria a existência de um conjunto de condutas, atitudes e valores diferentes, segundo fossem expressados em uma ou outra língua. A definição de diglossia referia-se a duas variedades de um mesmo sistema lingüístico usadas em uma comunidade de fala: uma variedade formal, denominada A (alta), e uma forma popular ou vernácula, chamada B (baixa). Mais tarde, os trabalhos de Gumperz conduziram a sua aplicação também as sociedades que empregam dialetos, registros diferenciados, “o niveles lingüísticos funcionalmente diferenciados de la clase que sean” (Fishman, 1982: 120).

⁶⁸ O que não significa necessariamente que se desconheça a língua (DPU ou *portunhol*) ou não se tenha uma funcionalidade bilingüe.

⁶⁹ Esta afirmação é discutida mais adiante.

ambíguos com respecto aos DPU, sendo, ao mesmo tempo, inferiorizados mas leais a sua fala (Trindade et al., 1995).

Os estudos de atitudes⁷⁰ para as variedades de português feitos na cidade de Rivera também descobrem uma série de indícios de discriminação, como a proibição de usar o dialeto nas escolas, maior facilidade de acesso a fontes de trabalho para aqueles que só falam espanhol, atitudes negativas para com o uso e usuário pelos lares urbanos de classe média e média-alta, sentimentos de inferioridade e vergonha em quem admite falá-lo (Elizaincín, 1980).

Em resumo, para entender a situação sociolingüística das comunidades fronteiriças, deve-se ter presente a composição de seu repertório lingüístico, isto é, as variedades que o integram, a sua funcionalidade e as atitudes e representações lingüísticas que se geram sobre as mesmas (Barrios, 1999)⁷¹.

Para esta autora, o repertório lingüístico das regiões da fronteira uruguaia com Brasil tem como características principais as seguintes: está constituído por duas línguas padrões (o espanhol e o português), definindo-se por língua padrão a variedade codificada de uma língua que tem prestígio social conferido por sua tradição literaria, possessão de um código escrito e seu uso e aquisição em âmbitos educativos. Cada uma destas línguas padrões está conformada, por sua vez, por uma variedade padrão (espanhol padrão rioplatense e português padrão brasileiro) e diferentes variedades dialetais (Barrios, 1999: 2).

Como mencionamos antes, as variedades dialetais são popularmente conhecidas como *portunhol* e tecnicamente como DPU. Segundo Barrios, as variedades padrões do espanhol e do português se constituem nos polos de

⁷⁰ Muitas das aplicações da noção de “atitude” seguem a definição de Allport: “an attitude is a mental and neural state of readiness, organized through experience, exerting a directive or dynamic influence upon the individual’s response to all objects and situations to which it is related” (Quasthoff, 1987: 786). Para Allport (1984), as atitudes se associam com expressões prototípicas, como “Não me gosta X”, a diferença das crenças ou representações (como os estereótipos), que se associam com expressões como “X é Y” (idem).

⁷¹ Barrios, seguindo a Gal (1987), entende por repertório lingüístico de uma comunidade, “la totalidad de recursos lingüísticos de que disponen los miembros que la integran para actuar en

um contínuo no qual se situam as variedades dialetais, mais ou menos aportuguesadas ou espanholizadas. De um ponto de vista estritamente lingüístico, devido a seu avanzado estado de mistura, os dialetos portugueses tornam-se de difícil atribuição a uma ou outra das línguas em contato; porém, os falantes da fronteira “los identifican predominantemente con el portugués (‘brasileiro’) reconociéndoles su origen lusitano” (Barrios, 1999: 3)⁷².

Por último, é importante reconhecer que apesar dos usos e funções diversos das línguas e variedades dialetais, quanto à valoração e discriminação funcional das variedades envolvidas, o comportamento dos falantes da fronteira é bastante homogêneo, e por isso é possível afirmar que a sociedade fronteiriça “se conforma como una comunidad lingüística en el sentido de Labov (1972): no tanto por un acuerdo real en el uso del lenguaje, sino básicamente por el conocimiento que los hablantes tienen de las normas de uso del lenguaje para la comunidad en cuestión” (Barrios, 1999: 4).

interacciones socialmente significativas. Las variedades del repertorio se definen básicamente por las funciones que cumplen y por sus connotaciones simbólicas.” (Barrios, 1999: 1).

⁷² Quais são as diferenças essenciais entre linguagem, dialeto e variedade?. Como assinala Wardhaugh, *linguagem e dialeto* são termos ambíguos; “*language* can be used to refer either to a single linguistic norm or to a group of related norms, and *dialect* to refer to one of the norms; but the norms themselves are not static” (Wardhaugh, 1986: 25, grifos do autor). Geralmente, linguagem e dialeto podem ser empregados de forma virtualmente intercambiável; em alguns casos, o termo que se use depende quase exclusivamente de considerações extralingüísticas, especialmente de determinados fatores sociais ou políticos (idem). O conceito de linguagem é também um conceito complexo, com problemas conceituais diversos, como tem sido assinalado por Le Page et al. (1985) e Wardhaugh (1986); “trying to decide whether something is or is not a language or in what ways languages are alike and different can be quite troublesome. However, we usually experience fewer problems of the same kind with regard to dialects. There is usually little controversy over the fact that they are either regional or social varieties of something that is widely acknowledged to be a language” (Wardhaugh, 1986: 36). Wardhaugh prefere falar de código (“code”) para se referir a uma linguagem ou variedade de uma linguagem, definindo a utilidade do termo por sua neutralidade; termos como dialeto, linguagem, estilo, linguagem padrão, etc. seriam propensos a gerar diversos posicionamentos, e o termo variedade também não é neutro, “being by definition a variation on some other, perhaps more standard, language. In contrast, the ‘neutral’ term ‘code’ can be used to refer to any kind of system that two or more people employ for communication” (Wardhaugh, 1986: 86). No presente trabalho, nos referimos às falas portuguesas como dialetos, variedades ou linguagens indistintamente, o qual não é senão uma forma de demonstrar a ausência de maiores elaborações conceituais (reconhecendo a sua ausência e admitindo a sua necessidade).

3.2 breve aproximação teórica ao estudo social da língua

As relações dos indivíduos entre si e as relações entre indivíduo e sociedade estão mediadas pela linguagem, a importância da linguagem na vida social tem levado a identificá-la como a instituição social por excelência; usando a terminologia de Saussure, a língua como instituição social encontra-se expressa em atos de fala que implicam situações sociais, e o uso de uma língua ou outra, em uma situação de bilingüismo, ou a de uma variante ou estilo, dentro de uma situação monolingüe, está pautada socialmente (Pérez-Agote et al., 1990: 149).

Um dos tipos de análise que considera a língua como variável dependente das situações sociais é o orientado a descrever e conhecer a situação ou os processos lingüísticos de uma realidade social concreta. Fishman define este enfoque da Sociologia da linguagem afirmando que trata da totalidade dos “temas relacionados con la organización social de la conducta lingüística, incluyendo no sólo el uso de la lengua en sí, sino también las actitudes con respecto a la lengua, conducta explícita hacia la lengua y hacia los usuarios de la lengua” (Fishman em Pérez-Agote e Tejerina, 1990: 150). A preocupação de Fishman não se concentra exclusivamente no descobrimento das regras ou normas sociais que explicam e determinam a conduta lingüística e as atitudes frente à língua em uma comunidade, mas também em determinar o valor simbólico que as variedades lingüísticas têm para seus falantes (Fishman, 1982)⁷³.

Pérez-Agote e Tejerina consideram, a partir de uma perspectiva analítica, as diversas dimensões e funções da língua precisando o campo problemático das relações entre língua e ator social.

⁷³ Vários autores concordam com a difusa e complexa definição do campo da sociolingüística, assinalando a necessidade de um maior desenvolvimento conceitual e metodológico (Hymes, 1986). Le Page et al. falam de “a subject or conglomeration of subjects loosely labelled ‘sociolinguistics’ has had as its central concern the ways in which linguistic variation within a community (...) can be correlated with social factors of one kind or another” (Le Page et al., 1985: 1).

Uma língua é uma instituição social complexa; uma determinada forma fonética pode ser significativa do status social de quem a usa, mas, além disso, em uma realidade social na qual se fala mais de uma língua, cada língua pode ser significativa do pertencimento a certos coletivos (não necessariamente lingüísticos); “hablar en la lengua es socialmente significativa, como es significativa lo que se dice sobre ella y como es significativa la lengua que se utiliza para decir algo sobre una lengua” (Pérez-Agote e Tejerina, 1990: 154).

Como assinalam os autores, do ponto de vista dos atores, a língua pode ser usada como instrumento (de comunicação e de participação), ou considerada como objeto, o qual inclui imagens, atitudes e valorações para a língua.

Os atores reconhecem a dificuldade em separar a função participativa da comunicativa. Ainda assim, a distinção seria como segue: um uso instrumental comunicativo é o que tem por objeto se entender com outro; um uso instrumental participativo implica falar em uma língua com a intenção de ser reconhecido como membro de um coletivo, isto é, de me identificar com ele (deste modo se incorpora uma dimensão *objetual*, a língua se faz significativa de outras coisas que não são as que se dizem na língua)⁷⁴ (Pérez-Agote & Tejerina, 1990).

Com relação à imagem social da língua (dimensão *objetual*), um dos aspectos mais interessantes para a análise é o das valorações que os atores fazem da língua, particularmente em uma situação de contato de línguas⁷⁵.

O esquemático esboço das dimensões, funções e esferas de valoração que propõem os autores pode servir como um primeiro instrumento para a

⁷⁴ “La participación a través de la lengua en un colectivo puede realizarse bien hablando en la lengua del colectivo (en la lengua significativa de la pertenencia al colectivo), bien hablando en otra lengua sobre la lengua del colectivo o bien hablando en la lengua del colectivo sobre la lengua del colectivo” (Pérez-Agote e Tejerina, 1990: 155).

⁷⁵ Os autores distinguem três esferas de valoração, uma valoração pragmática em termos de ser um meio de integração ou maiores oportunidades de trabalho, implicando um sentimento de utilidade (ou inutilidade) de ter a língua como instrumento para outros fins. Uma segunda esfera de valoração se estabelece em termos de prestígio, que implicaria o sentimento ou desejo (ou rechaço) de ter a língua em si como símbolo de algo, que pode ser de status social; os autores lembram que o prestígio social da língua – em uma primeira aproximação – está em relação com o grupo de referência de seus falantes, “el prestigio social hace referencia al poder social y al reconocimiento del poder social de la lengua” (Pérez-Agote e Tejerina, 1990: 158). A terceira esfera é a política que pode estar recoberta de um discurso em termos étnicos, culturais ou diretamente políticos (idem, 1990).

análise do panorama lingüístico da realidade social da fronteira política de Rivera e Livramento.

3.3 os falantes dos dialetos portugueses

Como indicamos antes, a maioria dos riverenses falam variedades de português. Várias das investigações desenvolvidas por lingüistas da Universidade da República (Uruguai) estabelecem uma correspondência entre o uso de determinada língua ou dialetos e a classe social.

O conceito de classe social é um conceito complexo e polêmico, e em muitas destas investigações não fica claro como está construído dito conceito e, efetivamente, quais são os conteúdos analíticos de conceitos como “classe alta” e “classe baixa” para a cidade de Rivera⁷⁶.

Não é a nossa intenção discutir aqui o modelo mais adequado para agrupar grupos sociais nesta fronteira, existem alternativas diversas e igualmente válidas (como considerar modelos locais de estratificação local e categorias de ocupação, segundo Bartolomé⁷⁷, ou redes sociais, segundo Le Page et al.⁷⁸). Não obstante, consideramos relevante discutir alguns dos resultados apresentados por estas investigações, particularmente os referidos à identificação dos grupos (ou classes sociais) falantes de variedades de português. Acreditamos que a correspondência estabelecida entre o uso de

⁷⁶ Hensey, por exemplo, com relação a Rivera, afirma a existência de um sistema de três classes “with relatively good mobility based on wealth and, to a lesser extent, on formal education. In Livramento, a two-class model would be more appropriate, and social change is less apparent than in Rivera” (Hensey, 1972: 20). No caso de Rivera, “the class distinctions are partly matters of circumstances; consequently, assignment of a Rivera resident to a given class is much harder than in Livramento” (idem, 23). Behares, por outra parte, identifica uma classe alta “que rara vez se identifica con su origen geográfico, ya que vive en Montevideo gran parte del año”, uma classe média, “que tiene como ideal el comportamiento monolingüe español, aunque sus miembros pueden emplear fluidamente los DPU, pero reprimen el uso de éstos aún en el ámbito doméstico”, e a classe baixa, “en la que encontramos el uso sistemático de los DPU y el mayor número de hablantes monolingües en los DPU” (Behares, 1984: 11).

⁷⁷ *The colonos of Apóstoles: adaptive strategy and ethnicity in a Polish-Ukrainian settlement in northeast Argentina*, Leopoldo Bartolomé, 1990.

⁷⁸ Le Page et al. definem as redes sociais como “those structural complexes within communities made up of chains and criss-crossings of friendship, relationship and acquaintanceship to which each of us belongs. Networks are a means of defining social units with which to correlate kinds of linguistic behaviour. They are a more satisfactory alternative to the social or economic or other groups taken as given by Labov and those whose work followed his, and possibly more satisfactory also than the clusters of many socio-economic variables against which we ourselves tested membership of linguistic groups” (Le Page et al., 1985: 116).

determinada língua ou dialetos e a classe social não só é discutível (ou, pelo menos, confusa), senão que, além disso, torna-se uma aproximação limitada para entender a diversidade de usos e sentidos que, em diferentes circunstâncias, e considerando a circunstância social ou situação de interação uma variável principal, as línguas e variedades dialetais podem adquirir para a população desta fronteira.

Seguem, a continuação, algumas das principais conclusões das investigações desenvolvidas nesta área, junto com nossas observações e a discussão de seus resultados.

Behares em um estudo feito em escolas públicas da cidade de Rivera afirma que as crianças de “classe média”⁷⁹ adquirem o espanhol em forma temprana no lar e geralmente se encontram como os DPU na escola, enquanto para as crianças de “clase baixa”, o espanhol é uma variedade de fala superposta adquirida freqüentemente na escola; “para muchos niños de clase media la lengua materna es el español, mientras que para la gran mayoría de los niños de clase baja lo son los DPU. Los niños de la clase media aprenden los DPU como segunda lengua para poder integrarse a la sociedad infantil (...) los niños de clase baja, en cambio, aprenden el español como requisito sine-qua-non de su socialización y desarrollo cognitivo” (Behares, 1984: 41).

Como assinala Barrios, Behares distingue duas matrizes de bilingüismo fronteiriço, uma correspondente às “classes baixas”, que teriam como língua primária um dialeto português e o espanhol padrão como língua superposta, e uma matriz correspondente às classes “médias e altas”, que teriam o espanhol como primeira língua e o português como língua secundária (Barrios, 1999).

Behares reconhece que é na “classe baixa” onde “encontramos el uso sistemático de los DPU y el mayor número de hablantes monolingües en DPU” (Behares, 1984: 11). São várias as investigações que concordam neste ponto; citemos algumas delas:

“Os uruguaiois que falam ao menos português culto do Rio Grande do Sul, junto com o espanhol, são muito poucos e, na verdade, pertencem às classes sociais

⁷⁹ Usamos as aspas para indicar a necessidade de discutir este conceito que consideramos confuso com relação a seu conteúdo analítico.

mais altas. Os DPU são típicos das classes baixas, muitas vezes monolingües neles, especialmente as crianças, as populações rurais e os idosos (...) na classe média, a comunicação espontânea pode ser feita também em espanhol, mas nas classes baixas o uso dos DPU, nessas situações, é universal” (Trindade et al., 1995: 20).

“los niveles altos manejan bien el español, aparte hablar un portugués más o menos correcto. Los niveles bajos en general son monolingües en el dialecto. Por esta razón se considera esa habla como “abrasilerada”, propia de los sectores sociales que prestan servicios no prestigiosos (mucamas, barrenderos, cocineras, etc.). ¿Por qué está desprestigiado, desde este punto de vista el dialecto? Aparte el nivel socioeconómico de los usuarios exclusivos del dialecto, la respuesta está en nuestro punto número 1), es decir, no considerarlo relacionado con una lengua estándar prestigiosa, como el portugués” (Elizaincín, 1980: 198).

“todos los informantes pertenecen a un nivel socioeconómico bajo; muchos de ellos, semianalfabetos. Pretendimos captar de esta manera el vernacular en boca de sus hablantes nativos” (Elizaincín et al., 1987: 27).

Nestas investigações existe uma afirmação recorrente: os falantes de dialetos portugueses, especialmente os que o usam sistematicamente e onde é mais provável encontrar o maior número de falantes monolingües nessa língua, pertenceriam a níveis socioeconómicos baixos ou “classes baixas”.

Em primeiro lugar, lembremos a falta de prestígio social do *portunhol* (isto é, a valoração feita pelos falantes da língua, o que Pérez-Agote et al. identificam dentro da dimensão *objetual* vinculada com a imagem social da língua).

O *portunhol*, tanto na sociedade riverense como santanense, é uma língua sem prestígio; por isso, muitos de seus falantes rejeitam esta linguagem; “*prefiero no hablar*”, “*tengo hijos chicos y no quiero que lo hablen*”, “*no quiero que mis hijos hablen como yo, quiero que hablen el español correctamente*”, “*que mi hijo no aprenda...a mí no me gusta el portuñol, es grosero, es rústico, es pobre...yo le corrigo y le digo, ‘el día que tu vas a hablar el portugués quiero*

que lo hables correctamente”, “el portuñol no tiene mucho nivel, el español es más”.

O português da fronteira é considerado uma língua “abrasilerada”, “indigna mezcla de dos idiomas mayores y prestigiosos, pero en sí carente de prestigio” (Elizaincín, 1976: 9). Em geral, os falantes de DPU não somente não a reconhecem como uma língua ou idioma em si mesmo, além disto é identificado como um sinal de pobreza, decadência ou falta de estudos (Behares, 1984);

“las personas hablan portuñol...y en los cantegriles con más razón porque en el resto de la ciudad se supone que tuviste un nivel de estudio un poquito mejor. Es el idioma que aprendieron, es el que siguen hablando y lo poco que aprendieron de español fue en la escuela y es una cosa superflua (...)”, (assistente social da prefeitura de Rivera).

“*Andá a los barrios*” ou “*en los barrios se habla*”, são expressões comuns para indicar onde e quem fala *portunhol*. É nos bairros de Rivera onde morariam “*las personas que hablan portuñol*”, isto é, aqueles que são identificados como pobres, de baixo nível ou carentes de estudos. Desta forma, se estabelece uma associação direta entre falas portuguesas e condição sociocultural carregada de estereótipos negativos (pobre, decadente, ignorante, grosseiro, rústico, etc. etc.);

“yo creo que el problema del lenguaje va más por la condición sociocultural y económica (...) te encontrarás las mismas dificultades en un barrio pobre de Montevideo, pobre o bastante carenciado y claro las dificultades del idioma que es el contacto que tienen (...) son pobres idiomáticamente desde la familia”, autoridade educativa.

“en las escuelas del centro los chiquilines parten de hogares de nivel medio-alto y en ese nivel medio–alto no se da tanto el problema pero en el medio-bajo es generalizado...el nivel alto habla pero no lo acepta...es imposible no contaminarse con la convivencia cotidiana”, professora.

“alumnos que vienen de casas financieramente mal son los que hablan así, sólo dice ‘veio’ alguien que está bastante inferiorizado en cuanto a la cultura...bien alumnos que vienen de casas pobres, intelectualmente

liquidadas...esos hablan bien, bien el portuñol”, professora de português em Livramento.

“cuando recién vine veía una cosa espantosa, espantosa...viene más de media cultura para abajo, ¿verdad?...Rivera es diferente a todo”, montevideana em Rivera.

A maioria de nossos entrevistados confirmam a falta de prestígio do *portunhol* e a sua associação com sintomas de pobreza e decadência. Porém, estes mesmos entrevistados que têm como primeira atitude desprestigiar as variedades de português e seus falantes, logo se descobrem eles mesmos como falantes e usuários destas línguas, podendo chegar, até, a reivindicá-las.

A autoridade educativa que definia *“el problema del lenguaje”* segundo a *“condición sociocultural”*, logo admitia que a sua filha conhecia e falava os dialetos (é improvável que considere a sua filha pobre idiomáticamente ou produto de uma condição sociocultural desfavorável). Mais tarde, reivindicou os dialetos, ao admitir que se trata de uma linguagem afetiva que, aliás, escuta freqüentemente; *“que es un lenguaje afectivo es cierto (...) es un lenguaje afectivo ¿no? (...) siempre lo esucho, cuando voy a la Intendencia o a hacer compras o estoy en la calle, no es una cosa que sea tan mala, es malo para el que lo usa porque le dificulta el manejo del español”*. Finalmente, não se trata de uma linguagem “tão ruim”, senão inoportuna.

As variedades de português se falam na cidade de Rivera, e também em Livramento, em muitos de seus espaços públicos e administrativos. Se bem que seja certo que, segundo o esquema diglössico, os dialetos geralmente se restringem aos “quartos do fundo”, para quem é habitante da cidade de Rivera e, portanto, move-se em quase todos seus quartos, é improvável o desconhecimento das variedades de português (como mencionava uma de nossas entrevistadas), *“es imposible no contaminarse con la convivencia cotidiana”*); *“vas a cualquier oficina pública, vas a la Intendencia están todos hablando en portugués (...) si no fuera de acá diría, ‘¡qué nivel más bajo!’ pero como soy de acá sé que eso es normal, la influencia del idioma no es problema de nivel”*, pintor riverense.

Neste sentido, uma de nossas entrevistas com uma professora de história de um dos ginásios centrais de Rivera nos permitiu descobrir até que ponto o conhecimento do *portunhol* pode converter-se numa valiosa ferramenta para a comunicação.

Nossa professora mora no centro da cidade, aprendeu o *portunhol* no “*ambiente íntimo de la cocina de mi casa*” e freqüentemente o usa para se comunicar com a sua faxineira e, acima de tudo – e este é um ponto interessante –, para se comunicar com os pais de seus alunos. Porque, embora quando se comunicam com ela, o fazem em espanhol, usam para isso muitos dos códigos do português que, se desconhecidos, dificultam a comunicação. Neste sentido, temos que reconhecer que o espanhol da fronteira muitas vezes se fala através das variedades de português e, como assinala Horacio de Marsilio, “el lenguaje sobre el cual elaborarán su pensamiento será, sin dudas el portugués” (Marsilio, 1969: 41), (falaremos mais sobre este ponto na próxima seção). Em conseqüência, é difícil que, nesta fronteira, seus habitantes possam afirmar que desconhecem por completo os dialetos, pois, nesse caso, a comunicação seria bastante mais limitada.

Uma professora de literatura de Rivera relatava; “*acá como que se niega mucho (...) mirá, yo con mis hijos tuve una apertura muy grande, los dos primeros fueron muy castrados en la escuela (...) cuando aparecía alguna palabra en DPU yo decía, bueno esto es una lengua que algunos hablan así porque hay unas variedades dentro del portugués, yo quiero que tú hables esta, que es la que vas a encontrar en forma escrita, le identificaba el portugués estándar (...) y yo te sé hablar si quieres DPU y te digo las diferencias entre una y otra (...) hay un desprecio, es la lengua que hablan las clases bajas, menos alfabetizadas*”.

Nossa entrevistada é professora com educação universitária, com quatro filhos universitários em Montevidéu e que admite ser falante de DPU, capaz de estabelecer diferenças entre o DPU e o português e que, apesar de ser ela mesma uma mulher alfabetizada, assim como seu esposo – também falante de variedades de português –, não deixa de afirmar que o DPU o falam, “*las clases bajas, menos alfabetizadas*”. Este é o valor que têm as variedades de

português nesta sociedade de fronteira, não importa quais sejam os dados reais ou objetivos com relação a quem é falante do dialeto e quem não, para esta sociedade aqueles que falam DPU pertencem às classes baixas que, aliás, são pobres, ignorantes, etc., etc.

O esposo desta professora tem um comércio próprio de estabelecimentos rurais em Rivera, também é falante de *portunhol* ou DPU e explica como e quando usa esta língua; *“y después que hablo con la gente del campo les explico, o sea en las mangueras cuando estamos trabajando con ganado, uno tiene que hablarles en portuñol... es en dialecto, porque si uno les habla en español o en portugués perfecto no lo entienden. Usted tiene que darle la orden en esa mezcla de idiomas, entonces van y lo ejecutan (...) pero a todos los niveles, mire que le estoy hablando a nivel del funcionario, del peón, del capataz y del patrón. Usted le habla al individuo en español claro, no lo entienden”*.

Este comerciante admite o conhecimento das variedades de português e a necessidade de dominá-las na sua área de trabalho; *“y a nivel comercial fijate que él no lograría hacer negocio donde hable en español no porque no lo entiendan porque hay una razón afectiva, viste, de reconocimiento de quien soy yo y como hablo (...) esas personas no admiten otro porque hablar en otra lengua implica poner una distancia”*, cômputo do comerciante.

Desde esta perspectiva, o conhecimento e o uso das variedades de português não se limita exclusivamente ao ambiente íntimo e familiar de um mesmo grupo social, freqüentemente identificado como pertencente às “classes baixas”. Por isso, afirmações, como as seguintes, merecem maiores discussões: “las clases más altas fluctúan cómodamente entre una y otra lengua, reservando naturalmente el español para los tópicos más prestigiosos, o para dirigirse a individuos considerados iguales o superiores en la escala social, mientras que el portugués se utiliza para dirigirse a los representantes de las clases bajas” (Elizaincín, 1978: 17). Esta afirmação desconhece os usos e os sentidos que podem adquirir as variedades de português por grupos sociais diversos, em circunstâncias também diversas, questão que aprofundamos na seguinte seção.

Por outra parte, e neste mesmo sentido, embora seja certo que o espanhol é usado “para los tópicos más prestigiosos” ou para se dirigir a aqueles que são considerados “iguales o superiores en la escala social”, o uso do português ou suas variedades, não têm como utilidade única a comunicação com “los representantes de las clases bajas”.

Examinemos a situação seguinte que envolve a uma professora de português nascida na Espanha e chegada à cidade de Livramento na sua adolescência. Esta professora ensina na escola estadual de Livramento; no começo, citamos suas palavras que identificam como falantes de *portunhol* os alunos “*que vienen de casas pobres, intelectualmente liquidadas*”. Porém, esta professora envia seu filho a uma escola pública de Rivera e destaca, especialmente, como nas reuniões que fazem os pais dos alunos desta escola se fala exclusivamente em *portunhol*;

“en la escuela de Víctor en nuestras reuniones de comisión de fomento todos hablan así, o son uruguayos casados con brasileños o son uruguayos que viven en el Brasil o esa mezcla siempre, siempre, siempre. Ahí te hablan todo en portuñol (...) si tu hablas portugués, me siento mejor, porque me da la impresión que hablar en español estoy intentando poner por arriba, una que soy presidente de comisión de fomento que ya para ellos es un cargo enorme...y a mi me daba la impresión que yo me quiero engrandecer hablando en español porque yo no hablo el español como ellos (...) hablo en portugués porque parece que el portugués me iguala con ellos...”.

Embora esta professora, de igual modo que uma grande parte da sociedade de fronteira, comparte a opinião que estigmatiza as variedades de português e as atribui às “classes baixas”, também estigmatizadas, evidentemente não considera os pais dos companheiros de seu filho, falantes de *portunhol* ou dialetos, “*intelectualmente liquidados*”, e não enviaria seu próprio filho a uma escola que, segundo seu discurso, proviriam de lares, “*inferiorizados en cuanto a la cultura*”.

Por outra parte, se bem que esta professora, nas reuniões com os pais dos alunos, se nega a usar o espanhol porque, de alguma forma, o considera um ato de soberba, o uso que faz do português tem como principal finalidade estabelecer a comunicação com um grupo de iguais. Neste sentido, não consideramos adequado afirmar que o português “se utiliza para dirigirse a los

representantes de las clases bajas” (Elizaincín, 1978: 17). Desta forma, não só se restringe seu uso, também se limita a um grupo social de confuso conteúdo porque, quais são “los representantes de las clases bajas”?

Por último, outra das afirmações recorrentes que se derivam dos estudos citados e que nos interessa discutir brevemente, se refere à relação entre a falta ou ausência de alfabetização e o conhecimento de variedades de português: “los niveles bajos de la población, no alfabetizados, son monolingües fronterizos” (Elizaincín, 1975: 73); “los niveles bajos son monolingües en portugués. Si reciben instrucción (primaria o secundaria) se vuelven bilingües pues adquieren el español (aunque no en la forma más deseable). Como consecuencia, y a título de hipótesis, se puede predecir que el sector analfabeto o con escasa instrucción sólo habla portugués. Por otra parte, los niveles socioculturales altos suelen tener el español como primer lengua” (Elizaincín, 1976: 8).

Destacou-se, antes, como a presença da escola na sociedade de fronteira pode ser um fator determinante no surgimento de falantes bilingües e, como assinala Behares, a criança monolingüe em DPU na escola aprenderia o espanhol, enquanto a criança que tem como língua primária o espanhol accederia ao DPU. Porém, é preciso se perguntar até que ponto a aprendizagem destas línguas, espanhol e DPU, e o aparecimento de falantes bilingües (espanhol-DPU), depende da passagem pela escola pública e, conseqüentemente, de um processo de alfabetização ou socialização dentro da escola.

Com estas considerações, não pretendemos diminuir a importância ou o papel da escola, como instituição do Estado, na dinâmica sociolingüística da fronteira; de fato, seus efeitos e conseqüências têm sido demonstrados em várias investigações. O que, sim, pretendemos destacar é a *situação de contato* como fenômeno social e lingüístico entre as diferentes populações da fronteira, à qual talvez não se tinha prestado a devida atenção como fenômeno em si mesmo.

Isto é, se falamos do processo de alfabetização escolar como uma das causas prováveis do aumento de falantes bilingües (espanhol-DPU) na

sociedade riverense, também dever-se-iam reconhecer, neste mesmo sentido, as conseqüências e os efeitos da situação de contato. Acreditamos que o aumento de falantes bilingües na cidade de Rivera (que adquirem como segunda língua o espanhol, além do domínio de variedades de português), também pode se explicar como conseqüência da situação de contato social e lingüístico que vive esta fronteira; neste sentido, a aprendizagem do espanhol pode não depender exclusivamente da passagem pela escola.

Este fato também explicaria o aumento do bilingüismo na área urbana e, especialmente, nos trabalhadores urbanos, comerciantes, vendedores informais, etc., que pelas características de suas ocupações, convivem diariamente com mais de uma língua.

Em resumo, a correspondência estabelecida pelas investigações citadas entre o conhecimento de determinada língua ou variedade dialetal e a classe social, oculta fundamentalmente a diversidade de usos e sentidos que as diferentes línguas podem adquirir nesta fronteira. Por outra parte, também não informa como diferentes grupos sociais aprendem as línguas em circunstâncias variadas, o que não significa necessariamente que determinado grupo social desconheça a língua, senão que o conhecimento que tem da mesma e a função que tem para este grupo, cumpre diferentes papéis. Neste sentido, o conceito de classe social aparece como uma categoria unificante e permanente que não ajuda a compreender os diversos usos das línguas faladas nestas cidades de fronteira.

3.4 os usos das línguas

O esquema diglótico descrito para a sociedade de Rivera estabelece domínios de uso diferentes e uma distribuição de funções para cada uma das línguas faladas. Uma das principais características da diglossia é o fato de que as duas variedades estão funcionalmente separadas. A variedade denominada alta, neste caso o espanhol, é a língua usada para todos os fins formais (educação, processos jurídicos, administração, meios de comunicação, etc.). Em contraste, a variedade baixa, os dialetos portugueses, são usados na conversação entre familiares, programas populares, para dar instruções a trabalhadores em ocupações de baixo prestígio ou empregados domésticos, etc. (Elizaincín, 1975).

A variedade alta é a língua de maior prestígio, enquanto a variedade baixa geralmente tem tão baixo prestígio que seus falantes podem negar o conhecimento desta língua, embora a usem com maior frequência que a variedade alta⁸⁰.

Outra diferença importante entre ambas as variedades é que as crianças geralmente aprendem a variedade baixa, enquanto a variedade alta se *ensina* em uma situação formal. Usualmente não existem gramáticas, dicionários ou textos padronizados na variedade baixa (e quando existem, em muitos casos, são originados fora da comunidade) (Wardhaugh, 1986).

O esquema diglótico, referido a domínios de usos e distribuição de funções das línguas (um fenômeno estendido no mundo), é uma boa aproximação à situação de contato social e lingüístico desta fronteira e pode-se observar em circunstâncias diversas. Ao perguntar as crianças e aos jovens estudantes de escolas e ginásios públicos de Rivera sobre a circunstância e os usos do espanhol e do *portunhol* obteremos respostas como as seguintes:

⁸⁰ Em quase todas as comunidades bilingües, as duas (ou mais) línguas têm diferente status; muito próximas das línguas majoritárias, que têm prestígio e conotações socioeconômicas positivas, estão as línguas minoritárias geralmente associadas a um status socioeconômico baixo e à falta de sucesso educativo (Appel e Muysken, 1996). O prestígio da variedade alta freqüentemente se associa ao sentimento de que este prestígio se merece por ser essa variedade mais bonita, lógica e expressiva que a variedade baixa, situação que se reforça pelo fato de que a maior parte da literatura encontra-se nesta variedade (Wardhaugh, 1986).

“cuando estoy con mis compañeros hablo en brasilero pero cuando estoy con el maestro, la directora o secretario yo hablo uruguayo”, criança de 12 anos.

“nosotros acá hablamos en brasilero pero con la maestra hablamos uruguayo”, crianças de 12 anos.

“acá hablamos en español pero cuando vamos a jugar por ahí se habla todo en portuñol, con mis amigos todo, con mi hermano”, jovem estudante.

“la mayoría en casa hablamos el portuñol. En la escuela, cuando salimos, en cualquier parte, siempre el español... y como acá vivimos en frontera, mitad de mi familia es brasileña y uruguaya, mi abuelo es brasilero, mi abuela uruguaya, me casé con un brasilero...”, camelô.

Desta forma, o espanhol se fala, *“con los profesores”, “con los extranjeros”, “con Usted”* (referindo-se à investigadora), enquanto os dialetos portugueses se reservam para *“algo íntimo, con amigos, con personas que conocemos”, “si ya nos conocemos nos soltamos más pero si no nos conocemos ahí...”*, (jovens estudantes).

Também é possível descrever o esquema diglósico a partir de outras perspectivas. Por exemplo, o espanhol entendido como a língua prestigiosa da comunidade, é a língua que se deve usar para transmitir as mensagens “importantes”. Em contrapartida, os usos e sentidos das variedades de português são mais limitados, o qual não é senão outra forma de desprestígio; *“el portugués es simpático, es de fácil comunicación, para decir un chiste”,* (autoridade educativa); *“cuando queremos hablar de cosas que no tienen mucha importancia, con los amigos así...”*, (jovem estudante referindo-se ao uso dos dialetos)⁸¹.

O esquema diglósico é uma primeira e necessária aproximação à realidade social e lingüística desta fronteira. Não obstante, acreditamos que é possível ir além deste esquema para investigar os usos e sentidos que as

⁸¹ Em forma ilustrativa, um jovem afirmou que, em Rivera, a única pessoa que não fala dialetos portugueses era *“el intendente”*, autoridade da prefeitura de Rivera, principal órgão político do departamento.

línguas faladas nesta região, especialmente nesta região *fronteira política*, podem adquirir por grupos sociais diversos em circunstâncias também diversas.

Nesta fronteira, as situações de interação entre falantes que dominam diferentes línguas e que, por sua vez, dão diferentes significados às línguas que dominam são variadas, e o limite político entre as populações de Rivera e Santana provavelmente desempenha um papel nada desprezível nos usos que fazem das línguas ambas as populações.

Algumas das situações de interação que tivemos a oportunidade de observar assim o revelam, especialmente a que se refere à compra e venda de mercadorias por riverenses e santanenses na área comercial da linha, situação que descrevemos na seguinte seção.

Outras situações, como as que se descobrem nas declarações que seguem, assinalam pontos de partida para futuras investigações sobre os usos sociais das línguas;

“con mi madre hablo en español y con mi padre en portugués, mi padre es uruguayo pero él habla portugués...”, (vendedor ambulante); *“también depende de la persona, yo con ella siempre hablo en español pero con él hablo en portugués”*, a o qual ‘ela’ responde: *“yo entiendo pero no hablo”*, (jovens estudantes).

No primeiro caso, nosso entrevistado assinala um uso diferencial do espanhol e os dialetos portugueses que não se encaixaria completamente dentro do esquema diglótico e o mesmo observa-se no segundo caso. Nesta ocasião, tratava-se de um grupo de estudantes do mesmo grau de um dos ginásios públicos de Rivera, falantes de dialetos portugueses. O jovem estudante usa os dialetos para falar com determinados companheiros da sua turma e o espanhol para se entender com outros (que, neste caso, conhecia os dialetos, mas resolvia não usá-los).

Outra situação de interação interessante é a colocada por jovens riverenses que chegam à cidade de Santana e que, nas suas saídas de diversão noturnas para se relacionar com jovens brasileiras, resolvem falar em espanhol: *“si vas a hablar con una gurisa así...tiene que ser en español porque*

es diferente...yo hablo en español, en Santana también hay que hablar en español con las gurisas, el español allá es charmoso, (jovem estudante).

Este jovem, falante de dialetos portugueses, explica em português (o espanhol é *charmoso*) por que em Santana (na situação de interação específica que coloca) resolve falar em espanhol. O espanhol tem charme, além de prestígio, incorporando todos os bons indicadores que correspondem para o falante deste idioma. Se bem que, neste relato, o espanhol como "variedade alta" e os dialetos portugueses como "variedade baixa" são usados em função das representações lingüísticas geradas sobre estas línguas, que respondem a um esquema diglósico. Neste caso, o uso do espanhol não se circunscreve ao tipo de situação geralmente definida, segundo o esquema diglósico, como uma situação formal ou, ao menos, mereceria se definir a noção de formalidade⁸².

Uma situação diferente surgiu durante uma de nossas entrevistas com um funcionário da prefeitura de Livramento. Neste caso, iniciamos nosso diálogo em português e, em determinados momentos, nosso entrevistado continuava em espanhol, alternando de língua segundo o assunto da nossa conversa. Uma vez terminada a entrevista, fizemos notar este fato a nosso entrevistado que então explicou; *"es que por parte de mi madre soy brasilero pero de origen uruguayo...llevé toda una vida en Rivera...hice toda la escuela acá...nosotros tenemos un campo en Rivera...o sea allá (en Rivera) hasta las 8 de la mañana hablaba con mis amigos en español y cuando llegaba (a Santana) tinha que falar um português correto, se não..."*.

Estes relatos, que refletem situações diversas nas quais não aprofundamos, estão mostrando a necessidade de examinar com maior detalhe os usos e sentidos das línguas faladas nesta fronteira além do esquema diglósico e, acima de tudo, além da cidade de Rivera. Na seguinte seção, tentamos aumentar a nossa compreensão neste sentido, analisando uma

⁸² Pelo menos para complicar afirmações como as seguintes, "normalmente, las clases bajas utilizan el español por obligación, cuando se dirigen a personas con las cuales establecen relaciones relativamente formales (con el maestro, con una autoridad, con un profesional) (...)" (Elizaincín, 1976: 9).

situação de interação específica, a de riverenses e santanenses na compra e venda de mercadorias na área comercial *da linha*.

3.4.1 as línguas urbanas *na linha*

Os resultados a seguir procedem, na sua maioria, da pesquisa descrita em métodos e técnicas de investigação (apêndice 1) aplicada aos empregados dos estabelecimentos comerciais da área central de ambas as cidades.

Estes resultados descobrem uma série de representações sobre as intenções e capacidades do *outro* (brasileiros ou uruguaios), para falar em português ou espanhol. É um resultado do valor comparativo da pesquisa, a absoluta oposição neste sentido.

Nos comércios de Livramento, os empregados comerciais afirmam dominar a língua espanhola e negam que os empregados uruguaios dos comércios riverenses falem e usem (sempre no ambiente do comércio) a língua portuguesa.

Os resultados em Rivera são exatamente opostos; neste caso, os empregados uruguaios afirmam falar o português e negam que nos comércios de Santana se fale em espanhol.

Prestemos atenção às expressões dos riverenses referidas à compra de mercadorias na cidade de Santana;

“si vos decís rojo no, tenés que decir vermelho (...) si no, no te entienden, te vencen por cansancio... yo me rindo y les digo vermelho”;

“aunque te entienden, te dicen que no te entienden...los brasileiros no te hablan el portuñol, el español y nosotros no sé porque lo hacemos”;

“él no habla el uruguayo, nosotros sí doblamos la lengua pero ellos no, no doblan la lengua, es raro ver un brasilero intentando, vos tenés que salir de tu idioma para hablar el de ellos, si no, te dificultan la venta”;

“a mi marido no le gusta hablar en portugués, ¡pero qué rabia! ¿por qué nosotros tenemos que hablar y ellos no nos entienden?”;

“no tienen facilidad”, “les cuesta, es difícil para ellos”;

“ellos no cambian el idioma de ellos por nada, nunca van a decir lunes o martes, siempre terça, quarta”;

“no vas a pretender que un brasileiro hable en español”.

“vos no vas a ver nunca, nunca un brasileiro hablando en uruguayo”.

Expressões inversas recolhemos nos comércios de Livramento;

“nem se esforçam...tu vais comprar, nós temos que falar o espanhol...tu vais falar em espanhol e logo te diz, ‘no te entiendo, no te entiendo, hablás muy mal el español’⁸³, lá em Rivera só se fala em uruguaio...você é obrigado a falar em espanhol, falar as palavras deles”;

“a maioria do uruguaio não quer falar brasileiro, a maioria do brasileiro não quer falar uruguaio...aparece aqui na linha, no médio” (comerciante árabe);

“a gente domina mais a língua deles que eles a nossa”;

“mais fácil um brasileiro falar em espanhol do que um uruguaio falar em português”;

“os uruguaios não gostam muito de falar em brasileiro”;

“eles não falam, também não vou falar”;

“nós fazemos maior esforço”;

“não trocam a língua, tú é obrigado a entender”.

Notemos alguns dos termos usados para explicar as diferentes intenções ou capacidades, tanto de uruguaios como brasileiros, para falar a língua espanhola ou portuguesa; *“yo me rindo”, “ellos no cambian”, “no doblan la lengua”, “você é obrigado”, “tu é obrigado”*. Estes termos colocam um conflito no uso das diferentes línguas que adquire a forma de uma disputa ou competição e que, entre outras coisas, mostra a falta de vontade ou intenção de falar a língua do outro.

Como mencionamos anteriormente, a grande maioria da população riverense fala variedades de português e também se abastece na área comercial de Santana; como explicamos então expressões como *“mais fácil um brasileiro falar em espanhol do que um uruguaio falar em português”* ou *“os uruguaios não gostam muito de falar em brasileiro”?*

⁸³ É uma prática comum em ambas as cidades imitar “lingüísticamente” o uruguaio ou brasileiro usando expressões características em contextos específicos, imitação que revela um conhecimento íntimo e cotidiano.

Uma grande parte da população de Rivera fala variedades de português que, além do mais, constituem a língua preferida no ambiente familiar. Então, por que uma parte importante da população de Santana não só não admite que o uruguaio fale português, senão que, além disso, nega seu gosto ou disposição para falá-lo?.

Que o riverense não fale variedades de português na interação compra-venda na cidade brasileira é uma possibilidade e nossas observações na área a confirmam. Na maioria das vezes, a interação compra-venda da população de Rivera, comprando na cidade de Santana, se estabelece sobre a base de duas línguas padrões, português e espanhol; o comprador ou vendedor fala em uma destas línguas e quem interatua com ele responde na outra. Não é usual escutar o *portunhol* em um local comercial de Livramento (referindo-se exclusivamente à interação compra-venda).

Para quem não é desta fronteira, observar as pessoas se comunicando em línguas diferentes não deixa de chamar a atenção. Porém, a comunicação é possível e se estabelece nestes termos, o que, por su vez, indica a familiaridade com as línguas, seja espanhol ou português, tanto para uruguaios como para brasileiros.

Agora, ao se sustentar que o espanhol é uma língua familiar para o brasileiro da mesma forma que o português o é para o uruguaio, de que espanhol e de que português estamos falando?. Existe uma certa dificuldade no estabelecimiento dos limites entre as línguas faladas pela população desta fronteira⁸⁴. Como coloca Barrios; “un problema preliminar que surge para caracterizar un repertorio lingüístico, tiene que ver con la delimitación misma de las variedades. Desde un punto de vista estrictamente lingüístico, éstas no se presentan como unidades discretas, sino como un continuo. De hecho, su reconocimiento y la diferenciación se vincula con factores de índole socio-cultural, y no lingüística” (Barrios, 1999: 2). Como assinala a autora e mencionamos anteriormente, as variedades padrões do espanhol e do

⁸⁴ Como lembram Pérez-Agote e Tejerina, a língua como sistema de regras é uma abstração, não um dado da realidade social senão uma construção do científico; “en la realidad social no encontramos la lengua en abstracto, sino que encontramos expresiones concretas insertas en situaciones y contextos sociales específicos” (1990: 149).

português se constituem nos polos de um contínuo, no qual se situam as variedades dialetais mais ou menos aportuguesadas ou espanholizadas.

É muito provável que o que um santanense define como “espanhol” seja diferente da definição dada por um riverense, segundo assinalava um dos nossos entrevistados, “*o espanhol daqui não é o espanhol de Montevideú*”⁸⁵. Do mesmo modo, o que um riverense define como “brasileiro” (provavelmente, as variedades de português tecnicamente definidas como DPU e conhecidas como *portunhol*) não tem o mesmo sentido para um santanense, que expressa seu desconcerto e muitas vezes seu desgosto, frente a uma fala que não reconhece como português; “*os uruguaios tentam falar português*”, “*os uruguaios só falam mistura*”, “*mal falam*”.

As expressões dos empregados comerciais brasileiros mostram rejeição e moléstia com relação ao *portunhol*, e os riverenses lembram estas atitudes, ao afirmar que os brasileiros dizem do *portunhol*, “*que es horrible*”, “*no les gusta*”. De fato, este é outro dos argumentos usados para explicar por que em Santana o riverense fala em espanhol⁸⁶;

“*los brasileiros se ríen del portuñol, entonces les hablo en español*”; “*uno cuando va a Santana le hablamos en español, queda mejor que el portuñol*”; “*a Santana se va a comprar y yo hablo en español*”.

Então, por um lado, na maioria das vezes, a interação compra-venda de riverenses ou santanenses se estabelece sobre a base de duas línguas diferentes (espanhol e português), por outro lado, o *portunhol* não é uma língua que a população fronteira resolva usar neste tipo de interação.

⁸⁵ Para os uruguaios de Montevideú, ou aqueles que não estão acostumados às falas da fronteira, os riverenses falam em “português”. Em forma contrária, para os lusofalantes das regiões afastadas desta fronteira, os santanenses falam em “espanhol”.

⁸⁶ Para o riverense, os brasileiros não falam *portunhol*, “*no hablan, no hablan ni español ni portuñol, ellos hablan portugués*”. As crianças das escolas públicas estabelecem uma série de diferenças entre o *portunhol* e “*lo que se habla en Livramento*”; “*parece que allá nosotros con ellos tenemos dificultades para hablar, no sabemos mucho las palabras en uruguayo y en Brasil tampoco*”; “*hay diferencias, yo digo mio y ellos dicen milho, tienen más pronuncia, pronuncian más*”; “*los brasileiros hablan diferente*”; “*ellos hablan diferente de nosotros*”; “*en vez de hablar maestras hablan profesores*”, crianças de entre 10 e 11 anos.

Sem dúvida, o desprestígio das variedades de português, estendido à sociedade santanense, condiciona o uso dos dialetos também nesta cidade. Não obstante, o fato de que os riverenses não falem variedades de português em Livramento (na situação de interação que definimos) também pode ter outras explicações.

Antes, destacamos alguns dos termos usados para explicar as intenções, tanto de uruguaio como brasileiro, para falar a língua espanhola e portuguesa, e notamos como estes termos planteiam um conflito no uso das diversas línguas, assinalando uma espécie de disputa ou competência que indicaria, por sua vez, a falta de vontade ou intenção de falar a língua do outro. Algumas expressões de nossos entrevistados confirmam esta atitude.

“en Brasil no te hablan en portuñol, allá tu vas a una tienda y la vendedora te habla en portugués (...) yo cuando atiendo el teléfono y veo que es un brasilero más hablo en español”, (professora).

“si no entienden en portuñol, nosotros le hablamos en español para que entiendan más todavía”, (jovem estudante).

Desta forma, a decisão de um riverense de falar espanhol em Livramento ou a de um santanense de falar português em Rivera (na interação compra-venda), relacionar-se-ia com a falta de intenção ou interesse em falar a língua do outro; por outra parte, que não se use o *portunhol* durante esta interação, relacionar-se-ia, por sua vez, com os sentidos que esta língua têm para a população fronteiriça.

As variedades de português têm um uso que, segundo a distinção estabelecida por Pérez-Agote et al., podemos identificar como instrumental participativo que implica falar na língua (o *portunhol*) com a intenção de que se me reconheça como membro de um coletivo. Prestemos atenção ao relato de uma de nossas entrevistadas, que apresentamos antes: *“y a nivel comercial fijate que él no lograría hacer negocio donde hable en español no porque no lo entiendan porque hay una razón afectiva, viste, de reconocimiento de quien soy yo y como hablo (...) esas personas no admiten otro porque hablar en otra lengua implica poner una distancia”.*

Neste caso, o *portunhol* é usado num estabelecimento comercial de Rivera durante o trato com riverenses ou com aqueles que são considerados membros de um coletivo, enquanto o espanhol (outra língua), “*implica poner una distancia*”.

Lembremos que o espanhol, para a maioria dos riverenses, é uma língua geralmente usada como variedade alta para todos os fins formais, se bem que assinalamos a necessidade de estudar com maior detalhe seus usos e sentidos, especialmente durante a interação com os santanenses. Nossos dados são sugestivos neste último sentido, quando observamos (ao menos para a situação de interação compra-venda) que os riverenses resolvem usar o espanhol na cidade de Livramento.

Embora o *portunhol* seja uma língua desprestigiada por esta sociedade e muitos de seus falantes preferem não só não falá-la, mas também negar o conhecimento desta língua, também se descobre uma atitude reivindicativa que mostra o *portunhol* como uma língua afetiva, íntima e necessária. Ainda mais, muitos a consideram como uma língua própria, que merece reconhecimento e respeito;

“*vino un maestro de Montevideo y nos reclamaba ‘porque acá se habla un lenguaje horrible’, pero no es una cosa horrible, es una cosa que nosotros vivimos, que es nuestra realidad, no es una cosa horrible, es nuestra lengua materna y la tienen que respetar*”, (professora);

“*no podemos cambiar como nosotros hablamos, no hay otra manera, enseñaríamos más el español sí, apoyaríamos más el español pero no obligaríamos a que no hablen el portuñol*”, (jovem adolescente);

“*hay muchos brasileros también que ya no hablan la lengua de nosotros*”, (vendedor ambulante).

“*nuestro propio idioma*”, (jovem adolescente);

“*nosotros, los portuñoles*”, (professora).

Como assinala Barrios, para avaliar a relação entre as diversas variedades do repertório lingüístico fronteiriço, deve-se ter presente que, em toda comunidade lingüística, existem dois tipos de prestígio: o prestígio social (aberto) e o prestígio comunitário (encoberto).

O espanhol é prestigioso socialmente no sentido mais clássico do termo, “se trata de un prestigio orientado hacia el estatus, basado en el estilo de vida y la educación”; os dialetos portugueses, pelo contrário, “se caracterizan por un prestigio comunitario, orientado hacia la identidad (...)” (Barrios, 1999: 7). Segundo Barrios, o prestígio comunitário não sempre se sobrepõe à ideologia dominante que impõe um nulo prestígio social, de modo que as opiniões para os dialetos oscilam “entre una clara convicción acerca de su inconveniencia, una resignación acerca de su uso, y una más o menos tímida reivindicación de su existencia” (Barrios, 1999: 7). Isto é, que os falantes de variedades portuguesas mostrem, em muitos aspectos, uma atitude negativa para com sua própria língua, não implica que não a tenham em consideração; a língua pode se valorizar por razões sociais, subjetivas ou afetivas.

3.5 na escola: aprendendo os limites

A escola pública uruguaia em uma fronteira política é um universo de estudo ilustrativo para revelar, precisamente, os limites. Pelo significado e pela função da escola pública na construção dos Estados nacionais, o que se faz e o que não se faz na escola (ou, mais exatamente, o que se deveria e o que não se deveria fazer), nos revelam algumas das normas implementadas pelo Estado nacional para estabelecer os limites entre o permitido e o inaceitável.

Nesta seção, nos dedicaremos ao análise dos usos das línguas faladas na escola pública de Rivera como uma forma de revelar as normas propostas pelo Estado nacional uruguaio, e também as práticas que seguem os atores fronteiriços, neste caso, autoridades educativas, professores e alunos.

3.5.1 a língua da escola: uma questão de defesa da identidade nacional

No mês de setembro do ano de 1999, dois dos principais jornais da cidade de Montevideu denunciavam invasões e ameaças da cultura brasileira na região de fronteira do norte uruguaio. Concretamente, referia-se ao uso das línguas portuguesas nas escolas públicas uruguias; declarações do Ministro de Educação de então revelavam seu “horror” e sua preocupação após uma visita à região: “*sentí vergüenza del estado de nuestras escuelas (...) hasta qué punto el idioma portugués había penetrado en nuestro país*”, (jornal “El País”, 1999: 6), (Imagem 17).



Imagem 17. Invasão cultural.

Declarações similares explicavam: “*La legítima preocupación del Codicen (Consejo Directivo Central de Ensino) por la expansión del idioma portugués y del portuñol en áreas fronterizas y las acertadas medidas que adoptará – fortalecimiento de la enseñanza del español, formación de docentes de esa asignatura y más centros educativos (...) El idioma en su versión nacional se desdibuja, no solamente en la frontera. Las amenazas a la identidad no se ciernen, únicamente, allí*”, (jornal “El observador”, 1999: 10).

Ao comparar estas declarações com as formuladas há mais de cem anos atrás por autoridades da época, onde se fundamentavam algumas das razões para criar o povoado de *Villa Ceballos* (futura cidade de Rivera), é notável verificar a ausência de diferenças substanciais:

“Lo que hoy constituye el Departamento de Rivera estaba habitado en su mayor parte o casi totalidad por brasileiros de origen o de afección, resultando que el poderoso Imperio vecino reinaba moralmente en el Departamento, cuyos habitantes tan inficionados y sometidos se hallaban a las costumbres del Brasil que ni hablar sabían el idioma nacional. A tal extremo llegaba el caso que ni en las mismas escuelas del Estado se enseñaba el español. Tan público y notorio era el hecho que el Gobierno de Latorres se vió en la necesidad de dar un decreto para hacer obligatorio en las escuelas la enseñanza del idioma nacional”, jornal “La Voz de Rivera” (1885-1886), (citado em Barrio Pintos, 1962: 196).

O historiador Chasteen, destaca os esforços dos professores das escolas da segunda metade do século XIX por gerar a preferência pela nacionalidade oriental nas subseqüentes gerações de fronteiriços brasileiros ao sul da fronteira (Chasteen, 2002). A importância da educação pública, como instrumento nacionalizador, não devia ser subestimada, apesar da brincadeira, que já se contava em 1895, sobre uma criança em Rivera que soletrava uma palavra com letras espanholas “*p-e-r-r-o*”, e orgulhosamente logo anunciava que significava “*cachorro*”, (idem, 73).

A concepção um país-uma língua, assinalada por Thiesse, Löfgren, Hobsbawm e outros, como uma das condições para a existência do Estado-nação moderno, surge claramente nas declarações das autoridades políticas uruguaias.

Löfgren descreve a ideologia nacionalista como um “do-it-yourself kit”, identificando uma língua comum como um ingrediente necessário para converter formações de Estado em culturas nacionais (Löfgren, 1989). O conceito desenvolvido por Hobsbawm de tradições inventadas, entendido como um conjunto de práticas que pretendem inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, e que são criados como parte de

movimentos e Estados nacionais, também se aplica as linguagens-padrões nacionais aprendidas nas escolas e usadas na escritura que os autores reconhecem como construções relativamente recentes (Hobsbawm; Ranger, 1997). Thiesse fala da fabricação de línguas nacionais para se referir ao processo que determinou a assinatura aos Estados-nação europeus de fins do século XX de uma língua nacional bem identificada, normatizada pelos dicionários e gramáticas e cujo ensino foi e é base fundamental da educação (Thiesse, 1999).

Como assinala Behares, o uso dos dialetos portugueses nas escolas públicas da fronteira é considerado um fato anti-nacional, que tem que ser combatido: por isso, de acordo com o sistema educativo nacional, as opções quase sempre se colocam nos termos de reforçar a difusão e o enraizamento do espanhol (Behares, 1984). O “problema da língua” se define em termos de invasão ou ameaça; as autoridades educativas nacionais praticamente não admitem a discussão da problemática sociolingüística da região, que as falas da fronteira sejam portuguesas, “*brasileñas*” ou “*abrasileradas*” é razão suficiente para deixá-las fora de toda possível consideração.

As autoridades educativas locais também não assumem em forma explícita uma problemática em termos sociolingüísticos. Um dos freqüentes posicionamentos é o de assumir a presença dos DPU ou falas portuguesas como o resultado da influência de um país vizinho poderoso em tamanho, população, economia e meios de difusão;

“deberíamos preservar el español. Santana es Brasil, son 15 veces proyectándose encima nuestro (...)”, autoridade local.

“todos esos pueblitos ubicados sobre la línea, ellos ven una televisión durante todo el día, televisión brasileña, si van a comprar van al Brasil, están en contacto permanente con pobladores brasileños, ¿te das cuenta?, entonces su padre, su madre habla el portuñol, por lo tanto el niño va asimilando todo esto”, autoridade educativa.

Em Rivera, falar o *portunhol* é *inevitável*, conseqüência de uma série de fatos *inevitáveis*, como assistir à televisão brasileira, comprar no Brasil e estar em contato com brasileiros; *“sí, desde que nacés hablas las dos lenguas”*,

“nosotros nacimos hablando”, “convivimos con él”, “ninguno acá quiso aprender el portugués”, “es inevitable”.

Também é freqüente definir “o problema da língua” a partir de outras perspectivas, por exemplo, nos seguintes termos; o problema não é que se falem outras línguas ou dialetos além do espanhol, o problema se reduz e, em certo sentido, se invisibiliza, ao defini-lo como uma dificuldade em falar e escrever o espanhol: *“el problema del idioma se plantea relativamente porque cuando llegan acá el español lo manejan relativamente bien”,* autoridade educativa.

Desta forma, o problema não se define pelo fato de que a língua materna de uma grande parte da população da região seja uma língua diferente do espanhol e essa população tenha que enfrentar um sistema de ensino, no qual este fato não esteja contemplado; pelo contrário, o problema se reconhece como relativo, conseqüência de um desenvolvimento limitado do espanhol.

Behares tem assinalado a freqüência deste tipo de afirmações que recusam a existência de problemas de ordem sociolingüístico, especialmente a medida que o docente “se va alejando del contacto directo con el aula y comprometiéndose más con la política lingüística oficial (directores, inspectores, etc.)”, (Behares, 1984: 34).

Este é um discurso usualmente contraditório, porque se bem que, de um lado, nega-se a problemática sociolingüística como uma realidade complexa que abarca toda a sociedade de fronteira, de outro, pela sua presença e amplitude, se reconhece, embora de forma mascarada e tergiversada. Neste sentido, como também o indica Behares, “o problema do bilingüismo” é tratado como “una patología en el mismo nivel de la dislexia, la discalculia o la afasia resumiendo el problema como deformaciones del idioma nacional” (Behares, 1984: 20);

“te encontrarás las mismas dificultades en un barrio pobre de Montevideo, pobre o bastante carenciado y claro las dificultades del idioma que es el contacto que tienen (...) los lingüistas todo lo que quieren es que existan dificultades para tener que estudiar degeneraciones del lenguaje”, autoridade educativa.

3.5.2 a língua na escola: os professores

Em geral, as autoridades educativas nacionais, e também as locais, não admitem o uso de línguas portuguesas nas escolas públicas de Rivera. Porém, é importante examinar o que acontece na escola e qual é a atitude e o posicionamento dos professores com respecto à aceitação e ao uso dos dialetos portugueses.

Geralmente, os professores das escolas públicas da cidade são nascidos no departamento de Rivera e formados nos institutos de ensino do departamento (a profissão docente é uma das opções de trabalho na região). A maioria deles são bilingües e muitos têm tido como língua materna o *portunhol* ou DPU, o que explica o “*relativo desarrollo del español*” (segundo declarava uma autoridade educativa). Apesar disto, muitos professores rejeitam os DPU não só no ambiente da escola, negando até o conhecimento desta língua; “*además tú vas a hablar con maestros uruguayos y niegan que hablan, cuando lo saben, yo era hablante de DPU⁸⁷...me costó muchísimo aprender el español*”, professora.

O programa de formação de professores do Instituto de Formação Docente de Rivera desconhece a problemática sociolingüística da região (Behares, 1984); os professores são educados na desinformação, além de estarem institucionalmente expostos às concepções desenvolvidas pelo sistema educativo sobre as falas portuguesas da região;

“*porque pienso que en el momento en que el niño comience a hablar correctamente en la escuela va a poder diferenciar una cosa de otra*”, autoridade educativa;

“*para que vas a estimular una cosa que no sirve, que no tiene cabida en la sociedad, que no tiene cabida en la parte escrita, que no es aceptado porque en general que te piden, que hables español*”, autoridade educativa.

⁸⁷ O fato de que vários professores se referam ao *portunhol* como DPU é muito significativo. Isto se deve a que muitos dos professores entrevistados conheciam as investigações desenvolvidas por lingüistas da Universidade da República (Uruguai). Vários deles – falantes de dialetos portugueses - citavam alguns dos resultados destas investigações, o que nos deixava especialmente satisfeitos ao reconhecer algum tipo de retorno do trabalho acadêmico em áreas de fronteira.

O *portunhol* ou DPU é considerado uma língua “abrasilerada”, indigna mistura do idioma português e espanhol (Elizaincín, 1976); o termo “corretamente” usado por uma das autoridades educativas entrevistadas não faz mais que confirmar a visão do *portunhol* como uma língua deformada. Lembremos também a falta de prestígio social dos dialetos portugueses, o professor não deve falá-los na escola e, se ele mesmo os desconhece, tanto melhor.

A anedota seguinte, relatada por um professor que prestava seus últimos exames para obter o diploma, revela alguns indícios neste último sentido;

“y había el hijo del director estaba dando el examen junto conmigo y ahora yo hablo un poco mejorcito el español porque antes yo hablaba el español con mucho sacrificio (...) y me dice el director, ‘pero Usted no puede ser maestro’ y le digo ‘¿porque?’, dice ‘porque Usted habla el portugués’ y yo digo ‘dígame una cosa ¿y su hijo tampoco habla?’; lo maté viste, hacía rato estaba hablando con el hijo de él ahí en portuñol”.

Neste relato, o diretor do Instituto docente de Rivera expôs ao professor, que aprendeu a falar em espanhol com “*mucho sacrificio*”, a dificuldade em se formar como tal pelo fato de falar português. Que o diretor estivesse falando em *portunhol* com seu filho, também aspirante ao diploma de professor, foi o argumento usado por nosso entrevistado para justificar seus direitos.

Na escola, embora os professores não falam os dialetos portugueses, muitos aceitam que as crianças os usem para se comunicar com eles; “*el maestro tiene que aceptar, ¿verdad?, tiene que aceptar la lengua materna del niño*”.

Esta aceitação poderia ser interpretada como a não repressão das crianças pelo uso de uma língua diferente da espanhola. Em geral, nas escolas públicas se permite às crianças, desde os 5 até os 9 anos aproximadamente, falar em *portunhol* e se dirigir ao professor nesta língua. Porém, isto não significa que as crianças não sofram repressões com respeito ao uso da sua língua em outros sentidos; “*niños que te hablen en español es la excepción (...) yo trato de hablarles en español pero se acepta el DPU (...) a veces cuando no te entienden algo les decis en dialecto pero no acostumbran los maestros (...)*

porque ellos te entienden cuando tú les hablas y tú les aceptas como ellos te hablan pero el director, el maestro y todos les hablan en... tratan de alfabetizarlos en español”, professora.

Por outra parte, alguns professores se mostram decepcionados pela aparente grande aceitação dos dialetos; nas escolas, se falaria em *portunhol*, “*todo el tiempo*”, “*en las escuelas urbanas que están sobre la línea tú entras y tú no sabes en que escuela tú estás, entonces eso me cayó mal*”, professora.

O nível e as formas de repressão dos dialetos portugueses têm variado com o tempo e as circunstâncias, uma mulher de 45 anos de idade relatava a sua experiência na escola, lembrando o rigor de então:

“mamá hablaba en brasilero, mamá era brasilera, brasilera, nosotros vinimos a agarrar el castellano en la escuela, viste, pero las primeras palabras tudo en brasilero en casa, incluso hasta ahora...un español pero hablado a la fuerza...en la escuela nos obligaban, nos obligaban a hablar hasta para ir al baño, por ejemplo, en portugués ‘com licença, no?, con permiso, quero ir ao banheiro’, tenía que decir lo mismo en español, sino no me permitían ir al baño, tenía que hablar a la fuerza el abecedario (...) en casa todo en portugués, llegaba allá decía lo mismo y ahí nos ponían en penitencia, tenía que decir todo en español, un español hablado a la fuerza ... nosotros no sabemos, te digo francamente y más los fronterizos, no sabemos hablar en español, no sabemos, se entiende pero no sabemos hablar ni escribir como se debe tampoco, con eso te digo todo”.

Como indica Behares, em algum momento os dialetos portugueses foram dentro da escola uma língua proibida, a prática da sua repressão dentro e fora das escolas seria anterior a 1978 (Behares, 1984). No ano de 1976, Elizaincín afirmava que o sistema educativo uruguaio não admitia “bajo ningún concepto” o uso do português (Elizaincín, 1976). Trindade et al. sustentam que até o ano de 1985 a repressão do dialeto era “muito forte (...), a partir de 1985 a situação mudou bastante. É possível afirmar que, em um grande grupo de professores e autoridades uruguaias, as atitudes, quanto aos DPU, têm melhorado muito, no sentido de aceitação da diversidade. Ainda que a pedagogia utilizada continue sendo monolingüe, a repressão praticamente

desapareceu, deixando lugar ao relativo respeito a essa marca que se vincula à origem das crianças. Em algumas escolas, sobretudo na periferia da cidade de Rivera, os professores permitem o uso do dialeto, mesmo dentro da sala de aula, embora esses professores não o usem” (Trindade et al., 1995: 22).

Atualmente, as autoridades educativas locais falam, ao menos, como atitude política, de uma aceitação da língua diferente da espanhola, uma aceitação que parece mais forçada por uma realidade do que por uma necessidade; *“porque nosotros lo que hacemos sutilmente es aceptar sí, no profundizar, no valernos de eso sino de enseñar el español y de esta otra manera enseñar al español como lengua oficial, ¿verdad?”*, autoridade educativa.

“No valernos de eso”, eso que nem sequer tem uma forma para se designar porque não é “ni una cosa ni otra”, e também não se considera de nenhum ponto de vista durante a aprendizagem do espanhol na escola.

Na escola, se alfabetiza as crianças em uma língua que não é a própria, obrigando-as a ler e escrever em uma língua que não falam; desta forma, enfrentam a enorme dificuldade de, simultaneamente, aprender uma língua que não falam e se alfabetizar nela. Por isso, muitas vezes, o *portunhol*, que a maioria dos professores fala e tem como língua materna, é usado como língua intermediária para alfabetizar em espanhol.

As afirmações de muitos riverenses, que assinalam o espanhol como uma língua *“difícil”*, *“más difícil de hablar”* ou *“la lengua más difícil del mundo”*, especialmente, a diferença do português, *“el portugués penetra...fácil, fácil que agarras así de rebote”*, não fazem mais que demonstrar o tortuoso da sua aprendizagem.

Para Behares, grande parte do fracasso na educação das crianças fronteiriças⁸⁸ se deve à socialização “coercitiva, catártica” à que se os submete, produzindo “un complejo evidente de inferioridad lingüística y lleva a una inadaptación sociocultural y de pautas de conducta que socaban las bases del proyecto mismo de socialización” (Behares, 1984: 49). Como tem sido

⁸⁸ Para ver os problemas pedagógicos específicos das áreas fronteiriças (como a situação das línguas minoritárias na escola, os efeitos da educação bilingüe ou os problemas de planificação lingüística), remetemos aos trabalhos de Behares (1984), Gabbiani & Peluso (1993), Trindade et al. (1995) e Graciela Barrios (1999).

assinalado em outra parte, o sucesso ou fracasso de qualquer criança na escola está intimamente relacionado com seu sucesso ou fracasso na aquisição e desenvolvimento de determinadas habilidades lingüísticas; quando a educação se desenvolve em uma língua que não é a própria e que não se domina de forma eficiente, se compromete o desenvolvimento psicossocial e intelectual (UNESCO, 1989).

3.5.3 Professores e alunos: histórias em *portunhol*

Os professores formados na cidade de Rivera recebem do sistema educativo os valores negativos que se outorgam aos dialetos portugueses e os esquemas que se devem seguir sobre o uso e aceitação de ditas línguas. Sobre o professor recaem expectativas principais, o professor tem como tarefa substancial ensinar o espanhol e o dever de falá-lo “correctamente”. Por estes motivos, ser professor em Rivera representa um ponto de inflexão que pode modificar seu comportamento lingüístico, eliminando ou diminuindo o uso dos dialetos portugueses, carregados de desventurados conteúdos, até na sua cotidianidade fora da escola.

Os professores limitam ainda mais o uso dos dialetos, se bem que demonstram seu conhecimento ao se comunicar com as crianças falantes de DPU na escola e também através de uma série de atos cotidianos. Durante uma de nossas entrevistas com uma professora, enquanto esta afirmava o desconhecimento dos dialetos e o uso destas línguas na sua vida cotidiana, a televisão se mantinha ligada com a novela “das oito” da Globo brasileira, seu esposo falava pelo telefone em *portunhol*, e o pai da professora o fazia na mesma língua com a sua própria esposa.

É pouco freqüente que um professor reconheça que usa falas portuguesas. Muitas vezes, quem se converte em professor deixa de falar *portunhol* ou o fala em forma extremamente limitada.

Miguel fala a maior parte do tempo em *portunhol* e usa o espanhol excepcionalmente, como, por exemplo, para se comunicar telefonicamente com a família da investigadora que mora na cidade de Montevideú. A irmã de Miguel

é professora de uma escola pública de Rivera. Ela usa o *portunhol* excepcionalmente; em um espaço íntimo, como a casa de Miguel, e em uma reunião íntima, como o aniversário de Miguel, sua irmã não deixa de falar em espanhol apesar de que todos os presentes falam em *portunhol*, e só usa esta língua rara vez para comunicar alguma mensagem extremamente afetiva e pontual⁸⁹.

A irmã de Andressa é professora de uma escola pública de Rivera; enquanto Andressa fala em *portunhol* com a sua irmã, esta lhe responde em espanhol, usando este idioma para se comunicar com o resto da família de Andressa e com a sua própria. Porém, com quem ainda usa o *portunhol*, e em forma exclusiva, é com a sua mãe de mais de 90 anos.

Em nossa investigação, tivemos a oportunidade de conversar com crianças (desde 6 até 12 anos) de algumas das escolas públicas de Rivera. Quando nos conhecemos pela primeira vez, tudo o que desejavam saber era nosso nome “em brasileiro”; um balbuciente começo de nossa comunicação em espanhol terminou, logo de sete dias de trabalho juntos, em fluidos dialetos portugueses potencializados por nossa fala em português.

A maioria destas crianças tinha como língua materna os dialetos portugueses e poderiam ser definidas como bilingües (em espanhol e DPU), mostrando grande habilidade na comunicação em duas línguas diferentes.

Behares afirma que as crianças que encontra nas escolas públicas de Rivera, a partir do segundo ano, já são bilingües (Behares, 1984). Ao perguntar a estas crianças qual é a língua que mais gostam de falar, obtemos respostas como as seguintes:

“*más mejor yo hablo en brasilero*”; “*hablo en brasilero y en español*”; “*a veces mis hermanos me hablan español y yo hablo brasilero para ellos*”; “*me gusta más hablar en brasilero, ¿em que tu fala?*”; “*eu falava tudo día brasilero lá no pre*”, crianças de 6 e 7 anos;

“*a mí me gusta hablar en brasilero porque en uruguayo no sé mucho*”; “*el brasilero, ya estamos más acostumbrados*”, “*hay algunas palabras que sé sólo en brasilero y no sé como pronunciarlas en uruguayo*”, crianças de 9 e 10 anos;

⁸⁹ Neste caso, acreditamos que nossa presença não modificou o comportamento lingüístico da irmã de Miguel.

“cuando hablamos en uruguayo hablamos de una manera pero ya en brasilero hablamos de otra”; “hablamos en brasilero también”, jovens de 12 anos.

“yo hablo peor porque no hablo el idioma, nació en Brasil entonces, a veces, no me sale mucho derecho el uruguayo, entonces acá, a veces, el maestro me reta porque yo hablo brasilero”, jovem de 12 anos.

É importante reconhecer a complexidade da situação, citando os resultados de investigações anteriores. Segundo Behares, na escola é possível encontrar três tipos de lares: monolingües espanholes, monolingües nos DPU e bilingües (espanhol-DPU). Por outra parte, como assinala o autor, é provável que os DPU usados pelos monolingües sejam diferentes dos usados pelo bilingües, nestes últimos casos, os DPU pareceriam estar mais perto de ser uma interlíngua, ou seja, um contínuo variável entre uma língua e outra, apesar de seguir tendo uma base portuguesa (Behares, 1984).

As notas que seguem correspondem a crianças de 9 e 10 anos de escolas públicas de Rivera⁹⁰. Para elaborar estas notas solicitou-se às crianças responder às perguntas de como falo com a professora e de como falo em casa. Nas notas, mantivemos a escrita tal e como foi apresentada pelas crianças.

*Quando voy a la casa de mi abuela le digo, vo to com fome.
Abuelo yo tengo hambre. A la maestra le digo maestra estoy con hambre.*

*A mí mamá diría, eu tenho que coloca acento nas palavras.
A la maestra diría, yo tengo que poner tilde a las palabras.*

*¿Quer brincar de buneca lá na minha casa hoje?
¿Querés jugar de muñeca allá en mi casa hoy?*

*Bruno me presta a goma.
Bruno prestame la goma.*

*Ma me faz un café.
Mami por favor haceme el café.*

⁹⁰ Agradecemos à professora Rosana Antunes Maciel pela sua ajuda na recolção deste material.

*Carlos me toca a bola dale eu vo faze un gol.
Carlos tocame la pelota que voy a hacer un gol.*

*Denis que fome que tu tein.
Denis que hambre que bos tenés.*

*Carlos tu nau toco a bola.
Carlos bos no tocás la pelota.*

*Papá dame 50 centécimos para ir a comprar un chicle.
Pai mi da 50 centavos pra eu ir compra un chiclete.*

As crianças mostram uma grande habilidade na tradução de uma língua a outra, além de ter uma idéia clara sobre quando usar uma e outra língua. Neste sentido, as crianças podem se considerar bilingües, adotando como critério principal, como sugere Behares, a “efectiva capacidad de producción verbal en dos lenguas diferentes”, isto é, a capacidade de passar de uma língua a outra em “forma automática e inmediata” (Behares, 1984: 27)⁹¹. Para o autor, se a competência bilingüe não fosse uma realidade precoce do lar, então se adquire na escola, fundamentalmente no que se refere à incorporação do espanhol, sem o qual não seria possível avançar dentro do sistema educativo (idem).

Em uma das notas recebidas, uma das crianças resolveu sublinhar as palavras portuguesas, assinalando a um lado “*lo que está mal*”: Nanda, tu sabia que eu tenho que fazer uma marioneta. Em uma atitude similar outras crianças escreveram:

Yo hablo mal con mi amigo como en esta frase: Vamo jogar bola no campinho, lo correcto sería para la maestra, vamos a jugar a la pelota en el campito.

Como assinalamos antes, na situação de contato de línguas desta fronteira a variedade padrão é o espanhol. Como corresponde a uma variedade padrão, esta língua se encontra detalhadamente codificada, facilitando a

⁹¹ Também seria possível empregar uma definição sociológica do bilingüismo individual, como a proposta por Weinreich, que define a prática de usar duas línguas em forma alternativa como bilingüismo e as pessoas implicadas como bilingües (Appel e Muysken, 1996).

discriminação de suas principais características. Desta forma, como indica Barrios, “sólo aquellos que están contemplados en las gramáticas y diccionarios normativos se reconocen como pertenecientes a la lengua estándar, de lo contrario se catalogan como ‘incorrectos’” (Barrios, 1999: 2).

Também a função da língua padrão está claramente delimitada “identificándose con los ámbitos y estilos más formales y prestigiosos dentro de la comunidad” (idem). A autora lembra as idéias de Bastardas (1996), quando afirma: “las representaciones lingüísticas del estándar lo validan como la única variedad legítima y por lo tanto deseable por parte de cualquier individuo que pretenda hablar ‘correctamente’ un idioma. Este tipo de apreciaciones ha prendido en la comunidad, conformando actitudes lingüísticas que se manifiestan a través de comentarios y valoraciones que reproducen el discurso oficial (...) Algunas formas lingüísticas habitualmente empleadas por los hablantes de la comunidad pasan a ser legitimadas, y otras estigmatizadas, desarrollándose actitudes particulares hacia cada una de las variedades que integran el repertorio de la comunidad. Los hablantes comienzan a sentirse inseguros de sus lenguas maternas, y más propensos a ser convencidos de la necesidad de sustituirlas por variedades mejor valoradas desde el punto de vista social” (Barrios, 1999: 6).

3.6 conclusões preliminares

No começo deste capítulo, reconhecíamos a importância da língua como fenômeno social em muitas das práticas cotidianas de riverenses e santanenses; foi este reconhecimento que nos levou a estudar o uso das línguas nestas cidades de fronteira. Fizemo-lo observando práticas concretas como a referida à compra e venda de mercadorias *na linha*, ou participando em um âmbito específico como a escola pública de Rivera, registrando as práticas que, com relação as línguas, revelam autoridades educativas, professores e alunos.

Um primeiro resultado de nossas observações reconhece a importância de analisar a diversidade de usos e sentidos que as diferentes línguas podem adquirir nesta fronteira dentro da situação de contato social e lingüístico que vive a população de Rivera e Santana. Isto é, a situação de fronteira política é uma variável principal na análise do uso das línguas, além da cidade de Rivera, porque a população de ambas as cidades interatua cotidianamente e cotidianamente enfrenta decisões sobre que língua usar, como e quando, em contextos diversos que consideram como variáveis principais, se a situação de interação se desenvolve em Rivera ou em Santana, em um comércio ou em um ambiente familiar, com um parente, com um conhecido, com um *brasileiro*, etc., etc.

A situação de interação definida pela compra e venda de mercadorias na área comercial *da linha*, que toma em conta a situação de contato entre as populações de uma e outra cidade, descobre novos resultados neste sentido. Destacamos a falta de intenção ou interesse de riverenses e santanenses em falar a língua do *outro* (seja espanhol, português ou *portunhol*), estabelecendo-se a comunicação em duas línguas diferentes (geralmente, nas variedades padrões do espanhol e do português).

Durante esta situação de interação, o *portunhol* não é uma língua usada, o que coloca uma discussão interessante com respeito às investigações que assinalam os dialetos portugueses ou *portunhol* como uma marca de integração cultural das populações fronteiriças (assunto que retomamos no

capítulo 5). De fato, os riverenses negam que os santanenses falem *portunhol* e estes (especialmente os empregados comerciais da área do centro), mostram rejeição e moléstia com relação a esta língua.

É possível que na situação de interação que investigamos, o *portunhol* seja usado com a intenção de que se me reconheça como membro de um coletivo (uso instrumental participativo segundo Pérez-Agote et al., 1990), especialmente como membro de um coletivo diferente de, ou em contraste com, outro coletivo (os *brasileiros* ou santanenses)⁹². Neste caso, estamos supondo que a linguagem (ou a eleição de usar determinada língua), pode ser um dos critérios usados para definir algum tipo de identificação, questão que merece maiores considerações⁹³.

Por outra parte, que os riverenses neguem que os brasileiros falam *portunhol*, ou que os santanenses admitam que o *portunhol* é uma “mistura” e não o usem efetivamente durante a situação de interação analisada, não significa que os santanenses desconheçam esta língua ou que não falem variedades de português.

Le Page e Tabouret-Keller assinalam a necessidade de distinguir “how people think they ought to behave, how they say they behave, and how they are observed to behave” (Le Page et al., 1985: 207)⁹⁴. Isto é, observemos quando

⁹² Temos que entender as categorias sociais brasileiros ou santanenses (ou riverenses), fundamentalmente como recursos narrativos pois é claro, como assinala Vila, que estas categorias são problemáticas e encobrem grandes diferenças no processo de construção de identidades (Vila, 2000).

⁹³ Como mencionamos antes, Barrios caracteriza os dialetos portugueses por um prestígio comunitário, “orientado hacia la identidad; características éstas que los hacen especialmente aptos para funcionar como *lengua étnica* (...)” (Barrios, 1999: 7, grifos da autora). É evidente, como lembra Le Page, que a “linguagem” desempenha um papel complexo com relação às identidades étnicas, nacionais ou raciais. O que demonstra este autor é, precisamente, “what a complex and shifting set of relationships exists between language, as it is used but also as it is defined, and forms of social organization (...) although ‘race’ and ‘ethnicity’ frequently do have strong linguistic associations this is not invariably so, and linguistic groups are not by any means always isomorphous with either genetically-conceived ‘races’ or culturally- or socially-conceived ‘ethnic groups’. The relationship is a complex one.” (Le Page, 1985: 243 - 248). Nossos resultados não permitem avançar demasiado neste sentido, se bem que realizamos algumas reflexões adicionais no capítulo 5.

⁹⁴ Malinowski na introdução de sua obra *Argonautas do Pacífico Ocidental* alerta; “em todo ato da vida tribal existe, primeiro, a rotina estabelecida pela tradição e pelos costumes; em seguida, a maneira como se desenvolve essa rotina; e, finalmente, o comentário a respeito dela, contido na mente dos nativos” (Malinowski, 1984: 32). Isto é, a distinção chave entre o que se diz que deveria-se fazer, o que se faz e o que se diz que se faz.

riverenses e santanenses usam o *portunhol*, o espanhol e o português, perguntemos por que riverenses e santanenses acham que devem usar determinada língua e não outra em um contexto específico, e escutemos que nos dizem (e em que língua) sobre as línguas que falam e sobre as que não falam.

Nossos resultados são fragmentários, pois analisamos uma (embora relevante), das diversas situações de interação possíveis entre a população de ambas as cidades, e contribuimos com dados preliminares sobre algumas outras. São necessárias maiores investigações que abarquem um panorama mais completo da situação sociolingüística desta fronteira política; investigações que, insistimos, descubram os usos e sentidos das línguas além do esquema diglósico e além das “classes sociais” (conceito confuso e limitado segundo indicamos antes), incorporando a situação de contato social e lingüístico que vive esta fronteira política.

O universo de estudo da escola pública uruguaia descobre as normas implementadas pelo Estado nacional com relação ao uso e os sentidos das línguas usadas em Rivera.

Como afirma Todorov, a nação como entidade especificamente moderna tem com uma de suas características a fusão do cultural e do político, e o pertencimento cultural justifica uma reivindicação, a da coincidência entre entidades culturais e políticas (Todorov, 1991).

Uma língua comum é um dos ingredientes necessários para converter formações de Estado em culturas nacionais (Löfgren, 1989). Os Estados-nação modernos, que se reclamam culturas e pretendem ser nações, freqüentemente encontram na linguagem (no ensino de uma língua comum através do sistema educativo), uma ferramenta principal para tal propósito. Por isso, o uso dos dialetos portugueses nas escolas públicas da fronteira é considerado um fato “anti-nacional” que deve ser combatido, e desde o sistema educativo nacional as opções quase sempre se colocam em termos de reforçar a difusão e o enraizamento do espanhol.

Destaquemos ao menos dois aspectos relacionados com esta questão. O primeiro deles, se refere aos professores de Rivera e às suas práticas cotidianas com relação ao uso das línguas. Nossos resultados descobrem uma

série de comportamentos comuns sobre o uso e valoração dos dialetos portugueses, e comprovamos como os professores, que recebem do sistema educativo os valores negativos que se outorgam às falas portuguesas e os esquemas que se devem seguir sobre o uso e aceitação de ditas línguas, restringem ainda mais o uso do *portunhol*. Desta forma, se descobre a importância da história pessoal (formação docente) e o contexto social no uso e valoração das línguas.

A segunda questão se relaciona com o reconhecimento que os riverenses fazem de falar *portunhol* como um fato *inevitável*. Novamente, enfrentamos determinada leitura da realidade, aquela que supõe que as coisas deveriam estar claras numa espécie de antes e depois; porém, não resultam ser *como se supõe que deveriam ser*, convertendo-se em fatos e em práticas *inevitáveis*.

Uma vez mais é possível reconhecer os limites e identificar o Estado como o principal regulador do limite entre o inevitável e o evitável. O Estado resolve, instrumenta e justifica o ensino (através do sistema educativo nacional) e o uso do espanhol como idioma nacional. Que nas escolas públicas uruguaias (ou em território uruguaio), se usem outras línguas diferentes do espanhol, não só não corresponde, além disto representa uma invasão ou ameaça que deve ser combatida. Desta forma, o uso do *portunhol* em Rivera e nas suas escolas públicas é considerado um fato anti-nacional que deve ser eliminado; nesta fronteira política, para o Estado nacional, o uso dos dialetos portugueses se deve evitar.

Não obstante, nas escolas públicas de Rivera se falam variedades de português (com as restrições que mencionamos antes), e os riverenses falam e usam o *portunhol* cotidianamente, sem deixar de reconhecer que estes são fatos *inevitáveis*. Este reconhecimento da *inevitabilidade* de uma série de práticas cotidianas não deixa de ser uma forma de reconhecer (valha a redundância) os limites ou as normas impostas pelos Estados nacionais no seguinte sentido: reconhecemos que nos devemos comportar ou atuar ou falar de determinada forma (como falar em espanhol), mas não o fazemos (falamos em *portunhol*), percebemos que não deveria ser deste modo, mas é *inevitável*.

capítulo 4

“el uruguayo es gris, el brasileiro es amarillo”. estereótipos e representações na *linha*.

Nesta fronteira política, as relações entre uruguaios e brasileiros estão marcadas por estereótipos que, como assinalam Frigerio e Ribeiro (2002), acabam influenciando no conteúdo das interações. Agora, quais são as imagens que riverenses e santanenses têm uns dos outros, que revelam essas formas de classificar o *outro* sobre as relações entre estas comunidades de fronteira, e como se convive, quando surgem na vida cotidiana estas imagens?. O presente capítulo tem como objetivo responder a estas preocupações, que continuam informando sobre os modos em que riverenses e santanenses vivem e imaginam esta fronteira política.

Quando no capítulo 2 falamos de sentidos práticos da fronteira, mencionamos a necessidade de considerar, simultaneamente, as idéias, estereótipos ou representações que riverenses e santanenses têm desta fronteira e de si mesmos. Porque, como lembramos então, para os atores fronteiriços o mundo da fronteira não só se divide em dois (antes e depois *da linha, cá e lá* ou *deste lado e do outro lado*), também se carrega de uma série de valores que determina que coisas são melhores, onde e por que são melhores (ou piores). Como assinala Herzfeld, as suposições sobre onde comprar o fiambre, roupa de cama ou medicamentos, onde dançar (se na cidade de Rivera ou de Santana) ou em que escola estudar (de um ou de outro país), são ações baseadas em estereótipos às quais os atores fronteiriços vão responder de diversos modos estratégicos e etnograficamente interessantes (Herzfeld, 1997).

Como afirma Grimson, a fronteira é um agente estruturante de uma diversidade de sentidos e esse caráter estruturante se percebe nas situações cotidianas que vivem as populações fronteiriças. De fato, o autor demonstra quão efetiva é a existência da fronteira jurídico-política como condição para a produção de uma multiplicidade de fronteiras simbólicas (Grimson, 2002). Na

verdade, como lembram Ribeiro e outros autores (Ribeiro, 1993; Donnan e Wilson, 1999), as culturas de fronteira são cenários propícios para descobrir as fronteiras da cultura.

Como colocamos antes, um dos objetivos do presente trabalho é reconhecer os limites culturais além do limite físico entre os Estados-nação. A análise da vida cotidiana dos atores fronteiriços, que temos proposto como prática etnográfica da nossa investigação, descobre como riverenses e santanenses vivem e usam *a linha* e, ao mesmo tempo, descobre outras *linhas*.

Os atores fronteiriços estão em permanente contato com o *outro* através de seu limite respectivo, e as imagens ou estereótipos sobre o outro são também um dado da vida cotidiana com o qual se convive permanentemente. Como (e quando) riverenses e santanenses classificam o outro nos ensina como se marcam diferenças e se estabelecem distinções que descobrem, por sua vez, novos limites culturais.

4.1 “*Dos en una*”

Em certa ocasião, um de nossos entrevistados explicou a fronteira de Rivera e Santana com a expressão “*son dos en una*”, para indicar que nesta fronteira existem duas cidades em uma só. Efeitivamente, ambas as cidades se articulam de diversos modos diferentes e intensos (estudaremos esta questão no próximo capítulo), e esta articulação também se mostra fisicamente, pois as ruas de uma cidade continuam na outra, e o limite político entre o Uruguai e o Brasil é um limite imaginário ou uma linha *imaginária*⁹⁵.

Porém, para a população de ambas as cidades, essas linhas *imaginárias* parecem ser muito visíveis; de fato, riverenses e santanenses com as suas idéias e representações sobre estas cidades e a sua gente, mostram como se constroem essas linhas e quais são alguns de seus conteúdos e sentidos.

Começemos descobrindo que Rivera e Santana são cidades que se percebem diferentes, que têm características próprias e são diferenciadas com

⁹⁵ Lembremos, uma vez mais, que a metáfora das linhas imaginárias se refere ao limite político entre o Uruguai e o Brasil nesta região de fronteira.

os termos “*nós temos*”, “*eles têm*”⁹⁶. Além disto, a estas cidades se “entra” e se “sai”; “*vamos entrar para Uruguai*” é uma expressão comum, aliás, reveladora porque apesar de não existir obstáculos físicos ou institucionais para transitar desde uma cidade à outra, evidentemente, para sua população, existe uma *linha* que se atravessa para entrar num lugar diferente.

Esta *linha* cotidiana define a existência de dois mundos, *cá e lá* ou *deste lado e do outro lado*, mundos com sentidos e valores diferentes, porque até os cachorros *deste lado* (Uruguai) são diferentes e melhores; “*nuestros perros tienen control de hidatidosis (...) nuestros perros tienen más salud, son más saludables*”; a mesma coisa acontece com os serviços de saúde e até com a aspirina; “*o pessoal daqui faz muitos planos de saúde no Uruguai porque o atendimento lá é melhor, é melhor e mais barato (...) a medicação também, todo mundo confia mais na aspirina que vendem lá do que na aspirina que vem aqui*”.

Assim, poderíamos enumerar toda uma série de pequenas e grandes rotinas cotidianas (desde a compra de fiambre, eletrodomésticos, roupa de cama, biscoitos e carne, até a escolha de um casal, a cidade onde se casa, nasce, vive ou morre), que são influidas pela existência de uma série de idéias sobre os países *deste lado e do outro lado* que lhes dão valores e sentidos diferentes, de igual modo que a sua gente, porque a gente de *cá e de lá* também é diferente, “*não é muito diferente mas não é igual*”, estabelecendo-se uma série de diferenças entre ambos tipos. E não só se descrevem diferenças, também é assinalada uma espécie de barreira entre ambos tipos que não existiria interesse, intenção ou possibilidade de atravessar; “*eu sou eu, Uruguai é Uruguai*”, “*o brasileiro não precisa pegar o jeito uruguaio*”, “*eles querem usar nossas cores e não sabem*”.

⁹⁶ Para o brasileiro, Rivera é uma cidade cinza, envelhecida, antiga, triste, escura, deserta e conservadora; de fato, o uruguaio também é conservador, cinza e antigo, do mesmo jeito que a sua cidade. A única fonte de beleza da cidade é a rua principal de Rivera onde ficam os *free shops*; “*as casas são da cor do asfalto, só Sarandí é bonito*”, “*só Sarandí de noite*”, “*a beleza de Rivera é muito centralizada*”. Durante o dia, Rivera é uma cidade deserta e cinza, fundamentalmente porque o movimento de pessoas na rua, com suas vozes e cores, se concentra quase exclusivamente em Santana por causa da sua atividade comercial. Santana é uma cidade viva e ativa porque tem movimento e tem gente nas suas ruas. Rivera tem gente e movimento só de noite e na avenida Sarandí.

A relação entre riverenses e santanenses é geralmente descrita como exclusivamente comercial e de dependência extrema (não desejada), como uma estratégia de vida e de trabalho nos seguintes termos: o riverense vive em Santana porque lhe serve, o santanense em Rivera porque lhe resulta útil, o uruguaio não gosta do brasileiro e os brasileiros não gostam dos uruguaios, mas se relacionam porque necessitam fazê-lo, o brasileiro necessita do uruguaio e os uruguaios dos brasileiros; *“esta fronteira funciona só com uruguaio, o Uruguai para, esto para”, “os brasileiros só gostam dos uruguaios porque necessitamos”, “só o dinheiro que trazem”, “só necessidade”, “vivimos de ellos”, “dependemos mucho...demasiado”*.

A sua vinculação também incorpora um componente de *inevitabilidad*e que surge nas explicações que as pessoas desta fronteira usam para falar da sua vida; *“trabalho com eles”, “imposible no saber lo que pasa en el Brasil”, “convivo com eles”, “es inevitable”*.

4.2 o brasileiro santanense

Uma das principais qualidades citadas para caracterizar o brasileiro santanense é a alegria. O uruguaio gosta da alegria, do espírito e da visão otimista do brasileiro santanense; *“por el espíritu que tienen, a la gente le encanta”, “el brasilero se juega por todo”, “mal o bien en Brasil todo termina en zamba”*.

A alegria e a visão otimista seriam as únicas qualidades que o riverense apreciaria; *“sólo alegría, cultura les hace falta, educación les hace falta”*. Isto porque outro dos comuns estereótipos sobre o brasileiro se relaciona com seu modo de vida; *“el brasileño con una cerveza, el fútbol y una mulata ya está, tienen diferentes prioridades”; “el brasilero vive distinto, con un kilo de porotos ya vive, tiene baja calidad de vida porque tiene bajo nivel de educación, es pobre económicamente, es pobre culturalmente”, “no tienen mucha cultura”, “ellos son más ignorantes y son felices...el uruguayo es más realista”*.

À falta de cultura e à falta de educação, citados freqüentemente, se acrescenta a ausência de uma série de valores que seriam prioritários para o uruguaio como o recato, a moderação, a decência e a lealdade; *“no hay pudor,*

soy contra eso”, “mucho más liberales”, “con el brasilero todo rola, todo va, el uruguayo es más reservado”; “los padres miran así (gesto de horror) cuando hay brasilero o brasilera de por medio, porque es otra cosa, hay otra permisividad”, “temblamos las madres cuando se enovian con una brasilera”⁹⁷; “Brasil es Poncio Pilatos en los papeles”; “el brasileño es muy hábil, te está dando una puñalada y te está palmeando la espalda”.

Porém, as imagens mais negativas do brasileiro não se derivam destas últimas representações, mas de uma postura do santanense definida como “arrogante”, “lucidos”⁹⁸ ou “fanático”, que se vive como uma atitude depreciativa ou desrespeitosa para com o Uruguai e o uruguaio;

“para el brasilero todo es mejor, todo es más grande y en fútbol ellos no se conforman en perder, el uruguayo pierde y queda tranquilo”;

“todos tratan de mostrar que son brasileiros, son radicales”;

“el brasilero es fanático y se terminó”; “es fanático por todo, acordáte de Ayrton Senna, sufrió todo el país”; “ellos pierden culpan a los jugadores, al técnico, ya quieren echar a todo el mundo, lo hacen con el alma, son fanáticos...”;

“ciertos aires de superioridad sobre el Uruguay, siempre”;

“agrandados...en todo”; “todo es mejor que aquí”; “muy lucidos”;

“arrogantes...ellos son los mejores del mundo”;

“eles acham que são os melhores do mundo (...) falta de humildade (...) não estão preparados para perder”, (comerciante árabe).

Como vemos, o futebol é freqüentemente usado como um recurso para explicar o modo de ser brasileiro. O riverense define as características do “ser

⁹⁷ A exuberância de formas e cores, a liberdade e a erotização de uma imagem do Brasil através do corpo da mulher, e a música são algumas das características do que Ribeiro identifica como tropicalismo, uma das modalidades de representação do ser brasileiro construída ao longo de séculos pelo discurso ocidental hegemônico e cujo par analógico seria o europeísmo (Ribeiro, 2002).

⁹⁸ *Lucido* é uma palavra usada para caracterizar o brasileiro santanense. A expressão vincula-se à identificação de uma atitude superficial; *“cuando cobra al uruguayo le gusta más de repente comprar algo para comer, le da más al estómago, el brasilero compra algo para vestirse (...)”; “con diez pesos el brasilero compra ropa y auto, el uruguayo se lo lleva a la panza”*. Isto é, enquanto o brasileiro tem como atitude aparentar ou mostrar uma imagem superior (seja através da roupa, o carro ou ganhando um jogo de futebol), o uruguaio pouco se importaria por estas questões, preocupado por outras vicissitudes “mais relevantes”.

brasileiro” através do futebol que, além disso, concentra as críticas mais importantes que explicariam por que o uruguaio gosta do brasileiro “*sin el fútbol y cuando compran*”; porque os brasileiros não se conformam em perder, são os melhores do mundo e não têm humildade (tudo isto no futebol), transformam-se em arrogantes, *creídos*, fanáticos ou desrespeitosos.

Termos como “*fanático*”, “*arrogante*”, “*agrandados*” e “*lucidos*”, são os que reúnem alguns dos estereótipos mais comuns sobre o santanense e também as imagens negativas mais duras; “*yo no me gusta la persona, el Brasil, no sé si es por la parte del fútbol, para mi los brasileiros son creídos*”.

O santanense também encontra no futebol uma das principais formas de definir uma identificação nacionalista no riverense, “*tirando o futebol eu não acho que o uruguaio seja tão uruguaio assim*”.

O futebol vincula-se diretamente com identificações nacionalistas (questão que veremos no próximo capítulo). Se existe alguma forma de representar ou converter o país em uma entidade abstrata e concreta, isto é possível através do futebol (Da Matta, 1982) ou, como assinala Vogel, a pátria existe antes que nada como uma equipe de futebol (Vogel, 1982).

Pouco depois de um dos jogos que enfrentaram o Uruguai e o Brasil pelas pre-classificatórias da Copa Mundial de Futebol 2002 (jogo que o Uruguai ganhou por um tento a zero), o prefeito de Rivera afirmou: “*sólo en ese momento hay un corte en la gran fraternidad entre Rivera y Santana*”. Acontece que o futebol, ou o momento do futebol, não é um momento em absoluto irrelevante. Um jogo de futebol entre o Uruguai e o Brasil põe de frente riverenses e santanenses através de manifestações populares;

“*ellos vienen para acá, nosotros para allá, todos se conocen pero cuando juegan al fútbol ya no se conocen más*”, (comerciante).

De fato, quando o *brasileiro* joga futebol, transforma-se em *macaco*⁹⁹ ou, com menor freqüência, em *brazuca*¹⁰⁰.

⁹⁹ Ribeiro reserva a expressão *macaquito* para os momentos de choque agudo de estereótipos, como, por exemplo, quando as seleções de futebol se enfrentam (Ribeiro, 61:2002).

¹⁰⁰ Também se usa esta denominação, com sentido pejorativo, para os camponeses brasileiros na Argentina (Sprandel, 2002).

Os jogos de futebol entre as seleções nacionais uruguaia e brasileira são motivo principal de confrontação entre as populações de ambas as cidades, especialmente, os jogos de futebol que fazem parte de Copas Mundiais. Nestas ocasiões, a fronteira urbana entre as cidades de Livramento e Rivera é fechada militar e policialmente.

Cardoso de Oliveira, conhecendo alguns destes fenômenos da fronteira de Rivera e Livramento através do trabalho de Mazzei (2000), entende que os jogos de futebol podem desempenhar uma função ritual, expressando simbolicamente conflitos potenciais; “tales hechos son los resultados de tensiones que existen en la situación de frontera y que – entiendo - son expresadas por medio de manifestaciones de este tipo que, a su vez, pueden ser interpretadas como modalidades de administración simbólica de conflictos potenciales fronterizos” (Cardoso de Oliveira en Grimson, 2000a: 328). No próximo capítulo aprofundaremos estas considerações.

4.3 o uruguaio riverense

Para o santanense, o uruguaio reúne uma série de atributos considerados positivos e vinculados a modos de comportamento na relação comprador-cliente. O que se reconhece no riverense é um “*jeito para tratar*” que responde aos modos e formalidades usados na comunicação; “*tocou o pé e já está-se disculpando*”, “*delicados*”, “*educados*”, “*mais correto*”; “*não é só comércio, se não tem fica conversando*”, “*comunicativo*”, “*gentis*”; “*aceita tudo*”, “*simples*”, “*humildes*”, “*comportados*”.

O relato que segue, de uma vendedora ambulante brasileira da *linha*, mostra alguns dos sentidos que estes termos podem ter nesta fronteira: “*eu prefiro muito mais trabalhar com o uruguaio do que com o brasileiro, sinceramente ... eles são bem mais comportados com a gente para comprar do que o próprio brasileiro. O brasileiro, eu sou brasileira, até faço mal em falar isso, mais essa boneca é 5 reais, ele te diz assim o.. ‘eu te dou 3 e levo’, e o uruguaio ele é diferente, ele não faz isso aí com a gente, ele assim o.. ‘yo tengo tanto, ¿me vas a hacer un precio?’. Sim, ta, então no meu ramo eu ainda*

prefiro trabalhar com uruguaio e não com brasileiro, pra mim é uma diferença eh, nesse sentido, porque todo uruguaio, ele chega e disse assim o 'yo no tengo tanta plata, ne, haceme un precito', aí se eu posso fazer eu faço, mas o brasileiro te impõe, 'eu tenho 3, te dou 3' e já quer levar por ele, ele chega e já põe um preço sobre a mercadoria, então não gosto, é serio".

Certas formas de educação no trato com o *outro* são também destacadas pelos uruguaiois que, neste sentido, identificam nos brasileiros uma atitude agressiva, grosseira e mal-educada: *"los brasileiros que vienen acá tratamos de correrlos porque son así (gesto de pão duro), no te compran y te dicen 'jah, lá do outro lado tá muito mais barato, vocês aqui tão roubando!"*, camelô;

"o brasileiro nunca tu vai pasar...nós comemos aqui... o brasileiro nunca vai passar e vai dizer 'bom proveito'. O uruguaio, que nunca tu ve, nunca conheça nem saiba quem tu é, ele passa 'buen provecho', 'buen provecho', sempre, sempre", jovem camelô uruguaia;

"son educados porque si vos le vendés un cassette, una mercadería que él anda buscando el uruguayo va y te dice 'muchas gracias', 'disculpe la molestia' o algo, te viene a cambiar la mercadería que está rota, 'muchas gracias', 'disculpe la molestia', aí viene el brasileiro 'yo vim a trocar este porque está quebrado, não presta' o 'esta porcaria que vocês vendem', ¿te das cuenta?, es una grosura", camelô.

Os santanenses também reconhecem nos riverenses uma série de características relacionadas com um modo de ser. Os riverenses são *"clássicos", "discretos", "tímidos", "formais" e "conservadores"*¹⁰¹, identificando-se como uma pessoa amável e afável, *"a gente mais amiga"*.

¹⁰¹ Alguns dos sentidos do termo conservador podem se perceber a partir de expressões como; *"eles nascem brancos e morrem brancos"* (referindo-se ao vínculo político partidário), ou *"só se lembram da copa do '50"*.

4.4 autopercepção de riverenses e santanenses

O santanense comparte vários dos estereótipos definidos pelo uruguaio e o mesmo acontece em sentido inverso. O santanense é, para si mesmo, alegre, divertido, exagerado, moderno¹⁰², elegante e liberal, enquanto o riverense se reconhece “*más amargado*”, “*más quieto*”, reservado, clássico, sério e menos expressivo.

Além disso, o uruguaio se define como “*más vivo*”, inteligente, “*más culto*”¹⁰³ e com “*otros valores*”. Esta confusa série de valores, condutas e comportamentos, que o riverense se orgulha em conservar, também é reconhecida pelos santanenses: “*esse pessoal que foi criado mais no Uruguai, embora sendo brasileiro, mas criado mais no Uruguai, eles têm uma mentalidade diferente...têm valores diferentes de comportamentos, de condutas no Uruguai e no Brasil...no Uruguai o homem é mais responsável com a sua família, o brasileiro ele tem filhos, tem dez filhos, não paga a pensão alimentícia pra nenhum...a família, o conceito de família, a família uruguaia ela é bem diferente da família brasileira...hoje não tem mais aquele pensamento, aquela organização familiar de responsabilidade, e isso a gente nota muito no comportamento de nossos jovens...não têm mais aquele respeito pelos pais, a gente nota que os uruguaios ainda preservam muitos valores que aqui a gente não tem mais...no Uruguai as professoras continuam sendo maestras e ninguém virou tia do aluno...*”, (juíza de paz Livramento).

¹⁰² Quando Ribeiro analisa as imagens mais freqüentes de argentinos e brasileiros, investiga diversos aspectos da formação dos Estados-nação no Brasil e na Argentina (particularmente com relação aos movimentos criados pelas fronteiras econômicas em expansão). O autor descobre outros modos de representar estes dois países; “o brasileiro seria alegre e voltado para o futuro, enquanto o argentino seria nostálgico e voltado para o passado”. Para explicar estas últimas imagens desenvolve um argumento histórico-sociológico que finaliza com a comparação das capitais federais de Brasília e Buenos Aires; “Brasília, cidade modernista, interiorana, desenhada com a arquitetura vanguardista de Oscar Niemeyer e a promessa socialista de Lúcio Costa, deveria corresponder a um suposto novo projeto de Estado-nação. Sua beleza arquitetônica, remete ao futuro, a uma afirmação sui generis, ousada, daquilo que os brasileiros, sempre eternamente deitados em berço esplêndido, esperavam do porvir (...) os brasileiros construíram ‘a capital do futuro’, ‘a capital da esperança’, com inusitadas formas de arquitetura e soluções urbanísticas, como a dizer ‘nós somos a modernidade’” (Ribeiro, 2002; 246).

¹⁰³ “*el uruguayo tiene un grado de cultura y de aceptación de lo cultural superior al brasilero...*”; “*el uruguayo tiene más profundidad, tiene más cultura, agarrá una emisora de radio, aquí te ponen pagode, sólo lo folklórico y nosotros, no te digo que no tengamos, pero hacen música de protesta también, aquí la bunda de la mulher, não sei o que, hasta en la música se ve, es más perezosa, mas do jeitinho não me importa*”.

Assim colocados, os componentes de alguns dos estereótipos de uruguaios e brasileiros se resumem segundo se indica na tábua Nro. 1.

TÁBUA Nro. 1

Estereótipos de uruguaios e brasileiros comparados com as idéias que uruguaios e brasileiros têm de si mesmos.

Estereótipo público do uruguaio	Autopercepção dos uruguaios
Tímidos	Amargados
Tristes	Tristes
Cultos	Cultos
Educados	Educados
Formais	Reservados
Conservadores	Pouco expressivos (sérios)
Discretos	Inteligentes
Antiquados (fora de moda)	Dóceis
Humildes	Com outros "valores"
Gentis, amistosos	Recatados
Patriotas	Etc.

Estereótipo público do brasileiro	Autopercepção dos brasileiros
Alegres	Alegres
Divertidos	Divertidos
Ignorantes	Cultos
Sem princípios ou escassa moral	Modernos
<i>Lucidos</i>	Elegantes
Arrogantes	Liberais
Patriotas	Patriotas
Fanáticos	Exagerados
Liberais	Decididos
Modernos	Etc.
Traiçoeiros	
Decididos	

4.5 conclusões preliminares

Os estereótipos públicos do brasileiro santanense e do uruguaio riverense são construídos a partir de uma série de atributos que refletem determinados julgamentos e valores sobre o *outro*, e que se relacionam com um processo mais geral de relação com o *outro*, “que envolve identificação, pertencimento, coesão interna e relações entre grupos que pressupõem concepções sobre o ‘nativo’ e o ‘estrangeiro’ implicando num processo de estereotipia que apresenta diversos níveis, da aldeia vizinha às nações” (Maciel, 1995: 172). Como assinala Maciel, os estereótipos são construções reducionistas e simplificadoras que designam determinados modos de ser e atuar, e na medida em que operam com generalidades, eliminam a singularidade levando a (pré) julgamentos que se refletem nas relações e nas comunicações entre os grupos envolvidos (Maciel, 172).

No presente capítulo, mostramos algumas das imagens que riverenses e santanenses têm uns dos outros, no que se refere, especialmente, ao âmbito de interação cotidiano, como é a área comercial da *linha*. Neste contexto, os estereótipos públicos de riverenses e santanenses marcam diferenças e estabelecem uma série de distinções.

Antes, afirmamos que os estereótipos ou representações que riverenses e santanenses têm desta fronteira e de si mesmos acabam influenciando no conteúdo das interações. Neste sentido, mostramos que, nesta fronteira, o mundo se divide em dois, atribuindo-se a cada parte uma série de valores que determina que coisas são melhores ou piores, onde e por quê. A população deste lugar resolve agir, comprar, dançar ou passear em função destas representações que categorizam suas ocupações cotidianas. Nesta mesma direção, que podemos afirmar sobre as relações ou interações cotidianas com os *outros*?

A existência da série de estereótipos que mostramos, assinalam determinados modos de ser e de atuar tal como são imaginados por estas comunidades de fronteira. A maioria dos termos usados para descrever os santanenses (termos como *ignorantes, sem princípios, lucidos, arrogantes,*

traíçoeiros, liberais ou *fanáticos*), têm uma senha negativa, um signo de menos, estigmatizando o grupo. Em contrapartida, os termos usados para descrever os riverenses não têm essa senha negativa (excetuando termos como *conservadores, tristes* ou *antiquados*).

Existe um estudo que analisa atitudes e comportamentos lingüísticos das sociedades de fronteira Brasil/Argentina e Brasil/Uruguai¹⁰⁴, que, em Rivera, descobre uma avaliação positiva do próprio grupo maior do que a correspondente avaliação feita por alunos de Santana, e as próprias atitudes dos brasileiros seriam mais favoráveis aos uruguaios (como também o mostrariam as características do estereótipo público riverense definida pelos santanenses). Observações que coincidem com a crença popular que estabelece que os brasileiros gostam mais dos uruguaios do que em sentido inverso; “*nós gostamos mais do que os uruguaios gostam dos brasileiros*”, “*mais do que eles de nós*”.

Não obstante, junto com estes dados, temos que lembrar também que grande parte das famílias desta fronteira tem integrantes de ambas as nacionalidades (segundo mostramos no capítulo 2), e que a porcentagem total de matrimônios mistos para a cidade de Rivera é de 16,5% (para o período que vai de janeiro até setembro de 2000). De fato, a mulher santanense é uma mulher “desejada” pelos riverenses que a descrevem com termos como “*bonita*”, “*fgoza*” e “*liberada*”, e na porcentagem de matrimônios mistos citada, em 82% dos casos a mulher é brasileira, enquanto o homem é uruaio.

Como mencionamos no começo, nesta fronteira política os atores fronteiriços estão em permanente contato com o *outro* através de seu limite respectivo, e alguns dos estereótipos públicos de riverenses e santanenses mostram formas de classificar o *outro*, formas de estigmatizar o *outro* e, fundamentalmente, formas de definir o *outro*. O que mostram as imagens sobre riverenses e santanenses e o uso destas imagens é o reconhecimento do *outro*

¹⁰⁴ Göz Kaufmann 1998, inédito. O autor desenvolveu um teste de linguagem escrito que apresentou a estudantes das escolas de segundo grau nas cidades de Brasil (Santa Vitoria, Chuí, Santana, Uruguaiana e São Borja), Uruguai (Chuy, Rivera) e Argentina (Paso de los Libres, Santo Tomé) com o objetivo de avaliar a competência lingüística em espanhol e

como tal. Neste sentido, a produção de estereótipos é também uma forma de estabelecer limites entre *nós* e *eles*.

Como assinala Ribeiro, os modos de representar coletividades se baseiam geralmente em estereótipos, em reduções das características e diferenciações internas de um determinado grupo social complexo e, por definição, heterogêneo; “são, portanto, modos de construir homogeneidade, histórica e circunstancialmente estabelecidos” (Ribeiro, 2002: 237). Estes modos de representar coletividades podem dividir-se em duas facetas muito relacionadas e vinculadas com processos de construção de identidades; “a primeira são os ‘modos de representar *nosso* pertencimento a uma unidade socio-político-cultural’. Diz respeito tanto a como indivíduos se identificam com um determinado grupo, de tamanho e atribuições variáveis, e definem que dele participam, quanto, inversamente, a como determinados grupos definem a participação legítima de determinados indivíduos em uma coletividade designada por um mesmo epônimo. A segunda faceta são os ‘modos de representar o pertencimento dos *outros* a outras unidades sociopolíticas e culturais’ e dizem respeito a como indivíduos e grupos representam todos os outros indivíduos e grupos diferentes deles” (Ribeiro, 2002: 237).

Agora, quem desempenha o papel principal como regulador dos modos habituais de representar pertencimento junto com a relação território/cultura/população?. O Estado moderno, um dos agentes mais importantes de identificação e categorização, ou uma fonte poderosa de significados, segundo lembra Hall (2002).

Dizem que os “brasileiros” são alegres, sensuais e modernos, enquanto os “uruguaios” são gentis, educados e tristes, entre alguns de seus atributos mais populares. Este jogo de imagens, que aparece nos meios de comunicação e também nos discursos oficiais, relaciona-se estreitamente com o que Ruben identifica como definição social da nacionalidade ou identidade nacional ou cultura nacional (Ruben, 1987).

Freqüentemente, a definição social da nacionalidade ou identidade ou cultura nacional, consiste na formulação de uma série de atributos, características, costumes e condutas que constituiriam o núcleo central e específico de cada nacionalidade. Todas estas denominações, “possuem, em comum, o fato de serem constituídas por uma única fórmula que reúne características das mais variadas naturezas. Dentro delas são mencionados atributos tão diferentes como: dietas alimentares, formas de constituição familiar, crenças e costumes, religião, emprego de uma língua comum, e até uma certa padronização de comportamentos psicossociais de todos e cada um dos sujeitos pertencentes a uma mesma nacionalidade (...)” (Ruben, 1987: 69).

Segundo esta visão, a definição social da nacionalidade é também o estabelecimento de um conjunto de atributos particulares e únicos, resultado de uma construção histórica que tem uma presença real na sociedade e constitui um processo social em permanente reconstrução (idem).

Como lembra Hall, uma cultura nacional funciona como um sistema de representação; “as identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da *representação*. Nós só sabemos o que significa ser ‘inglês’ devido ao modo como a ‘inglesidade’ (*Englishness*) veio a ser representada – como um conjunto de significados – pela cultura nacional inglesa” (Hall, 2002: 48, grifos do autor). Uma cultura nacional é um discurso, um modo de construir sentidos que influi e organiza nossas ações e a concepção que temos de nós mesmos (idem).

As identidades nacionais (um jogo de imagens) oferecem tanto a condição de membro de um Estado-nação como uma identificação com a cultura nacional, permitindo que todos os membros de uma nação se reconheçam (*se identifiquem*) neste conjunto de atributos e, por outro lado, permitem estabelecer diferenças e contrastes com outras nacionalidades (Ruben, 1987: 69)¹⁰⁵. É possível pensar nas identificações nacionalistas como

¹⁰⁵ Neste sentido, a identidade freqüentemente se consubstancia em “caráter nacional”, distinguindo-se, sobretudo, pela sua permanência; “seja na sua versão antropológica, seja na filosófica, ela é concebida como um ‘ser’, algo que verdadeiramente ‘é’, que possui um contorno preciso, podendo ser observada, delineada, ou determinada dessa ou daquela maneira” (Ortiz, 1994: 73).

uma forma específica de identidade coletiva (Löfgren, 1989) ou uma etnicidade politizada (Donnan e Wilson, 1994).

Os estereótipos sobre uruguaios e brasileiros, na fronteira de Rivera e Santana, mostram como riverenses e santanenses são imaginados ou representados por estas comunidades de fronteira. Nestas formas de representar o *outro* (e a *nós* mesmos), temos que reconhecer o papel do Estado como um poderoso identificador ou regulador, no sentido de Brubacker e Cooper (2001), ou produtor de sentidos ou significados, segundo Hall (2002). E não só em relação às formas ou conteúdos das imagens sobre o *outro*, mas, fundamentalmente, em relação à existência de *outro* diferente de *nós*; porque o Estado não só estabelece fronteiras geopolíticas, também fronteiras culturais, sendo uma das características do Estado moderno a fusão do cultural e do político (Todorov, 1991).

As nações se convertem em formações culturais, como explica Löfgren (1989)¹⁰⁶, e as culturas nacionais produzem sentidos sobre a nação, sentidos com os quais podemos nos identificar, que constroem identidades; “esses sentidos estão contidos nas estórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas” (Hall, 2002: 51).

A produção de imagens sobre uns e outros, sobre *uruguaios* e *brasileiros* (sobre os membros de um Estado-nação em contraste com outros membros de outro Estado-nação), é uma das estratégias de representação usadas para construir nosso sentido comum sobre o pertencimento ou a identidade nacional. Como lembra Hall, existem diversas estratégias para contar a narrativa da cultura nacional que procura unificar os membros de um

¹⁰⁶ O autor apresenta a ideologia do nacionalismo “as a gigantic do-it-yourself kit. Gradually a set of ideas is developed as to what elements make up a proper nation, the ingredients which are needed to turn state formations into national cultures with a shared symbolic capital...every nation should have not only a common language, a common past and destiny, but also a national folk culture, a national character or mentality, national values, perhaps even some national tastes and a national landscape (often enshrined in the form of national parks), a gallery of national myths and heroes (and villains), a set of symbols, including flag and anthem, sacred texts and images, etc” (1989: 40).

Estado-nação em uma identidade cultural¹⁰⁷ para representar a todos “como pertencendo à mesma e grande família nacional” (Hall, 2002: 59).

As imagens que riverenses e santanenses têm de si mesmos e do *outro*, também estabelecem fronteiras culturais que não são fáceis de atravessar; “*eu sou eu, Uruguai é Uruguai*”, “*o brasileiro não precisa pegar o jeito uruguaio*”, “*eles querem usar nossas cores e não sabem*”.

Por outra parte, também neste sentido, a vinculação entre uns e outros é descrita como um fato *inevitável*. Nesta fronteira, riverenses e santanenses se relacionam cotidianamente em diversos âmbitos, e essa relação não deixa de se descrever como uma relação necessária, dependente e, acima de tudo, *inevitável*. Porque, uma vez mais, as coisas não deveriam ser deste modo, pelo contrário, “*ellos allá y yo acá, si era posible no compraba nada del otro lado tampoco*” e “*se tivesse um muro, muito melhor*”. O muro não existe, mas se imagina, e quem dá poder e fundamentos a essa imaginação é o Estado.

~

¹⁰⁷ “*identidades culturais* – aqueles aspectos de nossas identidades que surgem de nosso ‘pertencimento’ a culturas étnicas, raciais, lingüísticas, religiosas e, acima de tudo, nacionais” (Hall, 2002: 8, grifos do autor).

capítulo 5

**“las más hermanas de todas las fronteras del mundo”.
integração, cultura e identidade na fronteira uruguaio-
brasileira.**

*Santana do Livramento,
amo tua fronteira privilegiada,
única no mundo.
Amo esse teu eterno abraço com Rivera,
essa fusão de solo uruguaio e brasileiro,
Amo tua linha divisória, tão sinuosa,
onde cada marco é um altar,
no qual duas pátrias livres
rezam o credo da Fraternidade
Universal.
Alma Doris, poeta santanense.*

“Acá no hay muros, ni piquetes de guardias armados, tampoco hay alambradas electrificadas, nadie exige la exhibición de documentos de identidad o pasaportes, y en los edificios de ambas aduanas los respectivos guardas, plácidamente sentados en la puerta, están más pendientes de las horas que faltan para que alguien los releve, que al transitar de los que atraviesan la frontera, con olímpica despreocupación, llevando un paquete en la mano”, (Zas Recarey, 1987: 35).

O discurso da irmandade ou fraternidade, que mostra uma versão romântica e essencialista das relações entre comunidades de fronteira, também está presente na *linha* onde a descrição das relações entre riverenses e santanenses adota discursos “quase idílicos”, como menciona Hensey em seu trabalho (1972), lembrando duas citações, uma da enciclopédia de municípios brasileiros do IBGE (referida ao estado do Rio Grande do Sul), e a segunda publicada no jornal “El País” de Montevideú;

“Predestinadamente (Livramento e Rivera) são duas cidades que se confundem e se irmanam, sentindo as mesmas emoções de alegria ou de tristeza, entrelaçando-se na linguagem universal do sentimento humano...povos de grandes afinidades...os fronteiriços são una mescla de raça descendente de velhos caudilhos das duas pátrias”;

“Los brasileños de Livramento tenemos algo de uruguayos...cada vez que vamos a otras ciudades del centro del Brasil nos tildan de ‘uruguayos’...Nuestros hermanos riverenses tienen como símbolo de amistad fronteriza, la plaza principal con el nombre de Barão de Rio Branco y allí no falta jamás, en los actos patrios, el pabellón de Brasil” (citado em Hensey, 1972: 14).

Segundo este discurso, Rivera e Livramento são irmãs e *“unidas por uma linha imaginária, dão demonstração ao mundo de que a paz é possível, por isso são conhecidas como “Fronteira da Paz” ou “Las más Hermanas de todas las fronteras del mundo”* (em mapa turístico de Livramento, nosso sublinhado). O limite político é um limite imaginário, e em lugar de dividir as cidades, as une, *“unidas por uma linha imaginária”*.

Sem dúvida, nesta fronteira, as características do limite político entre os Estados nacionais são singulares e, em parte importante, também excepcionais (como explicamos no primeiro capítulo); a ausência de estruturas físicas de controle do Estado na área física do limite político e a literal invasão de gente no limite urbano, promovem uma concepção de integração, de união e de ausência de conflitos na vinculação da população de ambas as cidades.

Para Grimson, é um elemento característico de muitas zonas fronteiriças a presença de um discurso nativo, *“un mito compartido por muchos de sus habitantes que dice que ‘la frontera no existe’, que ‘estamos integrados desde siempre’”* (Grimson, 2000a: 29). Como afirma o autor, o problema se coloca quando os investigadores assumem este discurso, que impede revelar como a fronteira *“no existe para algunas cosas y sí existe para otras. Así, mientras los actores usan cotidianamente la frontera para adquirir mercaderías a mejor precio, una gran parte de los conflictos sociales es enunciada en un lenguaje nacional que alude a defender el territorio, la soberanía y la nación”* (idem: 29, grifos do autor).

Examinemos o discurso da irmandade ou integração nestas cidades, tentando identificar algumas de suas características e conteúdos, assim como também suas prováveis origens ou sustentos.

5.1 *nosotros no vivimos en Rivera, sino en Rivera y Santana. fronteras irmãs, fronteiras integradas*

Certamente, estes territórios têm sido submetidos, cultural e historicamente, a influências recíprocas. Durante muito tempo, os territórios riograndenses foram invadidos por elementos “castelhanos”, enquanto que, mais recentemente, esta corrente inverte seu sentido (Pi Hugarte e Vidart, 1969). O interesse econômico provocado pelo auge do gado chimarrão, e o político pelo controle das grandes linhas fluviais, deram impulso ao projeto português, logo brasileiro, de ampliação dos limites meridionais (idem). O foco de expansão humana localizou-se em São Paulo, e dali, os *baindeirantes* levaram suas expedições a Rio Grande; à medida que acrescentava-se a população, junto com os avanços militares, continuou a penetração para o Sul de populações brasileiras e a ocupação dos campos por fazendeiros daquela origem; “el límite de esta corriente humana, económica y cultural, parece haber sido el Río Negro” (idem, 42). Neste sentido, a fronteira uruguaio-brasileira é concebida não só como uma extensão de limites, “mas como uma área de interação, de interdependência e de complementariedade” (Bleil de Souza, 1995).

Este processo histórico permite afirmar que o Uruguai, próximo à linha de limites, “es una prolongación de nuestro gigantesco vecino del norte: utiliza su lengua y su cultura y, desde el punto de vista étnico, presenta una innegable homogeneidad con la zona contigua del estado de Río Grande do Sul” (Marsilio, 1969: 39). Esta afirmação se fundamenta nas principais características da vida econômica da região fronteiriça e riograndense, baseada na pecuária extensa, que, durante os séculos XVIII ao XIX, teriam levado ao surgimento de uma modalidade cultural, “cuyos rasgos y complejos son substancialmente idénticos: tecnología, vivienda, indumentaria, valores, costumbres, diversiones y creencias responden a la base proporcionada por las actividades pecuarias” (Pi Hugarte e Vidart, 1969: 44).

As expressões do deputado brasileiro de São Paulo, no século XIX, encontram eco nestas afirmações: “*Veo, señores representantes, que tenéis una idea muy equivocada del poder y de los recursos del Imperio: vosotros creéis que allá en la línea o divisoria material del Yaguarón adonde termina el*

imperio de nuestras leyes, al pisar a la otra banda y pasar al territorio que se dice la República Oriental, creéis que vais a encontrar al otro lado de la divisoria material un pueblo completamente distinto de lo que se llama Imperio del Brasil; ¡pero es preciso que sepáis que felizmente no es así! Al pasar al otro lado del río Yaguarón, señores, el traje, el idioma, las costumbres, la moneda, los pesos, las medidas, todo, todo, señores, hasta la otra banda del Río Negro, todo, todo, señores, hasta la tierra: todo es brasilero” (Simões et al., 1970: 19).

Foi precisamente para evitar a crescente influência brasileira sobre a região fronteira uruguaia, que se fundaram, entre 1853 e 1862, cidades uruguaias frente às brasileiras já existentes na linha fronteira. Uma vez fixados limites concretos entre os Estados nacionais, se iniciaram toda uma série de dispositivos culturais e simbólicos (Wilson e Donnan, 1998). De fato, como afirma Grimson, a fronteira política é a “linha de base” da produção de diacríticos mais que o resultado de alguma objetividade cultural prévia, desde ali se criam e produzem distinções (Grimson, 2000a: 31).

Existem grande quantidade de espaços povoados onde as diferenças só são produzidas pela fronteira e tudo o que ela implica: sistemas escolares, regimentos, meios de comunicação, condição de estar afetados por uma economia e uma política “nacionais”, “(...) la instauración de la frontera es una transformación del marco de significaciones y acciones de esas poblaciones” (Grimson, 2000a: 30).

A fundação de Rivera frente ao povoado de Livramento dispara uma série de ações do Estado uruguaio na fronteira política uruguaio-brasileira. Sem deixar de reconhecer a existência de numerosos circuitos de intercâmbio, códigos e histórias compartilhadas nesta região, não é possível ignorar os efeitos materiais e simbólicos que implicou a fixação de limites políticos entre os Estados-nação.

Como assinala Chasteen, a presença do Estado foi inerente às instituições urbanas: escolas, igrejas, jornais, etc¹⁰⁸ (Chasteen, 2002). As redes de comunicações usadas pela gente da cidade tinham também uma tendência nacionalista, a maior parte do tempo os jornais da fronteira se concentravam estritamente nas notícias nacionais; os editores fronteiriços se consideravam a si mesmos expoentes da cultura nacional (idem).

A imagem de juxtaposição cultural, tão freqüente nos discursos antropológicos para as regiões de fronteira, representa uma ausência de esforços no estudo do papel do Estado na vida cotidiana das populações fronteiriças ao subestimar as conseqüências materiais da ação do Estado sobre as populações locais (Wilson e Donnan, 1998).

O discurso da irmandade ou integração entre Rivera e Santana não só esquece as ações dos Estados nacionais, como as anula especificamente. Um aspecto central deste discurso é a sua indiferença às linhas divisórias ou limites políticos:

“a população fronteiriça integra-se através das relações sociais e comerciais, independentemente dos limites entre os Estados” (Lima Albornoz, 2000: 147);

“espacios como el de Rivera-Santana identificados con un patrimonio socio-cultural tejido por intercambios fronterizos en cuya cotidianeidad los límites de ambos Estados nacionales estan por fuera de las relaciones sociales y más aún, éstas en su esencia se definen por trascender las formalidades de lo bi-nacional” (Mazzei, 2000: 8).

Sem dúvida, a cotidianeidade da população desta fronteira tem especiais particularidades pelo fato de se desenvolver, precisamente, numa fronteira política, mas é muita e complexa a distância entre este último reconhecimento e a rejeição dos efeitos e ações dos Estados nacionais sobre a população, ou a

¹⁰⁸ “Además, los pueblos uruguayos y riograndenses tenían aspectos que diferían entre sí desde el punto de vista arquitectónico, como se podía observar incluso en la línea que separaba a Santana do Livramento, de Rivera: la de Santana do Livramento, hecha con yeso y encalada; la de Rivera, construida con la misma piedra pero sin yeso ni pintura” (Chasteen, 2002: 75).

afirmação de uma prática de integração por outra parte muito questionável (como veremos nas seguintes seções)¹⁰⁹.

A regionalização histórica do Uruguai, junto com as peculiaridades geográficas e sociais das regiões de fronteira durante os séculos XVIII e XIX, promovem a concepção atual de uma *“região homogênea e de relacionamentos (...) numa fronteira marcada pela integração e pelo intercâmbio. (...) De povoamento tardio em relação às outras regiões do Rio Grande e do Uruguai, com a mesma forma de produção de pecuária extensiva, distantes dos centros de decisão, Santana e Rivera aproximaram-se tanto física como espiritualmente, formando uma conurbação, quase que uma única cidade, com duas nacionalidades, ou uma cidade binacional. Nesta época em que os blocos econômicos e as integrações continentais são uma característica de modernidade, esta região adiantou-se na prática da integração econômica, comercial e social”* (Lima Albornoz, 2000: 13-14).

A partir desta perspectiva, as cidades de Rivera e Santana estão integradas econômica, comercial e socialmente. São exemplos de *“verdadeira integração”* os serviços públicos de luz e água que, em ocasiões, podem funcionar simultaneamente em ambas as cidades, os carros que numa época se conheciam como *doble chapa* (dos quais falamos antes), os bombeiros, a participação de forças militares em atos públicos comuns, a atenção à saúde que fica à escolha do usuário (numa ou outra cidade) e o intercâmbio de trabalhadores (Simões, 1970):

¹⁰⁹ O discurso da irmandade ou integração tem um vigor não dimensionado. Lima Albornoz comparte este discurso e o apresenta numa investigação histórica sobre o frigorífico Armour em Livramento. Em seu trabalho, surge em forma ilustrativa o papel histórico das cidades de Rivera e Livramento como o Uruguai e o Brasil (isto é, como cidades-Estado), ao explicar, por exemplo, por que os industriais salgadores uruguaios resolveram se instalar em Livramento por problemas políticos em seu país ou por que um dos principais jornais de Livramento da época imprimia-se em Tacuarembó (Uruguai), distante 100 km. de Rivera. Isto é, coisas e fatos provocados por ações dos Estados nacionais que faziam as relações de *“integração”* entre ambas as cidades. Porém, a partir do discurso construído nesta região, esta não é uma leitura possível, e a integração é demonstrada pelo fato de que o capital da salgadeira em Livramento era uruguaio, o trem também e a língua falada no frigorífico era o espanhol; fatos que mostram uma *“mentalidade aberta aos estrangeiros”* ou uma *“mentalidade de convivência e integração”* (Lima Albornoz, 2000: 70 e 147). Desta forma, não se questiona nem se explica, como algumas das conseqüências das ações dos Estados nacionais, por que o capital da salgadeira de Livramento era uruguaio, o trem também e por que se falava espanhol num frigorífico brasileiro. Neste sentido, como assinala Grimson, *“la versión romántica de la unidad esencial de los pueblos fronterizos pretende imponer su propia valoración etnocéntrica a los sentidos prácticos*

“Nosotros no vivimos en Rivera, sino en Rivera y Santana. A nadie le extraña aquí que plazas, calles y avenidas, monumentos, un obelisco, una fuente luminosa, sean mitad uruguayas, mitad brasilera. Estamos habituados a esta manera de ser internacional. Distintas instituciones pertenecen a los dos países. Distintos servicios públicos son o en ciertas épocas han sido internacionales. El transporte urbano, la escuela del niño lisiado, el Club de Leones Rivera-Livramento, el automotoclub Rivera-Livramento; varios otros. Falta energía eléctrica en Rivera; se conecta un cable con Santana; falta agua en Santana se conecta un caño con Rivera; hay un incendio en una de las dos ciudades, acuden los bomberos de las dos” (Rodríguez Navarro, 192).

Em geral, os argumentos usados para exemplificar a integração entre as cidades e a sua gente se relacionam com o dia-dia, ou o que identificamos como interação cotidiana (questão que desenvolvemos na próxima seção). No caso das instituições do Estado e as políticas institucionais entre as cidades, são outras as histórias.

Por exemplo, na área educativa não existem diálogos institucionais entre os sistemas educativos de ambas as cidades; as escolas são “autônomas”, segundo foi indicado por uma autoridade educativa de Livramento. O diálogo entre as escolas e os professores é esporádico e o pessoal, limitado a atividades públicas de difusão ou divulgação, técnicas de trabalho, intercâmbios cívicos ou competências diversas. Como tem sido destacado em outra parte (Trindade et al., 1995; Lehnen et al., 1990), no plano formal, os sistemas de educação são bastante diferenciados entre os dois países, enquanto que no Uruguai se destaca um maior controle e centralização, no Brasil as propostas pedagógicas são mais flexíveis em todos os níveis de decisão do ensino de 1º e 2º grau.

Nossas observações concordam com o assinalado por Trindade et al., que mostram a falta de contato entre os professores das escolas de fronteira, “fato estranho, já que os problemas delas, resguardadas algumas diversidades, são os dois lados de uma mesma moeda” (Trindade et al., 1995: 83). A falta de

y los intereses materiales y simbólicos que la nación y la frontera tienen para los agentes locales” (Grimson, 2000b: 3).

contato se atribui ao discurso assimilador uruguaio que produziria um efeito de isolamento dos professores com respeito à realidade regional “e não permitiria, pelo menos por enquanto, um relacionamento binacional” (idem).

Porém, a ausência de diálogo ou vinculação institucional entre ambos os sistemas educativos não impede que a atividade entre as escolas uruguaias e brasileiras seja definida como “*muy armónica*”. Por outra parte, que não exista um diálogo institucional não significa a ausência de outros tipos de diálogos ou comunicações entre as mesmas (isso sim, independentes de políticas institucionais instrumentadas desde ambos os Estados nacionais). Segundo nossos dados, a porcentagem de crianças de origem brasileiro que assiste às escolas primárias públicas uruguaias poderia se estimar em 15%, algo similar aconteceria em sentido inverso. De fato, as crianças e os jovens da fronteira parecem dividir a sua educação (seja a nível primário, secundário e/ou terciário), em instituições de ensino uruguaias e/ou brasileiras.

Também o diálogo institucional entre as prefeituras de ambas as cidades, tão desejado e promovido pelos políticos locais, está a maior parte do tempo ausente. Apesar das numerosas propostas de coordenar trabalhos conjuntos, os resultados são escassos.

Durante nosso trabalho de campo, tivemos a oportunidade de assistir a um ilustrativo caso anedótico. A prefeitura de Santana emitiu uma resolução que obrigava aos motoristas a usar capacetes. Em poucos dias, Rivera foi obrigada a adotar a mesma medida, pois os motoristas circulam em ambas as cidades. O resultado final em Rivera e Santana foi o mesmo, porém, através de caminhos institucionais diferentes.

Que o resultado final tinha sido o mesmo, revela como muito do que acontece numa cidade repercute na outra; não obstante, isto não significa necessariamente que as cidades estejam integradas; em realidade, forma parte de algumas das cotidianas conseqüências da proximidade física de duas cidades-Estado¹¹⁰.

¹¹⁰ A integração se converte numa idéia discutível quando cidades, que se encontram no mesmo paralelo, apresentam uma diferença horária. Rivera e Livramento têm câmbios horários, segundo as disposições oficiais, com atrasos ou adiantamentos de uma hora durante as estações de inverno e verão. Deste modo, em certas épocas do ano, enquanto uma das cidades vive uma hora, a outra vive uma hora diferente, o que provoca que até as horas

5.2 a interação cotidiana

*Yo te canto, también, santana viejo,
- grata ciudad de mi ciudad hermana –
pues vivo unido a ti por un añejo
amor que data de mi edad temprana.*

*Al igual que en las calles de Rivera
Viví en las tuyas los primeros años,
y prodigué mi juventud primera
en unos como en otros aledaños.*

(...)

Santana Viejo.

Olyntho María Simões, 1963.

Que uruguaio não caminhou pelo centro de Livramento e que brasileiro não passeou pela avenida Sarandí de Rivera; que família brasileira não tem algum conhecido uruguaio e que família uruguaia não tem alguma amizade com brasileiros; que riverense não falou em português e que santanense não usou alguma vez o espanhol com algum propósito diverso...esta é uma lista que poderia continuar indefinidamente, abarcando todos os pequenos fatos cotidianos que ocupam a vida das pessoas desta fronteira e que se fazem tanto numa cidade como na outra.

Como assinala Schäffer (1993), a convivência cotidiana é o ponto mais citado como elemento de integração; a população de ambas as cidades se vincula pessoal e institucionalmente (seja através das escolas, os clubes ou outras instituições), e em forma recíproca.

A estrutura mista das famílias da fronteira, muitas vezes com integrantes de ambas as nacionalidades, é também outro dos argumentos usados para demonstrar a integração entre a população de Rivera e Santana. A população está integrada porque as famílias têm integrantes uruguaio e brasileiros, e como as famílias ou as pessoas estariam integradas neste último sentido, a fronteira também o estaria em todos seus diversos ordens;

tenham nacionalidade, ao distinguir-se popularmente como “a hora brasileira” e “a hora uruguaia”. A interação cotidiana obriga as populações de ambas as cidades a conhecer uma ou outra hora (“se tiene que saber”), por isso, alguns dos relógios dos lares fronteiriços têm a hora uruguaia, enquanto outros, a brasileira.

“as relações comerciais são boas porque nós temos tanto brasileiros como uruguaios que têm negócios nos dois lados, têm filhos no comércio, o mesmo dono e ele pertence à diretoria daqui e de lá, nos dois lados, têm economia nos dois lados, é uma boa integração, né (...) uruguaios morando em Livramento e santanenses morando em Rivera, uruguaio casado com brasileiro, as pessoas estão integradas”, autoridade da associação comercial de Livramento.

“la integración depende de las personas”, professora.

“para mi ser uruguayo, ser brasilero me da lo mismo porque estoy tan integrada a trabajar con la gente de allá que la verdad te contagia, porque además yo no solo estoy trabajando allá, yo me integré, yo tengo mi padre en Livramento, yo participo en el Club de allá, entonces yo estoy muy integrada...”, professora.

“nós somos uma cidade única tanto é verdade que eu sou casado com uma uruguaia, então e os uruguaios casam os brasileiros e assim viceversa”, candidato a vereador de Santana.

Existe uma interação plena entre as cidades e tudo o que acontece numa cidade repercute de alguma forma na outra (*“el jueves se vendió bien en Rivera porque fue feriado en Livramento”,* explicam os meios de comunicação). A intensa comunicação entre a população de ambas as cidades se demonstra em múltiplos aspectos; uma ligação telefónica para Rivera de Santana é uma ligação local e não uma ligação internacional, o mesmo acontece em sentido inverso; todo ator fronteiriço sabe qual é o prefixo a usar para fazer essa ligação (29 para Santana, 85 para Rivera); a propaganda eleitoral de eventos políticos numa ou outra cidade circula em ambos os sentidos, o mesmo que a propaganda comercial, etc., etc.

Bentancor et al. (1989) citam a tipologia proposta por Bolognesi-Drosdoff, sobre casos de integração fronteiriça, segundo conteúdos e instrumentos previstos para tal fim; os autores identificam quatro tipos básicos para a América Latina. Para a fronteira de Rivera-Livramento, Bentancor et al. identificam o tipo de “interrelación económica de hecho con diverso grado de apoyo de gobiernos (locales y centrales). Esta forma incluye intercambio de

factores y servicios; a pesar de los intercambios, no existen programas de desarrollo conjunto implementados por organismos gubernamentales” (Bentancor et al.: 4).

A interrelação econômica entre as cidades é intensa, e a sua relação econômica e comercial tem configurado historicamente o desenvolvimento de ambas as cidades. Neste sentido, o conceito de interrelação destaca, sobretudo, a comunicação ou interação cotidiana da população de ambas as cidades, sem por isso dar por subentendido que a fronteira de Rivera e Livramento é uma fronteira integrada. Desde a perspectiva de Bolognesi-Drosdoff, a integração se lograria com a plena participação dos governos nacionais através da elaboração de programas conjuntos¹¹¹.

Bentancor et al. afirmam que na fronteira de Rivera e Livramento existe uma *integración de fato*, “reflejada en una actividad comercial, financiera, laboral, en los vínculos familiares, en la interrelación cultural, de usos y costumbres. Esta integración escapa, en buena parte, a las reglamentaciones y leyes operantes en la región aledaña y en los países limítrofes. El origen de la misma se encuentra en el propio dinamismo de las poblaciones, muy anterior incluso a las propuestas concretas de integración regional formuladas por los respectivos gobiernos. Esta situación se ve facilitada por la inexistencia de barreras naturales en la línea fronteriza, donde las ciudades se articulan en una sola” (Bentancor et al., 1989: 49).

O conceito de “*integración de fato*” se refere, acima de tudo, à interação cotidiana da população destas cidades e é difícil negar, é verdade, a magnitude desta interação; muitos comerciantes têm estabelecimentos em ambas as cidades, as pessoas trabalham em Rivera e em Santana simultaneamente – às vezes na mesma área ou em áreas diferentes -, muitos uruguaios vivem em Livramento e brasileiros em Rivera, ambas as populações participam em clubes sociais tanto numa cidade como na outra, etc., etc.

Lehnen et al. (1990), após analisar os diferentes fluxos de Rivera e Santana, afirmam a existência de uma forte interdependência nos setores

¹¹¹ Estamos deixando de lado outras elaborações teóricas em torno do conceito de integração, como a formulada por Balassa (1961), que o identifica como “um processo e uma situação que tenta suprimir, progressivamente, as discriminações entre unidades econômicas de diferentes Estados” (citado em Lehnen et al., 1990: 164).

econômico, social e cultural de caráter informal; em lugar de falar de integração, os autores definem “uma estrutura de colaboração e de relações de cunho interpessoal” (idem, 193).

Também é verdade que a convivência cotidiana gera práticas específicas, como as analisadas no capítulo 2; práticas que têm objetivos e motivações diversas e que podem ter como fim resolver necessidades de solução mais complexa, através das normas dos governos nacionais. De fato, como sugerem Lehnen et al. (1990), esta interação ou integração não formalizada muitas vezes provoca as situações de “ilegalidade” no dia a dia do ator fronteiriço, refletindo interesses e percepções diferenciadas da fronteira, uma proveniente do Estado-nação e outra da população fronteiriça; “estas circunstâncias contraditórias geram conflitos (Estado-fronteiriço) e situações de insegurança na fronteira” (Lehnen et al., 1990: 175).

Uma grande maioria de riverenses e santanenses interatua cotidianamente; temos mostrado esta interação, ao explicar algumas das práticas cotidianas de ambas as populações, ao descrever os usos das línguas na área comercial da *linha*, ou ao examinar algumas das imagens mais freqüentes de uns e outros em âmbitos de interação cotidiana. Porém, ao estudar as relações habituais entre riverenses e santanenses, não é possível afirmar que estas populações apresentem uma “interrelación cultural de usos y costumbres” (Bentancor et al., 1989), como freqüentemente afirma o discurso da irmandade fronteiriça. Neste sentido, como assinala Grimson, “el estudio de la frontera en sí plantea un desafío a cualquier noción estática, uniforme y no relacional de cultura e identidad, en la medida en que debería incorporar a su perspectiva analítica no sólo la mezcla “cultural”, sino la alianza y el conflicto social y político” (Grimson, 2000a: 4).

Os conflitos (e as relações) entre riverenses e santanenses são tão cotidianos como reveladores. Consideremos, por exemplo, a situação de interação cotidiana definida pela compra e venda de mercadorias na área comercial da *linha* e a análise do uso das línguas com referência a esta situação de interação específica. Destacamos o conflito no uso das diferentes línguas, que toma a forma de uma disputa ou competição e que, entre outras

coisas, assinala a falta de vontade ou intenção de falar a língua do *outro*. Durante esta situação de interação, o *portunhol* não é uma língua usada, observação inesperada para o discurso da integração que assinala os dialetos portugueses como uma marca de integração cultural. Este resultado mostra a importância de se examinar como se organiza a interação cotidiana, e quais são algumas das motivações ou interesses que guiam e estruturam a interação entre riverenses e santanenses.

Como afirma Grimson, inspirando-se em Barth (1969), a convivência cotidiana das populações de fronteira não significa necessariamente compartilhar uma identidade ou identificação fronteiriça; pelo contrário, é na interação, e de modo relacional, como a diversidade se processa e se constrói, e a própria dinâmica da interação cotidiana provoca, em muitos casos, um crescimento das fricções e dos conflitos (Grimson, 2000a: 19).

As restantes seções do presente capítulo estão dedicadas a descrever as relações entre riverenses e santanenses, descobrindo conflitos cotidianos em situações de interação concretas, conflitos que revelam a importância do Estado como fonte de significados (ou agente estruturante de) para as populações fronteiriças.

5.3 o conflito cotidiano

O discurso da integração usa como argumentos para exemplificar uma “*verdadeira integração*” muitas das práticas cotidianas de riverenses e santanenses, como comprar *de um lado* e viver *do outro lado*, ser *doble chapa*, falar *portunhol*, estudar *cá* e viver *lá*, etc., etc.

Este discurso não deixa descobrir os diferentes significados que, para riverenses e santanenses, podem ter fatos como comprar *de um lado* e viver *do outro lado*, ser *doble chapa* ou falar *portunhol*; temos mostrado alguns destes significados em capítulos anteriores e, certamente, comprar *de um lado* e viver *do outro lado* encontra motivações, sentidos e fundamentos diversos, de igual modo que ser *doble chapa* ou falar *portunhol*.

A questão é que estes sentidos são tão dinâmicos como contraditórios e conflitivos, e revelam as suas contradições e conflitos quando descobrem seus

usos e sentidos em situações de interação precisas. Daí a importância de estudar a fronteira e sua gente através da análise de suas práticas cotidianas, pois são estas as que mostram como se vive e o que significa a fronteira diariamente.

A continuação, vemos três histórias diferentes, também cotidianas, que continuam informando sobre as dinâmicas da interação diária entre riverenses e santanenses.

1. a história da *brasileira* na prefeitura de Rivera

O relato que segue corresponde ao diálogo entre ouvintes e condutores de um popular programa radiofônico de Rivera. O ponto de partida foi a denúncia da presença de uma *brasileira* trabalhando na prefeitura de Rivera. O diálogo termina com novas denúncias no mesmo sentido:

condutor 1: “ (...) *ciudadana brasileña que es funcionaria pública uruguaya...*”

ouvintes: “*¿puede trabajar una brasilera en la Intendencia de Montevideo? Porque va a decir ‘Bom dia, prefeitura de Livramento’, porque si está trabajando en la intendencia de aquí... se va a equivocar*”;

“*está mal, como va a trabajar una brasileña*”;

“*esa funcionaria es verdad, ella es brasilera, el esposo es edil y ella trabaja en la intendencia, ella habla bien brasilero, ella es casada con un muchacho edil. La señora habló la verdad, dejan de poner un uruguayo para poner un extranjero y nosotros para trabajar allá tenemos que sacar un montón de papeles*”.

condutor 1: “*la intendencia municipal de Rivera no puede contratar un funcionario extranjero...es todo un problema la doble ciudadanía acá, se pueden tener los documentos de los dos lados (...) no creo que la contraten si no tiene los documentos uruguayos*”.

condutor 2: “*yo no conozco ningún uruguayo que trabaje en la prefeitura de Livramento (...) estoy perplejo, anonadado, significa violar leyes gravísimas, voy a ir a la oficina de prensa a que me den esa información...yo me inclino a*

pensar que está colaborando honorariamente, de lo contrario está violando la ley".

(...)

ouvintes: "*el que coloca todos los semáforos acá es un brasileño (...) yo sé que es brasilero porque incluso he hablado con él... ¿no pueden conseguir un funcionario nuestro para trabajar para acá?"*.

O diálogo começa com uma denúncia, uma "*ciudadana brasileña*" não pode ser (isso estabelecem as leis, segundo se menciona no relato), uma "*funcionaria pública uruguaya*". A denúncia é terminante: uma brasileira não pode trabalhar na prefeitura de Rivera. A discussão radiofônica deixa ver alguns dos motivos que, para os riverenses, fundamentam esta posição.

Um dos argumentos se relaciona com o fato de que a brasileira "*se va a equivocar*", não só falaria em português, em lugar de fazê-lo em espanhol, também se identificaria como funcionária da prefeitura de Livramento em lugar da prefeitura de Rivera.

Esta postura pode ter algumas razões interessantes. É verdade que, na prefeitura de Rivera, a grande maioria de seus funcionários fala portunhol (na prefeitura em atos não protocolares), mas temos que lembrar o que esta instituição simboliza; é um dos aparelhos políticos principais e representa o Estado nacional uruguaio. Como tal, torna-se difícil aceitar que, nesta instituição, se fale em português¹¹² ou se adotem *extrangeiros* como funcionários.

Por outra parte, o fato de que a *brasileira* falaria só português merece algumas considerações. Como mencionamos antes (no capítulo 3), para o riverense, o brasileiro não fala espanhol e rara vez fala *portunhol*. Notemos também que um ouvinte confirma o fato de "*ser brasilera*", entre outras coisas, porque "*habla bien brasilero*", sendo "*bien brasilero*", sinônimo de português (não de *portunhol* ou variedades de português). O último ouvinte citado

¹¹² Em atos de cerimônia formais locais, os funcionários municipais levam seus discursos por escrito "*para no equivocarse*" (lembramos que a língua materna de uma grande maioria são as variedades de português); "*en la junta cuando voy a hablar llevo todo escrito para no meter la pata...aquí nosotros nos entendemos porque la mayoría es así*", funcionário da prefeitura. Lembremos, também, que um dos jovens entrevistados afirmou que a única pessoa que não fala *portunhol* em Rivera é o prefeito da cidade.

estabelece uma relação similar “*yo sé que es brasileiro porque incluso he hablado con él*”.

O *portunhol*, freqüentemente se usa como um argumento principal para demonstrar a integração cultural que vivem Rivera e Livramento; “*desde el punto de vista cultural, el dialecto portuñol es una manifestación popular que refleja el sentir de dos culturas*” (Bentancor et al., 1989: 49). Para Mazzei, riverenses e santanenses reconhecem uma identidade fronteiriça e “*tales rasgos asumen evidencia (...) en el uso del dialecto del ‘portuñol’*” (Mazzei, 2000: 6).

Porém, nossos resultados revelam um panorama bastante mais complexo. Para o riverense, o santanense – que na situação descrita é apresentado como o *outro* ou *estrangeiro* (e não como *meus pais* ou *meu esposo*) – não só não fala espanhol, também não fala *portunhol* e, acima de tudo, não fala o que *nós* riverenses falamos.

Mencionemos, também, que entre a primeira denúncia (a brasileira trabalhando na prefeitura) e a última, “*el que coloca todos los semáforos acá (Rivera) es un brasileño*”, existe uma diferença substancial, não explicitada no relato. Neste último caso, tratava-se de um convênio entre as prefeituras municipais de ambas as cidades; isto é, o tipo de vínculo anelado e promovido pelo discurso da integração. Não obstante, não são palavras de anelo ou promoção as do ouvinte que, em primeiro lugar, coloca o fato como uma denúncia e, em segundo lugar, como uma exigência às autoridades locais para trabalhar com “*funcionarios nuestros*”. Outros ouvintes apresentam atitudes similares; “*dejan de poner un uruguayo para poner un extranjero y nosotros para trabajar allá tenemos que sacar un montón de papeles*” ou “*yo no conozco ningún uruguayo que trabaje en la **prefeitura** de Livramento*”.

Neste relato, a dupla cidadania ou *doble chapa*, produto das famílias mistas com integrantes de mais de uma nacionalidade, muitas vezes usada como outro dos argumentos para exemplificar a “*integração de fato*”, é apresentada como “*todo un problema*”.

Aliás, notemos que o brasileiro é *estrangeiro* antes que *doble chapa*, *vizinho* ou *irmão*. Claro que todas estas identificações existem, mas têm que

ser circunscritas ao contexto no qual são usadas; “*atenção fronteira*”, diz a Igreja Universal do Reino de Deus, “*bem-vindos irmãos*”, os postos de gasolina santanenses, “*nossos clientes*”, os supermercados brasileiros. O que é importante destacar aqui é que o brasileiro, que também é esposo, pai ou irmão, não deixa de ser *estrangeiro*.

Por fim, observemos as explicações com relação às leis ou normas estaduais. Uma funcionária estrangeira, isto é brasileira ou santanense, não pode trabalhar na prefeitura de Rivera; isto dizem as leis, e as leis não se violam, “(...) *estoy perplejo, anonadado, significa violar leyes gravísimas*”. Sugestivamente, para a gente desta fronteira as leis servem para algumas coisas e não para outras. Claro que são eles os que resolvem quais leis servem e quais não, e esta é uma das questões-chaves a descobrir. Neste caso, a lei tem que se cumprir; uma lei que, em princípio, protegeria os direitos dos cidadãos uruguaios.

Em resumo, este relato descobre o santanense como *estrangeiro* gerando conflitos e enfrentamentos, descobre o *portunhol* como uma língua não compartilhada com o brasileiro (quando *outro*) e reservada para situações de interação específicas, descobre os *doble chapa* como um inconveniente, também fonte de conflitos e, finalmente, reconhece as leis do Estado como necessárias.

2. a história da entrevista com a autoridade da alfândega uruguaia

Na nossa série de entrevistas, foram incluídos funcionários de uma das alfândegas administrativas de Rivera. Concretizamos a entrevista com uma das autoridades destas alfândegas que nos recebeu em seu despacho. Uma vez colocados frente à frente, com uma ampla escrivaninha de permeio, esta autoridade solicitou uma identificação; mostramos a carteira de identidade de estudante da UFRGS, obtivemos como resposta: “*este es un documento brasileiro*”.

Sem outra alternativa, assinamos logo uma carta escrita por nosso orientador, solicitando nos ajudasse nas nossas investigações, pois se tratava de uma tese doutoral, a carta estava escrita em português. Sua resposta foi, uma vez mais e aumentando a voz; “*este también es un documento brasileiro*”.

A entrevista perigava, a solução era demonstrar por todos os meios possíveis que éramos “indubitavelmente uruguaios”, apesar de estudar no Brasil. Conseguimos este objetivo, argumentando que também apoiavam nossa investigação, autoridades educativas uruguaias e citando os professores da Universidade da República (Uruguai), que estavam ao par de nossos estudos. Com o clima de tensão ainda presente, nosso entrevistado explicou o motivo de seus temores; *os brasileiros* chegam, sem se apresentar nem se identificar, para investigá-los e logo denunciá-los publicamente.

“(...) *un documento brasileiro*”, tinha sido razão suficiente para provocar uma atitude de receio e suspeita; neste caso, o documento brasileiro, apesar de ser avalizado por um instituto universitário, não era sinônimo de confiabilidade, senão todo o contrário.

Também, nesta história, os brasileiros são *outros*, cotidianos, sim, porque estão todos os dias, porém, estranhos e estrangeiros.

3. a história da criança brasileira na escola pública uruguaia

A seguinte anedota foi contada por uma professora brasileira que envia a sua filha a uma escola pública em Rivera;

“*a minha filha era a melhor aluna da escola (...) a escola estava a uma quadra da minha casa que eu moro em Rivera (...) a maestra me disse assim; ‘ah, sua filha é a melhor aluna da turma mais eu não passei ela com sobresaliente¹¹³ porque ela é filha de brasileiros’. Veja que atitude discriminatória, porque nada a ver ser filha de brasileiros, eu ensinei minha filha falar espanhol, errado pero ensinei. Eu sou brasileira, mas meu marido é*

¹¹³ *Sobresaliente* é a qualificação mais alta que uma criança pode obter na escola, que, aliás, dá direito a ser *abanderado* (porta-bandeira), isto é, a levar a bandeira nacional nos atos oficiais.

uruguaio, o meu sogro, a minha sogra, eu vivo a uma quadra da escola e as crianças saem correndo da escola falando em portunhol".

Segundo este relato, uma professora de uma escola pública de Rivera não deu a melhor nota a uma criança brasileira apesar de merecê-la.

Lembremos que, no Uruguai, a criança que obtém as melhores qualificações durante o ano (*sobresaliente*) é considerada a melhor aluna da turma e tem o direito e a honra de se converter em *abanderado*. É uma honra reservada a poucos, é possível que esta professora tenha negado o direito a tal honra a uma criança por ser "*filha de brasileiros*"?

Também neste relato, a professora brasileira assinala o ensino do espanhol a sua filha como condição suficiente não só para assistir à escola uruguaia, mas também para "ser uruguaia". Por outro lado, quando a professora afirma que as crianças saem da escola falando *portunhol*, está indicando o que para ela é uma contradição, se as crianças uruguaias falam *portunhol* ou *brasileiro* e podem ser *abanderados* ou os melhores qualificados, por que não pode sê-lo a sua filha que também é filha de pai uruguaio e que, além disso, fala espanhol?.

Este relato coloca conflitos cotidianos que surgem de um fato relativamente freqüente, a assistência de crianças brasileiras às escolas públicas riverenses, e mostra alguns dos dilemas que se colocam neste âmbito como, por exemplo, o relativo aos direitos (ou o que são considerados como tais) das crianças brasileiras ou filhos de brasileiros.

Também na escola existem *outros*, como se definem esses *outros* e quais são seus direitos e suas obrigações geram conflitos, como os experimentados por esta professora brasileira que denuncia, na escola pública uruguaia, uma "*atitude discriminatória*".

Do mesmo modo, o uso das línguas e seus diversos significados é fonte de interpretações diferentes e discrepantes. Para a professora brasileira, as crianças riverenses falam *portunhol*, quando *deveriam* falar espanhol, assim como o faz a sua filha (de pai uruguaio); a discrepância se coloca porque, segundo a professora, os uruguaios falam uma língua quando *deveriam* usar outra.

As histórias poderiam continuar, porque são muitas as situações de conflito entre riverenses e santanenses; são freqüentes as manifestações de rivalidade e competência, denúncias de discriminações de uns para com os outros e a vivência de uma série de experiências negativas na convivência fronteiriça:

“hay una discriminación que vos no imaginas del uruguayo al brasilero... para que tengas una idea, yo brasilero, prácticamente toda la parte de la juventud pasé en Rivera, la mayoría de mis amigos son uruguayos, juego al polo, tengo caballos de equitación, bueno todo eso en Uruguay... pero siempre he notado realmente que ellos no gustan de nosotros...o sea, ellos nos tratan somos muy hermanos para sacar ventajas...para que tengas una idea, en Rivera hay un club de polo, no conseguimos hacer las cosas ni hacer parte de la directiva, ponen un médico, un abogado, un tipo que juega al fútbol pero nunca uno de nosotros, brasilero”, funcionário da prefeitura de Livramento¹¹⁴.

“uma 3, 4, 5 uma tras outra só de artistas uruguaios riverenses, o nosso não convidavam, não aceitavam, não habia espaço...‘vamos projetar o nosso’, aquele egoismo”, diretora da casa da cultura de Livramento, reclamando a falta de espaço ou de interesse das autoridades riverenses em apresentar obras de artistas brasileiros nos espaços públicos de Rivera.

“ ‘eu não gosto de castilhão’, ‘a mi no me gustan los castellanos’¹¹⁵, eso mirá...en los años de docencia que tuve allá lo escuché muchas veces decir”, pintor riverense professor durante vários anos em Livramento.

Os conflitos e enfrentamentos entre riverenses e santanenses podem ter formas e sentidos diversos. Aqui mostramos algumas das fricções da convivência cotidiana que descobrem fronteiras culturais além da *linha*; em caso contrário, como explicamos que um santanense, que pode ser *meu esposo* ou *meu pai*, também pode converter-se em *outro*, estranho e

¹¹⁴ Não deveria chamar a atenção que nosso entrevistado, que se define como brasileiro, fale espanhol. Por motivos que explicamos antes, este é um fato freqüente nesta fronteira, onde vemos que *em que* falam as pessoas e *que* demonstram com o que falam, depende das circunstâncias. Está claro que a língua gera algum tipo de identificação, mas não existe necessariamente uma relação direta entre uma possível identificação (como uma identificação nacionalista) e uma lealdade lingüística definida.

estrangeiro?. Do mesmo modo, como explicamos que um riverense adote como atitude falar espanhol em Santana, ou que um santanense (que fala *bien brasileiro*) não deva trabalhar na prefeitura de Rivera, ou que uma criança santanense não deva levar a bandeira uruguaia e uma criança uruguaia, que fala *portunhol*, possa fazê-lo?...

5.4 Cultura e identidade: dinâmicas de uma relação confusa

Quando Bentancor et al. definem para esta fronteira “una interrelación cultural de usos y costumbres”, explicam: “*la moda y especialmente el colorido en la vestimenta sigue los padrones impuestos en las grandes urbes brasileñas, a través de los medios masivos de comunicación, la T.V. en primer lugar y las revistas especializadas en segundo (de costo accesible). Desde el punto de vista culinario, el feijão, la caipirinha, las frutas tropicales y muchos postres típicos están impuestos en el gusto de los riverenses. La parrillada, el puchero, las pastas frescas y el dulce de leche son nuestro aporte a la mesa de los santanenses. Durante mucho tiempo las fiestas patrias y otras de carácter popular se hicieron en forma integrada; aunque hoy esta participación es menor (...) el football y el carnaval son pasiones compartidas en la frontera*” (Bentancor et al., 1989: 51).

O discurso da integração afirma que riverenses e santanenses compartilhem uma série de valores que se manifestam em formas culturais e que são, em grande parte, consequência da ampla comunicação ou interação que existe entre ambas as populações.

Barth (1976) mostra quanto se lograria no estudo dos grupos étnicos e a sua persistência, considerando o fato de compartilhar uma cultura comum mais como uma implicação ou um resultado que como uma característica primária e definitiva, pois ao considerar o aspecto de portadores de cultura enfrentamos sérias dificuldades, como a de identificar e distinguir os grupos étnicos pelas características morfológicas das culturas da qual são portadores, o que implica

¹¹⁵ Como veremos adiante, *castilhão* é a denominação popular que recebem os riverenses nesta fronteira.

“un punto de vista prejuiciado de 1) la naturaleza de la continuidad en el tiempo de estas unidades y 2) del ‘locus’ de los factores que determinan la forma de las unidades” (Barth, 1976: 13).

Pelo contrário, observando o que é socialmente efetivo, os grupos étnicos são considerados uma forma de organização social, e o rasgo crítico é a característica de autoadscrição e adscrição por outros. Deste modo, as bases sobre as quais temos que pesquisar um grupo étnico e a sua identidade são as relações sociais, e os rasgos que temos que tomar em conta, não são já as diferenças “objetivas”, senão aquelas “que los actores mismos consideran significativas” (Barth: 15).

Assim, o foco de investigação é o limite étnico que define o grupo e não o conteúdo cultural que encerra. Como assinala o autor, “los límites a los cuales debemos dedicar atención son límites sociales, aunque bien pueden contar con su concomitante territorial. El hecho de que un grupo conserve su identidad, aunque sus miembros interactúen con otros, nos ofrece normas para determinar la pertenencia al grupo y los medios empleados para indicar afiliación o exclusión” (idem, 17).

Nesta fronteira, riverenses e santanenses interatuam cotidianamente, assim como cotidianamente definem e negociam os propósitos, as formas e os sentidos desta interação. Porém, como mostramos antes, uns e outros estabelecem limites que organizam as relações entre ambos, delimitando, por exemplo, atributos característicos para uruguaio e brasileiro, usos de espaços distintivos numa e outra cidade e usos também diferenciados para o espanhol, o português e o *portunhol*, tanto para uns quanto para outros. Qual é a natureza destes limites que definem o pertencimento a determinado grupo e quais são, como nos ensina a perguntarnos Barth, as diferenças que os próprios atores fronteiriços consideram significativas?. Ao longo de nosso trabalho, surgem uma série de indícios que respondem a esta pergunta, e que discutiremos, a continuação, junto com novos resultados.

Uma das indentificações mais comuns para os santanenses e os riverenses é aquela que os define como *brasileiros* e *castilhões*; estas são as denominações mais populares usadas para designar ao *outro*.

No Rio Grande do Sul quem é “predominantemente” hispanofalante, freqüentemente se identifica como *castilhão* (por castelhano), e os riverenses também recebem esta denominação. No século XIX era possível que os fronteiriços acrescentaram o adjetivo *castelhano* à palavra *gaúcho*, especialmente quando queriam descrever a classe de pessoa que eles consideravam que deveria ficar na prisão¹¹⁶.

Em Rivera, os santanenses se identificam como *brasileros*, reservando outras identificações (como a de *macacos* ou *brazukas*) para situações específicas.

É interessante o fato de que os riverenses sejam identificados como *castilhões* (termo que geralmente faz referência a uma origem hispanofalante), quando - como vimos - a maioria dos riverenses fala dialetos portugueses. Porém, o santanense afirma que os riverenses não falam português (como vimos na situação de interação compra-venda)¹¹⁷ afirmando, ao mesmo tempo, que *deveriam* falar espanhol, assim como o santanense fala português:

“o uruguaio normalmente perde identidade o brasileiro não, o uruguaio de Rivera, ao menos o que eu conheço, perde identidade porque desde a comunicação que chega até perto de Tacuarembó, a influência do brasileiro que entra na fronteira. Em minha experiência de trinta e poucos anos morando em Rivera é assim, yo falo português mais todo mundo fala portunhol, mais fala, e eu sigo falando português, aí que tá, por isso digo que perde e o brasileiro não, brasileiro é brasileiro...”, professora santanense.

Esta postura, que reclama aos riverenses o dever de falar espanhol (porque falam *portunhol*) para preservar a sua *identidade*, encontra eco nos riverenses que afirmam:

“Rivera se caracteriza por no tener identidad”;

¹¹⁶ “En la década de 1850, un administrador imperial explicaba esta actitud lamentándose, ante sus superiores de Rio de Janeiro, por la plaga de bandidos y desertores ‘educados en la escuela de la anarquía, de que las repúblicas vecinas nos proveen constantemente’. Cuando apareció el cuerpo de un riograndense asesinado y cortado en pedazos en una solitaria zona de Bagé, las sospechas locales se centraron automáticamente en una partida de *castelhanos* que usaban chiripás y portaban lanzas. Luego de que un capataz de la familia Silveira fuera asesinado al sur de la frontera, un oficial brasileño se quejaba de los bandidos orientales, quienes ‘a menudo cruzan a esta provincia para matar gente’” (Chasteen, 2002; 66).

¹¹⁷ Para o santanense, o *portunhol* não é português, e mostramos antes seu desconcerto e desgosto frente ao *portunhol*; “os uruguaios tentam falar português”, “os uruguaios só falam mistura”, “mal falam”.

“no nos copian nada a nosotros, nosotros le copiamos”;

“nosotros siempre los imitamos”;

“ellos son más impermeables a la influencia nuestra”;

“nosotros somos unos vendidos o unos comprados”.

Para os riverenses, a sua cidade e a sua gente se caracterizam por não ter identidade, sobretudo, por não ter a identidade que *deveriam*¹¹⁸. Por outra parte, descrevem os santanenses com sentimentos de identificação e pertencimento mais profundos se comparados com eles mesmos:

“el brasilero tiene orgullo de ser brasilero, el uruguayo es uruguayo porque nació en Uruguay (...) tiene orgullo de ser gaucho, él se empilcha y empilcha al gurí desde que es chico, acá vos ves el tipo de bombacha y todo el mundo ¡ja, ja, ja, qué ridículo! ... en Brasil llega la semana de la patria, el mes de la patria, la semana de Farroupilha, lo que sea, vas a las tiendas y la decoración es...los funcionarios con las banderitas de Brasil y acá no, y acá, mirá, pasó Agosto ¿y...te enteraste de algo?, habría en alguna tienda alguna banderita..acá no se usa escarapela desde que yo salí de la escuela, desde que salí de la escuela nunca más se vio alguien usando escarapela”, (funcionária da prefeitura de Rivera);

“tienen orgullo de ser brasileiros, esa identidad que tienen arraigada, ese amor a la patria...”, (comerciante);

“el brasilero nunca te va a decir eso, ‘ah! el Uruguay es el peor país del mundo’...el país puede estar en ruina e igual, sufren y les pegan por todos lados, porque vos ves, y siguen siendo brasileiros”, (funcionário da prefeitura);

“yo trabajé más de veinte años dando clase en Santana, son muy nacionalistas, muy conservadores, son santanenses, ellos se llaman santanenses...y ellos se sienten muy orgullosos de ser santanenses y acá en Rivera ese orgullo no existe”, (pintor riverense).

Para os riverenses, a influência brasileira é *inevitável*, como é *inevitável* falar *portunhol*, conhecer as letras das canções brasileiras, imitá-los, etc., etc,

¹¹⁸ Segundo esta noção de identidade, as formas de conceber o grupo (os uruguaios), são radicalmente homogêneas, essa é parte da narrativa das identificações nacionalistas.

isto é, como é *inevitável* falar o que não *deveriam*, ou se comportar como não *deveriam*.

Segundo sugerimos antes, a expressão de *inevitabilidade* é acompanhada por uma idéia principal, aquela que estabelece que, nesta fronteira política, as coisas *deveriam* ser de uma forma, porém, são de outra. De tal forma, não resultam ser como se supõe que *deveriam ser*, convertendo-se em fatos e em práticas *inevitáveis*; e é o Estado que desempenha o papel principal, como árbitro ou identificador, na articulação deste limite entre o que *deve ser* e o que não, entre o evitável e o inevitável. Porque é o Estado que adverte aos riverenses que não devem falar *portunhol*, não devem cantar canções brasileiras, não devem se comportar como os *brasileiros*, não devem comprar mercadorias no Brasil, etc., etc.

Para o Estado nacional uruguaio, Rivera é o que não *deveria ser*, porque os riverenses falam *portunhol*, compram em Santana, etc, etc; isto é, porque existem práticas consideradas anti-nacionais que devem receber sanções rigorosas. Por estas razões, Rivera freqüentemente é castigada pela sua falta de lealdade nacional, sendo objeto de fortes críticas, denúncias e censuras não só por parte de autoridades políticas nacionais, mas também pela população de outros departamentos do Uruguai, especialmente de Montevideu (como veremos adiante). De fato, Rivera sempre surge no cenário nacional por motivos considerados faltas morais ou cívicas (Imagem 18).



Imagem 18. Más noticias.

Por isso, Rivera experimenta a necessidade de “reivindicar su ciudad y su gente”, em palavras da diretora do setor de cultura da prefeitura desta cidade; “debemos valorizar y jerarquizar lo nuestro”; “los riverenses tenemos necesidad de reencontrarnos”; de “defender lo nuestro”.

Durante nosso trabalho de campo, identificamos um movimento gestado pela prefeitura de Rivera junto a um grupo de intelectuais da sociedade riverense. Este movimento tinha como objetivo principal estabelecer os conteúdos de uma identidade nacional para o departamento de Rivera. Daí se define uma disputa na definição “do nosso”, alimentada por alguns dos estereótipos presentes em ambas as sociedades:

“era algo que estaba latente, siempre decíamos que Rivera tiene una identidad desnaturalizada, sin identidad, cada vez peor... y el eje central en el cual se va a apoyar para los proyectos de trabajo es el rescate de nuestra identidad a través de las costumbres, de la música, del arte en general (...) un porcentaje muy grande de riverenses viven en función del Brasil, porque escuchan a diario los canales brasileiros, como Globo y otros, están más interiorizados en lo que pasa allá de lo que pasa acá, no le dan, de pronto, importancia a lo nuestro”, pintor riverense.

“en las escuelas primarias este año se están trabajando personalidades uruguayas importantes, justamente buscando hacer hincapié en la identidad nacional (...) en todas las escuelas se me estudió como un artista local y eso fue una afirmación de lo local pero impresionante. Fue el año más movido, creo, de mi vida porque conocí todas las escuelas de Rivera, te cuento eso porque está dentro de ese espíritu de afirmación de lo local, de la identidad local”, pintor riverense.

Quando se comemorou, a nível nacional, o aniversário da morte de Artigas (prócer nacional), crianças das escolas públicas de diferentes partes do país viajaram a Montevideu para lhe render homenagem. O menino que viajou desde Rivera cumpriu com grande sucesso a sua missão, sendo felicitado em público pelo presidente do Uruguai por uma “*emotiva lectura*”.

Este menino que viajou a Montevideu para homenagear a Artigas, acabou ele mesmo sendo homenageado em seu retorno a Rivera. Em ato público, o prefeito da cidade entregou uma placa dourada onde se lia; “*El Intendente Municipal de Rivera, Tabaré Viera Duarte, en nombre del pueblo de Rivera y en reconocimiento a Maximiliano (...) por su destacada participación como chasque de Artigas, en el acto de conmemoración del 150º Aniversario*

de la desaparición física del Prócer. 2/10/00”, jornal **Norte** (outubro, 2000), (Imagem 19).



Imagem 19. “Homenagem”. Autoridades políticas principais de Rivera, o chefe da polícia e o prefeito, entregando a placa ao menino homenageado que leva o uniforme característico da escola pública uruguaia. Jornal Norte, Rivera, outubro 2000.

O prefeito de Rivera encaixou a homenagem no movimento antes mencionado; *“en el empeño de esta administración de resaltar los valores departamentales, los hechos más destacados y sus protagonistas, que hacen trascender al departamento fuera de fronteras (...) Fue un verdadero orgullo para todos, y un placer estar allá, especialmente cuando todos los otros intendentes nos felicitaban, señalaban que había sido el mejor y pedían su dirección”*, (prefeito).

A atuação da criança riverense em Montevideu foi transcendente, porque reivindicou o departamento de Rivera; *“que Rivera, luego de mucho tiempo, vuelve a ocupar el escenario nacional, pero en esta ocasión para orgullo de todos, infundiendo una justa y necesaria dosis de autoestima”*, jornal **Norte**, outubro 2000.

É verdade que, nesta fronteira, as crianças freqüentemente cantam em português, e que nas escolas públicas de Rivera se canta o hino brasileiro sem interrupção, *“fuerte y claro”*. Muitas crianças têm dificuldade para cantar o hino

nacional uruguaio, o professor os reprova e afirma, “*cantan con más cariño el himno brasileño, ¿viste?*”. Porém, também é certo que têm jovens riverenses que afirmam, “*yo me sé el principio del himno brasilero y odio saberlo*”.

Acima de tudo, é certo que, nesta fronteira, existe uma série de fatos *inevitáveis*, como comprar os cadernos escolares no Brasil ou conhecer e cantar o hino brasileiro. Porém, também é verdade que se pode aprender a “odiar” o hino brasileiro, apesar de cantá-lo ou por causa de cantá-lo, porque na escola também se aprende que o hino brasileiro *não se deve* cantar.

5.4.1 Uruguay es Uruguay cuando juega con Brasil. o futebol e as identificações nacionalistas

Os jogos de futebol entre o Uruguai e o Brasil enfrentam as populações de ambas as cidades até o ponto de ter que fechar militar e policialmente o limite político urbano.

Nas finais da Copa Mundial de Futebol de 1998, quando a França triunfou frente ao Brasil, Rivera se converteu numa festa. A *linha* na área central foi fechada por um cordão de polícias para impedir que a caravana de carros riverenses (embora *brasileiros*, com matrículas brasileiras, pelas razões que explicamos antes), ingressasse para festejar na cidade de Livramento¹¹⁹.

Enfrentamentos como estes são usuais; “*antes de eso fue Uruguay-Dinamarca y ellos entraron festejando acá...ya se ha dado de tener que cerrar la frontera porque Uruguay pierde y Brasil festeja*” (professora)¹²⁰.

¹¹⁹ Como lembra Guedes, “nas Copas do Mundo só a memória de outras copas tem importância, sendo este o maior e mais valorizado confronto institucionalizado entre nações através do futebol. Desta perspectiva, tais períodos podem ser adequadamente compreendidos como ‘transes’ em relação à dominância da vida cotidiana (...) demarcam e criam ritmos especiais na vida social (...) períodos de maior dispersão são interrompidos por períodos de congregação, propiciando experiências de compartilhamento inexequíveis no desenrolar cotidiano (...)” (Guedes, 1998: 48-49).

¹²⁰ Vogel lembra alguns dos comentários periodísticos recolhidos em Livramento, logo da conquista brasileira da Copa Mundial de 1970; “Em Santana do Livramento (RS), os ânimos se exaltaram mais do que em qualquer outra parte. A proximidade da fronteira permitia a troca de desafios e provocações. Antes do jogo os uruguaio advertiam, zombeteiramente, que o Brasil se cuidasse: ‘Ustedes, brasileños, seguren los calzoncillos, que ahí viene la Celeste!’. Depois da partida, foi a vez dos brasileiros, que arrastaram pelas ruas a bandeira uruguaia ‘para devolver a esses castelhanos a mesma ofensa de 1950’” (Vogel, 1982). A derrota do Brasil no campeonato mundial de futebol de 1950 em Maracanã pela equipe uruguaia, definida por Da Matta como a maior tragédia da história contemporânea do Brasil, é usada pelos riverenses

Estes enfrentamentos não se limitam aos jogos de futebol em que se enfrentam o Uruguai e o Brasil em Copas Mundiais, podem se referir a outros campeonatos futebolísticos e a outros jogos, nos quais não necessariamente se enfrentam o Brasil e o Uruguai. Isto é, quando o Brasil joga (e não exclusivamente com o Uruguai), o desejo do riverense é que o Brasil perca, o mesmo acontece em sentido contrário; *“papá es brasileño y, por ejemplo, cuando se juega algún partido de fútbol con Uruguay, él siempre por Brasil...él contra Uruguay está porque él es brasileño y es esa rivalidad que hay...nosotras acá, por ejemplo, con mis hermanas al contrario, Brasil juegue con el que sea nosotras queremos que pierda...correspondería que, bueno...es el país hermano, todo, hinchar por él, pero uno siempre pudiendo desear que gane el otro..”*, professora;

“si está jugando Brasil y Argentina yo voy por la Argentina y si juega Brasil por Chile yo voy por Chile”, camelô.

“acá Rivera es uno de los departamentos que en ninguna parte del mundo existen las colonias que existen acá, de Nigeria, tenemos de Camerún, tenemos siberianas, francesas, todo lo que esté en contra del Brasil está aquí”, funcionário da alfândega.

Para Da Matta, o futebol é um veículo que permite uma série de dramatizações da sociedade brasileira; o futebol concebido como um drama (inspirando-se nos trabalhos de Turner e Gluckman), é um modo privilegiado através do qual a sociedade se deixa perceber por seus membros (Da Matta, 1982).

O futebol como instrumento de comunicação social e de construção de identidade nacional em países como o Brasil, “é um meio altamente significativo de veicular mensagens sobre o que é realmente ser brasileiro, sobre o sentido da vida, do destino e do papel da técnica no universo social” (idem).

Uma das dramatizações que possibilita o futebol é a reificação de uma entidade abstrata, como “um país” ou “um povo”, em algo visível, concreto e

como instrumento de enfrentamento principal, *“el maracanazo es lo único que tenemos contra ellos”*, (comerciante).

determinado (idem)¹²¹. O povo vê e fala diretamente com o Brasil, gerando certa intimidade com os símbolos nacionais; é nos dias de jogo da seleção brasileira que se pode observar o povo vestido com as cores da bandeira nacional, vivendo uma experiência concreta de união nacional (idem)¹²².

O futebol no Brasil, e em muitos países sudamericanos, além de um esporte é uma máquina de socialização, um sistema complexo de comunicação de valores essenciais e um domínio, onde se tem a garantia de continuidade e permanência cultural e ideológica como grupo; “pois, se as formas de governo e a Constituição mudam constantemente, se as universidades, o padrão monetário e os partidos políticos fazem os brasileiros terem muitas dúvidas sobre sua sociedade enquanto nação moderna, aspirante a um lugar ao sol dentro de uma ordem mundial; futebol, carnaval e as relações pessoais dizem que a sociedade brasileira é grande, criativa e generosa, tendo – como acontece com o futebol ali praticado – um glorioso futuro” (Da Matta, 1982).

Para Vogel, também é possível estudar o futebol desde o ponto de vista do ritual, como uma representação que a sociedade faz de si mesma e, por este motivo, como um momento privilegiado para a compreensão do universo social e para a afirmação de posições na estrutura social, como afirmações de status (Vogel, 1982).

Vogel analisa os campeonatos mundiais de futebol de 1950 e 1970 descobrindo como os brasileiros pensam a comunidade nacional através do futebol e se relacionam, a partir dali, com o sucesso e o fracasso. A questão da identidade nacional, entre outras, pode-se estudar através da ritualização futebolística.

O autor afirma que a pátria existe, antes que nada, como uma equipe de futebol e a identidade nacional encontra no futebol uma estratégia importante de definição e também de manipulação (Vogel, 1982). De um modo geral, os

¹²¹ Permitindo também uma experiência de “horizontalização do poder”; “num país onde a massa popular jamais tem voz e quando fala é através dos seus líderes, dentro das hierarquizações do poder, a experiência futebolística parece permitir uma real experiência de ‘horizontalização do poder’” (Da Matta, 1982).

¹²² “Vestir a camisa”, como lembra Vogel; “time e torcida se encontraram subitamente identificados, para o melhor e para o pior. Isto é o que, na linguagem do futebol, se chama “vestir a camisa”. E quando isso acontece, a parte e o todo se fundem, para enfrentar um destino comum. Quem veste a camisa de um time, ganha ou perde com ele, sem apelação”, (Vogel, 1982).

latinoamericanos são passionais quando se trata de futebol, “entre nós, a família, a comunidade de origem e a nação constituem dados tão importantes quanto a filiação futebolística” (idem).

Por outra parte, foi através do futebol que uruguaios, argentinos e brasileiros conseguiram os seus primeiros momentos de afirmação diante dos europeus que lhes tinham ensinado o jogo; neste sentido, o resultado dos campeonatos mundiais, definidos como “momentos extraordinários”, são centrais no estabelecimento de uma hierarquia de posições no mundo do esporte, “a copa do Mundo instaura uma hierarquia entre identidades nacionais (...) cada vez que está em jogo uma posição do sistema, é a própria honra nacional que está sendo posta a prova. E, quanto maiores as expectativas de ganhar, tanto mais radical a identificação, e mais forte o compromisso” (idem)¹²³.

Quando, no capítulo 4, estudamos os estereótipos locais, reconhecemos o futebol como o principal recurso usado, tanto por riverenses como santanenses, para transmitir mensagens sobre o que é ser brasileiro. Além de notar como muitos dos estereótipos sobre o santanense se vinculam diretamente com o futebol, também percebemos que são estes os que originam as imagens mais negativas sobre o *outro*:

“que siempre son los mejores en todo, que siempre tratan de humillar a Uruguay, entonces mi hermana también dice, los macacos (...) juega Brasil y otro país le gana a Brasil, regio, bárbaro, divino, yo no...eso si, si juega Brasil y Uruguay, voy por Uruguay”, (funcionária da prefeitura).

“porque son fanáticos, ¿entendés?. Yo creo que el uruguayo es más ubicado porque, por ejemplo, nosotros si vamos a competir con alguien hay respeto, ellos no tienen ese respeto. Ellos si están jugando contigo y van a jugar con otro después, ya están en segundo lugar para jugar con el otro y ya están hablando de que van a jugar con el otro porque contigo ya dan por ganado y eso da como un rechazo”, (funcionário da alfândega).

¹²³ Um dos ensinamentos da comparação das Copas do '50 e do '70 é como, para a sociedade brasileira, quem não é primeiro não é nada, “a média é sempre um destino desprezível, pois, nos termos de um código hierárquico, ela não passa da indistinção dos iguais, o que é insuportável (...) para ter status é preciso varar a hierarquia” (Voge, 1982).

Assim como é através do futebol que riverenses e santanenses definem um modo de ser brasileiro, também se encontra no futebol um dos principais modos de definir identificações nacionalistas e sentimentos de pertença;

“tirando o futebol eu não acho que o uruguaio seja tão uruguaio assim”;

“Uruguay es Uruguay cuando juega con Brasil”;

“mi padre vino con 13 años del Brasil, ta, y él es brasileño, tiene los documentos brasileiros todo...pero terminó la escuela y vivió acá en el Uruguay y él adora Uruguay, es la patria de él, ahora cuando es de fútbol es por Brasil”, comerciante de Tranqueras (Rivera).

Certamente, o futebol é usado como um veículo principal para transmitir mensagens sobre o que é ser brasileiro, e desempenha um papel importante na definição de identificações nacionalistas. O futebol, entendido como uma dramatização que converte um país em algo concreto e visível, é um meio significativo para transmitir mensagens sobre o que somos e o que não somos, freqüentemente definindo identidades sociais em termos nacionalistas. Segundo afirmam Donnan e Wilson, “one of the most important means used by anthropologists to explore ethnic and national identities, at borders and elsewhere, has been through the study of symbols and rituals...symbols give people a cognitive map of the world. They provide order and meaning to those who recognise them...to gaze behind the surface in order to see how identity and culture function in support or opposition to the state (...) sport is perhaps one of the least offensive ritual and symbolic structures in border cultures, yet it generates some of the most emotional forms of cultural integration and disintegration at local and national levels. This is especially apparent when a sport deemed to be one of the essential symbols of a nation takes root on both sides of an international border” (Donnan e Wilson, 1999: 80 e 65).

A população desta fronteira encontra no futebol uma estratégia principal para se definir, e os jogos de futebol podem desempenhar uma função ritual, expressando simbolicamente conflitos potenciais, como assinala Cardoso de Oliveira.

Agora, que um riverense defina uma identificação nacionalista frente a um jogo de futebol entre o Uruguaio e o Brasil, não impede que também se

identifique como *gremista* (torcedor do time de Grêmio, uma das principais equipes de RS) ou *colorado* (torcedor do time de Internacional, tradicional rival de Grêmio).

Um riverense pode afirmar “*yo siempre por Uruguay*”, embora seja *gremista* e, além disto, *bolso* (torcedor do time de Nacional, uma das principais equipes do Uruguai, tradicional rival de Peñarol). É muito improvável que um uruguaio capitalino (da cidade de Montevidéu) seja *gremista* além de *bolso*, esta possibilidade existe nesta fronteira, onde se pode ser *gremista* e isto não significa deixar de ser *bolso* ou deixar de acompanhar a “camiseta celeste”...

5.4.2 Rivera e Montevidéu. além da fronteira

“El hijo relata al padre, mientras toman el “amargo” una “conversa” que tuvo con un pariente lejano, que vive en Montevideo, y que vino comandando un equipo deportivo (el nombre no importa al caso) con respecto a cómo vive la gente de nuestro pago. - El tal de pariente ese me dijo, dice el muchacho, que es Rivera un mundo aparte y que más bien que uruguayos parecemos brasileiros por el habla que empleamos, y que en vez de trabajar vivimos del contrabando; que no respetamos leyes y que nos llevan “arriados” a votar; que no tenemos conciencia de ciudadanos y de la función del voto en un país democrático, y tantas “lorotas” más que ya me estaban inflando... -Y usted m’hijo ¿qué le dijo? (pregunta el viejo a su vástago con viva curiosidad). -Le dije: Ta te bobiando.”

“BOBIANDO” de Olyntho Maria Simões, escritor riverense.

A análise de identidades sociais em regiões de fronteira é particularmente ilustrativa por se onde o processo de construção dos *outros*, que faz parte da construção de si mesmo, é feito não só a partir do *outro* fronteiriço, mas também a partir do *outro* além da fronteira (Vila, 1999: 2000).

As identificações que um sujeito pode definir em determinado momento são sempre construídas com relação a *outro*, mas esse *outro* não se define

como uma categoria estática de uma vez e para sempre, posto que os referentes com os quais se constroi (como podem ser uma nação, uma cultura, uma etnia, uma língua, etc.), estão subordinados a um contexto social específico que tem que ser definido em cada caso. Por isso, não é conveniente falar de identidade, senão de identidades, prestando muita atenção aos diferentes *outros* implicados em todo processo de construção identitária (Vila, 1999)¹²⁴.

Sahlins também entende as expressões de lealdade e identidade em áreas de fronteira em termos relacionais e opostos, e destaca como indivíduos e comunidades também se identificam em diversos graus com comunidades mais grandes e inclusivas (Sahlins, 1989).

Segundo explicamos em estratégias de investigação, antes de aplicar nossa pesquisa na área comercial de Rivera e Livramento, foram ensaiadas no Lar de Estudantes de Rivera na cidade de Montevideú. O Lar, dependente da prefeitura de Rivera, oferece hospedagem a jovens riverenses que começam seus estudos universitários na capital. Atualmente, se encontram alojados uns 70 estudantes, aplicamos nossa pesquisa a 20 deles.

Os resultados desta experiência foram centrais para resgatar uma relação que atua como referente principal nos processos de construção de identidades nesta região de fronteira, a relação com Montevideú.

Começemos descobrindo as comuns representações sobre os riverenses em Montevideú. O poema que colocamos no começo, de Olyntho Maria Simões, proporciona um ilustrativo exemplo; *“que es Rivera un mundo aparte/ y que más bien que uruguayos, parecemos brasileiros/ por el habla que empleamos, y que en vez de trabajar/ vivimos del contrabando; que no respetamos leyes/ y que nos llevan “arriados” a votar; que no tenemos/ conciencia de ciudadanos”*.

O jovem de Rivera, que chega a Montevideú, experimenta um afastamento imediato que, na verdade, começa antes da sua chegada à capital

¹²⁴ Vila parte da *premissa* teórica “that identity is not a ‘thing’ that an individual ‘has’ once and forever, but rather, a construct, which undergoes constant negotiation with ‘others’ as its contours are defined and redefined over time” (Vila, 2000: 14).

e desde numerosos âmbitos. Quem vem de Rivera é freqüentemente definido como *bayano*, termo a maioria das vezes usado fora do departamento de Rivera por aqueles que não pertencem ao mesmo. É provável que o termo derive de *bageano* (natural de Bagé), se bem que também se considera possível uma transformação de *bahiano*, “ya que así llamaban en el pasado los gaúchos a todos los brasileños de los estados del Norte – fueran o no de Bahía – con un claro contenido peyorativo originado en el hecho de que los soldados de aquel origen servían en la infantería por ser malos jinetes” (Pi Hugarte e Vidart, 1969: 52).

O principal critério que determinaria tal designação seria um modo de falar diferente¹²⁵; “*como no hablar es imposible te dicen bayano... ah! éste es del Norte...por más que intentes (...) parece que lo único que cuenta es como hablás*”.

“*Ahí viene la bayana’ me decían en Montevideo...’y a mucha honra porque yo soy bilingüe y ustedes no’, quieras o no, mal o bien, nosotros hablamos el portugués y nos podemos comunicar*”, (professora).

“*Yo me crié hablando en portuñol y hablo el español y el acento mío, si voy al Sur*¹²⁶... *hice los cursos en Montevideo, sufrí bastante, yo no hablaba porque se reían de mí y no sé por qué (...)*”, (professor).

Os dialetos portugueses carecem de prestígio social não só em Rivera, também no resto do país; “*rompeidiomas*”, é uma das freqüentes formas de designar aos riverenses em Montevideú; “*subís en un ómnibus de acá del Norte, por ejemplo, subís gente de acá de la zona y vos vas a escuchar una cosa que ni es portugués ni es nada...*”, condutor de ônibus de Paysandú (departamento do litoral do Uruguai).

A uma forma de falar *abrasilerada* e estigmatizada, se acrescentam uma série de estereótipos similares aos já vistos com relação ao santanense; “*ah! sos de Rivera, sos más liberal*”; “*viste que las mujeres brasileñas tienen fama de ser más bonitas, más liberales, más fogosas, no sé cuanto (...) y como que*

¹²⁵ Mencionamos antes trabalhos de lingüistas uruguaios que demonstrariam a existência de “delimitaciones subjetivas” que permitiriam aos “sureños” reconhecer quase inequivocamente aos “norteños”.

¹²⁶ Montevideú e o Sul, assim se nomea em Rivera à capital do país.

eso está llegando un poco a Rivera, como que es la fama que tienen las mujeres de Rivera acá (Montevideú)", (estudiantes).

O riverense também é associado estreitamente com a prática do contrabando, fortemente penada pelo Estado nacional. Em Montevideú, a afirmação do riverense como contrabandista não está muito longe da definição do mesmo como desrespeitoso das leis, do voto e da falta de cidadania.

A costume do contrabando ou da "pilhagem", que muitas vezes caracteriza as regiões de fronteira, também é usada desde diversos âmbitos para explicar "*todo lo malo*" que distinguiria à população dos departamentos fronteiriços, como a falta de disciplina ou constância no trabalho, a falta de espírito empreendedor, etc., etc.

Harald Thun, lingüista alemão, investigou o comportamento lingüístico dos montevidéanos em Rivera segundo os usos lingüísticos de determinados marcadores (por exemplo, o uso da <v>). O autor distingue grupos de comportamento que vão desde um modelo "hiperriverense", que se distanciaria em grau máximo dos modelos montevidéanos que preferem a ß, até um modelo montevidéano acentuado que experimentaria um afastamento voluntário de Rivera e uma estilização do "*montevideanismo*" (Thun, 1996).

É quando discute o que denomina metalingüística ou lingüística popular (que se refere à opinião dos falantes sobre a situação lingüística local), que chega a conclusões como as seguintes; "*la mayoría de los montevidéanos no se siente bien en Rivera (...) interpretan su estadía en la ciudad fronteriza como un exilio. Las reacciones de esta mayoría van de la protesta verbal contra lo que consideran una desgracia hasta la aceptación resignada de lo inevitable*", grupo que se identificaria com determinados usos da <v>, "*sus juicios sobre Rivera giran invariablemente en torno al 'abrasileramiento' de los riverenses que se advertiría tanto en la lengua como en la comida, la ropa y hasta en los gestos (...) reprochando a los riverenses falta de lealtad con el Uruguay en general y para con la lengua castellana en particular*" (idem, 264: nosso sublinhado).

Destaquemos o sentimento de *exílio* que estes montevidianos experimentam em Rivera, que desconhecem a cidade e a sua gente como o Uruguai e os uruguaios, transformando-se num lugar estranho, não reconhecido e não compartilhado. Por isso, a exigência de “lealdade com o Uruguai” está muito presente e fundamentalmente associada com o uso dos dialetos portugueses no departamento nortenho;

“el fronterizo me parece que se quiere más identificar como brasilero que como uruguayo...yo estoy muy orgulloso de ser uruguayo, viste? yo no cambio pero acá...vos ves a Bengochea, el jugador de Peñarol que es de Rivera, él anduvo por toda Europa y tu ves que él habla y tiene aquel eco brasilero, bien cosa de fronterizo, ¿sabés como le digo yo?, le digo un karimbau¹²⁷. Yo siempre les digo, ‘¡dejá, eso es un karimbau!’ (...) yo a veces he hablado con maestras que están para enseñar y a veces hablan el karimbau ese...¡vos no te vas a ir de acá medio karimbada! (...) el karimbau es el que vive acá, de tanto estar acá, uno le pega eso de hablar así mal, porque eso es hablar mal, yo estoy muy orgulloso de mi país para estar hablando así”, (conductor de ônibus do departamento de Paysandú).

Em resumo, para o montevidiano, o riverense reúne uma série de atributos relacionados com uma forma de falar “abrasilerada”, comportamentos e práticas inconvenientes (como o contrabando), que afetam diretamente questões de identidade nacional (como a falta de lealdade lingüística, atitude que chega a se definir como anti-nacionalista), ou práticas como o contrabando que também “*faz dano ao país*”.

Vejamos agora as experiências de três estudantes riverenses que iniciaram seus estudos universitários em Montevideu e junto com observações feitas na fronteira de Rivera e Santana comecemos a develar algumas das complexas relações entre o norte (Rivera) e o sul (Montevideu).

Consideremos o primeiro caso de um estudante riverense, que após um tempo na capital, retorna à cidade de Tranqueras (departamento de Rivera), e tendo modificado o sotaque e estilo das suas línguas (espanhol e dialeto),

¹²⁷ Outro dos termos pejorativos usados para nomear os dialetos portugueses.

coloca: “*ahora allá sos un canario y acá sos un bayano*” (sendo lá o departamento de Rivera e cá Montevidéo).

É interessante notar como define uma nova identificação através do termo *canário* cujo uso tem, por sua vez, conotações específicas. *Canário* é um termo usado para nomear a quem vem do departamento de Canelones, limítrofe com o departamento de Montevidéo, mas também é usado em Montevidéo para nomear, genericamente, a quem vem do interior do país, sem distinção de departamentos¹²⁸.

No caso analisado, se produz uma inversão de sentidos nos usos do termo, já que *canário* está sendo usado no departamento de Rivera para nomear ou reconhecer a aqueles que vêm do sul (de Montevidéo), fazendo referência a um sotaque ou estilo de falar similar ao montevideano.

Sem dúvida, a presença de *Montevidéo* na fronteira deve ser analisada em si mesma. Montevidéo não é o Uruguai e os significados, as manifestações e os sentidos que a capital tem na fronteira são, com segurança, parte do substrato sobre a qual se cimentam os processos de construção de identidades sociais.

Diz o poeta riverense Olyntho Maria Simões, “*regresó Nenena de Montevideo, en donde estuviera dos años y pico; pero esta Nenena ya no es la muchacha con quien penitencias y juegos partimos. Está tan cambiada...(...)*” (*Nenena*, Simões, 1976).

Assim como em Rivera pode ser uma ofensa, “*vos tenés mucho de brasilera*”, uma ofensa igual ou pior é, “*estás quedando como de Montevideo*”; porque assim como Rivera, em Montevidéo, carrega diversas representações, o mesmo acontece com Montevidéo em Rivera. Os estudantes riverenses que retornam a sua cidade após um tempo na capital, de alguma forma levam com eles estas representações (freqüentemente estigmatizadas).

O segundo caso trata de uma estudante com seus estudos universitários concluídos em Montevidéo, que regressa a Rivera depois de quatro anos de ausência. Esta estudante nunca falou variedades de português, se bem que

¹²⁸ Uma popular piada na cidade de Montevidéo define à rodoviária “a gaiola”, porque está cheia de *canários*, no duplo sentido literal de pássaros e de aqueles que vêm do interior do país.

não as desconhecia, na sua casa sempre se falou *portunhol*, língua materna de seus pais.

Num aparente e consciente esforço por restabelecer um vínculo de comunicação que sentiu, de algum modo, perdido, esta estudante, uma vez chegada a Rivera, começou a usar o *portunhol* com suas amigas riverenses. Não encontrou resposta, isto é, a resposta era sempre em espanhol, se bem que, simultaneamente, estas mesmas amigas, em sua presença, se dirigiam a terceiros em dialeto. Por outro lado, o uso que começou a dar ao *portunhol* começou a ser errado, no lugar e na forma, segundo foi assinalado (como uma advertência crítica) por seus próprios colegas de trabalho de um serviço público de Rivera.

Evidentemente, num princípio esta estudante usou o *portunhol* como uma forma de identificação local; quem fala *portunhol* e é capaz de se comunicar nesta língua, demonstra um conhecimento íntimo da sociedade riverense, sobretudo, em oposição à gente do sul, que desconhece os códigos de comunicação locais.

Esta estudante pretendeu usar o *portunhol* como um recurso que lhe permitiria se relacionar novamente, depois de uma importante ausência – não só não esteve em Rivera, além disto, esteve em Montevideu! – com suas amigas locais. Porém, não conseguiu falá-lo corretamente. De fato, nunca o tinha usado antes, provavelmente, por causa da falta de prestígio social que as variedades de português têm nesta fronteira.

Neste caso, o uso do *portunhol*, como uma marca de identificação local, não se tornou uma estratégia existosa mas, poderia sê-lo na cidade de Montevideu?. O caso seguinte brinda alguns indícios neste e outro sentidos.

Como mencionamos antes, quando se jogou a Copa Mundial de futebol (1998) entre a França e o Brasil, o fracasso do Brasil provocou um festejo noturno coletivo e Rivera se converteu numa festa. A *linha* foi fechada por um cordão de polícias para impedir que a caravana de carros riverenses ingressasse na cidade de Livramento. As cores da França apareciam nos balões e nas bandeiras que cobriam carros e gente, era uma alegria popular. Os que não podiam compreender o que acontecia, mas sim censurá-lo, era a gente de Montevideu que ali presente exclamava;

“qué ignorantes gritan ‘Viva Francia’ en portugués”;

“viven mirando al Brasil, hablan su idioma, miran la novela, ven su televisión y cuando juega Brasil no hay hinchas, no hay hinchas, ¿por qué? porque los brasileiros son unos babosos y unos creídos, es inexplicable”.

Nesta manifestação popular, a rivalidade entre riverenses e santanenses se expressava em todo seu esplendor. Porém, para um montevideano esta rivalidade é *inexplicável*, porque se o riverense “se parece tanto ao brasileiro”, porque fala português, assiste a sua novela, etc., etc, por quê este enfrentamento?.

Que o riverense fale dialetos portugueses ou apresente determinadas práticas culturais diferentes das práticas do sul, nada nos diz sobre os sentimentos de pertencimento da sua população. Porque, justamente, como assinala Barth, as bases sobre as quais devemos indagar as identidades de um grupo são as relações sociais, e os rasgos que temos que tomar em conta são aqueles que os mesmos atores consideram significativos (Barth, 1976).

O que nos interessa destacar aqui é a atitude dos riverenses em Montevideú, em contraste com aqueles que celebravam o fracasso do Brasil frente a França na cidade de Rivera.

Através de nossas pesquisas, descobrimos que a atitude em Montevideú era outra, com uma maioria de estudantes desejando o Brasil ganhador e, segundo o manifestaram eles mesmos; *“acá (Montevideú) nos queremos confundir, allá (Rivera) se define de otra forma”*; *“acá ves una bandera brasilera y te enloqueces”*; *“acá cantamos en portugués, hablamos, hacemos chistes”*; *“cuando extrañamos hablamos en portugués, para sentirnos como en casa”*.

Em Montevideú, a atitude frente ao Brasil é outra (frente ao que pode significar o *Brasil* na capital), e é também outra a atitude frente ao uso do *portunhol*, fundamentalmente, porque ditos usos adquirem outros significados (*“para sentirnos como en casa”*), e porque a disposição para falá-lo adota inclusive uma atitude reivindicativa; *“acá (Montevideo) vos no tenés nada que diga ‘estou morrendo de saudade’”*.

Lembremos os significados do bilingüismo na sociedade de Rivera, definida como diglössica, e o escasso prestígio social dos dialetos portugueses

(apesar de ser falados por uma grande maioria da população). Em Montevideu, a atitude frente à língua, e não exclusivamente, é outra, porque os referentes são outros, e porque as relações sociais nas que atualmente se inscrevem as práticas cotidianas de ditos estudantes os põem diante de novas definições sobre si mesmos. Definições que são sempre construídas com relação a *outro* que, neste caso, também tem mudado.

5.5 conclusões preliminares

O discurso da irmandade ou integração é um discurso presente nas comunidades de fronteira de Rivera e Santana que descreve as relações entre suas populações em termos idílicos como relações harmônicas, integradas e irmãs. É parte deste discurso a afirmação da ausência de limites físicos e/ou políticos entre as comunidades, favorecendo uma concepção de integração. Como a fronteira política internacional entre os países do Uruguai e do Brasil em Rivera e Santana não se vê, porque é uma fronteira imaginada, constituída por linhas imaginárias, também não se sente estando, de alguma forma, ausente. “*Nosotros no vivimos en Rivera, sino en Rivera y Santana*”, o limite político pareceria ser indiferente para a população desta fronteira, porque a vida e seus acontecimentos cotidianos se sucedem tanto numa cidade como na outra, tanto com uns como com outros.

A interação cotidiana entre ambas as comunidades é intensa e vai além das políticas institucionais entre os governos nacionais. Pensemos, por exemplo, na educação pública na fronteira; embora seja certo que não existem diálogos institucionais entre os sistemas educativos de ambas as cidades (porque de ambos os países), as crianças e jovens de uma cidade e da outra freqüentemente dividem a sua educação em instituições de ensino uruguaias e brasileiras. Do mesmo modo, embora sejam escassos os projetos de trabalho conjuntos entre as prefeituras de Rivera e Santana, as decisões de uma repercutem na outra, com conseqüências diretas no acontecer cotidiano de ambas as cidades.

As relações entre riverenses e santanenses são tão intensas como cotidianas, mas também são tão complexas e contraditórias como

conseqüência da proximidade física, política e institucional de duas cidades-Estado; porque grande parte das formas, os conteúdos e os significados que a interação entre estas comunidades tem para sua população estão organizadas por um agente poderoso, o Estado moderno.

É verdade que riverenses e santanenses convivem dia a dia, e é este um dos pontos mais citados como elemento de integração, também é verdade que a interação ou integração não formalizada (nos termos de Lehnert et al, 1990) é a que geralmente provoca as situações de “ilegalidade”, como as descritas no capítulo 2.

Estas situações de ilegalidade, como as *trampitas* da fronteira, refletem interesses e percepções particulares dos atores fronteiriços e, de alguma forma, como afirmamos no capítulo 2, através destas práticas os atores fronteiriços tomam o Estado nas suas mãos, porque são eles os que tomam as decisões, dão os significados e estabelecem as identificações que consideram oportunas (tarefas principais do Estado moderno). Também é certo que estas são práticas compartilhadas tanto por riverenses como santanenses, freqüentemente, são este tipo de práticas as que fundamentam o discurso da integração no seguinte sentido: nós, os atores fronteiriços, fazemos isto porque estamos na fronteira e na fronteira é assim, e o fazemos todos (tanto riverenses como santanenses, *nós* e os *outros*), e o Estado (*a linha*) é indiferente para nós e não afeta nossas práticas cotidianas.

O discurso da integração encontra nas práticas cotidianas um argumento principal; mas, os significados destas práticas, para uns e outros, podem ser vários e diferentes, como são diferentes os sentidos que riverenses e santanenses dão às variedades de português (*portunhol*) ou aos *doble chapa*, etc., freqüentemente indicados como marcas de integração cultural destas comunidades de fronteira.

Aliás, estas práticas cotidianas são *inevitáveis* e por ser *inevitáveis* (no sentido que explicamos antes), descobrem o agente responsável de resolver que coisas se devem evitar e que coisas não, e descobrem que o Estado não deixa de estar presente, ou onnipresente, nesta fronteira; porque o Estado não deixa de atuar, nem de decidir, nem de indicar que é que, quem é quem e como *deveriam* ser as coisas, e isto apesar de ser esta uma fronteira

imaginada ou porque esta é uma fronteira imaginada e efetivamente se imagina.

As histórias de conflitos cotidianos mostram que os santanenses (vizinhos e irmãos, segundo o discurso da irmandade) também podem ser *outros*, estranhos e estrangeiros, e revelam que se estabelecem limites culturais entre uns e outros, como também o revelam as populares denominações *brasileiros* e *castilhões*.

Esta última denominação é especialmente interessante porque o santanense identifica o riverense como *castilhão* e, ao mesmo tempo, lhe exige o dever de falar a língua espanhola. Uma vez mais, é clara a distinção entre o que *deveria ser* e o que não, que encontra amplo eco nas próprias afirmações dos riverenses que, por uma série de práticas *inevitáveis*, são punidos, têm que ser reivindicados e capazes de defender, definir e aprender o *nosso* (da mesma forma que na escola devem aprender a cantar o hino nacional uruguaio e esquecer o brasileiro).

O futebol, e sobretudo, o momento do futebol, se mostra como meio ou momento significativo para transmitir mensagens sobre o que somos e o que não somos, definindo identidades sociais em termos nacionalistas. Se bem que também se descobrem outras identificações interessantes (porque um riverense pode ser *gremista*, além de *bolso* e de acompanhar a *celeste*) que são possíveis nesta fronteira (porque têm coisas que só acontecem nas fronteiras), e que dão pistas sobre a particularidade e as características do mundo do ator fronteiriço.

Muito podemos aprender desse mundo ampliando nossa visão e incorporando as relações que a população desta fronteira sustenta além da fronteira. Porque aprendemos sobre a natureza e as formas dos limites ou fronteiras culturais entre riverenses e santanenses quando descobrimos que as expressões de lealdade estão construídas em termos relacionais e opostos,

não só com o *outro* fronteiriço, mas também a partir do *outro* que está além da fronteira¹²⁹.

Isto mostramos quando revelamos que a relação que os riverenses estabelecem com a gente de Montevideú é uma relação conflitiva, porque a sua experiência na capital também é conflitiva. Da mesma forma, os montevidéanos que moram em Rivera experimentam uma série de dificuldades em compreender e compartilhar o mundo nortenho. Para os montevidéanos Rivera não é o Uruguai, atitude não compartilhada pelos riverenses que reclamam “*yo no soy menos uruguayo por hablar distinto*”¹³⁰.

O que ensinam as experiências dos estudantes riverenses em Montevideú, é como na capital o *outro* não é o santanense ou *brasileiro*, é o montevidéano, com quem tem que se relacionar todos os dias e enfrentar uma série de estigmas que os assinalam como *bayanos*. Por isso, na capital o riverense sim fala *portunhol* (afirma ou reconhece que fala), escuta música brasileira e festeja o triunfo do Brasil nos jogos de futebol, porque *cá* (em Montevideú) é diferente, e o Brasil está mais longe, porém, mais perto de casa.

~

¹²⁹ Como lembram Donnan e Wilson, “take into account the needs, desires and other realities of the people who live at those borders, as well as the cultural significance of the borders to people in more distant metropolises (...) Because nations and states have political and cultural frontiers which entail regular and often sharply contested negotiations to mark their limits, border communities are implicated in a wide range of local, national and international negotiations. A focus on border cultures is one way to identify and analyse the networks of politics, economics and society which tie individuals and groups in border regions to others, both inside and outside their own countries” (Donnan e Wilson, 1999: 11-12).

¹³⁰ Como mencionamos antes, a lealdade de um grupo de pessoas não está determinada necessariamente pela língua que falam; embora a maioria dos riverenses fale variedades de português, seu sentimento de pertença é para o Uruguai, referente principal para expressar uma identificação nacionalista.

considerações finais

Em nosso trabalho nos propusemos, através do estudo de algumas das práticas cotidianas de riverenses e santanenses, entender como são vividos todos os dias a fronteira, o Estado e a nação. Este primeiro objetivo descobre a situação de fronteira que vivem as populações de Rivera e Livramento; na presente investigação tentamos dar conta desta situação de fronteira como um todo, procurando compreender essa totalidade em seus múltiplos aspectos.

A análise das relações familiares, o contexto sociolingüístico, os cruzamentos, os estereótipos e questões relativas à identidade e integração, mostram o que está em jogo na situação de fronteira. Efeitivamente, para os atores fronteiriços *a linha* tem uma dimensão instrumental e se converte em si mesma numa estratégia cotidiana; porém, também incorpora uma dimensão cultural ou simbólica que estabelece diferenças entre *cá* e *lá*, entre *nós* e *eles*.

A fronteira política entre o Uruguai e o Brasil em Rivera e Santana tem particularidades distintivas. *A linha* como limite político entre estas cidades e suas populações, é apresentada como *linha* ou fronteira imaginada porque, certamente, *in situ* está constituída por linhas imaginárias traçadas entre marcos sucessivos; a fronteira não tem uma substância física ou legal (sem alfândegas e sem estruturas físicas de controle do Estado), que dificulte a circulação imediata e cotidiana entre ambas populações. Porém, essas linhas imaginárias são muito visíveis para riverenses e santanenses; se a fronteira física é uma fronteira imaginada, os atores fronteiriços imaginam efetivamente a ou as fronteiras entre uns e outros¹³¹.

¹³¹ Como lembra Faulhaber (2001), a acepção antropológica da fronteira como “um fato social total” considera, sobretudo, o terreno imaginário no qual se constitui; “a visão antropológica da fronteira como limite (...) implica a análise da constituição imaginária da fronteira” (2001: 117). A construção da fronteira entre Estados passa pela internalização do imaginário relacionado com processos de construção nacional, aparece como um lugar social vivido e redimensionado em seus aspectos imaginários e metafóricos pelos que nela vivem e “travam interações baseadas na cidadania, na nacionalidade e na pertinência a uma comunidade local” (Faulhaber, 2001: 118).

Para o século XIX, o historiador John Charles Chasteen se perguntava quão importante podiam ser o estado e a nação numa terra onde a suposta linha divisória entre os países era tão recente e “tan notoriamente artificial” (Chasteen, 2000: 62). Porém, embora invisível na terra, a fronteira tinha um grande impacto nas vidas de seus habitantes, “y siempre ocupó un lugar de importancia en la comprensión que tuvieron respecto del orden político. Después de todo, la frontera no les había sido impuesta, como parecía indicar su invisibilidad. Más bien se puede decir que los fronterizos habían conseguido que la frontera se impusiera a través de las luchas de unos contra otros” (idem)¹³².

No século XIX, a presença estadual na fronteira não tinha - em grande medida - eficácia; porém, as instituições estaduais (como a milícia, os juízes e todas as outras formas de presença estadual), não eram ignoradas. Dois Estados nacionais se encontraram na linha invisível que atravessava tão arbitrariamente as onduladas paisagens da fronteira; “y siendo creaciones de la imaginación humana, esas instituciones estatales siempre tuvieron alguna importancia, aunque más no fuera en la cabeza de la gente” (Chasteen, 78).

É, neste sentido, que o Estado-nação se descobre como um agente poderoso, provedor principal dos marcos culturais que sustentam os modos de significar o mundo da fronteira que - é bom lembrar - respondem a uma determinada configuração histórica.

É verdade que esta fronteira apresenta um panorama cultural que transcende a linha de fronteira, que riverenses e santanenses compartilham práticas e dinâmicas que os distinguem de outras áreas de seus respectivos Estados nacionais, e que geralmente ultrapassam os limites impostos pelos Estados nacionais. É certo que as comunidades de Rivera e Santana interatuam cotidianamente e existe uma forte interdependência econômica e

¹³² A área que mais tarde se transformaria na fronteira brasileiro-uruguaia, foi uma das terras mais disputadas pelos impérios espanhol e português, o que provocou um prolongado conflito militar. A fronteira era uma sociedade altamente militarizada, bandeiras e uniformes abundavam, e os símbolos nacionais adquiriam uma crescente significação por contraposição com os do Estado vizinho (Chasteen, 2002).

social de caráter informal. Porém, também é certo, como lembra Grimson citando a Leach, que o fato de que duas localidades conformem na sua interrelação uma certa “estrutura social” ou um sistema de relações sociais, não implica sua uniformidade cultural, senão todo o contrário (Grimson, 2000a:18). De fato, descobrimos o papel do Estado como um dos agentes mais importantes de categorização ou uma fonte poderosa de significados, capaz de estabelecer e identificar diferenças entre *cá* e *lá*, entre *nós* e *eles*.

Uma prática como nascer *de um lado* e se registrar *do outro lado* é uma prática fraudulenta para o Estado nacional; porém, está inspirada na idéia de nação tal como representada na cultura nacional, segundo uma noção de pertencimento, como uma “comunidade de sentimento”. Pensando na cultura nacional, como propõe Hall, como um sistema de representação, um discurso ou um modo de construir sentidos, que influi e organiza nossas ações e a concepção que temos de nós mesmos, nesta fronteira *imaginada* é possível descobrir a força desta construção cultural.

Porque em Rivera e Santana se nasce *de um lado* e se registra *do outro lado*, freqüentemente inspirando-se na idéia de nação; porque nestas cidades existem *esquinas brasileiras* e *esquinas uruguaias* e está claro a quem corresponde cada qual; porque nestas cidades *cá* e *lá* se referem a mundos com opções e valores diferentes; mas, fundamentalmente, porque nesta fronteira está mais claro que em qualquer parte como *devemos* nos comportar, como *devemos* falar, etc., etc. E está mais claro que em qualquer parte porque, nesta parte, cotidianamente se convive e se percebe o que não *deve* ser, porque o que não *deve* ser está *do outro lado*, e porque apesar de compartilhar com o *outro* práticas e dinâmicas culturais, estas práticas e dinâmicas são *inevitáveis*.

Quando riverenses e santanenses fazem as suas compras cotidianas, tanto numa cidade como na outra, chegado o momento de pagar a mercadoria o vendedor invariavelmente pergunta: “*em reais ou pesos?*”; esta é uma das perguntas mais formuladas nesta fronteira; porém, Andressa não deixa de

sentir “raiva” cada vez que a formulam, “*por que, se estamos no Brasil?*”, se questiona Andressa.

Na *linha* os atores fronteiriços têm reais e pesos nas bolsas porque a *linha* se cruza e porque a *linha* se usa. Porém, apesar de ser estas a moedas de Rivera e Santana (“*nosotros no vivimos en Rivera, sino en Rivera y Santana*”), também são as moedas do Uruguai e do Brasil e, como mostram as expressões de Andressa, Santana também é o Brasil e no Brasil também as coisas (e a moeda) *deveriam* ser de uma forma e não de outra.

Na fronteira riverense-santanense se descobre o papel do Estado como um árbitro (Wilson e Donnan, 1998) ou como um agente poderoso de identificação e categorização (Brubaker e Cooper, 2001), que procura monopolizar não só a legítima força física, mas também a legítima força simbólica que inclui o poder de nomear, identificar, categorizar, indicar que é que e quem é quem (idem, 45).

Muitas práticas são *inevitáveis* porque *deveriam* ser evitadas e é o Estado quem ordena e identifica que coisas devem ser evitadas e que coisas não, basicamente porque as nações modernas se convertem em formações culturais e as entidades culturais coincidem com as entidades políticas (Todorov, 1991). Por isso, para o Estado deve ficar claro desde a língua que deve ser usada até onde fazer as compras cotidianas ou que canções escutar, aprender, etc., etc., etc.; sobretudo, nas regiões de fronteira política onde o processo de construção do Estado e a nação está “dramaticamente” ressaltado e cada Estado intenta articular seu território e a sua identidade em oposição ao outro¹³³ (Sahlins, 2000).

¹³³ Sahlins usa uma expressão sugestiva para se referir às zonas fronteiriças, o autor fala de “interstícios do Estado”, onde reconhece propriedades distintivas. O autor se refere ao modelo segmentario que enfatiza a natureza relacional e contingente das identidades “basándose en magnificar las distinciones entre ‘nosotros’ y ‘ellos’” (Sahlins, 2000: 47). Este modelo seria muito mais evidente nas zonas fronteiriças onde estaria presente na vida e nas atividades cotidianas.

As fronteiras políticas são lugares férteis para a análise antropológica, e a fronteira política do Uruguai e do Brasil em Rivera e Santana o é ainda mais. Nosso trabalho descobre as particularidades desta fronteira que a convertem num lugar privilegiado para o estudo de questões diversas. Na nossa investigação tentamos dar conta, através do estudo de algumas das práticas cotidianas de riverenses e santanenses, da situação de fronteira que vivem as populações de Rivera e Livramento.

Para isso, foi preciso compreender os modos em que a fronteira, o Estado e a nação são vividos cotidianamente. O estudo de práticas relacionadas com o nascimento, o matrimônio, o consumo e o contrabando, com o uso e os sentidos que as diferentes línguas adquirem nesta fronteira, com as representações ou estereótipos que riverenses e santanenses têm dos *outros* e de si mesmos, e com questões relativas aos conceitos de identidade e integração, mostram como se vive e se usa a fronteira, como se imagina a fronteira ou *a linha* e desde onde. A idéia de nação alimenta e significa as práticas analisadas e porque muitas destas práticas são *inevitáveis*, descobrimos a presença e algum dos sentidos que pode adquirir o estado nesta fronteira política.

~

bibliografia

ANDERSON, Benedict. Nação e Consciencia Social. São Paulo, Ática, 1989.

ANUARIO ESTATÍSTICO DO RIO GRANDE DO SUL, 1996.

APPEL, René & MUYSKEN, Pieter. Bilingüismo y contacto de lenguas. Ed. Ariel, S.A. Barcelona, Espanha, 1996.

BARANGER, Denis. Construcción y análisis de datos. Ed. Universitaria, Universidade Nacional de Misiones, 1992.

BARRIOS, Graciela. "Políticas lingüísticas en el Uruguay: estándares vs. dialectos en la región fronteriza uruguayo-brasileña". In: Actas del 51 Congresso Brasileiro para o Progresso da Ciência: Mercosul, a quebra das fronteiras?. Porto Alegre, julho 1999, (mimeo).

BARRIOS PINTOS, Aníbal. Rivera en el ayer. De la crónica a la Historia. Ed. Minas, Montevidéo, Uruguai, 1962.

BARTOLOMÉ, Leopoldo J. The colonos of Apóstoles: adaptive strategy and ethnicity in a Polish-Ukrainian settlement in northeast Artentina. AMS Press INC., Nova Yorke, 1990.

BARTH, Friedrick. Los grupos étnicos y sus fronteras. La organización social de las diferencias culturales. Fondo de Cultura económica, México, 1976.

BEHARES, Luis Ernesto. Planificación lingüística y educación en la Frontera Uruguay con Brasil. Montevidéo, Instituto Interamericano del Niño (OEA), 1984.

BENTANCOR, Gladys; CAIRELLO, Julio; REYES, Raquel; BOTTINO, Rosario; PINTOS, Nilva. Rivera- Livramento. De la integración de hecho a la integración real. Ed. G.I.R. Grupo de Investigación de Rivera, Uruguai, 1989.

BLEIL DE SOUZA, Susana. "Identidade e Nacionalismo no Processo de Integração da Fronteira Uruguaia no Final do Século XIX". In: Revista Humanas, Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre, v.18, n1/2. Jan/Dez, pp. 151-169, 1995.

----- "Os caminhos e os homens do contrabando". In: CASTELLO, Iára Regina; HAUSEN COSTA, Ênio; LEHNEN, Arno Carlos; SCHÄFFER OTERO, Neiva; DA SILVA CÂNCIO, Pedro; BLEIL DE SOUZA, Susana. Organizadores. Praticas de integração nas fronteiras. Temas para o Mercosul. UFRGS. Goethe Institut, aeba, 1995b.

BRUBAKER, Rogers & COOPER, Frederick. "Más allá de 'identidad'". In: Apuntes de Investigación. Año V, Nro. 7, abril de 2001. CECYP (Centro de Estudios en Cultura y Política), Buenos Aires, (p. 30-101).

CAETANO, Gerardo & RILLA, José. Historia Contemporánea del Uruguay. De la colonia al Mercosur. Colección claeH. Montevidéo, 2001.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. "Epílogo I. Fronteras, naciones e identidades. Comentarios". In: GRIMSON, A. (comp), Fronteras, naciones e identidades. Ciccus-La Crujía. Buenos Aires, 2000.

----- Etnicidad y estructura social. México, D.F., 1992.

CAGGIANI, Ivo. Santana do Livramento – 150 anos de história - . Ed. Museo Folha Popular e Aspes, v.1, 1983.

CHASTEEN, John Charles. Héroe a Caballo. Los hermanos Saravia y su frontera insurgente. Biografías Aguilar. Fundación Bank Boston. Ediciones Santillana, 2002. Montevideo.

DA MATTA, Roberto. "Esporte na sociedade: um ensaio sobre o futebol brasileiro". In: DA MATTA, R.; BAËTA, L.F.; LAHUD GUEDES, S.; VOGEL A. Universo do Futebol. Esporte e Sociedade Brasileira. Ed. Pinakotheke, RJ, 1982.

DONNAN, Hastings & WILSON, Thomas M. Borders. Frontiers of Identity, Nation and State. Oxford, New York, 1999.

----- "An anthropology of frontiers". In: DONNAN, H. & WILSON, T. (eds). Border Approaches. Anthropological perspectives on frontiers. University Press of America, 1994.

ELIZAINCÍN, Adolfo. "Norte y Sur en el territorio lingüístico uruguayo". In: RADTKE, Edgar & THUN, Harald (org.). Neue Wege der Romanischen Geolinguistik, Westensee-Verlag Kiel, Germany, 1996.

----- Marginación y discriminación en situaciones de contacto lingüístico. In: Separata de Simposio Internacional de Lengua y Literaturas Hispánicas. Departamento de Humanidades, Universidad Nacional del Sur. Bahía Blanca, Argentina, 1980.

----- Algunas precisiones sobre los dialectos portugueses del Uruguay. Universidad de la República, División publicaciones y ediciones, 1978.

----- "Estudio de actitudes docentes hacia el bilingüismo fronterizo". In: Punto21, volumen 2, abril, pp. 7-15, 1976.

----- "El bilingüismo de la frontera uruguayo-brasileña". In: Letras de Hoje, junho, nro. 20, pp. 65-75, 1975.

ELIZAINCÍN, Adolfo; BEHARES, Luis Ernesto; BARRIOS, Graciela. Nos falemo brasileiro. Dialectos Portugueses en Uruguay. Ed. AMESUR, Montevidéo, 1987.

FAIG GARICOÏTS, Juan Francisco. "Evolución y perspectivas de las zonas norte y noreste". In: Análisis y Propuestas 1998-2002. Programa de Desarrollo Regional. Montevidéo, 1998, (mimeo).

FAULHABER, Priscila. "A fronteira na antropologia social. As diferentes faces de um problema". In: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais. São Paulo, nº 51, 1º semestre de 2001, pp. 105-125.

FISHMAN, J.A. Sociología del lenguaje. Ed. Cátedra, S.A. Madrid, Espanha, 1982.

FRIGERIO, Alejandro & RIBEIRO, Gustavo Lins (orgs.). Argentinos e Brasileiros. Encontros, Imagens e estereótipos. Vozes. Petrópolis, 2002.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. <http://www.fee.tche.br>

GEERTZ, Clifford. A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro, LTC, 1989.

GABBIANI, Beatriz & PELUSO, Leonardo. Lenguaje, pensamiento y educación. Matrices sociales y desarrollo de las habilidades lingüístico-cognitivas. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación. Ed. Amauta, Montevidéo, 1993.

GRIMSON, Alejandro. "Vivências do Estado como alteridade. Imagens cruzadas na fronteira argentino-brasileira". In: FRIGERIO, Alejandro & RIBEIRO, Gustavo Lins. Argentinos e Brasileiros. Encontros. Imagens e Estereótipos. Vozes, Petrópolis, 2002.

----- "Introducción: ¿fronteras políticas vs. fronteras culturales?". In: GRIMSON, A. (comp). Fronteras, naciones e identidades. Ciccus-La Crujía, Buenos Aires, 2000(a).

----- "La fabricación cotidiana de la frontera política". Un análisis de Posadas (Argentina)/Encarnación (Paraguay) y Uruguayana (Brasil)/Libres (Argentina). In: Prepared for delivery at the 2000 meeting of the Latin American Studies Association. Hyatt Regency Miami, marzo, 2000(b), (mimeo).

GUARNEIRO, Susana. "La frontera uruguayo-riograndense, el caso de Rivera-Santana do Livramento". Montevidéo, IDES, 1987, (mimeo).

GUEDES, Simoni Lahud. O Brasil no campo de futebol. Estudos antropológicos sobre os significados do futebol brasileiro. Ed. Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ, 1998.

GUMPERZ, John & HYMES, Dell. "Introduction". In: Directions in Linguistics. The ethnography of communication. Edited by John J. Gumperz and Dell Hymes. Basil Blackwell Ltd., UK, 1986.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. DP&A Ed. Rio de Janeiro, 2002.

HENSEY, Frederik Gerald. "Spanish, Portuguese, and Fronteiriço: languages in contact in northern Uruguay". In: *International Journal of the sociology of language*, 34: pp. 7-24, 1982.

----- "Bilingüismo y convivencia en una frontera sudamericana". In: XIV Congresso Iuternazionale di lingüistic e filologia romanza. Napoli 12-20 April, 1974.

----- The Sociolinguistics of the Brazilian-Uruguayan Border. Mouton. The Hague, Paris, 1972.

HERZFELD, Michael. "The practice of stereotypes". In: *Cultural Intimacy. Social poetics in the Nation-State*. New York, Routledge, 1997.

HOBSBAWM, Eric J. Nações e Nacionalismo desde 1780. Paz e Terra, RJ, 1998.

HOBSBAWM, Eric J. & RANGER, Terece. A invenção das Tradições. Paz e Terra, RJ, 1997.

HYMES, Dell. "Models of interaction of Language and Social Life". In: *Directions in Linguistics. The ethnography of communication*. Edited by John J. Gumperz and Dell Hymes. Basil Blackwell Ltd., UK, 1986

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA (INE). VII Censo General de Población. III de Hogares y V de viviendas. RIVERA. República Oriental del Uruguay, maio de 1996.

JARDIM, Denise Fagundes. "Diásporas, viagens e alteridades: as experiências familiares dos palestinos no extremo-sul do Brasil". In: *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 6, n. 14, novembro, 2000, pp. 41-69.

JELIN, Elizabeth. "Epílogo II. Fronteras, naciones, género. Un comentario". In: GRIMSON, A. (comp). *Fronteras, naciones e identidades*. Ciccus-La Crujía, Buenos Aires, 2000.

LEACH, Edmund. "Etnocentrismos". In: *Enciclopédia Einaudi*. Volume 5. *Anthropos-Homem*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985.

LEHNEN, Arno Carlos; JACOBS MEDEIROS, Casimiro; COPSTEIN, Gisela; GONÇALVES SIQUEIRA, Jussara Maria. "O espaço fronteira Brasil-Uruguaí". In: SEITENGUS, Vera Maria P. & DE BONI, Luis A. (coord), *Temas de Integração Latino Americana*. Vozes. Editora da Universidade, Porto Alegre, 1990.

LE PAGE, R.B. & TABOURET-KELLER, Andrée. Acts of Identity. Creole-based approaches to language and ethnicity. Cambridge University Press, Cambridge, 1985.

LIMA ALBORNOZ, Vera do Prado. Armour. Uma aposta no pampa. Santana do Livramento, 2000.

LÖFGREN, Orvar. "The Nationalization of Culture". In: Ethnologia europea. Journal of European Ethnology. Vol. 19, nro. 1, pp:5-24, 1989.

MACIEL, Maria Eunice. "Os Tipos Característicos. Região e estereótipos regionais". In: Humanas, Porto Alegre, v. 18, n.1/2, p. 171-191, jan/dez, 1995.

MALINOWSKI, Bronislaw. Argonautas do Pacífico Ocidental. Editor Victor Civita, 1984.

MASINA, Léa. "O Contrabando na confluência de culturas". In: CASTELLO, Iára Regina; HAUSEN COSTA, Ênio; LEHNEN, Arno Carlos; SCHÄFFER OTERO, Neiva; DA SILVA CÂNCIO, Pedro; BLEIL DE SOUZA, Susana (orgs.). Práticas de integração nas fronteiras. Temas para o Mercosul. UFRGS. Goethe Institut, aeba, 1995.

MAZZEI, Enrique. Rivera (Uruguay) – Santana (Brasil). Identidad, territorio e integración fronteriza. Departamento de Sociología, Facultad de Ciencias Sociales. Universidad de la República, 2000 (mimeo).

MARSILIO, Horacio de. El lenguaje de los uruguayos. Editora nuestra tierra, Montevideu, 1969.

MELGAR, Alicia. "La región norte del Uruguay y sus perspectivas en el Mercosur". In: Integración y Desarrollo Regional en áreas de frontera. EPPAL, Montevideu, 1993.

MURGUÍA, Julián. Cuentos del país de los gauchos. Editora da Banda Oriental, Montevideu, 2001.

OLIVEN, Ruben George. A parte e o todo. Diversidade cultural no Brasil-nação. Editora Vozes Ltda., Brasil, 1992.

ORTIZ, Renato. Mundialização e Cultura. São Paulo, Brasiliense, 1994.

PEIRANO, Mariza. "Rituais como estratégia analítica e abordagem etnográfica". In: PEIRANO, Mariza (org.). O dito e o feito. Ensaios de Antropologia dos Rituais. Relume Dumará. RJ, 2001.

PÉREZ-AGOTE, Alfonso & TEJERINA, Benjamín. "Lengua y actor social. Un enfoque teórico de sus relaciones". In: Revista Española de Investigaciones Sociológicas, nro. 49, pp. 145-159, 1990.

PI HUGARTE, Renzo & VIDART, Daniel. El legado de los inmigrantes I. Editora nuestra tierra, Montevidéo, 1969.

QUASTHOFF, Uta. "Linguistic Prejudice/Stereotypes". In: MITBEGRÜNDET von, UNGEHEUER, Gerold. Sociolinguistics. Handbooks of Linguistics and Communication Science. Edited by Herausgegeben von Ulrich Ammon, Norbert Dittmar, Klaus J. Mattheier. Walter de Gruyter, Berlin, Nova Yorke, 1987.

RIBEIRO, Gustavo Lins. "Tropicalismo e europeísmo. Modos de representar o Brasil e a Argentina". In: FRIGERIO, Alejandro & RIBEIRO, Gustavo Lins. Argentinos e Brasileiros. Encontros. Imagens e Estereótipos. Editora Vozes. Petrópolis, 2002.

----- "Ser e não ser. Explorando fragmentos e paradoxos das fronteiras da cultura". In: FONSECA, Claudia (organizadora). Fronteiras da Cultura. Horizontes e territórios da antropologia na América Latina. Editora da Universidade. UFRGS, Porto Alegre, 1993.

RODRÍGUEZ NAVARRO, Waldemar. Villa Ceballos. Los que pusieron los cimientos. Historia de Rivera. Tomo I. Intendencia Municipal de Rivera, ?.

RONA, J.P. El "dialecto" fronterizo del norte del Uruguay. Universidad de la República. Montevidéo, 1965.

RUBEN, Guilherme Raúl. "A teoria da Identidade na Antropologia: um Exercício de Etnografia do Pensamento Moderno". In: CORREA, M.E. & LARAIA, R. (org). Roberto Cardoso de Oliveira: Homenagem. Campinas, UNICAMP/IFCH, 1992.

----- "Teoria da Identidade: Uma Crítica". In: Anuário Antropológico/86. Editora Universidade de Brasília/Tempo Brasileiro, 1988.

----- O que é nacionalidade. Editora brasiliense. San Pablo, 1987.

SAHLINS, Peter. Boundaries. The Making of France and Spain in the Pyrenees. Berkeley, University of California Press, 1989.

SALOMÓN, Joel. Diccionario Riverense. Nro. 18. Rivera, Editora do autor, 2000.

SCHÄFFER, Neiva Otero. Urbanização na fronteira. Editora da Universidade. UFRGS, Porto Alegre, 1993.

SIMÕES, Lilión; CAIRELLO, Julio; PEREYRA, Aarturo; TITO, Mario. Rivera. Los Departamentos. Nro. 3. Editora nuestra tierra. Montevidéo, Uruguai, 1970.

SIMÕES, Olyntho María. La Sombra de los Plátanos. Editora Gadi. Florida, 1963.

SPRANDEL, Marcia Anita. “*Aquí não é como na casa da gente: comparando agricultores brasileiros na Argentina e no Paraguai*”. In: FRIGERIO, Alejandro & RIBEIRO, Gustavo Lins. *Argentinos e Brasileiros. Encuentros. Imagens e Estereótipos*. Editora Vozes. Petrópolis, 2002.

THUN, Harald. “Movilidad demográfica y dimensión topodinámica. Los montevideanos en Rivera”. In: *Neue Wege der Romanischen Geolinguistik*. Edgar Radtke & Harald Thun (org.), Westensee-Verlag Kiel. Germany, 1996.

THIESSE, Anne-Marie. “Une nation, une langue”. In: *La Creation des Identités Nationales-Europe XVIII-XX Siècle*. Paris, Seuil, 1999.

TODOROV, Tzvetan. *Nosotros y los Otros. Reflexión sobre la diversidad humana*. Siglo veintiuno editores, s.a. México, 1991.

TRINDADE, Aldema Menine; BEHARES, Luis Ernesto; FONSECA, Mariane Costa. *Educação e Linguagem em áreas de fronteira Brasil-Uruguai*. Santa Maria, 1995.

UNESCO. *Lengua. Materiales de apoyo a la formación docente en educación bilingüe intercultural*. Nro. 2. OREALC. Santiago, Chile, 1989.

VASALLO, Miguel. “Una aproximación a la integración desde una perspectiva de áreas de frontera”. In: *Integración y Desarrollo Regional en áreas de frontera*. EPPAL. Montevidéo, 1993.

VILA, Pablo. *Crossing borders, reinforcing borders: social categories, metaphors and narrative identities on the U.S.-Mexico frontier*. University of Texas Press, 2000.

----- “La teoría de frontera versión norteamericana. Una crítica desde la etnografía”. In: GRIMSON, A. (comp). *Fronteras, naciones e identidades*. Ciccus-La Cruzía. Buenos Aires, 2000b.

----- “Constructing social identities in transnational contexts: the case of the Mexico-U.S. Border”. In: *International Social Science Journal*, nro. 159, março de 1999.

VOGEL, Arno. “O momento feliz – reflexões sobre o futebol e o ethos nacional”. In: DA MATTA, R.; BAËTA, L.F.; LAHUD GUEDES, S.; VOGEL A. *Universo do Futebol. Esporte e Sociedade Brasileira*. Editora Pinakotheke, RJ, 1982.

WARDHAUGH, Ronald. *An Introduction to Sociolinguistics*. Basil Blackwell, 1991.

WEBER, Max. “A Nação”. In: GERTH, H.H.& WRIGHT MILLS, C. (orgs). *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

WILSON, Thomas M. "Nación, Estado y Europa en la frontera de Irlanda del Norte". In: GRIMSON, Alejandro (comp). Fronteras, naciones e identidades. Ciccus-La Crujía, Buenos Aires, 2000.

WILSON, Thomas M. & DONNAN, Hasting. "Nation, state and identity at international borders". In: WILSON, T. M. & DONNAN, H. (eds), Border Identities: Nation and State at International Frontiers. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

WOLCOTT, Harry F. "Sobre la intención etnográfica". In: VELASCO MAILLO, Honorario M; GARCÍA CASTAÑO, F. Javier y DÍAZ DE RADA, Ángel. Lecturas de antropología para educadores. Trotta, Madrid, 1993.

ZAS RECAREY, Hipólito. Rivera. Fronteriza y Romántica. Taller de comunicación, Rivera, 1987.

jornais consultados

El OBSERVADOR, Tribuna, Sexta 10 de setembro de 1999, pág. 10; agosto (6,7,8 e 9) de 2001, Montevideo.

El PAÍS, Informação, Quinta Seção, Domingo 5 de setembro de 1999, pág. 6, Montevideo.

LA REPÚBLICA, agosto de 2001.

NORTE, 4 de outubro de 2000, Rivera.

JORNADA, 25 de outubro de 2001, Rivera.

ZERO HORA, 15 de agosto de 2000, Porto Alegre.

apêndice 1

Pesquisa feita na área central e comercial das cidades de Santana do Livramento e Rivera. As perguntas foram feitas em português em Livramento e em espanhol em Rivera.

grupo 1: localização espaço-econômica e geográfica do entrevistado.

1. ¿dónde nació?
onde nasceu?
2. ¿barrio en el que vive?
moradia atual (cidade, bairro)?
3. ¿nacionalidad?
nacionalidade?
4. ¿tiene parientes uruguayos/brasileños? ; ¿quiénes?
tem parentes uruguaios/brasileiros?; quais?
5. ¿a que escuela fue (uruguayo/brasileña)? ; ¿hasta qué grado?
escola onde foi (uruguaio/brasileira)?; até que grau?
6. ¿a que liceo fue (uruguayo/brasileño)?; ¿hasta qué grado?
ginásio onde foi (uruguaio/brasileiro); até que grau?
7. ¿a quienes vende más?
. a turistas argentinos/uruguayos/brasileños
. a uruguayos de aquí
. a brasileiros de aquí
vende mais a quem?
. a turistas uruguaios/brasileiros/argentinos
. a uruguaios daqui
. a brasileiros daqui
8. gênero: homem/mulher

grupo 2: usos das línguas e relação com as mesmas.

9. hablo brasileiro¹
falo espanhol
10. hablo árabe
falo árabe
11. cuando hablo con mis amigos muchas veces mezclo el portugués con el español
quando falo com meus amigos muitas vezes misturo o espanhol com o português
12. entiendo brasileiro
entendo espanhol
13. en mi casa uso el brasileiro
na minha casa também se fala espanhol
14. los brasileiros hablan español
os uruguaios falam português
15. para vender uso más el brasileiro que el español
para vender falo em espanhol
16. el portugués es más afectivo
o espanhol é mais formal
17. en los comercios brasileiros no se habla en español
nos comércioos uruguaios se fala mais em português do que em espanhol
18. hablar portugués es necesario en la frontera
falar espanhol é necessário na fronteira
19. el portugués es fácil de aprender
o espanhol é fácil de aprender
20. con los brasileiros es necesario hablar en portugués
com os uruguaios você pode falar em português sem problema

¹ Para responder a estas questões se ofereceram diferentes opções, por exemplo, para a pergunta 8 as opções foram: muito bem, bem, um pouco, quase nada, não; para a pergunta 9: muitas vezes, as vezes, muito pouco, quase nada, não. A ordem das perguntas não seguiu o apresentado aqui.

21. el español que se habla en la frontera es incorrecto
o português falado na fronteira não está certo
22. los uruguayos de aquí hablan portuñol
os uruguaios falam portunhol
23. veo la televisión brasilera
assisto à televisão ou rádio uruguaio

grupo 3: reconhecimento de atitudes para com o *outro*, procura de posicionamentos e definições

24. cuando juega Brasil y Uruguay quiero que gane Uruguay
quando joga o Brasil e o Uruguai torço pelo Brasil
25. es importante saber lo que ocurre en el Brasil
é importante saber o que acontece no Uruguai
26. la influencia del Brasil es muy grande en la frontera
a influência do Uruguai é muito grande na fronteira
27. tengo muchos conocidos brasileiros
tenho muitos conhecidos uruguaios
28. prefiero estar con los uruguayos que con los brasileiros
prefiro ficar mais com os brasileiros do que com os uruguaios
29. el uruguayo es muy distinto del brasileiro
o brasileiro é muito diferente do uruguaio
30. la gente de Montevideo no entiende al uruguayo de la frontera
a gente que não é da fronteira não entende o jeito do brasileiro
fronteiriço
31. a los uruguayos le gustan los brasileiros
os brasileiros gostam dos uruguaios
32. es bueno que el uruguayo se contagie del brasileiro
é bom que o brasileiro pegue o jeito uruguaio
33. el uruguayo de la frontera es un poco brasileiro
o brasileiro da fronteira é um pouco uruguaio

grupo 4: estereótipos

34. los uruguayos son más cultos
os uruguaiois são mais cultos do que os brasileiros
35. el uruguayo es más frío/formal que el brasilero
os uruguaiois são mais fríos/formais do que os brasileiros
36. los uruguayos son más conservadores/tradicionales
os uruguaiois são mais conservadores/tradicionais
os brasileiros são mais divertidos
37. el brasilero es más patriota
o brasileiro é mais patriota
38. los brasileiros son más liberales
os brasileiros são mais liberais

Grupo 5: visão da(s) cidades

39. la ciudad de Rivera es más bonita
a cidade de Livramento é mais bonita

~